



BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Avenida da Liberdade, n.º 195, 1250 – 142 Lisboa - Portugal

Nº de Mat. na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de Pessoa Colectiva 500 852 367

Capital Social: 5.040.124.063,26 Euros representado por 4.017.928.471 acções

# **RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO E INDIVIDUAL**

**1º SEMESTRE DE 2012**

(Informação financeira auditada elaborada de acordo com os IFRS conforme adoptados na União Europeia)

(De acordo com o disposto no artº 9ª do Regulamento CMVM nº 5 / 2008)

# Índice

## **I. RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **1. Aspectos mais relevantes da actividade e resultados**

### **2. Enquadramento macroeconómico**

### **3. Resultados**

- 3.1 Resultado financeiro
- 3.2 Serviços a clientes
- 3.3 Resultados de operações financeiras e diversos
- 3.4 Custos operativos
- 3.5 Eficiência
- 3.6 Provisões
- 3.7 Rendibilidade

### **4. Actividade**

- 4.1 Evolução geral
- 4.2 Principais áreas de negócio (segmentos operacionais)

### **5. Solidez financeira e outros indicadores**

- 5.1 Qualidade do crédito
- 5.2 Liquidez, solvabilidade e solidez financeira
- 5.3 Indicadores de referência do Banco de Portugal

### **6. Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2012**

### **7. Actividade e resultados do BES (individual)**

- 7.1 Evolução da actividade e qualidade dos activos
- 7.2 Condições de funcionamento, eficiência e rendibilidade

### **8. Informações diversas**

- 8.1 Acções do BES detidas pelos dirigentes do BES
- 8.2 Participações qualificadas no capital social do BES
- 8.3 Acções próprias do BES
- 8.4 Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à transparência da informação e à valorização dos activos

### **9. Declaração de conformidade sobre a informação financeira apresentada**

## **II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS**

- Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares e Notas Explicativas
- Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares e Notas Explicativas
- Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Consolidada
- Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Individual

# I. RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. ASPECTOS MAIS RELEVANTES DA ACTIVIDADE E RESULTADOS

- ❑ A concretização, no início de Maio, do aumento de capital social do BES para 5040 milhões de euros (+1010 milhões de euros) no mercado permitiu manter a autonomia estratégica do Grupo, constituindo um caso ímpar no contexto da capitalização dos bancos portugueses perante a crise da dívida soberana, o que representa uma prova de confiança inequívoca dos accionistas tradicionais do BES, (*ESFG, Credit Agricole, Bradesco e Portugal Telecom*) bem como do mercado de capitais, no futuro do Grupo.
- ❑ Em resultado desta operação, o rácio *Core Tier I* em Jun,12, era de 10,5%, patamar que cumpre já com o valor mínimo fixado pelo Banco de Portugal para Dez,12 (10%). De acordo com os critérios estabelecidos pela Autoridade Bancária Europeia (*EBA*) o rácio *Core Tier I* era de 9,9% significativamente acima do mínimo recomendado (9%).
- ❑ Concomitante com o aumento de capital, concretizou-se a aquisição do controlo da BES Vida através da compra da participação de 50% ao *Credit Agricole*. Com esta operação o Grupo BES passou a deter 100% da BES Vida e a consolidar a Companhia pelo método integral, fazendo aumentar o activo do Grupo BES a Jun,12 em 3,0 mil milhões de euros. É nossa expectativa que a BES Vida tenha uma contribuição positiva para o desempenho do Grupo no segundo semestre de 2012.
- ❑ A actividade e resultados do Grupo BES no 1º semestre continuaram a ser fortemente condicionados pelas incertezas acerca do futuro da Zona Euro e pelo Programa de Ajustamento Financeiro que Portugal acordou com a UE, FMI e BCE. A recessão económica doméstica, o encerramento de muitas empresas, o aumento do desemprego e consequente aumento do risco, continuaram a exigir uma política de forte provisionamento.
- ❑ O rácio crédito/depósitos teve uma redução de 8pp de 155% em Jun,11 para 147% em Jun,12 em resultado do processo de *deleverage* do Grupo BES. Os depósitos registaram um aumento homólogo de 793 milhões de euros (+2,5%) e a carteira de crédito bruto diminuiu 525 milhões de euros (-1,0%). No trimestre, deu-se uma redução na atractividade dos depósitos levando os aforradores a procurar outros produtos de poupança com maior retorno.

- ❑ O BCE continua a assumir um papel decisivo na cedência de liquidez ao sistema bancário da Zona Euro na actual impossibilidade de acesso aos mercados internacionais de dívida e de inexistência de um mercado interbancário activo. Em Jun,12 a posição líquida devedora do Grupo BES junto do BCE era de 13,7 mil milhões de euros, dos quais 10,2 mil milhões de euros com maturidade superior a 1 ano. O aumento verificado desde 31 de Dezembro de 2011 resulta, em boa parte, do facto de se ter reembolsado no primeiro semestre 3,3 mil milhões de euros de dívida de médio longo prazo nos mercados internacionais. A *pool* de títulos elegíveis para o mercado de *repos* situou-se em 27,0 mil milhões de euros, sendo 22,6 mil milhões de euros elegíveis para operações junto do BCE.
  
- ❑ Apesar do contexto de extrema dificuldade, o Grupo BES conseguiu aumentar o produto bancário comercial (+12,0%), suportado quer pela progressão do resultado financeiro (+11,9%) quer pela prestação de serviços a clientes (+12,2%). A redução dos resultados de mercados em consequência da venda da participação no Bradesco no 1º Semestre de 2011, condicionou o comportamento do produto bancário total que teve uma diminuição de 6,3%.
  
- ❑ Os custos operativos apresentam-se em linha com os valores apurados no 1º semestre de 2011, tendo sido decisiva a redução conseguida na actividade doméstica (-2,5%). A actividade no exterior registou um aumento de custos de 7,4% em significativa desaceleração face ao verificado em todo o ano de 2011 (+18,7%).
  
- ❑ O *Cost to Income*, excluindo mercados, manteve a sua trajectória de melhoria passando para 52,8% (1ºSem,11: 58,9%) e o *Cost to Income* Total, apesar da redução nos ganhos de *trading*, atingiu 47,0% (1ºSem,11: 43,9%).
  
- ❑ Os actuais níveis de desemprego e de recessão económica exigem a manutenção de elevados custos com o provisionamento para crédito: o reforço do semestre situou-se em 352,0 milhões de euros (+15,2%) e a carga de provisionamento passou para 1,38% (ano de 2011: 1,17%) fazendo elevar o saldo de provisões em balanço para 2435 milhões de euros (+23%).

- O rácio do crédito vencido há mais de 90 dias evoluiu para 3,30% (Dez,11: 2,74%) e o respectivo rácio de cobertura por provisões passou para 144,0% (Dez,11: 154,5%). O rácio "Provisões para Crédito/Crédito a Clientes" situou-se em 4,76% (Dez,11: 4,23%).

<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>30-Jun-12</b>	<b>30-Jun-11<sup>(1)</sup></b>	<b>Variação</b>
<b>ACTIVIDADE (milhões de euros)</b>			
Activos Totais <sup>(2)</sup>	98 041	100 793	-2,7%
Activo	85 292	79 521	7,3%
Crédito a Clientes (bruto)	51 176	51 701	-1,0%
Depósitos de Clientes	32 765	31 972	2,5%
<i>Core Capital</i> - Banco de Portugal	6 708	5 445	23,2%
<i>Core Capital</i> - EBA	6 319	-	-
<b>SOLVABILIDADE</b>			
Rácio de Solvabilidade <sup>(3)</sup>			
- <i>CORE TIER I</i> - Banco de Portugal	10,5%	8,2%	2,3 pp
- <i>CORE TIER I</i> - EBA	9,9%	-	-
- <i>TIER I</i>	10,4%	9,2%	1,2 pp
- Total	11,1%	11,5%	-0,4 pp
<b>LIQUIDEZ (milhões de euros)</b>			
Recursos ou (Aplicações) Líquidos do BCE <sup>(4)</sup>	13 679	8 264	5 415
Carteira Elegível para Operações de <i>Repos</i>	26 988	16 936	10 052
Rácio Crédito a Clientes líquido/Depósitos <sup>(5)</sup> (%)	147%	155%	-8 pp
<b>QUALIDADE DOS ACTIVOS</b>			
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	3,30%	2,35%	0,95 pp
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	144,0%	163,0%	-19,0 pp
Crédito em Risco/Crédito Total	7,91%	5,62%	2,29 pp
Provisões para Crédito/Crédito a Clientes (bruto)	4,76%	3,83%	0,93 pp
Custo do Risco <sup>(6)</sup>	1,38%	1,18%	0,20 pp
<b>RESULTADOS / RENDIBILIDADE</b>			
Resultado do Exercício (M€)	25,5	178,6	-85,7%
Rendibilidade dos Capitais Próprios ( <i>ROE</i> ) <sup>(7)</sup>	0,6%	5,9%	-5,3 pp
Rendibilidade do Activo ( <i>ROA</i> ) <sup>(7)</sup>	0,07%	0,48%	-0,4 pp
<b>EFICIÊNCIA</b>			
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	47,0%	43,9%	3,1 pp
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	52,8%	58,9%	-6,1 pp
<b>REDE DE DISTRIBUIÇÃO (nº)</b>			
Rede de Retalho	781	810	-29
- Doméstica	677	709	-32
- Internacional	104	101	3

(1) Reexpresso por alteração da política contabilística no registo dos desvios actuariais, conforme referido no ponto 2 deste documento

(2) Activo Líquido + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado

(3) Valores calculados com base no método *IRB Foundation*

(4) Inclui recursos e aplicações de/no SEBC; o valor positivo significa um recurso; o valor negativo significa uma aplicação

(5) Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objectivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

(6) Provisões para Crédito/Crédito a Clientes Bruto

(7) Cálculo com resultado anualizado

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Após alguns sinais positivos nos primeiros meses do ano, o 2º trimestre de 2012 foi marcado pela deterioração das expectativas de evolução da actividade económica a nível global. Esta evolução resultou, sobretudo, dos desenvolvimentos da crise da dívida na Zona Euro, com a incerteza política que antecedeu a realização de eleições na Grécia, com o contágio crescente da crise a Espanha e a Itália (no primeiro caso, através do sector bancário) e com alguma indefinição ao nível das respostas de política por parte das autoridades europeias, não obstante a reacção inicial positiva às decisões da Cimeira Europeia do final de Junho. No conjunto do 2º trimestre, observou-se uma subida dos *spreads* dos títulos de dívida pública espanhola a 10 anos face à Alemanha em 120pb, para 474pb (com uma subida adicional para 546pb já no início do 3º trimestre, tendo as *yields* dos *Bunds* descido para 1,3%). O ambiente de aversão ao risco foi também visível nas quedas trimestrais dos índices accionistas *DAX*, *CAC40* e *IBEX*, de 7,6%, 6,6% e 11,3%, respectivamente.

As políticas orçamentais restritivas e o *deleveraging* em curso no sector privado contribuíram, em conjunto com a deterioração da confiança, para uma contracção do PIB da Zona Euro no 2º trimestre (cerca de 0,5% face ao 1º trimestre). Neste contexto, o BCE viria a baixar os juros de referência em 25pb já no início de Julho, levando a taxa *refi* para 0,75% e a taxa de juro da facilidade de depósito para 0%. Antecipando este movimento, a Euribor a 3 meses caiu 70pb no 1º semestre, para 0,65%. O euro depreciou-se 5,1% face ao dólar, para EUR/USD 1,265. A revisão em baixa das expectativas de crescimento para 2012 foi extensível aos EUA, China e Brasil, levando os respectivos bancos centrais a adoptarem políticas monetárias mais expansionistas. Os índices accionistas *S&P500* e *NASDAQ* recuaram, nos EUA, 3,3% e 5,1%. Na China e Brasil, os índices *Shanghai Composite* e *Bovespa* desvalorizaram-se 1,7% e 15,7%, respectivamente.

Em Portugal, a conjuntura económica foi marcada por uma forte contracção do consumo e do investimento, em resultado da natureza restritiva da política orçamental, do *deleveraging* em curso no sector privado e do aumento do desemprego. Embora em desaceleração, as exportações mantiveram um crescimento forte (9% em termos nominais e homólogos, no período Janeiro - Maio) e assistiu-se a uma melhoria sensível no deficit externo. Neste contexto, o indicador coincidente de actividade do Banco de Portugal recuou 2,6% em termos homólogos, em Janeiro - Maio. O índice PSI-20 recuou 15,5% no 2º trimestre, sobretudo em função dos receios associados à crise da Zona Euro. No entanto, no mesmo período, as *yields* dos títulos de dívida pública portuguesa a 10 anos recuaram 151pb, para 10,16%, reflectindo uma melhoria da percepção dos investidores, relativamente ao nível de risco da República Portuguesa em face ao ajustamento económico e financeiro em curso.

### 3. RESULTADOS<sup>1</sup>

A crise soberana, que passou a atingir com maior intensidade as maiores economias da Zona Euro como é o caso de Espanha e de Itália, por um lado, e a adopção de soluções políticas incapazes de restabelecer a confiança dos mercados no Euro, por outro, constituíram condicionantes gerais da actividade dos bancos europeus que tiveram ainda de concretizar o reforço do rácio *Core Tier I* para 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

Adicionalmente, os bancos portugueses continuaram a estar condicionados pelo cumprimento das metas consagradas no Memorando de Política Económica e Financeira e pelos efeitos da recessão económica doméstica com reflexos inevitáveis na redução da actividade e no reforço do provisionamento para crédito.

Não obstante as condições adversas acima referidas o Grupo BES alcançou um resultado no semestre de 25,5 milhões de euros (1ºsem,11: 178,6 milhões de euros).

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Variáveis	milhões de euros			
	1ºSem,12	1ºSem,11	Variação	
			absoluta	relativa
Resultado Financeiro	607,6	542,8	64,8	11,9%
+ Serviços a Clientes	452,0	402,9	49,1	12,2%
<b>= Produto Bancário Comercial</b>	<b>1 059,6</b>	<b>945,7</b>	<b>113,9</b>	<b>12,0%</b>
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	130,8	324,8	- 194,0	-59,7%
<b>= Produto Bancário</b>	<b>1 190,4</b>	<b>1 270,5</b>	<b>- 80,1</b>	<b>-6,3%</b>
+ Prémios e Custos da Actividade Seguradora	1,1	-	1,1	-
- Custos Operativos	559,5	557,4	2,1	0,4%
<b>= Resultado Bruto</b>	<b>632,0</b>	<b>713,1</b>	<b>- 81,1</b>	<b>-11,4%</b>
- Provisões líquidas de Reposições	426,3	469,7	- 43,4	-9,2%
para Crédito	352,0	305,4	46,6	15,2%
para Títulos	18,8	56,4	- 37,6	-66,7%
para Outros Activos	55,5	107,9	- 52,4	-48,6%
<b>= Resultado antes de Impostos</b>	<b>205,7</b>	<b>243,4</b>	<b>- 37,7</b>	<b>-15,5%</b>
- Impostos sobre Lucros	101,4	- 6,4	107,8	...
- Contribuição sobre o Sector Bancário	14,0	15,2	- 1,2	-7,8%
<b>= Resultado após Impostos</b>	<b>90,3</b>	<b>234,6</b>	<b>- 144,3</b>	<b>-61,5%</b>
- Interesses que não Controlam	64,8	56,0	8,8	15,7%
<b>= Resultado do Exercício</b>	<b>25,5</b>	<b>178,6</b>	<b>- 153,1</b>	<b>-85,7%</b>

<sup>1</sup> Em Dezembro de 2011 o Grupo BES alterou a política contabilística relativa à contabilização dos desvios actuariais apurados nos benefícios de longo prazo concedidos aos colaboradores, que passaram a ser registados em *OCI (Other Comprehensive Income / Outro Rendimento Integral)*. De acordo com o estipulado no IAS 8, dado tratar-se de uma alteração de política contabilística com impacto material, as demonstrações financeiras dos períodos anteriores devem ser reexpressas para efeitos de comparabilidade. Neste contexto, a informação financeira constante do presente documento, relativa ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, está reexpressa para efeitos comparativos com a informação relativa ao 1º semestre do corrente exercício. Para maior detalhe sobre a referida alteração da política contabilística recomendamos a consulta do Relatório e Contas do exercício de 2011 disponível em

De entre os factores que marcaram a performance do Grupo BES no primeiro semestre destacamos:

- O aumento do produto bancário comercial em 12,0% (1ºtrim,12: 8,7%), assente na evolução do resultado financeiro (+11,9%) e do comissionamento (+12,2%);
- A contribuição positiva da actividade internacional que apresentou um crescimento do produto bancário de 5,5% contra um decréscimo do produto bancário doméstico de 11,1%;
- O custo com o provisionamento para crédito que superou em 15,2% o reforço realizado no 1º semestre de 2011, acompanhando o agravamento do risco quer dos clientes particulares quer das empresas;
- A realização de lucros no *trading* de 130,8 milhões de euros apesar da alta volatilidade e incerteza que tem caracterizado o mercado financeiro mundial;
- O controlo dos custos operativos que permitiu manter os gastos ao mesmo nível do período homólogo do ano anterior;
- Aumento expressivo da carga tributária decorrente, designadamente, da não elegibilidade fiscal das perdas realizadas nas participações estratégicas do Grupo;
- Acrescem os impactos de primeira consolidação pela aquisição do controlo da BES Vida, e conseqüente alteração do método de consolidação que, para além do efeito negativo no resultado líquido consolidado, originou as seguintes variações nas demonstrações financeiras do Grupo BES:

**Efeito da consolidação integral da BES Vida nas contas consolidadas do Grupo BES em Jun,12**

	milhões de euros
<b>Impacto no</b>	<b>Valor</b>
Activo	2 950
Passivo	2 893
Resultado líquido do 1º semestre de 2012	
Aquisição do controlo - 1ª consolidação	-54,1
Resultado recorrente da BES Vida no 1º semestre apropriado pelo Grupo	17,4
	<u>-36,7</u>
Capital Próprio	
Reservas	98,0
Resultados	-36,7
Acções Próprias	-16,3
Interesses que não controlam	<u>12,0</u>
	<u>57,0</u>

Como evidenciado no quadro acima, a consolidação integral da BES Vida traduziu-se num efeito positivo de 57 milhões de euros no capital próprio do Grupo BES; o contributo para os resultados consolidados contou com uma componente recorrente positiva de 17,4 milhões de euros e uma componente não recorrente de -54,1 milhões de euros devido à aquisição de controlo, originado um impacto total de -36,7 milhões de euros.

Deste modo, excluindo o impacto não recorrente de 54 milhões de euros, significaria que o resultado do Grupo BES no 1º semestre de 2012 teria atingido quase 80 milhões de euros, dos quais 68 milhões de euros gerados no 2º trimestre.

### Actividade Internacional e Doméstica

A progressão da actividade internacional também foi condicionada negativamente pela crise financeira, tendo ocorrido uma redução da actividade em algumas das unidades do Grupo, designadamente em Londres e Nova Iorque, unidades que como temos vindo a assinalar nos últimos trimestres foram mais activas na venda de créditos internacionais. Não obstante, o produto bancário internacional apresentou um aumento de 5,5% e o resultado atingiu 78,2 milhões de euros equivalente a uma redução de apenas 6,3%.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Actividade Doméstica e Actividade Internacional

Variáveis	milhões de euros					
	ACTIVIDADE DOMÉSTICA			ACTIVIDADE INTERNACIONAL		
	1ºSem,12	1ºSem,11	Variação	1ºSem,12	1ºSem,11	Variação
Resultado Financeiro	419,4	289,1	45,1%	188,2	253,7	-25,8%
+ Serviços a Clientes	276,0	297,9	-7,4%	176,0	105,0	67,7%
= <b>Produto Bancário Comercial</b>	<b>695,4</b>	<b>587,0</b>	<b>18,5%</b>	<b>364,2</b>	<b>358,7</b>	<b>1,5%</b>
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	105,2	313,9	-66,5%	25,6	10,9	....
= <b>Produto Bancário</b>	<b>800,6</b>	<b>900,9</b>	<b>-11,1%</b>	<b>389,8</b>	<b>369,6</b>	<b>5,5%</b>
+ Prémios e Custos da Actividade Seguradora	1,1	-	-	-	-	-
- Custos Operativos	387,8	397,5	-2,5%	171,7	159,9	7,4%
= <b>Resultado Bruto</b>	<b>413,9</b>	<b>503,4</b>	<b>-17,8%</b>	<b>218,1</b>	<b>209,7</b>	<b>4,0%</b>
- Provisões líquidas de Reposições	378,9	426,0	-11,0%	47,4	43,7	8,4%
para Crédito	307,9	267,5	15,1%	44,1	37,9	16,3%
para Títulos	18,8	56,5	-66,7%	0,0	-0,1	-100,0%
para Outros Activos	52,2	102,0	-48,8%	3,3	5,9	-43,7%
= <b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>35,0</b>	<b>77,4</b>	<b>-54,8%</b>	<b>170,7</b>	<b>166,0</b>	<b>2,8%</b>
- Impostos sobre Lucros	71,4	-31,6	....	30,0	25,2	18,9%
- Contribuição sobre o Sector Bancário	14,0	15,2	-8,4%	-	-	-
= <b>Resultado após Impostos</b>	<b>-50,4</b>	<b>93,8</b>	<b>....</b>	<b>140,7</b>	<b>140,8</b>	<b>0,0%</b>
- Interesses que não Controlam	2,3	-1,3	....	62,5	57,3	9,1%
= <b>Resultado do Exercício</b>	<b>-52,7</b>	<b>95,1</b>	<b>....</b>	<b>78,2</b>	<b>83,5</b>	<b>-6,3%</b>

O resultado do triângulo estratégico situou-se em 63,7 milhões de euros, valor ligeiramente superior ao do p.h.a.a. (63,1 milhões de euros), representativo de 81% do total internacional, continuando as nossas unidades localizadas em África, Brasil e em Espanha a serem decisivas para a geração de lucros no Grupo.

**ACTIVIDADE INTERNACIONAL**  
**Resultado por geografia**

Países	milhões de euros		Variação absoluta
	1ºSem,12	1ºSem,11	
África*	43,0	42,9	0,1
Brasil	10,2	13,6	-3,4
Espanha	10,5	6,6	3,9
<b>TRIÂNGULO ESTRATÉGICO</b>	<b>63,7</b>	<b>63,1</b>	<b>0,6</b>
Reino Unido	11,4	7,5	3,9
EUA	3,9	7,1	-3,2
Outros	- 0,8	5,8	-6,6
<b>TOTAL</b>	<b>78,2</b>	<b>83,5</b>	<b>-5,3</b>

\* Angola, Líbia, Cabo Verde e Moçambique

Durante o primeiro semestre de 2012 o Grupo BES deu novo impulso à estratégia de internacionalização com a entrada em funcionamento em Janeiro de duas novas Sucursais do BES, uma no Luxemburgo e outra na Venezuela. Com a abertura destas duas unidades, procura-se alcançar uma relação de maior proximidade com a importante comunidade portuguesa residente naqueles dois mercados, ao mesmo tempo que se procura beneficiar da dinâmica de crescimento do comércio internacional entre Portugal e a Venezuela.

No que respeita à actividade doméstica sublinhamos: o desempenho do produto bancário comercial, que aumentou 18,5%; os ganhos em operações financeiras significativamente menores que os do 1º semestre de 2011, que estavam influenciados pela venda da participação no Bradesco; a redução dos custos operativos em 2,5%; o reforço das provisões para crédito que superou em 15,1% o custo do período homólogo; e a carga tributária total que acabou por determinar o apuramento de um prejuízo de 52,7 milhões de euros. No entanto, se excluirmos o impacto da primeira consolidação integral da BES Vida, devido à aquisição do controlo desta filial, ter-se-ia apurado um resultado ligeiramente positivo (1,4 milhões de euros).

### 3.1 Resultado Financeiro

O resultado financeiro do semestre alcançou 607,6 milhões de euros, representativo de um crescimento de 11,9%. Esta evolução, para além de ter beneficiado da consolidação integral da BES Vida (+30 milhões de euros), tem origem na melhoria da margem financeira de 1,55% para 1,76% já que os activos financeiros geradores de juros sofrem uma redução próxima de 0,7 mil milhões de euros para 69,8 mil milhões de euros.

A melhoria da margem financeira ocorreu pelo facto de a taxa média dos activos ter aumentado 58pb – com especial realce para a carteira de Títulos e Outras Aplicações que fez aumentar a taxa média de 4,71% para 5,62% (+91pb) – enquanto que a taxa média dos passivos financeiros sofreu um incremento de 37pb passando para 3,59%.

#### RESULTADO E MARGEM FINANCEIRA

Variáveis	milhões de euros						
	1ºSem,12			1ºSem,11			
	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	
ACTIVOS FINANCEIROS	69 435	5,37	1 848	70 445	4,77	1 668	
Crédito a Clientes	50 473	5,27	1 319	51 657	4,80	1 229	
Títulos e Outras Aplicações	18 962	5,62	529	18 788	4,71	439	
APLICAÇÕES DIFERENCIAIS	320	-	-	38	-	-	
<b>ACTIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS</b>	<b>69 755</b>	<b>5,35</b>	<b>1 848</b>	<b>70 483</b>	<b>4,77</b>	<b>1 668</b>	
PASSIVOS FINANCEIROS	69 755	3,59	1 240	70 483	3,22	1 125	
Depósitos	34 353	3,27	557	31 433	2,95	460	
Outros Passivos	35 402	3,89	683	39 050	3,43	665	
RECURSOS DIFERENCIAIS	-	-	-	-	-	-	
<b>PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS</b>	<b>69 755</b>	<b>3,59</b>	<b>1 240</b>	<b>70 483</b>	<b>3,22</b>	<b>1 125</b>	
<b>MARGEM/RESULTADO</b>		<b>1,76</b>	<b>608</b>		<b>1,55</b>	<b>543</b>	
<b>Euribor 3 M - média</b>		<b>0,87</b>			<b>1,25</b>		

A gestão da intermediação financeira continuou a ser desenvolvida num quadro de grande rigor devido aos condicionalismos decorrentes do processo de *deleverage* que exige uma maior selectividade na concessão de crédito e uma atitude prudente perante a intensificação da concorrência na captação de recursos. Neste contexto,

- o custo dos recursos foi de 1240 milhões de euros, mais 10% que no semestre homólogo, sendo de destacar o aumento de 32pb na taxa média dos depósitos, passando para 3,27% (240pb acima da Euribor média a 3 meses: 0,87%). O agravamento nos "Outros Passivos" para 3,89% (+46pb) foi determinado pelo aumento do custo dos passivos titulados (obrigações, certificados de depósito e papel comercial);

- os juros activos aumentaram 11% (para 1848 milhões de euros), sendo de sublinhar a melhoria na taxa média dos Títulos e outras aplicações financeiras que decorre, fundamentalmente, das taxas de juro implícitas na carteira de dívida pública portuguesa. A evolução da taxa média do crédito, que passou para 5,27% (+47pb) é muito inferior às *yields* implícitas na dívida pública portuguesa a 10 anos que, em 30 de Junho de 2012, rondavam os 10%.

### 3.2 Serviços a Clientes

Os serviços a clientes evoluíram para 452,0 milhões de euros (crescimento de 12,2%), tendo contribuído para uma evolução equilibrada do produto bancário comercial.

#### SERVIÇOS A CLIENTES

Tipo de Comissões	1ºSem,12	1ºSem,11	Variação	
			absoluta	
			absoluta	relativa
Cobrança de Valores	8,7	10,9	-2,2	-20,1%
Operações sobre Títulos	37,4	52,2	-14,8	-28,4%
Garantias Prestadas	41,5	62,5	-21,0	-33,6%
<i>(das quais: garantias do Estado)</i>	<i>(-27,4)</i>	-	<i>(-27,4)</i>	-
Gestão de Meios de Pagamento	39,2	39,0	0,2	0,5%
Comissões sobre Empréstimos e Similares <sup>(1)</sup>	80,9	94,3	-13,4	-14,3%
Créditos Documentários	42,8	31,6	11,2	35,3%
Gestão de Activos <sup>(2)</sup>	38,5	48,7	-10,2	-21,0%
Cartões	20,4	19,7	0,7	3,6%
Bancasseguros	27,5	21,9	5,6	25,5%
Assessoria, <i>Servicing</i> e Diversos	115,1	22,1	93,0	....
<b>TOTAL</b>	<b>452,0</b>	<b>402,9</b>	<b>49,1</b>	<b>12,2%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance*, financiamentos externos e *factoring*

<sup>(2)</sup> Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras

De assinalar o comportamento dos créditos documentários cujos resultados aumentaram 35,3% situando-se em 42,8 milhões de euros, fruto do desenvolvimento do negócio de *trade finance*, nomeadamente com os países emergentes da América Latina e África.

As comissões sobre garantias prestadas reflectem o impacto dos custos suportados com garantias prestadas pelo Estado Português (27,4 milhões de euros). Sem este efeito o comissionamento com garantias teria crescido 10,2% e o total dos serviços a clientes teria aumentado 19% em vez dos 12,2% reportados.

As receitas com origem na actividade de *asset management* continuam a registar reduções com particular significado nas operações sobre títulos (-28,4%) e na gestão de activos (-21,0%). Os produtos de bancasseguros constituem a excepção ao evoluírem para 27,5 milhões de euros (+25,5%).

A gestão de meios de pagamento, no essencial, constituída por comissões de origem transaccional, originou proveitos na ordem dos 39 milhões de euros, valor idêntico ao apurado no semestre homólogo. Apesar da quebra no consumo privado, os cartões apresentam um crescimento de 3,6%, sendo de assinalar o alargamento da oferta do Grupo, proporcionada pela comercialização de produtos da rede *American Express* e cartões *À La Card*.

O acréscimo nos serviços de assessoria, *servicing* e diversos decorre dos proveitos associados a actividades de assessoria e aconselhamento financeiro originados no banco de investimento e do resultado de comissões de *advisory* e de estruturação de operações contratadas no mercado da energia desenvolvidas pelo BESA em Angola.

### 3.3 Resultados de Operações Financeiras e Diversos

Os resultados de operações financeiros e diversos atingiram 130,8 milhões de euros que compara com 324,8 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

#### RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DIVERSOS

milhões de euros			
Tipo de Resultados	1ºSem,12	1ºSem,11	Varição absoluta
<b>Taxa de Juro, Crédito e Cambial</b>	<b>320,4</b>	<b>58,1</b>	<b>262,3</b>
Taxa de Juro	280,0	43,3	236,7
Crédito	10,1	22,7	-12,6
Cambial e Outros	30,3	-7,9	38,2
<b>Acções</b>	<b>-91,8</b>	<b>286,8</b>	<b>-378,6</b>
Negociação	-192,4	145,9	-338,3
Dividendos	100,6	140,9	-40,3
<b>Outros Resultados</b>	<b>-97,8</b>	<b>-20,1</b>	<b>-77,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>130,8</b>	<b>324,8</b>	<b>-194,0</b>

Para o referido desempenho contribuíram, sobretudo, os seguintes factores:

- Ajustamento da composição da carteira de dívida pública, aumentando a respectiva *duration*, beneficiando desta forma da diminuição das *yields* de mercado;
- Desvalorização do euro face ao dólar americano;
- Impacto negativo dos mercados accionistas sobre a actividade de negociação em acções, sobretudo em consequência da gestão dinâmica das posições detidas na Portugal Telecom e na EDP;
- Impacto da aquisição de controlo da BES Vida que implicou o reconhecimento de uma perda nesta área de 40 milhões de euros na data da primeira consolidação integral.

### 3.4 Custos Operativos

Os custos operativos dos primeiros seis meses do exercício totalizaram 559,5 milhões de euros, valor semelhante ao apurado no semestre homólogo do ano anterior (+0,4%). Para esta evolução foi determinante a redução de custos da actividade doméstica (-2,5%), uma vez que a actividade internacional experimentou um aumento de 7,4%, em grande parte devido à entrada em actividade das novas sucursais da Venezuela e do Luxemburgo.

#### CUSTOS OPERATIVOS

Natureza	1ºSem,12	1ºSem,11	Variação	
			milhões de euros	
			absoluta	relativa
Custos com Pessoal	291,5	289,7	1,8	0,6%
Gastos Gerais Administrativos	214,2	215,4	-1,2	-0,5%
Amortizações	53,8	52,3	1,5	2,9%
<b>TOTAL</b>	<b>559,5</b>	<b>557,4</b>	<b>2,1</b>	<b>0,4%</b>
Actividade Doméstica	387,8	397,5	-9,7	-2,5%
Actividade Internacional	171,7	159,9	11,8	7,4%

Não obstante o aumento evidenciado pelos custos da área internacional (+7,4%), realça-se a desaceleração operada atendendo ao aumento de 18,7% ocorrido em todo o exercício de 2011. A desaceleração é mais significativa se excluirmos o efeito da entrada em actividade das duas novas sucursais atendendo a que o aumento de custos da área internacional teria sido de 4,9%.

#### CUSTOS COM PESSOAL

Natureza	1ºSem,12	1ºSem,11	Variação	
			milhões de euros	
			absoluta	relativa
Remunerações	233,7	227,9	5,8	2,5%
Pensões, Seg.Social e Outros Encargos Sociais	57,8	61,8	-4,0	-6,5%
<b>TOTAL</b>	<b>291,5</b>	<b>289,7</b>	<b>1,8</b>	<b>0,6%</b>
Actividade Doméstica	192,6	200,1	-7,5	-3,8%
Actividade Internacional	98,9	89,6	9,3	10,4%

Os custos com pessoal também se apresentam próximos do registo do 1º semestre de 2011, tendo a área doméstica, mais uma vez, suportado a evolução deste agregado ao apresentar um decréscimo de 3,8% devido à redução do efectivo em 55 colaboradores. O contributo da actividade internacional saldou-se por um aumento de 10,4%, embora em desaceleração face ao crescimento registado em todo o exercício de 2011 (+19,1%).

Os gastos gerais administrativos reduziram-se 0,5%, sendo de destacar a evolução, nomeadamente, da mão-de-obra eventual (-22,3%) e das deslocações e representação (-11,6%).

As amortizações, que totalizaram 53,8 milhões de euros (+2,9%), estão influenciadas pela entrada em produção dos aplicativos informáticos de suporte às unidades internacionais que fez aumentar as respectivas depreciações para 14,6 milhões de euros (+21,3%), tendo a área doméstica reduzido o respectivo montante para 39,2 milhões de euros (-2,7%).

### 3.5 Eficiência

O maior crescimento do produto bancário comercial (+12,0%) em relação à progressão dos custos operativos (+0,4%) proporcionou uma melhoria no indicador de eficiência *Cost to Income*, com exclusão dos resultados de mercado e diversos, que passou de 58,9% (1ºSem,11) para 52,8%. O *Cost to Income* total (47,0%) mantém-se abaixo do patamar dos 50% e a sua evolução resulta da redução dos resultados de mercados.

#### INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Indicadores	Jun, 12	Jun, 11	Variação
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	47,0%	43,9%	3,1 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	52,8%	58,9%	-6,1 p.p.

### 3.6 Provisões

A deterioração dos níveis de risco decorrente da recessão económica doméstica com reflexo no encerramento de empresas e no agravamento do desemprego, tem conduzido ao aumento da carga de provisionamento do Grupo a qual representa 1,38% da carteira de crédito, acima do nível do realizado para todo o exercício de 2011 (1,17%) e do contabilizado no período homólogo (1,18%).

#### PROVISÕES PARA CRÉDITO

	Jun,12	Jun,11	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Clientes (bruto)	51 176	51 701	- 525	-1,0%
Reforço de Provisões	352,0	305,4	46,6	15,2%
Saldo de Provisões em balanço	2 434,7	1 982,6	452,1	22,8%
Carga de Provisionamento	1,38%	1,18%	0,20 pp	
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	4,76%	3,83%	0,93 pp	

O reforço das provisões para crédito elevou-se a 352 milhões de euros (1ºSem,11: 305,4 milhões de euros) representativo de um aumento de 15,2% face ao p.h.a.a. O saldo de provisões para crédito em balanço aumentou cerca de 23% para 2435 milhões de euros (Jun,11: 1983 milhões de euros) o que fez elevar o rácio Provisões para Crédito/Crédito a Clientes para 4,76% (Jun,11: 3,83%; Dez,11: 4,23%).

### REFORÇO DE PROVISÕES

	milhões de euros			
	1ºSem,12	1ºSem,11	Variação	
			absoluta	relativa
Provisões para Crédito	352,0	305,4	46,6	15,2%
Provisões para Títulos	18,8	56,4	-37,6	-66,7%
Provisões para Outros Activos	55,5	107,9	-52,4	-48,6%
<b>TOTAL</b>	<b>426,3</b>	<b>469,7</b>	<b>-43,4</b>	<b>-9,2%</b>

Relativamente ao reforço de provisões para títulos e outros activos e contingências operou-se uma menor necessidade de reforços em comparação com o semestre homólogo do ano anterior.

### 3.7 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios (*ROE*) e dos activos (*ROA*) evoluiu conforme se apresenta no quadro seguinte:

#### RENDIBILIDADE <sup>(1)</sup>

Indicadores	1ºSem,12	1ºSem,11
Rendibilidade dos Capitais Próprios ( <i>ROE</i> )	0,6%	5,9%
Rendibilidade dos Activos ( <i>ROA</i> )	0,07%	0,48%

(1) Cálculo realizado com base no resultado do semestre anualizado

## 4. ACTIVIDADE

### 4.1 Evolução Geral

A inacessibilidade de Portugal aos mercados financeiros introduziu alterações profundas nas políticas de financiamento e de concessão de crédito dos bancos portugueses. A necessidade de se materializar um maior equilíbrio de balanço entre os depósitos captados e o crédito

concedido, medido através do rácio Crédito/Depósitos, cujo valor em Dez,14 deverá rondar os 120%, constitui um objectivo ambicioso que tem obrigado o sector financeiro à reformulação das ofertas de captação de recursos e ao aprofundamento da selectividade do crédito concedido.

O balanço consolidado evidencia um acréscimo no activo de 5,8 mil milhões de euros, sendo que 3,0 mil milhões de euros têm origem na consolidação integral da BES Vida. Excluindo este efeito o activo aumentou 2,8 mil milhões de euros face a Jun,11 (+3,5%).

### ACTIVOS, CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES

	milhões de euros		
	30-Jun-12	30-Jun-11	Variação
<b>Activos Totais<sup>(1)</sup></b>	<b>98 041</b>	<b>100 793</b>	<b>-2,7%</b>
<b>Activo</b>	<b>85 292</b>	<b>79 521</b>	<b>7,3%</b>
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>51 176</b>	<b>51 701</b>	<b>-1,0%</b>
Crédito a Particulares	13 979	14 292	-2,2%
Habitação	11 412	11 646	-2,0%
Outro Crédito a Particulares	2 567	2 646	-3,0%
Crédito a Empresas	37 197	37 409	-0,6%
<b>Recursos Totais de Clientes</b>	<b>52 401</b>	<b>56 132</b>	<b>-6,6%</b>
Recursos de Clientes de Balanço	42 425	39 610	7,1%
Depósitos	32 765	31 972	2,5%
Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes <sup>(2)</sup>	5 999	7 638	-21,5%
Produtos de Seguros Vida	3 661	-	-
Recursos de Desintermediação	9 976	16 522	-39,6%
<b>Crédito / Depósitos<sup>(3)</sup></b>	<b>147%</b>	<b>155%</b>	<b>-8 p.p.</b>

<sup>(1)</sup> Activo Líquido + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

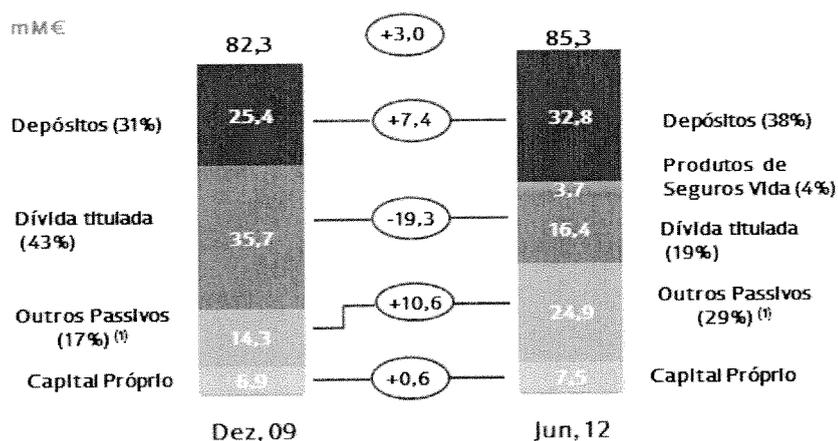
<sup>(2)</sup> Inclui recursos associados às operações de titularização consolidadas e papel comercial

<sup>(3)</sup> Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objectivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

Em relação à captação de recursos importa realçar o aumento dos depósitos que se apresentam superiores em 793 milhões de euros (+2,5%) em relação à carteira de Junho de 2011, aumento conseguido num contexto de forte concorrência na captação de recursos por parte do sector financeiro nacional e estrangeiro representado em Portugal. Observa-se, por outro lado, uma nova tendência por parte dos aforradores para produtos de poupança de maior retorno do que os depósitos os quais são objecto de *spreads* máximos fixados pelo Banco de Portugal. Refere-se em particular uma acentuada procura por parte dos clientes para obrigações emitidas por empresas nacionais, o que revela também uma maior confiança na economia do País.

A dívida titulada do Grupo BES colocada em investidores institucionais internacionais observou uma redução de cerca de 1,6 mil milhões de euros, com especial incidência nos Certificados de Depósito (-0,9 mil milhões de euros). Neste âmbito, não podemos deixar de assinalar a redução substancial do peso da dívida titulada na estrutura de financiamento do Grupo que o gráfico seguinte procura ilustrar:

### ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO



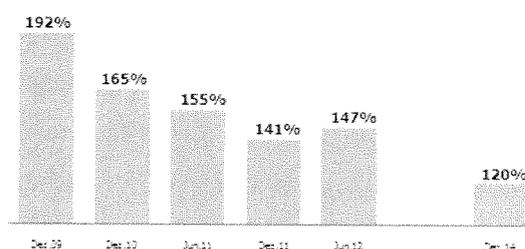
<sup>(1)</sup> Inclui depósitos no BCE (Dez,09: 2,0mM€; Jun,12: 13,7mM€)

Com efeito, e considerando a posição de Dezembro de 2009 (data imediatamente antes do agudizar da crise da Zona Euro ocorrida no início do ano de 2010), a dívida titulada totalizava 35,7 milhões de euros representativa de 43% do financiamento do activo naquela data, ou seja, era a componente mais significativa das fontes de financiamento do Grupo. Em Junho de 2012 os depósitos passaram a ser a principal fonte de financiamento (38% ou 42% se considerarmos também os recursos de clientes sob a forma de produtos de seguro vida) e a dívida titulada representava apenas 19% do activo.

No que respeita à evolução da carteira de crédito a clientes ocorreu uma redução de 1,0%, extensiva a todos os segmentos, com especial incidência no outro crédito a particulares (-3,0%). O crédito a empresas, influenciado pela venda de créditos internacionais realizada sobretudo até ao final do ano anterior, observou uma quebra de 0,6%; sem este efeito teria crescido 1,1%.

O aumento da carteira de depósitos conjugada com a redução da carteira de crédito conduziu a uma melhoria, em termos homólogos, do rácio crédito/depósitos (calculado de acordo com os critérios definidos pelo Banco de Portugal para efeitos dos objectivos a atingir no médio prazo) ao reduzir-se 8p.p. situando-se em 147%.

### Rácio Crédito/Depósitos<sup>(1)</sup>



<sup>(1)</sup> Calculado nos termos definidos para efeitos da elaboração do *Funding & Capital Plan*

O aumento do rácio de transformação no semestre ocorreu devido, sobretudo, à flutuação dos depósitos de clientes grandes empresas e institucionais.

A evolução apresentada pelos recursos de desintermediação (-6,5 mil milhões de euros) reflecte a desvalorização dos activos financeiros sob gestão, a diminuição nos fundos de pensões e ainda a transferência para o balanço consolidado da parte dos recursos da BES Vida (3,7 mil milhões de euros) que até aqui integravam o conjunto de recursos de desintermediação.

### Actividade Internacional

A área internacional registou um aumento de 20,0% do activo e de 10,6% na carteira de crédito, suportado, sobretudo, pela evolução do negócio no mercado angolano.

Os recursos totais de clientes apresentam um aumento 13,8%, reflectindo, por um lado, a redução experimentada dos activos sob gestão na área internacional e, por outro, a evolução das obrigações colocadas em clientes institucionais através da Sucursal de Londres do BES.

### ACTIVIDADE DAS UNIDADES OPERACIONAIS DOMÉSTICAS E NO EXTERIOR

Variáveis	milhões de euros					
	Actividade Doméstica			Actividade Internacional		
	30-Jun-12	30-Jun-11	Variação	30-Jun-12	30-Jun-11	Variação
<b>Activos Totais <sup>(1)</sup></b>	<b>69 675</b>	<b>74 023</b>	<b>-5,9%</b>	<b>28 366</b>	<b>26 770</b>	<b>6,0%</b>
<b>Activo</b>	<b>59 956</b>	<b>58 408</b>	<b>2,6%</b>	<b>25 336</b>	<b>21 113</b>	<b>20,0%</b>
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>39 604</b>	<b>41 241</b>	<b>-4,0%</b>	<b>11 572</b>	<b>10 460</b>	<b>10,6%</b>
<b>Recursos Totais de Clientes</b>	<b>36 719</b>	<b>42 351</b>	<b>-13,3%</b>	<b>15 682</b>	<b>13 781</b>	<b>13,8%</b>
Rácio Crédito/Depósitos <sup>(2)</sup>	147%	159%	-12 p.p.	146%	142%	4 p.p.

<sup>(1)</sup> Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

<sup>(2)</sup> Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objectivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

## 4.2 Principais Áreas de Negócio (Segmentos Operacionais)

### Caracterização Geral do Grupo

O Grupo BES desenvolve a sua actividade suportada em propostas de valor direccionadas para a satisfação das necessidades dos clientes particulares, empresas e institucionais, com o centro de decisão e principal mercado em Portugal.

As ligações históricas com África e com a América do Sul, nomeadamente com Angola e com o Brasil, a internacionalização das empresas nacionais, a crescente interdependência das economias na Ibéria e as importantes comunidades de cidadãos portugueses estabelecidas em vários continentes, têm constituído a base para a expansão da estrutura internacional do Grupo agora alargada à Venezuela e ao Luxemburgo no início do corrente ano.

No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes Segmentos Operacionais:

- Banca Comercial Nacional (inclui os subsegmentos de Retailo, Empresas e Institucionais e *Private Banking*)
- Banca Comercial Internacional
- Banca de Investimento
- Gestão de Activos
- Actividade de Seguros Vida
- Mercados e Participações Estratégicas
- Centro Corporativo

Com a aquisição da BES Vida o Grupo passou a apresentar um novo segmento operacional ligado à actividade de seguros do ramo vida.

Cada segmento engloba as estruturas directamente dedicadas do BES, bem como as unidades do Grupo com o qual a actividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional (encarada numa óptica de centro de investimento) é complementada, a nível da Comissão Executiva, pela definição de estratégias e planos comerciais para cada Segmento Operacional.

Complementarmente é utilizada uma segunda segmentação da actividade e dos resultados baseada em critérios geográficos, individualizando a performance das unidades localizadas em Portugal (área doméstica) e das localizadas no exterior (área internacional).

#### 4.2.1 Retalho

Este segmento engloba a actividade com clientes particulares, com destaque para a captação de depósitos, a venda de produtos de poupança, a gestão de contas e de meios de pagamento, a subscrição de produtos de seguros para particulares, os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia, a concessão de crédito habitação e ao consumo e o financiamento dos pequenos negócios.

#### BANCA DE RETALHO

	milhões de euros		
Variáveis	Jun,12	Jun,11	Varição
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	16 293	17 451	-6,6%
Recursos de Clientes	12 611	11 665	8,1%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	281,0	276,3	1,7%
Res. Operações Financeiras e Diversos	19,6	17,9	9,5%
Produto Bancário	300,6	294,2	2,2%
Custos Operativos	208,1	212,6	-2,1%
Provisões	41,6	49,9	-16,6%
Resultado antes de Impostos	50,9	31,7	60,6%
<i>Cost to Income</i>	69,2%	72,3%	-3,0 pp

Este segmento de actividade está assente numa rede de balcões que atingiu no final de Junho de 2012 um total de 677 unidades em Portugal (uma redução líquida de 24 agências desde o início do ano, que resulta do encerramento de 28 balcões e da abertura de 4 novas estruturas comerciais). O processo de optimização desta área de negócio, permitiu registar uma redução homóloga de 2,1% dos custos operativos. A rede inclui 51 Postos Avançados e agências resultantes de parcerias com agentes de seguros ao abrigo do programa *Assurfinance*. Em virtude do seu importante contributo para o crescimento da actividade do Retalho, o número de Postos Avançados continua a aumentar.

A actividade continua a ser marcada por uma trajectória significativa e sustentada de crescimento dos recursos: +6,9% face a Junho de 2011, com particular destaque para os recursos de balanço, que registaram um crescimento homólogo de 8,1%.

O crescimento dos recursos ao longo do 1º semestre de 2012 resultou em grande medida do forte contributo dos novos clientes. Desde o início do ano foram captados 50,6 mil clientes, fruto da articulação entre a rede de balcões e os principais canais de captação de clientes (em particular os programas *Cross-Segment* e *Assurfinance*). O programa *Assurfinance* manteve um contributo central para o desempenho comercial do Retalho através da

captação de 9,7 mil novos clientes. A captação total do Grupo no semestre, incluindo as unidades internacionais, ascendeu a 76,7 mil clientes.

O crescimento dos recursos foi igualmente suportado pela forte procura de produtos inovadores de aforro lançados pelo Grupo BES ao longo do último ano. A título de exemplo, as soluções de poupança programada e de micro-poupança, atingiram cerca de 270 mil contas, no final de Junho. O Retalho tem procurado assegurar em permanência uma gestão otimizada da margem dos recursos, como forma de preservar a evolução do produto bancário que registou um crescimento homólogo de 2,2%. A evolução do produto bancário, aliada à redução da base de custos e à redução dos níveis de imparidade permitiu apresentar, no primeiro semestre, uma evolução homóloga antes de impostos de +60,6%.

A actividade do Retalho foi caracterizada neste semestre pela manutenção de políticas selectivas de concessão de crédito e por importantes níveis de *cross-selling*. A dinâmica comercial tem-se baseado num conjunto alargado de produtos, serviços e ferramentas inovadoras. A título de exemplo importa destacar o crescimento da produção em diversas famílias de seguros: +55% face ao período homólogo na venda seca de seguros casa, +20% nos seguros automóvel, +14% nos seguros de protecção ao salário (produto particularmente adaptado ao actual contexto económico) e +8% nos seguros saúde.

No que se refere aos **Canais Directos**, o número de aderentes do *Internet Banking* de particulares – **BESnet** – no final do 1º semestre de 2012 atingiu um milhão, duzentos e setenta mil clientes (+4,9% face ao período homólogo). Simultaneamente, verificou-se uma intensificação da utilização, com o número de utilizadores frequentes a crescer 8,4% e o número total de acessos a aumentar 3,9%, em termos homólogos. Neste semestre assistiu-se ainda à consolidação da utilização das funcionalidades mais relevantes lançadas recentemente, destacando-se:

- o serviço *BESmobile* para particulares e empresas, com aplicações para *Android*, *iPhone* e uma solução *Web* para os restantes dispositivos, reforçando a aposta na solução *mobile* que responde às crescentes necessidades de mobilidade dos clientes, tendo o número de clientes atingido cerca de 60 mil;
- a utilização das novas funcionalidades de orçamento, planeamento e gestão do quotidiano familiar - Orçamento Familiar BES - cuja crescente utilização por parte dos clientes demonstra a correcção da aposta, tendo em conta os tempos de rigor e a

necessidade de poupança, motivados pela envolvente económica, com o número de clientes que já utilizaram esta ferramenta a superar os 120 mil.

Na vertente comercial, continua a disponibilizar-se um dispositivo remoto interligado de apoio à venda, utilizando o *site*, as ferramentas de interacção *click-to-call* e *chat* complementando a tradicional abordagem telefónica através das linhas especializadas para produtos de poupança e seguros. De referir ainda o relevante contributo dos canais directos para o sucesso da operação de aumento de capital do BES, tendo sido subscritos através do *BESnet* e *BESdirecto* 17% dos pedidos totais.

A actividade do **Banco Espírito Santo dos Açores**, que em 30 de Junho comemorou 10 anos de existência, continuou a ser condicionada pela situação de crise que se vive no País e na Região e pelas medidas que têm vinda a ser adoptadas para a recuperação económica. Assim, assistiu-se, por um lado, a uma desaceleração na concessão de crédito (sem, no entanto, se deixar de apoiar as empresas, designadamente, as PME com bom *rating*) e a um esforço suplementar no controlo e recuperação dos contratos em situação irregular; e, por outro, intensificou-se o esforço de captação de recursos, ao mesmo tempo que se manteve a estratégia de aumento da quota de mercado e de captação de novos clientes. Ao nível da actividade é de salientar evolução registada nos depósitos de clientes (+5,2%) e no crédito concedido a clientes (-0,4%), tendo o semestre encerrado com um activo líquido de 540,6 milhões de euros, o que representa uma redução de 2,8%, em termos homólogos. O resultado líquido, no montante de 1,7 milhões de euros, compara com 0,5 milhões de euros em Junho de 2011.

No primeiro semestre de 2012 o **Banco Best** recebeu duas distinções que realçam e premeiam o seu posicionamento enquanto líder na inovação da oferta de serviços e produtos financeiros em Portugal: (i) vencedor da categoria Melhor *Site/App Mobile* para *eCommerce*, no âmbito dos Prémios Navegantes XXI da ACEPI (Associação do Comércio Electrónico e Publicidade Interactiva), tendo o serviço de *Mobile Banking* sido distinguido como o mais completo do mercado português e encontra-se disponível directamente em *browser mobile* no endereço [www.bancobest.pt/m](http://www.bancobest.pt/m) e através de *Apps* para *iPhone*, *iPad* e *Smartphones e Tablets* com sistema *Android*; (ii) menção honrosa da IDC pelo seu projecto de *gamification*, uma animação digital, baseada na gestão de uma carteira de fundos de investimento, sobre um modelo animado de um campeonato de futebol com diversas jornadas. O Banco continuou a desenvolver o *site* do *SAXO CAPITAL MARKETS* no Reino Unido, lançado em 14

de Dezembro de 2011, acção que atesta a capacidade da plataforma do BEST no suporte à actividade bancária e de gestão de activos num dos mercados financeiros mais competitivos e sofisticados do mundo. A nível dos indicadores financeiros, e em termos homólogos, é de registar o crescimento do crédito em 10,8% e a redução de 11,2% nos depósitos de clientes, por via da forte concorrência existente no sistema bancário português e pela variada oferta disponibilizada pelo Banco, a nível de produtos direccionados às necessidades dos clientes, sendo de salientar a oferta de quase 2000 fundos de investimento. Os activos de clientes sob custódia atingiram 1,7 mil milhões de euros no final deste semestre e o resultado líquido alcançou os 4,4 milhões de euros, 10% acima do valor do período homólogo do ano anterior.

#### 4.2.2 Empresas e Institucionais

Esta área integra as grandes e médias empresas e a actividade com os clientes institucionais e municípios. O Grupo BES detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e com vocação internacional.

##### BANCA DE EMPRESAS E INSTITUCIONAIS

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,12	Jun,11	Variação
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	21 433	21 676	-1,1%
Recursos de Clientes	9 508	10 712	-11,2%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	213,5	189,9	12,4%
Res. Operações Financeiras e Diversos	5,6	8,6	-34,9%
Produto Bancário	219,1	198,5	10,4%
Custos Operativos	31,5	33,0	-4,5%
Provisões	208,6	79,7	161,7%
Resultado antes de Impostos	-21,0	85,8	-124,5%
<i>Cost to Income</i>	14,4%	16,6%	-2,2 pp

A evolução dos resultados deste sector continua influenciada pela aumento da sinistralidade do crédito, o que se tem vindo a traduzir em necessidades de reforço do provisionamento. Para contrariar o impacto deste efeito, o Grupo BES tem actuado ao nível dos seguintes vectores: (i) intensificação das práticas de prevenção do risco, nomeadamente através de maiores níveis de colateralização das operações de crédito, tanto nas novas operações como no *stock*; (ii) actualização permanente das políticas de *pricing*, tanto ao nível dos *spreads* de crédito, como ao nível das taxas praticadas na captação de recursos e como no combate a práticas de descontos/isenções no comissionamento e (iii) optimização da base de custos. A

actuação ao nível do preço permitiu registar no primeiro semestre de 2012 um crescimento do produto bancário: de 10,4% face a período homólogo. As iniciativas de reestruturação da base de custos permitiram atingir uma quebra homóloga de 4,5% dos custos operativos.

Não obstante, e apesar da forte quebra da procura de crédito pelo sector empresarial, o Grupo BES manteve um nível de concessão de novo crédito equivalente aos reembolsos efectuados pelos clientes, mantendo-se a carteira de crédito essencialmente estável, reflexo do apoio do Grupo BES ao tecido empresarial, em especial às empresas exportadoras e aos modelos de negócio com cariz inovador. Esta forte aposta no apoio à internacionalização das empresas nacionais assenta em serviços especializados da Unidade Internacional Premium (UIP) numa sólida presença internacional, numa rede de mais de 2200 bancos correspondentes e no reconhecido *know-how* em *trade finance*. Esta abordagem integrada tem permitido alcançar importantes quotas de mercado: 43% das empresas portuguesas exportadoras são clientes do Grupo BES e a quota de mercado de *Trade Finance* ascende a 31%, registando um crescimento de 2,5 pontos percentuais face ao período homólogo, o que se reflecte de forma muito favorável nos níveis de comissionamento registados pelo Grupo BES.

Como corolário da estratégia de permanente reforço das suas competências globais em termos de *Trade Finance*, em Julho de 2012, o Banco Espírito Santo recebeu uma certificação internacional em *Trade Finance* pela norma de Qualidade ISO 9001:2008. Em 2012 e pelo 6º ano consecutivo o BES foi também considerado, pela revista *Global Finance*, como o melhor banco de *Trade Finance* a actuar em Portugal.

No caso específico da crescente interligação económica do mercado ibérico, a articulação entre a rede doméstica e a rede do Grupo em território espanhol tem permitido assegurar uma acção comercial de captação e desenvolvimento de negócio: cerca de 50% das empresas ibéricas de bom risco são clientes do Grupo BES.

Ainda neste domínio, importa referir que o Grupo BES dispõe de uma equipa inteiramente dedicada ao apoio à internacionalização do tecido empresarial: a Unidade Internacional Premium (UIP) que, através das suas equipas especializadas, assegura um apoio efectivo desde os processos exportação das empresas até aos investimentos nos mercados. Alavancando na presença internacional do BES por um lado, e numa forte rede de bancos

parceiros, por outro, a UIP procura dar respostas às mais diversas solicitações nas diferentes geografias.

Em 2012, o Grupo mantém diversas iniciativas no âmbito do apoio à internacionalização das empresas nacionais, entre as quais merecem especial referência as seguintes:

- Participação em Feiras internacionais: Prowein, no sector vinícola, que decorreu na Alemanha em Junho passado; Sial, Feira de produtos alimentares e bebidas, na China, em Maio; Batimatec, para o sector da Construção e Materiais de Construção, na Argélia e também em Maio deste ano; FIA - Feira Internacional da Argélia, Multisectorial, que decorreu entre Maio e Junho de 2012.
- Promotor, em conjunto com a AICEP e AIP da 7ª edição do "Fórum Portugal Exportador", o maior e mais importante evento relacionado com as Exportações e Internacionalização das empresas nacionais;
- Participação activa no "Clube Portugal Exportador", uma iniciativa que nasceu no âmbito do "Fórum Portugal Exportador" com o intuito de proporcionar aos seus membros informação sobre mercados e *leads* de negócio nos principais mercados externos;
- Lançamento da segunda edição dos Prémios "Exportação & Internacionalização BES/Jornal de Negócios", que visam distinguir as empresas que mais se destacam na internacionalização e na dinamização das suas exportações;
- Publicação, pelo terceiro ano consecutivo, no Jornal Expresso, de um suplemento periódico ("Empresas & Internacionalização") dedicado à divulgação de mercados estratégicos para as empresas portuguesas, com apresentação das oportunidades de negócio nesses mercados e testemunhos de empresas portuguesas que constituem casos de sucesso nessas geografias.

Também o apoio à inovação e ao empreendedorismo tem continuado a assumir um enfoque crescente pela equipa do Grupo BES. Este trabalho no terreno, em parceria entre as várias estruturas do Banco, tem permitindo aumentar o número de oportunidades levantadas e classificadas em todo o país, tanto a nível de projectos como de empresas. Em consequência deste esforço de identificação e triagem, tem-se igualmente registado uma dinâmica muito positiva de investimentos a nível de *Seed* e *Pré-Seed*.

Face ao actual contexto de mercado, o apoio à tesouraria das empresas tem constituído igualmente um dos principais focos de actuação. Neste campo, o BES Express Bill, uma

solução, inovadora e exclusiva do BES de gestão de pagamentos e recebimentos tem ganho uma preponderância muito significativa. Esta solução assegura às empresas aderentes uma fonte de liquidez fundamental e constitui um instrumento gerador de confiança nas transacções comerciais entre elas. Até ao momento cerca de 10 000 empresas aderiram ao BES Express Bill, estando aprovados mais de 1900 milhões de euros em linhas de crédito, o que permite garantir mais de 9000 milhões de euros de pagamentos por ano.

Na área dos Canais Directos, o *Internet Banking* para empresas – *BESnetwork* – registou um crescimento de 8,9% face ao período homólogo, atingindo cento e seis mil aderentes neste trimestre. O número de utilizadores frequentes cresceu 9,6% e o número de acessos aumentou 8,6%.

#### 4.2.3 Private Banking

Esta área de negócio abrange a actividade com clientes *private* integrando todos os produtos do activo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e os produtos de seguros.

#### PRIVATE BANKING

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,12	Jun,11	Varição
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	962	1 056	-8,9%
Recursos de Clientes	1 924	2 146	-10,4%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	43,1	46,0	-6,3%
Res. Operações Financeiras e Diversos	2,7	3,5	-22,9%
Produto Bancário	45,8	49,5	-7,5%
Custos Operativos	9,0	9,6	-6,2%
Provisões	1,0	0,8	25,0%
Resultado antes de Impostos	35,8	39,1	-8,4%
<i>Cost to Income</i>	19,7%	19,4%	0,3 pp

Os recursos totais de clientes nesta importante área de negócio registaram um crescimento de 2,7% ao longo do primeiro semestre de 2012. Estes volumes incorporam um forte crescimento nos recursos fora de balanço (+20,7% desde o início do ano) fruto de uma preferência acrescida dos clientes por outros produtos de investimento em detrimento dos depósitos.

O nível praticado nas taxas de captação de depósitos, em particular no primeiro trimestre do ano, gerou uma erosão do produto bancário deste segmento, efeito que foi em parte mitigado por um esforço significativo de optimização da base de custos operativos, que registou uma redução homóloga de 6,2%.

#### 4.2.4 Banca Comercial Internacional

As unidades de negócio localizadas no exterior que integram este segmento operacional continuam a evidenciar um desempenho globalmente positivo visível no crescimento de 13,2% do produto bancário e de 10,5% do resultado antes de impostos, que se situou em 164,4 milhões de euros.

Os recursos de clientes de balanço tiveram um aumento de 5,9%, reflexo da evolução das obrigações colocadas em clientes institucionais através da Sucursal de Londres do BES, e o crescimento do crédito reflecte a intensificação da actividade, sobretudo, do BES Angola.

#### BANCA COMERCIAL INTERNACIONAL

milhões de euros			
Variáveis	Jun,12	Jun,11	Varição
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	10 900	9 844	10,7%
Recursos de Clientes	8 762	8 274	5,9%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	293,6	273,5	7,3%
Res. Operações Financeiras e Diversos	17,6	1,3	....
Produto Bancário	311,2	274,8	13,2%
Custos Operativos	108,8	94,9	14,6%
Provisões	38,0	31,1	22,2%
Resultado antes de Impostos	164,4	148,8	10,5%
<i>Cost to Income</i>	35,0%	34,5%	0,5 pp

No actual contexto de instabilidade económica, a actividade da **Sucursal do BES em Espanha** desenvolveu-se na senda da evolução registada nos trimestres anteriores, com destaque para: (i) os depósitos de clientes que apresentam um crescimento homólogo de cerca de 13%, enquanto o crédito a clientes reflecte uma redução de 10% no mesmo período melhorando a autonomia financeira da Sucursal; (ii) os volumes de risco fora de balanço (garantias) registaram um crescimento de 8%; (iii) o negócio de apoio a empresas com actividade internacional registou um crescimento de 21%; (iv) o número de clientes-alvo regista um aumento de 46% superando em 7000 o nível de Junho de 2011, incremento este suportado, sobretudo, pela banca de particulares e *private* (+45%); e (v) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com forte reforço do provisionamento face aos

efeitos directos e induzidos da situação económica. Reflexo dos referidos desenvolvimentos, foi possível manter a tendência de incremento das margens das aplicações creditícias, compensando parcialmente os efeitos da pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência na captação de depósitos.

A contenção de custos proporcionou uma evolução positiva dos mesmos ao apresentarem uma redução de 0,6%, em termos homólogos. O resultado depois de impostos situou-se em 9,5 milhões de euros, valor que compara com 5,7 milhões de euros registados em igual período do ano anterior.

A **Sucursal do BES em Londres (Reino Unido)** centra o seu negócio na banca de *Wholesale* ao nível do mercado europeu. Durante a primeira metade de 2012, o crescimento significativo do volume de negócios da Sucursal reflectiu não só a emissão de um programa de *EMTN*, mas também alguma capacidade renovada de angariação de recursos de clientes. Em termos homólogos, no entanto, verifica-se uma redução dos depósitos de clientes em aproximadamente 28%, em resultado das condições desfavoráveis dos mercados financeiros e da penalização decorrente dos sucessivos *downgrades* de *rating* da República Portuguesa ocorridos ao longo de 2011, e ainda da estratégia de venda de activos de crédito transaccionáveis (*deleverage*). Apesar do contexto adverso, o produto bancário gerado no período ascende a 17,8 milhões de euros, representando uma contracção de 7% em termos homólogos. Simultaneamente, a estrutura de custos tem vindo a ser ajustada (redução de 23% em termos homólogos) e o número de colaboradores diminuiu.

A performance do **Espírito Santo Bank (EUA) em Miami** continuou a ser condicionada pela difícil conjuntura que o sul da Florida vem experimentando nos últimos anos, sobretudo no que se refere ao negócio imobiliário; no entanto o negócio relacionado com o segmento de particulares, gama alta começa a denotar melhorias. Neste contexto, e apesar das dificuldades na realização de negócios com níveis aceitáveis de risco tendo em consideração os padrões conservadores que norteiam a actividade do Banco, a carteira de crédito situou-se em 448 milhões de dólares (mais 35 milhões de dólares face a Junho de 2011). Os depósitos atingiram 510 milhões de dólares, dos quais 48% eram depósitos à ordem. Os activos sob gestão situavam-se em cerca de 1,2 mil milhões de dólares no final do semestre e o resultado líquido atingiu os 2,6 milhões de dólares.

A **Sucursal do BES em Nova Iorque (EUA)** concentra igualmente a sua actividade na banca de *Wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. No período em análise persistiram as

dificuldades nas condições de acesso à liquidez nos mercados para colocação de programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a actividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com a estratégia internacional do Grupo e num contexto de acentuada redução da carteira de crédito (-49% face ao ano anterior) na sequência do plano de *deleverage*. De realçar o resultado alcançado que foi de 1,7 milhões de euros.

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 o **Banco Espírito Santo Angola** continuou a apoiar o dinamismo da economia angolana. Do ponto de vista da actividade consolidou-se a comercialização do leque de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes e que tem vindo a desenvolver-se desde o segundo semestre de 2011, nomeadamente, uma nova série de cartões de crédito e um conjunto de novos produtos de poupança dirigidos aos segmentos *target*. Durante este período o Banco continuou a merecer o reconhecimento internacional através de distinções como (i) *Best Trade Finance in Angola 2012 (Global Finance)*; (ii) *Best Foreign Exchange Provider 2012 (Global Finance)*; (iii) *Best Bank Award (Global Finance)*; e (iv) *Best Commercial Bank Angola (World Finance)*. Em 30 de Junho de 2012, o activo líquido ascendia a 7597 milhões de euros, representando um acréscimo de 27% quando comparado com o período homólogo do exercício anterior; os recursos de clientes atingiram 2493 milhões de euros (+13%) e o crédito concedido a clientes ascendeu a 4558 milhões de euros (acréscimo homólogo de 42%). O produto bancário situou-se em 184 milhões de euros (+16%), para o que contribuiu o forte crescimento dos serviços a clientes que evoluíram para 93 milhões de euros como resultado de comissões de *advisory* e de estruturação de operações contratadas no mercado da energia. Os custos operativos apresentam um crescimento de 31%, fruto do aumento da actividade, e o resultado do período ascendeu a 121 milhões de euros, o que compara com 115 milhões de euros no período homólogo do exercício anterior.

A actividade do **BES Cabo Verde (Cabo Verde)** centra-se no mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do sector público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de *affluent* local. Durante a primeira metade de 2012, o Banco registou um crescimento de 10% dos depósitos de clientes e aumentou em 43% a carteira de crédito, terminando o período com um activo de 118 milhões de euros.

A actividade do **Banco Espírito Santo do Oriente (Macau)** registou ao longo de do primeiro semestre de 2012, comparativamente ao período homólogo do ano anterior, um aumento significativo de operações na área de *trade finance* (*L/C Advising/Forfaiting/Discount*), justificado pelo seu posicionamento estratégico neste tipo de negócio e suportado pelos importantes fluxos comerciais entre a República Popular da China (RPC) e os países onde a presença estratégica do Grupo BES é determinante, nomeadamente, em África, na América Latina, na Europa, utilizando Macau como plataforma de negócio entre a RPC e os países de língua portuguesa. A fidelização e o crescimento da base de depósitos, por força de uma oferta ajustada, continua a assumir particular relevância no contexto actual, tendo-se desenvolvido um conjunto de iniciativas junto de clientes institucionais, bem como junto de fundos locais, que permitiram registar um aumento de 32%, face a Junho de 2011, nos depósitos de clientes. Apesar dos condicionalismos gerados pela continuada crise internacional e pela deterioração dos *ratings* de um conjunto de países europeus, o Banco apresenta um aumento de cerca de 40% do resultado bruto face aos valores orçamentados para o período em análise. Este aumento é explicado, essencialmente, pelo crescimento significativo da actividade de *trade finance*, pela angariação de novos depósitos a taxas de juro bastante competitivas e pela revisão de *spreads* das operações activas em carteira.

O **Banque Espírito Santo et de la Vénétie** (França) apresentou, no final do 1º semestre de 2012, um produto bancário de 21,4 milhões de euros, inferior em 4% ao valor obtido no período homólogo do ano anterior. O bom desempenho da área da banca comercial (aumento de 19% do respectivo produto bancário) não foi suficiente para compensar o forte aumento do custo dos recursos. Os custos gerais elevaram-se a 12,9 milhões de euros, representativos de um aumento de 7% em termos homólogos, em consequência do processo de reorganização das equipas dedicadas às operações e apoio comercial e aos sistemas de informação e controlo. O resultado líquido ascendeu a 5,6 milhões de euros, 8% abaixo do realizado no 1º semestre 2011.

O **Moza Banco (Moçambique)** prossegue a execução do plano de expansão comercial, tendo inaugurado três novos balcões durante o primeiro semestre, em zonas do país com importante dinâmica económica, contando actualmente com um total de dez agências. Em paralelo, tem vindo a reforçar todas as suas áreas de suporte, a alinhar os seus processos com as melhores práticas de mercado e a promover um ambicioso e robusto plano de formação dos seus recursos humanos. A actividade tem demonstrado um crescimento

rápido destacando-se (desde o início do ano e em moeda local) o crescimento do activo líquido (+46%) e dos depósitos (+59%), bem como do número de clientes.

Na **Líbia**, que continua numa fase de consolidação política, social e económica, o **Aman Bank** retomou a execução dos planos comerciais e de reforço operacional procurando aproveitar as oportunidades de crescimento do país. Durante o primeiro semestre de 2012, o activo aumentou 10% e o resultado líquido foi positivo.

No início de 2012, com a abertura de uma Sucursal, o BES reforçou a sua posição na **Venezuela**, país onde está presente desde há 17 anos com um Escritório de Representação. Esta iniciativa permitirá ao Grupo aproximar-se da comunidade portuguesa residente no país (estimada em cerca de 500 mil pessoas) e das grandes empresas e instituições locais.

Na mesma altura, o BES inaugurou também uma nova **Sucursal no Luxemburgo**, para actuação junto da comunidade emigrante portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos do centro da Europa, e oferecer aos clientes da rede global Grupo a possibilidade de opção por uma praça financeira segura e credível e inserida num contexto socio-económico único.

#### 4.2.5 Banca de Investimento

Esta área de negócio inclui, para além da actividade bancária tradicional com clientes empresariais e institucionais (crédito e depósitos), os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimento.

##### BANCA DE INVESTIMENTO

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,12	Jun,11	Varição
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	2 316	2 269	2,1%
Recursos de Clientes	1 052	1 279	-17,8%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	105,4	116,4	-9,5%
Res. Operações Financeiras e Diversos	18,0	2,4	....
Produto Bancário	123,4	118,8	3,9%
Custos Operativos	85,8	84,9	1,1%
Provisões	14,1	24,3	-42,0%
Resultado antes de Impostos	23,5	9,6	144,8%
<i>Cost to Income</i>	69,5%	71,5%	-2,0 pp

Apesar do contexto particularmente adverso, a actividade de banca de investimento decorreu de forma razoavelmente positiva. A participação do BES Investimento nos mais importantes processos de privatização em Portugal concluídos neste semestre contribuiu para a resiliência do produto bancário, que ascendeu a 123,4 milhões de euros, uma subida homóloga de 3,9%. Verificou-se igualmente uma recuperação na actividade de *trading* que ajudou a compensar um menor dinamismo das áreas de corretagem, mercado de capitais e *project finance*. O resultado antes de impostos ascendeu a 23,5 milhões de euros, montante superior em 144,8% ao verificado em igual período de 2011. A actividade internacional, onde se continuou a destacar o Brasil, teve um papel decisivo na performance da banca de investimento, representando 67% do produto bancário. Em Maio iniciou-se a actividade, na Índia, da *Espírito Santo Securities India Private Limited*, uma parceria (75%/25%) com a Família *Burman*, dando-se assim mais um passo na expansão internacional.

Na área de **Fusões e Aquisições** são de salientar as seguintes operações: (i) em Portugal, a conclusão em definitivo da assessoria à *China Three Gorges* na aquisição de 21,35% do capital da EDP – Energias de Portugal (2,7 mil milhões de euros), à *State Grid Corporation of China* na aquisição de 25% do capital da REN – Redes Energéticas Nacionais (387 milhões de euros) e a assessoria à REN na aquisição de uma participação de 7,5% na Hidroeléctrica de Cabora Bassa (38 milhões de euros); (ii) no Brasil, a assessoria financeira aos accionistas da *Meizler Biopharma* na venda de 51% do capital da empresa ao grupo internacional *UCB* e à Caixa Participações na aquisição de 33,33% do capital da ELO Serviços (empresa privada que se dedica à comercialização e gestão de cartões de crédito e débito); (iii) na Polónia, a assessoria à *Gebomsa Polska Sp. z.o.o.* na aquisição da *Betopompa*, um concorrente local. No eixo Brasil - Portugal é igualmente de salientar a conclusão da assessoria ao Grupo Camargo Correia no âmbito da Oferta Pública de Aquisição sobre a Cimpor – Cimentos de Portugal (acções objecto de oferta no valor de 1,7 mil milhões de euros). No final do 1º semestre de 2012, o BESI ocupava as seguintes posições no mercado de F&A: #1 em Portugal, por nº e valor de operações anunciadas, #2 na Península Ibérica, por valor de operações anunciadas e #8 no Brasil, por nº de operações concluídas (*Mergermarket*).

No **Project Finance e Securitização**, o BESI actuou como assessor financeiro da Aegea Saneamento (Grupo Equipav) no leilão promovido pelo município de Piracicaba, estado de São Paulo (Brasil), para a construção, operação e manutenção de um sistema de tratamento de esgotos.

Na área de **Acquisition Finance e Outros Financiamentos**, o BESI actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento à *Gebomsa Polska Sp. z.o.o.*, para aquisição de 100% do capital social da *Betopompa Sp. z.o.o.*.

Na área de **Mercado de Capitais – Renda Variável**, o BESI destacou-se: (i) em Portugal, como *Joint Global Coordinator* e *Bookrunner* do aumento de capital do Banco Espírito Santo (1010 milhões de euros) e da *Espírito Santo Financial Group* (500 milhões de euros); (ii) no Reino Unido, como *Sole Bookrunner* na colocação de 22,9 milhões de acções da *Xchanging plc* (22,4 milhões de libras); (iii) no Brasil, como Intermediário Exclusivo da Oi S.A. na compra de 2,8% do capital da Portugal Telecom (99,8 milhões de euros) e como Coordenador Contratado no IPO do BTG Pactual (3,2 mil milhões de reais).

Na área de **Mercado de Capitais – Renda Fixa**, salienta-se a actuação do BESI (i) em Portugal, como *Joint Lead Manager* das ofertas públicas de subscrição de obrigações da EDP (250 milhões de euros) e da ZON Multimédia (200 milhões de euros); (ii) no Brasil, como Coordenador na emissão de debêntures da OAS Engenharia no valor de 209 milhões de reais e como Coordenador Contratado na emissão de *bonds* do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) no valor de 300 milhões de dólares.

Na **Corretagem**, o BESI continuou a liderar em Portugal, com uma quota de mercado de 12,4% e manteve o 3º lugar do ranking das corretoras da Bolsa de Madrid, com uma quota de mercado de 6,7%. No Brasil, ocupou a 22ª posição no *ranking Bovespa* (num universo de cerca de 100 corretoras), com uma quota de mercado de 1,1%. Na Polónia, evoluiu para 12ª posição no *ranking* das corretoras polacas, aumentando a sua quota de mercado para 2,9%. No Reino Unido, subiu ao Top 3 das *Leading Pan-European Brokerage Firm for UK Small & Mid Caps* (*Thomson Extel Surveys 2012*).

A equipa de *Research* do BESI (*Espírito Santo Investment Bank Research*) foi objecto de distinção, tendo-lhe sido atribuído, pelo segundo ano consecutivo, o prémio de “Melhor Analista Financeiro em Portugal” pela *Deloitte* no *IRG Awards 2012*. A equipa de *Research* no Reino Unido alcançou igualmente posições relevantes nos sectores do Imobiliário (#2) e Retalho (#3) de acordo com os *rankings* de *Small and Mid Cap Research* (*Thomson Extel 2012*).

#### 4.2.6 Gestão de Activos

Este segmento engloba toda a actividade de gestão de activos desenvolvida, fundamentalmente, pela Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF), em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo, Angola e Brasil) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

##### GESTÃO DE ACTIVOS

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,12	Jun,11	Variação
<b>ACTIVOS SOB GESTÃO</b>	9 976	18 284	-45,4%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário	34,1	29,5	15,6%
Custos Operativos	8,7	10,9	-20,2%
Provisões	0,8	0,8	0,0%
Resultado antes de Impostos	24,6	17,8	38,2%
<i>Cost to Income</i>	25,5%	36,9%	-11,4 pp

No final do 1º semestre de 2012, o volume global de activos sob gestão atingiu cerca de 10 mil milhões de euros, reflectindo uma redução de 45% face a Junho de 2011. Esta redução deveu-se, por um lado, à evolução da gestão de patrimónios e dos fundos de investimento imobiliário, apenas parcialmente compensada pela recuperação ou estabilização relativa dos volumes em todos os restantes segmentos de negócio, e, por outro, à transferência para o balanço consolidado de parte significativa dos recursos da BES Vida que até aqui integravam o conjunto da gestão de activos. No âmbito do processo de racionalização da oferta obteve-se autorização para a fusão, por incorporação, envolvendo um conjunto de seis fundos e efectuou-se um ajustamento à política de investimento de três fundos, o qual foi implementado após obtenção das devidas autorizações. De salientar, o grande sucesso obtido com o Fundo ES LIQUIDEZ – fundo especial de investimento o qual regista, desde o início do ano, um aumento de cerca de 40% dos volumes sob gestão.

A actividade internacional, em que se verificou uma ligeira redução, representava em finais de Junho cerca de 3 mil milhões de euros de activos sob gestão, aproximadamente 30% do total do volume global. Neste âmbito, de salientar a alteração do *ES Rockefeller Global S.A. SICAV – Energy Fund*, que passou a ser um fundo harmonizado (“UCITS compliant”).

O processo de fusão do Banco Popular com o Banco Pastor, teve um impacto significativo na estratégia delineada para a actividade de gestão de activos do Grupo BES no mercado

espanhol, nomeadamente na continuidade do acordo de comercialização entre as filiais espanholas da ESAF e o Banco Pastor. Assim, na sequência das conversações mantidas entre as partes, foi efectuada a revisão do acordo existente, e o pagamento à ESAF de uma indemnização negociada no âmbito dos contratos anteriormente estabelecidos, cujo impacto no resultado líquido do semestre totalizou 7,3 milhões de euros.

#### 4.2.7 Actividade de Seguros Vida

Esta área de negócio abrange a actividade desenvolvida pela BES Vida, Companhia de Seguros que comercializa seguros tradicionais, de capitalização, e PPR's dirigidos aos clientes do Grupo BES. Os principais indicadores da actividade e resultados deste segmento operacional no primeiro semestre do corrente exercício são os seguintes:

#### ACTIVIDADE DE SEGUROS VIDA

milhões de euros	
Variáveis	Jun,12
<b>BALANÇO</b>	
Activo	5 854
Recursos de Clientes	3 661
<b>GANHOS E PERDAS</b>	
Margem Bruta da Actividade Seguradora	40,3
Custos Operativos	2,1
Provisões	1,8
Resultados apropriados pelo Grupo BES	17,4

A **BES Vida**, no primeiro semestre apresentou um aumento global de prémios de 9,2% que se situaram em 149,6 milhões de euros. Ao nível dos produtos tradicionais, a Seguradora apresentou uma performance semelhante à do ano anterior, com os prémios a atingirem o montante de cerca de 30 milhões de euros. Importa salientar a forte redução do volume de indemnizações registados durante o primeiro semestre, por força da diminuição verificada no volume de resgates dos produtos financeiros. Os recursos de clientes em Jun,12 totalizavam 3661 milhões de euros.

O contributo da BES Vida para os resultados do Grupo BES do primeiro semestre foi de -36,7 milhões de euros, os quais incluem 17,4 milhões de euros de resultados positivos recorrentes e 54,1 milhões de euros negativos apurados na aquisição de controlo devido ao

reconhecimento em resultados de reservas de justo valor apuradas pelo anterior método do *equity*.

A implementação de estratégias de investimento e de captação de recursos mais adaptadas à realidade do mercado português deverá permitir à BES Vida contribuir, como o 2º trimestre da actividade recorrente da Companhia já evidencia, positivamente para os resultados e performance do Grupo BES na segunda metade do corrente exercício.

#### 4.2.8 Mercados e Participações Estratégicas

Este segmento congrega a actividade de gestão financeira global do Grupo, que abrange a tomada e cedência de fundos nos mercados financeiros, bem como o investimento e gestão de risco de instrumentos de crédito, de taxa de juro, cambial e de acções, quer de natureza estratégica, quer relacionados com a actividade corrente da área de mercados. Considera-se ainda a actividade com investidores institucionais não residentes e os efeitos decorrentes de decisões de ordem estratégica com impacto transversal a todo o Grupo.

##### MERCADOS E PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

milhões de euros			
Variáveis	Jun,12	Jun,11	Var %
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário	116,9	305,2	-61,7%
Custos Operativos	25,0	25,2	-0,8%
Provisões	120,4	283,2	-57,5%
Resultado antes de Impostos	-28,5	-3,2	....

A evolução deste segmento operacional foi negativamente influenciada pela venda da participação no Bradesco no 1º Semestre de 2011. Porém, sublinha-se a geração de resultados positivos no *trading*, a manutenção dos custos operativos e a redução do custo com o provisionamento.

## 5. SOLIDEZ FINANCEIRA E OUTROS INDICADORES

### 5.1 Qualidade do Crédito

A evolução do crédito, crédito vencido, crédito em risco, provisões para imparidade e indicadores de sinistralidade e de cobertura face ao semestre homólogo e face ao final do exercício de 2011 foi como segue:

## QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-11	Variação no semestre	
				absoluta	relativa
<b>DADOS DE BASE (milhões de euros)</b>					
Crédito a Clientes (bruto)	51 176	51 211	51 701	-35	-0,1%
Crédito Vencido	1 908,0	1 545,6	1 337,1	362,4	23,4%
Crédito Vencido > 90 dias	1 690,8	1 403,3	1 216,2	287,5	20,5%
Crédito em Risco <sup>(1)</sup>	4 049,0	3 373,6	2 903,9	675,4	20,0%
Provisões para Crédito	2 434,7	2 167,4	1 982,6	267,3	12,3%
<b>INDICADORES (%)</b>					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	3,73	3,02	2,59	0,71	p.p.
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	3,30	2,74	2,35	0,56	p.p.
Crédito em Risco <sup>(1)</sup> / Crédito a Clientes (bruto)	7,91	6,59	5,62	1,32	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	127,6	140,2	148,3	-12,6	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	144,0	154,5	163,0	-10,5	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito em Risco <sup>(1)</sup>	60,1	64,2	68,3	-4,1	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	4,76	4,23	3,83	0,53	p.p.
Carga de Provisões para Crédito	1,38	1,17	1,18	0,21	p.p.

<sup>(1)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vincendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos reestruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na íntegra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

A deterioração da situação económica doméstica e internacional penalizou o comportamento dos indicadores de qualidade do crédito. Assim, a sinistralidade agravou-se no semestre, com o rácio "Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito a Clientes" a evoluir para 3,30% (Dez,11: 2,74%) e o respectivo rácio de cobertura por provisões a situar-se em 144,0% (Dez,11: 154,5%). O crédito em risco atingiu 4049 milhões de euros, passando a representar 7,91% do crédito total (Dez,11: 6,59%), com uma cobertura de 60,1% por provisões (Dez,11: 64,2%).

A cobertura do crédito total por provisões (provisões para crédito/crédito a clientes) continuou a ser reforçada, passando a representar 4,76% do crédito (Dez,11: 4,23%).

O agravamento da sinistralidade centrou-se sobretudo no crédito a empresas que passou para 4,45% (Dez,11: 3,56%) e no crédito a particulares para consumo e finalidades diversas que atingiu 6,01% (Dez,11: 4,98%). De realçar o facto de o crédito à habitação continuar a ser o tipo de crédito que apresenta o menor crescimento na sinistralidade, apresentando-se inferior a 1% (0,86%).

## SINISTRALIDADE POR TIPO DE CRÉDITO

Finalidade	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-11	Varição no semestre (p.p.)
CRÉDITO VENCIDO	3,73%	3,02%	2,59%	0,71
Particulares	1,81%	1,62%	1,51%	0,19
- Habitação	0,86%	0,84%	0,82%	0,02
- Outros Fins	6,01%	4,98%	4,55%	1,03
Empresas	4,45%	3,56%	3,00%	0,89

Os rácios de sinistralidade do Grupo comparam favoravelmente com o total do sistema bancário nacional que aponta para uma sinistralidade de 7,09% nas empresas (Grupo BES: 4,45%), de 1,76% na habitação (Grupo BES: 0,86%) e de 10,71% no outro crédito a particulares (Grupo BES: 6,01%), de acordo com os últimos dados estatísticos publicados pelo Banco de Portugal (Maio de 2012).

## 5.2 Liquidez, Solvabilidade e Solidez Financeira

### 5.2.1 Liquidez

As tensões nos mercados de dívida soberana na Zona Euro mantiveram-se ao longo do segundo trimestre de 2012, reflectindo uma maior percepção de risco por parte dos investidores em relação à economia espanhola bem como a subsistência dos riscos e incertezas face à Grécia.

O pedido de ajuda externa com vista à recapitalização dos bancos, anunciado pelo Governo Espanhol em Junho, embora percebido pelos mercados como positivo, revelou-se insuficiente para dissipar todas as incertezas em torno da economia espanhola, com as *yields* da dívida pública a registarem uma tendência sustentada de subida.

Não obstante o clima de instabilidade na Zona Euro, em Portugal, a implementação do Programa de Ajustamento Económico – Financeiro e as sucessivas avaliações positivas da Troika têm sido percebidas de forma positiva pelo mercado, contribuindo para uma redução significativa das *yields* da dívida pública portuguesa.

Porém, os mercados de *wholesale funding* de curto e médio prazo mantêm-se ainda inacessíveis aos emitentes portugueses, pelo que o acesso às operações de redesconto do BCE continua a ser fundamental para colmatar as necessidades de financiamento. No final do trimestre, as operações de redesconto junto do BCE totalizavam 13,7 mil milhões de euros.

Durante o 2º trimestre o BES continuou a reforçar a carteira de activos elegíveis para operações de redesconto, a qual atingiu no final do trimestre o valor de 27 mil milhões de

euros, dos quais 22,6 mil milhões de euros elegíveis junto do Banco Central Europeu. Neste total está incluída toda a exposição à dívida pública portuguesa no montante global de 5,5 mil milhões de euros (dos quais 1,2 mil milhões de euros com maturidade inferior a um ano). Relativamente a exposição a dívida pública de outros países “periféricos”, o BES detinha 32 milhões de euros de dívida pública espanhola, 24 milhões de euros de dívida pública irlandesa e 1 milhão de euros de dívida pública italiana, não detendo qualquer exposição a dívida pública Grega.

A estrutura de financiamento do Grupo BES no segundo trimestre de 2012 continua a evidenciar um peso significativo dos depósitos de clientes, agora reforçado pelos produtos de bancaseguros distribuídos pelo retalho. Por outro lado, o peso dos recursos *wholesale* de médio e longo prazo continuou a registar uma redução na estrutura de financiamento, passando para 19% do total, o que reflecte os reembolsos de dívida ocorridos até ao final do 2º trimestre que totalizam cerca de 3,3 mil milhões de euros ou 95% do total de reembolsos previstos para 2012.

### **5.2.2 Solvabilidade**

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método *IRB Foundation*) para cobertura do risco de crédito e da abordagem *TSA* para a cobertura do risco operacional.

De acordo com a regulamentação portuguesa em vigor (Aviso 3/2011 do Banco de Portugal) os bancos portugueses deverão cumprir com um rácio *Core Tier I* de 9% em Dezembro de 2011 e de 10% em Dezembro de 2012. Por outro lado, os bancos europeus incluindo os portugueses, deverão apresentar um rácio *Core Tier I* de 9% em 30 de Junho de 2012 de acordo com as regras definidas pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

### **5.2.3 Recomendações de Basileia III**

No final do terceiro trimestre de 2010, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia tomou um conjunto de decisões relativas ao funcionamento do sistema financeiro mundial que se materializaram em recomendações que passaram a ser conhecidas como Basileia III. Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório (de 1 de Janeiro de 2013 até 1 de Janeiro de 2019) para cumprimento das regras aprovadas que têm em vista a garantia de uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras no futuro.

As regras de Basileia III apontam para o seguinte enquadramento regulamentar a alcançar, de forma gradual, até 1 de Janeiro de 2019:

- rácio mínimo *Core Tier I* : 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio mínimo *Tier I* : 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio total: 10,5%;
- introdução de um *buffer* anti-ciclo entre 0% e 2,5% de elementos *Core Tier I* em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo *BIS III* e para as novas deduções à base de capital;
- estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de curto e de médio/longo prazos em condições a definir.

O Grupo continua a acompanhar muito de perto a evolução do enquadramento regulamentar, bem como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de apurar as regras finais que suportarão os novos rácios prudenciais regulamentares na União Europeia.

#### 5.2.4 Solidez Financeira - Rácios de Capital

A informação relevante sobre os activos de risco, fundos próprios e rácios de capital de acordo com abordagem *BIS II IRB* é a seguinte:

##### ACTIVOS DE RISCO E CAPITAIS ELEGÍVEIS

	milhões de euros	
	Jun,12	Dez,11
<b>Activos de Risco Equivalentes (A)</b>	<b>63 844</b>	<b>65 385</b>
<i>Banking Book</i>	58 081	59 705
<i>Trading Book</i>	1 825	1 742
Risco Operacional	3 938	3 938
<b>Fundos Próprios</b>		
<i>Core Tier I</i> (B)	<b>6 708</b>	<b>6 020</b>
<i>Core Tier I EBA</i> (E)	<b>6 319</b>	-
<i>Tier I</i> (C)	<b>6 666</b>	<b>6 171</b>
Complementares e Deduções	436	799
<b>Fundos Próprios Totais (D)</b>	<b>7 102</b>	<b>6 970</b>
<b>Rácio <i>Core Tier I</i> (B/A)</b>	<b>10,5%</b>	<b>9,2%</b>
<b>Rácio <i>Core Tier I EBA</i> (E/A)</b>	<b>9,9%</b>	-
<b>Rácio <i>Tier I</i> (C/A)</b>	<b>10,4%</b>	<b>9,4%</b>
<b>Rácio de Solvabilidade (D/A)</b>	<b>11,1%</b>	<b>10,7%</b>

Como evidenciado no quadro acima o Grupo BES atingiu, em Junho de 2012, o valor de 10,5% para o rácio *Core Tier I*, antecipando assim o cumprimento do objectivo fixado pelo Banco de Portugal para Dezembro de 2012. Por outro lado, o rácio *Core Tier I* calculado segundo a metodologia da *EBA* é de 9,9%, substancialmente acima do valor mínimo de 9% fixado por aquela autoridade europeia.

Durante o 2º trimestre ocorreram certas operações com efeitos relevantes sobre a evolução da base de capital e do rácio *Core Tier I* do Grupo BES. O quadro seguinte evidencia tais modificações e respectivos impactos (critérios do Banco de Portugal).

### EVOLUÇÃO DA BASE DE CAPITAL E DO RÁCIO *CORE TIER I*

	Valores (M€)		Rácio <i>Core Tier I</i>	
	<i>Core Tier I</i>	<i>RWA</i>	Valor (%)	Var. (pb)
<b>Valores de Março de 2012</b>	<b>6 067</b>	<b>64 587</b>	<b>9,39</b>	-
Aumento de Capital <sup>(1)</sup>	995	-	10,93	154
Pensões e <i>SIP</i> <sup>(2)</sup>	- 275	-	10,51	-42
Aquisição de Controlo da BES VIDA	- 157	-	10,27	-24
Actividade Corrente	78	- 743	10,51	24
<b>Valores de Junho de 2012</b>	<b>6 708</b>	<b>63 844</b>	<b>10,51</b>	<b>112</b>

(1) Encaixe deduzido de despesas

(2) Absorção do impacto da transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento e do Programa Especial de Inspeções

### Aumento do Capital Social do Banco Espírito Santo

Durante o mês de Maio o Banco Espírito Santo concluiu a operação de aumento do capital social por novas entradas em dinheiro, no montante de €1.009.891.912,86, de €4.030.232.150,40 para €5.040.124.063,26, em resultado da emissão de 2.556.688.387 novas acções ordinárias. Deste modo, o capital do BES é actualmente de €5.040.124.063,26, representado por 4.017.928.471 acções ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal. As novas acções são fungíveis com as demais acções e conferem aos seus titulares os mesmos direitos que as demais acções existentes antes do aumento de capital. A admissão à negociação das novas acções na *NYSE Euronext Lisbon* concretizou-se em 14 de Maio de 2012.

A operação, realizada através do mercado, apesar de ter decorrido num período adverso e de grande instabilidade dos mercados, foi integralmente subscrita e concluída com inegável sucesso, tornando-a num caso ímpar em Portugal ao mesmo tempo que constitui uma afirmação da confiança dos accionistas tradicionais e do mercado na capacidade e

determinação do Banco em superar, de forma autónoma, as actuais dificuldades e iniciar um novo ciclo de criação de valor no Grupo.

### **Rating**

As notações de *rating* atribuídas ao Grupo BES continuam condicionadas ao *rating* do País:

- **DBRS** (Fevereiro), na sequência da revisão em baixa do *rating* de longo prazo da República Portuguesa de BBB para BBB (*low*), com tendência negativa, procedeu também à revisão do *rating* da dívida de longo prazo do Banco Espírito Santo para o mesmo nível do *rating* soberano de Portugal. O *rating* de curto prazo foi também revisto de R-2(*high*) para R-2(*mid*), com tendência negativa;
- **Moody's** (Março), também viria a comunicar os resultados da revisão aos *ratings* dos bancos portugueses, iniciada em Fevereiro após a revisão em baixa do *rating* soberano de Portugal, tendo o *rating* do BES sido revisto de Ba2 para Ba3, isto é, a mesma notação de *rating* da República Portuguesa.
- **Standard&Poors** (Julho) anunciou a sua decisão de afirmar as notações do Banco Espírito Santo em BB- (longo prazo) e B (curto prazo), com *Outlook* negativo, no seguimento da análise das implicações do aumento de capital concluído no passado mês de Maio, na posição de capital do Banco. A *S&P* também afirmou os *ratings* da dívida sénior do BES em BB-, da sua dívida subordinada em B e nas acções preferenciais em B-.

### **5.3 Indicadores de Referência do Banco de Portugal**

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos através da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pela Instrução n.º 23/2011 para o final do primeiro semestre de 2012, em comparação com os evidenciados no período homólogo do ano anterior.

**INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL**

	%	
	30-Jun-12	30-Jun-11
<b>SOLVABILIDADE</b>		
Fundos Próprios/Activos de Risco <sup>(a)</sup>	11,1	11,5
Fundos Próprios de Base/Activos de Risco <sup>(a)</sup>	10,4	9,2
Core Tier I/Activos de Risco <sup>(a)</sup>	10,5	8,2
<b>QUALIDADE DO CRÉDITO</b>		
Crédito com Incumprimento <sup>(b)</sup> / Crédito Total <sup>(c)</sup>	4,2	3,2
Crédito com Incumprimento, líquido <sup>(c)</sup> / Crédito Total, líquido <sup>(c)</sup>	-0,5	-0,6
Crédito em Risco <sup>(c/f)</sup> / Crédito Total <sup>(c)</sup>	7,9	5,6
Crédito em Risco, líquido <sup>(c/f)</sup> / Crédito Total, líquido <sup>(c)</sup>	3,3	1,9
<b>RENDIBILIDADE</b>		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido médio	0,5	0,5
Produto Bancário <sup>(d)</sup> / Activo Líquido médio	2,9	3,1
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios <sup>(e)</sup>	5,9	6,4
<b>EFICIÊNCIA</b>		
Custos de Funcionamento <sup>(d)</sup> + Amortizações / Produto Bancário <sup>(d)</sup>	47,0	43,9
Custos com Pessoal / Produto Bancário <sup>(d)</sup>	24,5	22,8
<b>RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO</b>		
(Crédito Total <sup>(c)</sup> - Provisões para Crédito <sup>(c)</sup> ) / Depósitos de Clientes <sup>(f)</sup>	147	155

<sup>(a)</sup> Valores calculados com base no método *IRB Foundation*

<sup>(b)</sup> De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003/DSB do Banco de Portugal

<sup>(c)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº22/2011 do Banco de Portugal

<sup>(d)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal

<sup>(e)</sup> Incluem Interesses que não controlam

<sup>(f)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal

A análise dos indicadores apresentados permite destacar os seguintes aspectos: (i) os rácios de solvabilidade cumprem com os limites mínimos estabelecidos pelo Banco de Portugal; (ii) os indicadores de qualidade de crédito registam um agravamento destacando-se, porém, a circunstância de as provisões em balanço ultrapassarem o crédito com incumprimento líquido; (iii) a evolução dos indicadores de rendibilidade reflecte a quebra do resultado líquido face ao semestre homólogo do ano anterior; (iv) a redução do produto bancário fez regredir os níveis de eficiência; e (v) o rácio de transformação evidencia uma evolução positiva.

## 6. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2012

Nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras é feita uma abordagem da gestão dos principais riscos de actividade (risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional) a que o Grupo BES e o BES se encontram expostos no decurso normal das respectivas actividades. No que respeita mais especificamente à segunda metade do corrente exercício destacamos, em primeiro lugar, as perspectivas que se podem antever pelo desempenho do 1º semestre de 2012 que, tal como se refere no Enquadramento Macroeconómico, ficou marcado pela deterioração das expectativas de evolução da actividade económica a nível global, mas com especial incidência na Zona Euro a braços com uma crise financeira grave e uma recessão severa.

Este contexto aliado à execução do plano acordado com a CE, BCE e FMI, na sequência do pedido de auxílio do Governo Português, e cujos efeitos restritivos sobre as famílias e as empresas se fazem sentir cada vez com maior acuidade colocam sérios constrangimentos e novos desafios ao desenvolvimento da actividade bancária.

Assim, os principais riscos e incertezas que podem afectar a actividade e resultados do Grupo BES durante o segundo semestre do exercício de 2012 são:

- as soluções que os responsáveis políticos europeus apresentarem para o conjunto dos países da Zona Euro e sua percepção pelos mercados como sendo as mais adequadas à actual crise financeira soberana;
- o grau de sucesso do Governo Português no cumprimento das metas e compromissos consagrados no Memorando de Política Económica e Financeira acordada com a CE/BCE/FMI e consequente melhoria dos níveis de credibilidade de Portugal junto da comunidade internacional;
- a manutenção das dificuldades de acesso do sector bancário português aos mercados monetário e financeiro;
- a necessidade de reforço da captação de recursos junto dos clientes, no actual contexto de escassez de liquidez;
- as perspectivas de Portugal continuar em recessão para além do exercício de 2012;
- a evolução geral dos mercados financeiros e respectivos impactos nos activos do Grupo.

Em consequência, as perspectivas do Grupo BES para o segundo semestre apontam para que a sua actividade se desenrole em torno das seguintes linhas de orientação:

- prosseguir políticas comerciais que conduzam a melhorias no rácio Crédito/Depósitos, promovendo a captação de depósitos e mantendo as políticas de selectividade no crédito;
- potenciar as sinergias com a BES Vida proporcionadas pela aquisição do controlo da companhia;
- continuar a desenvolver uma gestão financeira prudente, promovendo a manutenção de adequados níveis de liquidez e uma gestão de activos e passivos adaptada à actual conjuntura;
- continuar a implementar medidas que promovam a gestão eficiente do balanço de forma a cumprir os níveis exigidos pelas Autoridades de Supervisão para os rácios de capital;
- continuar a desenvolver os mecanismos que conduzam ao reforço da mitigação, percepção e controlo dos riscos;
- prosseguir a política de provisionamento do crédito alinhada com a evolução dos riscos;
- aprofundar e desenvolver novas iniciativas de melhoria da eficiência e produtividade, também por redução dos custos operativos;
- tendo em conta a melhoria do risco país reforçar a política de diversificação de recursos internacionais;
- continuar a sustentar o apoio creditício às PME's, nomeadamente exportadoras, e acompanhá-las no seu esforço de procura de novos mercados internacionais com base na importante presença que o Grupo BES também possui nos mercados emergentes;
- contribuir para a racionalização de sectores de actividade e empresas, nos casos de manifesto excesso de capacidade por perda de procura interna, designadamente através do recurso aos Fundos de Reestruturação.

## **7. ACTIVIDADE E RESULTADOS DO BES (INDIVIDUAL)**

### **7.1 Evolução da Actividade e Qualidade dos Activos**

A evolução da actividade do BES continuou a ser condicionada pela inacessibilidade de Portugal aos mercados financeiros, com a conseqüente necessidade de se materializar um maior equilíbrio de balanço entre os depósitos captados e o crédito concedido.

Assim, a evolução da actividade do BES caracterizou-se pela redução de 1007 milhões de euros no crédito concedido a clientes face ao valor registado em Junho de 2011, fruto da execução do plano de *deleverage* estabelecido pelo Banco.

No que se refere aos recursos, os depósitos de clientes registaram um crescimento de 1,1%, em termos homólogos. Os recursos de clientes com expressão no balanço, influenciados pela redução da dívida titulada colocada junto de clientes internacionais, designadamente, de certificados de depósito, apresentaram uma redução de 0,9%.

### PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ACTIVIDADE

Variáveis	30-Jun-12	30-Jun-11	milhões de euros	
			Variação p.h.a.a.	
<b>Activo</b>	<b>73 132</b>	<b>73 987</b>	<b>-1,2%</b>	
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>40 869</b>	<b>41 876</b>	<b>-2,4%</b>	
Crédito a Particulares	10 519	11 078	-5,0%	
Habitação	8 350	8 568	-2,5%	
Outro Crédito a Particulares	2 169	2 510	-13,6%	
Crédito a Empresas	30 350	30 798	-1,5%	
<b>Recursos Totais de Clientes</b>	<b>47 917</b>	<b>48 078</b>	<b>-0,3%</b>	
Recursos de Clientes de Balanço	32 828	33 156	-1,0%	
Depósitos	29 451	29 119	1,1%	
Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes	3 377	4 037	-16,3%	
Recursos de Desintermediação	15 089	14 922	1,1%	

No que se refere à qualidade do crédito a clientes, a evolução do crédito vencido há mais de 90 dias evidencia um agravamento do respectivo rácio de sinistralidade para 3,73% (Dez, 11: 3,11%), com o rácio de cobertura a situar-se em 143,1%. Em relação à cobertura do crédito por provisões é de realçar a evolução do rácio provisões/crédito total (vivo e vencido), que tem vindo a aumentar de forma consistente, atingindo 5,35% em 30 de Junho de 2012 (Dez, 11: 4,81%).

### QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-11	Variação no semestre	
				absoluta	relativa
<b>DADOS DE BASE (milhões de euros)</b>					
Crédito a Clientes (bruto)	40 869	40 638	41 876	231	0,6%
Crédito Vencido	1724,0	1389,2	1228,0	334,8	24,1%
Crédito Vencido >90 dias	1526,4	1262,2	1124,9	264,2	20,9%
Provisões para Crédito	2184,8	1955,9	1760,6	228,9	11,7%
<b>INDICADORES (%)</b>					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	4,22	3,42	2,93	0,80	p.p.
Crédito Vencido > 90 dias/ Crédito a Clientes (bruto)	3,73	3,11	2,69	0,62	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	126,7	140,8	143,4	-14,1	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido >90 dias	143,1	155,0	156,5	-11,9	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	5,35	4,81	4,20	0,54	p.p.

## 7.2 Condições de Funcionamento, Eficiência e Rendibilidade

Os resultados do BES elevaram-se a 155,5 milhões de euros (1ºSem,11: -17,0 milhões de euros) devido ao aumento dos ganhos no *trading*, no resultado financeiro e à redução de custos.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Variáveis	milhões de euros			
	1ºSem,12	1º Sem,11	Variação	
			absoluta	relativa
Resultado Financeiro	367,4	304,9	62,5	20,5%
+ Serviços a Clientes	224,7	234,6	-9,9	-4,2%
= <b>Produto Bancário Comercial</b>	<b>592,1</b>	<b>539,5</b>	<b>52,6</b>	<b>9,7%</b>
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	309,5	205,0	104,5	50,9%
= <b>Produto Bancário</b>	<b>901,6</b>	<b>744,5</b>	<b>157,1</b>	<b>21,1%</b>
- Custos Operativos	381,1	392,2	-11,1	-2,8%
= <b>Resultado Bruto</b>	<b>520,5</b>	<b>352,3</b>	<b>168,2</b>	<b>47,7%</b>
- Provisões líquidas de Reposições	308,8	385,8	-77,0	-20,0%
para Crédito	277,7	244,0	33,7	13,8%
para Títulos	29,7	52,2	-22,5	-43,0%
para Outros Activos	1,4	89,6	-88,2	-98,5%
= <b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>211,7</b>	<b>-33,5</b>	<b>245,2</b>	....
- Impostos sobre Lucros	42,9	-30,9	73,8	....
- Contribuição sobre o Sector Bancário	13,3	14,4	-1,1	-7,6%
= <b>Resultado do Exercício</b>	<b>155,5</b>	<b>-17,0</b>	<b>172,5</b>	....

O produto bancário comercial apresenta um aumento de 9,7%, fruto da evolução do resultado financeiro (suportado exclusivamente no efeito preço, na medida em que o efeito volume foi negativo). Os resultados de operações financeiras e diversos apresenta um aumento de, sensivelmente, 105 milhões de euros, influenciados pelos ganhos com obrigações do tesouro, fazendo com que o produto bancário total tenha aumentado cerca de 21,1%.

A redução de 2,8% nos custos operativos foi conseguida através da quebra nos custos com pessoal (-5,0%) e nos outros gastos administrativos (-1,1%).

Num contexto de deterioração dos níveis de risco decorrente da recessão económica doméstica reforçou-se as provisões para crédito em 277,7 milhões de euros, valor que representa um acréscimo de 13,8% face ao período homólogo. A redução nas provisões para títulos e para outros activos foi parcialmente absorvida pelo substancial agravamento da carga fiscal.

Em termos de eficiência registou-se uma melhoria do *Cost to Income* (com mercados) decorrente da redução dos custos e da performance do produto bancário, enquanto que a

evolução do *Cost to Income* (sem mercados) reflecte, sobretudo, a melhoria registada no resultado financeiro.

#### INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Indicadores	Jun,12	Jun,11	Variação
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	42,3%	52,7%	-10,4 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	64,4%	72,7%	-8,3 p.p.

## 8. INFORMAÇÕES DIVERSAS

### 8.1 Acções do BES detidas pelos dirigentes do BES

As acções emitidas pelo BES, ou os instrumentos financeiros com elas relacionados, detidos por titulares dos Órgãos Sociais do BES, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, eram as seguintes, em 30 de Junho de 2012:

Titular	Valores Mobiliários	Nº títulos detidos em 31/12/2011	Movimento no 1º Semestre de 2012				Nº títulos detidos em 30/06/2012
			Data	Aquisições	Alienações	Preço médio (euros)	
RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA SALGADO	Acções BES	1 384 333	11-05-2012	2 422 582	-	0,395 <sup>(1)</sup>	3 806 915
JOSÉ MANUEL PINHEIRO ESPÍRITO SANTO SILVA	Acções BES	367 008	11-05-2012	642 263	-	0,395 <sup>(1)</sup>	1 009 271
ANTÓNIO JOSÉ BAPTISTA DO SOUTO	Acções BES	38 575	11-05-2012	67 506	-	0,395 <sup>(1)</sup>	106 081
JORGE ALBERTO CARVALHO MARTINS	Acções BES	52 385	11-05-2012	91 673	-	0,395 <sup>(1)</sup>	144 058
ANÍBAL DA COSTA REIS DE OLIVEIRA	Acções BES	1 010 000					
	Direitos de subscrição		24-04-2012	-	300 000	0,270	
	Direitos de subscrição		25-04-2012	-	405 000	0,320	
	Acções BES		11-05-2012	540 591	-	0,395 <sup>(1)</sup>	1 550 591
MANUEL FERNANDO MONIZ GALVÃO ESPÍRITO SANTO SILVA	Acções BES	2 484	11-05-2012	4 347	-	0,395 <sup>(1)</sup>	6 831
JOSÉ MARIA ESPÍRITO SANTO SILVA RICCIARDI	Acções BES	21 789	11-05-2012	38 130	-	0,395 <sup>(1)</sup>	59 919
RUI MANUEL DUARTE SOUSA DA SILVEIRA	Acções BES	2 315	11-05-2012	4 051	-	0,395 <sup>(1)</sup>	6 366
JOAQUIM ANÍBAL BRITO FREIXIAL DE GOES	Acções BES	88 805	11-05-2012	157 399	-	0,395 <sup>(1)</sup>	246 204
RICARDO ABECASSIS ESPÍRITO SANTO SILVA	Acções BES	50 000	24-04-2012	20 000	-	0,553	
			11-05-2012	88 621	-	0,395 <sup>(1)</sup>	
			16-05-2012	1 379	-	0,549	160 000
AMÍLCAR CARLOS FERREIRA DE MORAIS PIRES	Acções BES	40 276					
	Direitos de subscrição		24-04-2012	125 852	-	0,270 <sup>(2)</sup>	
	Acções BES		11-05-2012	294 449	-	0,395 <sup>(1)</sup>	334 725
JOÃO EDUARDO MOURA DA SILVA FREIXA	Acções BES	30 000					
	Direitos de subscrição		24-04-2012	27 143	-	0,284 <sup>(2)</sup>	
	Acções BES		11-05-2012	101 281	-	0,395 <sup>(1)</sup>	131 281
PEDRO MOSQUEIRA DO AMARAL	Acções BES	70 000	11-05-2012	122 500	-	0,395 <sup>(1)</sup>	192 500

(1) subscrição de novas acções no âmbito do aumento de capital  
(2) preço médio

Apresenta-se de seguida a listagem dos movimentos realizados durante o semestre pelos outros dirigentes do BES, ou de sociedade que o domine e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles, relativas às acções do BES ou aos instrumentos financeiros com elas relacionados, de acordo com o disposto nos nº 6 e 7 do artigo 14º do Regulamento nº 5 /2008 da CMVM:

Titular	Valores Mobiliários	Nº títulos detidos em 31/12/2011	Movimento no 1º Semestre de 2012			Nº títulos detidos em 30/06/2012	
			Data	Aquisições	Alienações		Preço unitário (euros)
António Manuel Rodrigues Marques	Acções BES	7 086					
	Direitos de subscrição		25-04-2012	8 178	-	0,342	
	Acções BES		11-05-2012	26 711	-	0,395 <sup>(1)</sup>	
	Acções BES		18-05-2012	100 000	-	0,471	133 797
António Miguel Natário Rio -Tinto	Acções BES	4 892	11-05-2012	8 561	-	0,395 <sup>(1)</sup>	13 453
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	Acções BES	2 777	11-05-2012	4 859	-	0,395 <sup>(1)</sup>	7 636
Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes	Acções BES	8 763	20-02-2012	-	8 763	1,731	0
Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino	Acções BES	42 736					
	Direitos de subscrição		24-04-2012	32 476	-	0,260 <sup>(2)</sup>	
	Acções BES		11-05-2012	133 307	-	0,395 <sup>(1)</sup>	176 043
João Filipe Carvalho Martins Pereira	Acções BES	16 446	11-05-2012	28 780	-	0,395 <sup>(1)</sup>	45 226
João Maria de Magalhães Barros de Mello Franco	Acções BES	29 716	11-05-2012	52 669	-	0,395 <sup>(1)</sup>	82 385
Jorge Daniel Lopes da Silva	Acções BES	13 245	11-05-2012	23 178	-	0,395 <sup>(1)</sup>	36 423
José Alexandre Maganinho Pinto Ribeiro	Acções BES	17 000					
	Direitos de subscrição		20-04-2012	99 000	-	0,330 <sup>(2)</sup>	
	Acções BES		11-05-2012	203 000	-	0,395 <sup>(1)</sup>	220 000
Manuel José Dias de Freitas	Acções BES	33 370	11-05-2012	58 397	-	0,395 <sup>(1)</sup>	91 767
Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão	Acções BES	6 554	11-05-2012	11 469	-	0,395 <sup>(1)</sup>	18 023
Pedro Roberto Menéres Cudell	Acções BES	0					
	Direitos de subscrição		25-04-2012	20 000	-	0,318 <sup>(2)</sup>	
	Acções BES		11-05-2012	35 000	-	0,395 <sup>(1)</sup>	35 000
Rui José Costa Raposo	Acções BES	0					
	Direitos de subscrição		19-04-2012	1 921	-	0,340	
	Acções BES		11-05-2012	3 361	-	0,395 <sup>(1)</sup>	3 361
Rui Manuel Fernandes Pires Guerra	Acções BES	26 810	09-01-2012	123 000	-	1,210 <sup>(2)</sup>	
	Direitos de subscrição		23-04-2012	2	-	0,250	
	Direitos de subscrição		02-05-2012	15 497	-	0,250	
	Acções BES		11-05-2012	289 290	-	0,395 <sup>(1)</sup>	439 100

(1) subscrição de novas acções no âmbito do aumento de capital  
(2) preço médio

No âmbito do cumprimento do estipulado nos números 6 e 7 do artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida a listagem das transacções realizadas durante o 1º semestre de 2012, relativas às acções do Banco Espírito Santo S.A. ou instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pelos titulares dos seus Órgãos Sociais e pelos outros dirigentes do BES:

Nome	Data Operação	Título	Tipo Transacção	Quantidade	Preço Unitário (euro)
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	24-04-2012	Direitos de subscrição	Compra	22 571	0,272
				1 896	0,272
				10 000	0,272
				12 000	0,273
				1 906	0,273
				10 000	0,273
				12 000	0,273
				2 076	0,274
				7 689	0,275
				1 000	0,275
				2 400	0,276
				12 000	0,276
				3 700	0,277
				10 000	0,277
				10 000	0,277
6 614	0,278				
João Eduardo Moura da Silva Freixa	24-04-2012	Direitos de subscrição	Compra	1 908	0,284
				10 000	0,284
				2 466	0,284
Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino	24-04-2012	Direitos de subscrição	Compra	12 769	0,284
				6 813	0,260
				1 600	0,260
				11 206	0,260
José Alexandre Maganinho Pinto Ribeiro	20-04-2012	Direitos de subscrição	Compra	12 857	0,260
				8 464	0,330
				15 000	0,330
				4 976	0,329
				2 680	0,329
Pedro Roberto Menéres Cudell	25-04-2012	Direitos de subscrição	Compra	8 880	0,329
				59 000	0,324
				3 302	0,318
				2 403	0,318
Rui Manuel Fernandes Pires Guerra	09-01-2012	Acções	Compra	1 436	0,318
				12 859	0,318
				3 900	1,210
				777	1,210
				3 000	1,220
				2 000	1,220
				2 000	1,220
				5 000	1,210
				384	1,210
				2 592	1,210
				323	1,210
				2 000	1,220
				5 000	1,220
				292	1,220
				2 087	1,220
				5 000	1,210
				9 163	1,220
				988	1,220
				7 008	1,220
				4 291	1,220
				4 616	1,210
				200	1,210
				1 000	1,210
				641	1,210
				2 000	1,210
				3 000	1,210
				15 000	1,210
				4 485	1,220
				3 223	1,220
				500	1,210
				4 500	1,210
				2 012	1,220
				2 000	1,220
				2 000	1,220
				384	1,210
1 616	1,210				
1 068	1,210				
621	1,220				
4 000	1,220				
1 292	1,220				
2 250	1,220				
3 587	1,220				
2 000	1,220				
2 992	1,220				
2 208	1,210				

## 8.2 Participações Qualificadas no Capital Social do BES

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo n.º 20 do Código dos Valores Mobiliários, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento da CMVM n.º 5 /2008, eram os seguintes em 30 de Junho de 2012:

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	Posição em 30/06/2012	
	Nº de acções detidas	% direitos de voto
<b>ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A. (Luxemburgo)</b>		
- directamente	53 550 698	1,33%
- através da BESPARG, SGPS, S.A. <i>[ sociedade dominada pela Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A., que por sua vez é participada em 100% pela Espírito Santo Financial Group, S.A.]</i>	1 417 916 095	35,29%
- através dos membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização	8 641 955	0,22%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e/ou elementos dos seus órgãos de Administração e Fiscalização	22 458 331	0,56%
<b>Total Imputável</b>	<b>1 502 567 079</b>	<b>37,40%</b>
<b>CRÉDIT AGRICOLE, S.A. (França)</b>		
- directamente	434 252 321	10,81%
<b>Total Imputável</b>	<b>434 252 321</b>	<b>10,81%</b>
<b>BRADPORT, SGPS, S.A.* (Portugal)</b>		
- directamente	194 104 165	4,83%
<b>Total Imputável</b>	<b>194 104 165</b>	<b>4,83%</b>
<b>SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)</b>		
- directamente	232 541 319	5,79%
<b>Total Imputável</b>	<b>232 541 319</b>	<b>5,79%</b>
<b>PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. (Portugal)</b>		
- directamente	84 109 047	2,09%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT	580 929	0,01%
<b>Total Imputável</b>	<b>84 689 976</b>	<b>2,10%</b>

\* Sociedade de direito português detida a 100% pelo Banco Bradesco, S.A. (Brasil)

## 8.3 Acções Próprias do BES

As transacções com acções próprias realizadas no decurso do 1º Semestre de 2012 decorreram por um lado, da execução do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF), parte integrante da política de remuneração dos membros Comissão Executiva do BES aprovada na Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 e por outro, da aquisição de controlo da BES Vida que detinha acções do BES.

### TRANSACÇÕES COM ACÇÕES PRÓPRIAS

	Número de acções	Preço por acção (euros)	Valor de balanço (milhares euros)
Saldo no início do exercício	342 475	2,909	996
Acções alienadas no âmbito do PRVIF <sup>(1)</sup>	67 184	1,315	195
Outras Transacções <sup>(2)</sup>	16 925 183	-	10 614
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	<b>17 200 474</b>	<b>-</b>	<b>11 415</b>

(1) em Janeiro de 2012

(2) respeitam a acções do BES integrantes da carteira da BES Vida, na sequência da aquisição de controlo em Maio de 2012

Informação detalhada sobre o movimento ocorrido nas acções próprias consta da Nota 44 às Demonstrações Financeiras.

#### **8.4 Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos**

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)*, bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*, no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nos 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras bem assim como, atento ao facto de estarmos perante informações intercalares, em outros documentos anteriormente divulgados pelo Grupo BES, nomeadamente Relatório de Gestão e Notas Explicativas relativas aos exercícios de 2010 e 2011.

### **I. MODELO DE NEGÓCIO**

#### **1. Descrição do modelo de negócio**

No ponto 3 do Relatório de Gestão de 2011, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Grupo. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo é apresentada no ponto 4.2 do Relatório de Gestão do 1º semestre de 2012 e na Nota Explicativa 4<sup>2</sup>, sendo apenas de assinalar o facto de se ter adquirido o controlo da BES Vida, originando a apresentação de um novo segmento operacional designado por “Actividade de Seguros Vida”.

#### **2. Estratégias e objectivos**

As estratégias e objectivos do Grupo estão divulgados no ponto 1 do Relatório de Gestão de 2011 e na Nota Explicativa 45 relativa ao exercício de 2011, no ponto relativo aos Planos de

---

<sup>2</sup> Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares 1º Semestre de 2012

Financiamento e de Capitalização (2011—2015), não se tendo registado alterações relevantes nas linhas de orientação em que a mesma se desenvolverá. Salienta-se o facto de, no contexto da execução dos referidos planos, no 1º semestre se ter concretizado a operação de aumento de capital relatada no presente documento.

As operações de titularização estão detalhadas na Nota Explicativa 49.

### **3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio**

No ponto 4.2 do Relatório de Gestão do 1º semestre de 2012 e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação detalhada acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

## **II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS**

### **6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos**

No ponto 5 do Relatório de Gestão do exercício de 2011 dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo BES, mantendo-se tal informação actualizada.

Na Nota 51 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma percepção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Grupo e quais os mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

## **III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS**

### **8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos**

Em 2011 a actividade desenvolveu-se num quadro de referência de deterioração da situação económica do país, com impacto no agravamento do risco pelo que o Grupo realizou um reforço total de provisões de 848,3 milhões de euros (+314,7 milhões de euros que no exercício de 2010). A conjuntura dos mercados financeiros e dos riscos soberanos teve também reflexos na reserva de justo valor que sofreu uma redução de 504,5 milhões de euros naquele exercício.

A actividade do 1º semestre de 2012 desenvolveu-se num quadro de referência de agravamento da situação económica do país, com deterioração progressiva das expectativas de evolução da actividade, com fortes impactos no agravamento do risco, fazendo elevar a carga de provisionamento para 1,38% (ano de 2011: 1,17%). Por outro lado, ocorreu uma evolução favorável das cotações em instrumentos financeiros que fizeram melhorar a reserva de justo valor no semestre por 371,8 milhões de euros.

## **12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados**

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação, dos activos ao justo valor através de resultados e dos activos disponíveis para venda encontram-se desagregados, por instrumento financeiro, nas Notas 7 e 8. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas 23 e 45, com as posições mais significativas desagregadas na Nota 23.

## **13. Turbulência financeira na cotação das acções do BES**

No ponto 1 do Relatório de Gestão do exercício de 2011 e no ponto III.8 do Relatório do Governo da Sociedade apresenta-se a evolução da cotação das acções do BES durante o exercício de 2011. A cotação da acção BES no decorrer do 1º semestre de 2012 registou uma desvalorização, em linha por um lado, com a evolução do índice PSI 20 e com as cotações dos outros bancos portugueses e por outro, reflexo do aumento de capital concretizado em Maio de 2012.

## **14. Risco de perda máxima**

Na Nota Explicativa 51 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de stress do mercado.

## **15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados**

Na Nota Explicativa 50 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

## **IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA**

### **16. Valor nominal e justo valor das exposições**

### **17. Mitigantes do risco de crédito**

### **18. Informação sobre as exposições do Grupo**

A turbulência a que se assistiu em 2011 e no 1º semestre de 2012 decorreu da complexidade que a crise financeira da Zona Euro atingiu. Em 30 de Junho de 2012, a exposição do Grupo BES no que se refere a títulos de dívida pública dos países da periferia totalizava 5,5 mil milhões de euros (Dez,11: 2,95 mil milhões de euros), repartida da seguinte forma: Portugal: 5,5 mil milhões de euros (Dez,11: 2,9 mil milhões de euros), Espanha: 32 milhões de euros (Dez,11: 5 milhões de euros), Irlanda: 24 milhões de euros (Dez,11: 0 milhões de euros) e Itália: 1 milhão de euros (Dez,11: 0 milhões de euros). O Grupo não detinha, à data, qualquer exposição a títulos de dívida pública grega.

### **19. Movimentos nas exposições entre períodos**

Nas Notas Explicativas do exercício de 2011 (Nota 45) e do 1º semestre de 2012 (Nota 51) consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e quantificação apresentados.

### **20. Exposições que não tenham sido consolidadas**

Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota 49. Nenhum dos *SPE* foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

### **21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados**

O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

## **V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO**

### **22. Produtos estruturados**

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

### **23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação**

As informações sobre estas entidades encontram-se referidas nas Nota 2 e Nota 49.

### **24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros**

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas 2 e 50 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

## **VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO**

### **26. Descrição das políticas e princípios de divulgação**

O Grupo BES, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Paralelamente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado, atendendo por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus accionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacam-se os Relatórios de Gestão Anual, Semestral e Trimestral, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas e o Relatório de Governo da Sociedade.

Os Relatórios de Gestão e as demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação ao mercado com uma periodicidade trimestral, são preparadas tendo por base os IFRS que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

O Relatório de Governo da Sociedade proporciona uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo.

O Relatório de Sustentabilidade (parte integrante do Relatório de Gestão Anual) transmite a perspectiva do Grupo em termos de responsabilidade social num contexto dos inúmeros desafios que o mundo actual coloca, sejam ambientais, de carência social ou do domínio da inovação e do empreendedorismo.

No ponto III.16 do Relatório de Governo da Sociedade de 2011 encontram-se detalhados todos os meios e formas utilizados pelo Grupo na comunicação com a comunidade financeira, em geral.

## **9. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA**

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., a seguir identificados nominativamente, declaram que:

- I. as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;
- II. as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. (Grupo BES), relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de Fevereiro;
- III. tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas nas alíneas (I) e (II) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação

financeira e dos resultados do BES e do Grupo BES, de acordo com as referidas Normas e foram objecto de aprovação na reunião do Conselho de Administração do dia 27 de Julho de 2012;

- IV. o relatório de gestão intercalar, relativo ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, contém uma indicação dos acontecimentos importantes que ocorreram neste período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 27 de Julho de 2012

O Conselho de Administração

---

**Ricardo Espírito Santo Silva Salgado**  
Vice-Presidente do Conselho de Administração  
e Presidente da Comissão Executiva

---

**Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires**  
Vogal do Conselho de Administração  
e Membro da Comissão Executiva

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2012**

	Jun,11 reportado (eur '000)	Jun,11 reexpresso (eur '000)	Dez,11 (eur '000)	Jun,12 (eur '000)
<b>ACTIVO</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 084 584	1 084 584	1 090 439	1 645 779
Disponibilidades em outras instituições de crédito	537 579	537 579	580 813	723 147
Activos financeiros detidos para negociação	3 007 360	3 007 360	3 434 639	3 904 089
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 063 434	1 063 434	1 963 989	3 193 701
Activos financeiros disponíveis para venda	10 924 881	10 924 881	11 482 866	14 298 311
Aplicações em instituições de crédito (das quais, no Sistema Europeu de Bancos Centrais)	3 438 948	3 438 948	3 282 576	2 084 440
Crédito a clientes (Provisões)	49 717 892 (1 982 632)	49 717 892 (1 982 632)	49 043 382 (2 167 444)	48 740 843 (2 434 698)
Investimentos detidos até à maturidade	2 252 043	2 252 043	1 541 182	1 310 181
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	329 048	329 048	510 090	484 841
Activos não correntes detidos para venda	637 413	637 413	1 646 683	2 164 049
Propriedades de investimento	-	-	-	385 311
Outros activos tangíveis	798 252	798 252	851 678	864 595
Activos intangíveis	221 019	221 019	230 332	485 202
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	960 815	960 815	806 999	577 263
Activos por impostos correntes	107 709	107 709	28 692	37 894
Activos por impostos diferidos	376 864	639 445	712 157	665 476
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	3 097
Outros activos	4 704 202	3 800 750	3 030 855	3 723 982
Devedores por seguro directo e resseguro	-	-	-	8 564
Outros	4 704 202	3 800 750	3 030 855	3 715 418
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>80 162 043</b>	<b>79 521 172</b>	<b>80 237 372</b>	<b>85 292 201</b>
<b>PASSIVO</b>				
Recursos de bancos centrais (dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)	9 672 667 (8 346 495)	9 672 667 (8 346 495)	10 013 713 (8 786 204)	14 355 628 (13 697 132)
Passivos financeiros detidos para negociação	1 894 927	1 894 927	2 125 253	2 166 806
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	5 961 051	5 961 051	6 239 360	5 767 090
Recursos de clientes e outros empréstimos	31 972 098	31 972 098	34 206 162	32 764 762
Responsabilidades representadas por títulos	19 907 433	19 907 433	18 452 648	15 615 163
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-
Derivados de cobertura	230 041	230 041	238 633	184 334
Contratos de Investimento	-	-	-	1 844 172
Passivos não correntes detidos para venda	5 411	5 411	140 950	165 429
Provisões	206 667	206 667	190 450	186 671
Provisões técnicas	-	-	-	1 816 956
Passivos por impostos correntes	24 872	24 872	44 937	44 495
Passivos por impostos diferidos	79 420	79 420	110 533	135 536
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	1 577 559	1 577 559	961 235	833 727
Outros passivos	1 642 442	1 642 442	1 321 023	1 886 752
Credores por seguro directo e resseguro	-	-	-	11 098
Outros passivos	1 642 442	1 642 442	1 321 023	1 875 654
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>73 174 588</b>	<b>73 174 588</b>	<b>74 044 897</b>	<b>77 767 521</b>
<b>CAPITAL</b>				
Capital	3 500 000	3 500 000	4 030 232	5 040 124
Prémios de emissão	1 085 399	1 085 399	1 081 663	1 066 932
Outros instrumentos de capital	269 196	269 196	29 505	29 469
Acções próprias	( 997)	( 997)	( 997)	( 11 415)
Acções preferenciais	456 094	456 094	211 913	193 094
Reservas de reavaliação	( 382 951)	( 1 090 819)	( 1 086 491)	( 821 210)
Outras reservas e resultados transitados	1 322 053	1 368 434	1 446 961	1 339 526
Resultado do exercício	156 010	178 573	( 108 758)	25 457
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Interesses que não controlam	582 651	580 704	588 447	662 703
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>	<b>6 987 455</b>	<b>6 346 584</b>	<b>6 192 475</b>	<b>7 524 680</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL</b>	<b>80 162 043</b>	<b>79 521 172</b>	<b>80 237 372</b>	<b>85 292 201</b>

O Director do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012**

	Jun,11 reportado (eur '000)	Jun,11 reexpresso (eur '000)	Jun,12 (eur '000)
Juros e rendimentos similares	1 949 666	1 949 666	2 067 513
Juros e encargos similares	1 406 853	1 406 853	1 459 870
<b>Margem financeira</b>	<b>542 813</b>	<b>542 813</b>	<b>607 643</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	140 931	140 931	100 575
Rendimentos de serviços e comissões	452 848	452 848	525 836
Encargos com serviços e comissões	68 186	68 186	91 896
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	( 142 047)	( 142 047)	( 16 251)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	168 470	168 470	84 994
Resultados de reavaliação cambial	30 147	30 147	( 869)
Resultados de alienação de outros activos	( 45 831)	( 45 831)	( 24 974)
Prémios líquidos de resseguro	-	-	16 734
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	-	76 266
Variações das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	60 650
Outros resultados de exploração	163 250	163 250	( 15 819)
<b>Produto da actividade</b>	<b>1 242 395</b>	<b>1 242 395</b>	<b>1 170 357</b>
Custos com pessoal	312 342	289 725	291 512
Gastos gerais administrativos	215 360	215 360	214 189
Amortizações do exercício	52 331	52 331	53 756
Provisões líquidas de reposições e anulações	8 074	8 074	678
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	305 426	305 426	352 001
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	56 484	56 484	18 865
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	99 672	99 672	54 843
Diferenças de consolidação negativas	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	12 877	12 877	7 282
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>205 583</b>	<b>228 200</b>	<b>191 795</b>
Impostos			
Correntes	63 989	63 989	44 899
Diferidos	( 70 372)	( 70 372)	56 624
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>211 966</b>	<b>234 583</b>	<b>90 272</b>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	( 2 170)	( 2 170)	( 2 582)
Interesses que não controlam	55 956	56 010	64 815
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>156 010</b>	<b>178 573</b>	<b>25 457</b>

O Director do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2012**

milhares de euros

	Jun,12			Jun,11 reexpresso	Jun,11 reportado
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido		
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	905 445	-	905 445	516 389	516 389
Disponibilidades em outras instituições de crédito	208 357	-	208 357	180 322	180 322
Activos financeiros detidos para negociação	1 968 947	-	1 968 947	1 272 255	1 272 255
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 057 090	-	2 057 090	1 116 057	1 116 057
Activos financeiros disponíveis para venda	13 862 688	160 600	13 702 088	12 433 607	12 433 607
Aplicações em Instituições de Crédito	6 435 053	84	6 434 969	8 429 377	8 429 377
Crédito a clientes	40 869 161	1 763 881	39 105 280	40 565 921	40 565 921
Investimentos detidos até à maturidade	792 977	29 690	763 287	1 454 450	1 454 450
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	447 482	-	447 482	295 957	295 957
Activos não correntes detidos para venda	1 242 886	175 177	1 067 709	591 075	591 075
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	1 090 821	733 433	357 388	363 158	363 158
Activos intangíveis	632 461	520 542	111 919	114 126	114 126
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 371 141	420 637	1 950 504	1 780 477	1 780 477
Activos por impostos correntes	571	-	571	76 720	76 720
Activos por impostos diferidos	757 740	-	757 740	717 885	454 491
Outros activos	3 360 001	66 710	3 293 291	4 079 580	4 934 388
<b>TOTAL DE ACTIVO</b>	<b>77 002 821</b>	<b>3 870 754</b>	<b>73 132 067</b>	<b>73 987 356</b>	<b>74 578 770</b>
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de bancos centrais	13 483 066	-	13 483 066	8 997 436	8 997 436
Passivos financeiros detidos para negociação	1 671 848	-	1 671 848	1 505 771	1 505 771
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	8 975 915	-	8 975 915	12 823 688	12 823 688
Recursos de clientes e outros empréstimos	29 451 165	-	29 451 165	29 118 786	29 118 786
Responsabilidades representadas por títulos	9 251 204	-	9 251 204	11 419 082	11 419 082
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 071 907	-	1 071 907	1 888 569	1 888 569
Derivados de cobertura	93 206	-	93 206	190 015	190 015
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	545 455	-	545 455	617 546	617 546
Passivos por impostos correntes	10 938	-	10 938	5 857	5 857
Passivos por impostos diferidos	138 943	-	138 943	137 152	137 152
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	799 330	-	799 330	1 487 102	1 487 102
Outros passivos	1 305 855	-	1 305 855	655 910	602 658
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>	<b>66 798 832</b>	<b>66 798 832</b>	<b>66 798 832</b>	<b>68 846 914</b>	<b>68 793 662</b>
<b>CAPITAL</b>					
Capital	5 040 124	-	5 040 124	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	1 059 036	-	1 059 036	1 080 258	1 080 258
Outros instrumentos de capital	225 958	-	225 958	727 650	727 650
Ações próprias	( 801)	-	( 801)	( 997)	( 997)
Reservas de reavaliação	( 764 371)	-	( 764 371)	( 851 142)	( 141 894)
Outras reservas e resultados transitados	617 771	-	617 771	717 598	674 791
Resultado do exercício	155 518	-	155 518	( 16 987)	( 38 762)
Dividendos antecipados	-	-	-	( 15 938)	( 15 938)
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>	<b>6 333 235</b>	<b>6 333 235</b>	<b>6 333 235</b>	<b>5 140 442</b>	<b>5 785 108</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL</b>	<b>73 132 067</b>	<b>-</b>	<b>73 132 067</b>	<b>73 987 356</b>	<b>74 578 770</b>

O Director do Departamento de  
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2011**

	milhares de euros		
	Jun,12	Jun,11 reexpresso	Jun,11 reportado
Juros e rendimentos similares	1 587 623	1 404 116	1 404 116
Juros e encargos similares	1 220 238	1 099 257	1 099 257
<b>Margem financeira</b>	<b>367 385</b>	<b>304 859</b>	<b>304 859</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	86 169	137 291	137 291
Rendimentos de serviços e comissões	322 644	301 422	301 422
Encargos com serviços e comissões	105 022	74 989	74 989
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	( 48 218)	( 192 484)	( 192 484)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	215 261	32 669	32 669
Resultados de reavaliação cambial	( 7 390)	2 344	2 344
Resultados de alienação de outros activos	( 12 469)	( 34 933)	( 34 933)
Outros resultados de exploração	69 945	254 011	254 011
<b>Produto bancário</b>	<b>888 305</b>	<b>730 190</b>	<b>730 190</b>
Custos com pessoal	178 728	188 212	209 987
Gastos gerais administrativos	159 869	161 572	161 572
Amortizações do exercício	42 527	42 510	42 510
Provisões líquidas de reposições e anulações	( 23 877)	4 036	4 036
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	290 952	242 704	242 704
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	29 740	44 133	44 133
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	11 970	94 915	94 915
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>198 396</b>	<b>( 47 892)</b>	<b>( 69 667)</b>
Impostos	<b>42 878</b>	<b>( 30 905)</b>	<b>( 30 905)</b>
Correntes	22 422	6 150	6 150
Diferidos	20 456	( 37 055)	( 37 055)
<b>Resultado após impostos</b>	<b>155 518</b>	<b>( 16 987)</b>	<b>( 38 762)</b>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	( 2 655)	( 3 011)	( 3 011)

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

# **II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS**

## ○ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

### GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
		30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
			Reexpresso		Reexpresso
Juros e proveitos similares	5	995 264	994 140	2 067 513	1 949 666
Juros e custos similares	5	682 167	722 665	1 459 870	1 406 853
<b>Margem financeira</b>		<b>313 097</b>	<b>271 475</b>	<b>607 643</b>	<b>542 813</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		63 835	136 681	100 575	140 931
Rendimentos de serviços e comissões	6	284 066	237 677	525 836	452 848
Encargos com serviços e comissões	6	(46 485)	(33 595)	(91 896)	(68 186)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(13 315)	(123 200)	(16 251)	(142 047)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	144 834	131 803	84 994	168 470
Resultados de reavaliação cambial	9	(33 781)	(12 035)	( 869)	30 147
Resultados de alienação de outros activos	10	(14 336)	(7 625)	(24 722)	(46 211)
Prémios líquidos de resseguro	11	16 734	-	16 734	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	12	(76 266)	-	(76 266)	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	13	60 650	-	60 650	-
Outros resultados de exploração	14	43 575	127 248	73 767	163 250
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>742 608</b>	<b>728 429</b>	<b>1 260 195</b>	<b>1 242 015</b>
Custos com pessoal	15	148 421	142 370	291 512	289 725
Gastos gerais administrativos	17	112 006	107 891	214 189	215 360
Depreciações e amortizações	30 e 31	27 102	26 209	53 756	52 331
Provisões líquidas de anulações	40	6 901	6 726	678	8 074
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	203 045	224 554	352 001	305 426
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23, 24 e 26	16 591	55 827	18 865	56 484
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	28, 31 e 34	9 192	79 400	54 843	99 672
<b>Custos operacionais</b>		<b>523 258</b>	<b>642 977</b>	<b>985 844</b>	<b>1 027 072</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	1	( 252)	380	( 252)	380
Resultados da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	1 e 55	(89 586)	-	(89 586)	-
Resultados de associadas	32	3 836	8 802	7 282	12 877
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>133 348</b>	<b>94 634</b>	<b>191 795</b>	<b>228 200</b>
<b>Impostos sobre o rendimento</b>					
Correntes	41	3 880	50 716	44 898	63 989
Diferidos	41	80 133	(79 385)	56 624	(70 372)
		<b>84 013</b>	<b>(28 669)</b>	<b>101 523</b>	<b>(6 383)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>49 335</b>	<b>123 303</b>	<b>90 272</b>	<b>234 583</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>13 901</b>	<b>106 384</b>	<b>25 457</b>	<b>178 573</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	45	<b>35 434</b>	<b>16 919</b>	<b>64 815</b>	<b>56 010</b>
		<b>49 335</b>	<b>123 303</b>	<b>90 272</b>	<b>234 583</b>
Resultados por acção básicos (em euros)	18	0,00	0,07	0,01	0,12
Resultados por acção diluídos (em euros)	18	0,00	0,07	0,01	0,12

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

**GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO**
**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO  
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**

(milhares de euros)

	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011 Reexpresso	30.06.2012	30.06.2011 Reexpresso
<b>Resultado líquido do período</b>				
Atribuível aos accionistas do Banco	13 901	106 384	25 457	178 573
Atribuível aos interesses que não controlam	35 434	16 919	64 815	56 010
	<b>49 335</b>	<b>123 303</b>	<b>90 272</b>	<b>234 583</b>
<b>Outro rendimento integral do período</b>				
Benefícios de longo prazo	( 48 370)	( 37 261)	( 48 462)	( 40 618)
Diferenças de câmbio	52 731	( 10 147)	20 404	( 46 613)
Impostos sobre o rendimento	( 7 638)	4 968	( 3 845)	10 503
	45 093	( 5 179)	( 31 903)	( 76 728)
Activos disponíveis para venda				
Ganhos e perdas no período	252 174	( 311 586)	423 090	( 323 254)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	( 127 240)	( 84 418)	( 64 398)	( 121 547)
Impostos diferidos	3 690	51 933	( 45 574)	77 396
	128 624	( 344 071)	313 118	( 367 405)
<b>Total do rendimento integral do período</b>	<b>223 052</b>	<b>( 225 947)</b>	<b>371 487</b>	<b>( 209 550)</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>161 896</b>	<b>( 275 097)</b>	<b>297 260</b>	<b>( 249 045)</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>61 156</b>	<b>15 526</b>	<b>74 227</b>	<b>43 132</b>
	<b>223 052</b>	<b>( 225 947)</b>	<b>371 487</b>	<b>( 209 550)</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

**GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO**  
**BALANÇO CONSOLIDADO**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2012	31.12.2011
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	1 645 779	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	723 147	580 813
Activos financeiros detidos para negociação	21	3 904 089	3 434 639
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3 193 701	1 963 989
Activos financeiros disponíveis para venda	23	14 298 311	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	24	2 084 440	3 282 576
Crédito a clientes	25	48 740 843	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	26	1 310 181	1 541 182
Derivados para gestão de risco	27	484 841	510 090
Activos não correntes detidos para venda	28	2 164 049	1 646 683
Propriedades de investimento	29	385 311	-
Outros activos tangíveis	30	864 595	851 678
Activos intangíveis	31	485 202	230 332
Investimentos em associadas	32	577 263	806 999
Activos por impostos correntes		37 894	28 692
Activos por impostos diferidos	41	665 476	712 157
Provisões técnicas de resseguro cedido	33	3 097	-
Outros activos	34	3 723 982	3 030 855
<b>Total de Activo</b>		<b>85 292 201</b>	<b>80 237 372</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	35	14 355 628	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	21	2 166 806	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	36	5 767 090	6 239 360
Recursos de clientes	37	32 764 762	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	38	15 615 163	18 452 648
Derivados para gestão de risco	27	184 334	238 633
Contratos de investimento	39	1 844 172	-
Passivos não correntes detidos para venda	28	165 429	140 950
Provisões	40	186 671	190 450
Provisões técnicas	33	1 816 956	-
Passivos por impostos correntes		44 495	44 937
Passivos por impostos diferidos	41	135 536	110 533
Passivos subordinados	42	833 727	961 235
Outros passivos	43	1 886 752	1 321 023
<b>Total de Passivo</b>		<b>77 767 521</b>	<b>74 044 897</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	44	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	44	1 066 932	1 081 663
Outros instrumentos de capital	44	29 469	29 505
Acções próprias	44	( 11 415)	( 997)
Acções preferenciais	44	193 094	211 913
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	45	518 316	360 470
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		25 457	( 108 758)
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>6 861 977</b>	<b>5 604 028</b>
Interesses que não controlam	45	662 703	588 447
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>7 524 680</b>	<b>6 192 475</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>85 292 201</b>	<b>80 237 372</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas



**GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**  
**DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2012	30.06.2011
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		1 915 739	1 898 042
Juros e custos pagos		(1 589 770)	(1 506 078)
Serviços e comissões recebidas		531 584	456 250
Serviços e comissões pagas		( 95 055)	( 74 165)
Prémios de seguros		( 61 900)	-
Recuperações de créditos		12 068	15 431
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 202 567)	( 467 158)
		<b>510 099</b>	<b>322 322</b>
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		4 396 608	3 033 526
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		187 671	576 764
Aplicações em outras instituições de crédito		1 183 620	( 452 585)
Recursos de outras instituições de crédito		( 475 960)	( 415 858)
Crédito a clientes		( 518 818)	604 191
Recursos de clientes e outros empréstimos		(1 465 095)	1 120 200
Derivados para gestão do risco		197 681	36 286
Outros activos e passivos operacionais		( 554 611)	156 760
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>3 461 195</b>	<b>4 981 606</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 26 589)	( 72 754)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>3 434 606</b>	<b>4 908 852</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	( 30 161)	( 17 862)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	1	54 122	-
Dividendos recebidos		102 426	143 849
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(43 229 475)	(20 689 432)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		40 915 487	20 607 053
Investimentos detidos até à maturidade		215 262	195 212
Emissão de contratos de investimento de seguros		1 839 316	-
Compra de imobilizações e propriedades de investimento		( 428 361)	( 62 791)
Venda de imobilizações e propriedades de investimento		1 333	503
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>( 560 051)</b>	<b>176 532</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		995 276	-
Compra de acções preferenciais		( 11 613)	( 94 436)
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		8 651 605	3 964 461
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(11 533 178)	(7 852 494)
Reembolso de passivos subordinados		( 214 151)	( 657 489)
Acções próprias		( 10 418)	( 997)
Juros de outros instrumentos de capital		( 1 409)	( 8 210)
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	( 147 000)
Dividendos de acções preferenciais pagos		( 10 996)	( 25 657)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(2 134 884)</b>	<b>(4 821 822)</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>739 671</b>	<b>263 562</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		<b>1 542 251</b>	<b>1 341 403</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		42 631	( 66 019)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		739 671	263 562
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>		<b>2 324 553</b>	<b>1 538 946</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	19	257 819	190 173
Disponibilidades em Bancos Centrais	19	1 387 960	894 411
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		( 44 373)	( 83 217)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	723 147	537 579
<b>Total</b>		<b>2 324 553</b>	<b>1 538 946</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## Grupo Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares  
em 30 de Junho de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

### NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas acções ordinárias se encontram cotadas na NYSE Euronext Lisbon. Em 30 de Junho de 2012, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo 193 mil acções preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e também pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 781 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de Dezembro de 2011: 801), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 13 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas directamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)</b>	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de Investimento	100,00%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	100,00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Líbia	Banca	40,00% <sup>a)</sup>	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Serviços, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	100,00%	Integral
Espírito Santo Activos Financeiros, SA	1986	2000	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
Espírito Santo Vanguarda, SL	2011	2011	Espanha	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	95,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51,94%	Integral
BESA ACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2006	2006	Angola	Gestão de fundos de investimento	63,70%	Integral
BESA ACTIF Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	63,70%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macao	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1983	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
BES Beteiligungs GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
Parsunt - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (POMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de Investimentos Imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, pic (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1990	1990	Portugal	Recuperação de crédito vencido	99,15%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Espírito Santo - Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	82,28%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	88,26%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprox. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo # Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	60,05%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	60,42%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
Fundo de Gestão de Património Imobiliário - FUNGEPI - BES II	2011	2011	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	62,35%	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,63%	Integral
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	23,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00%	Eq. Patrimonial
Banco Delle Tre Venezia, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nantum, SA	1996	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, S.A.	2008	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A.	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
Ijar Leasing Algérie	2011	2011	Argélia	Leasing	35,00%	Eq. Patrimonial

**b) Sub-grupos:**

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)</b>	<b>1993</b>	<b>1997</b>	<b>Portugal</b>	<b>Banca de Investimento</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Esírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1998	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50,00%	Integral
<i>HLC - Centrais de Cogeração, SA</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,30%	Eq. Patrimonial
<i>Copigest, SA</i>	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Synergy Industry and Technology, SA</i>	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
<i>Saigar Investments</i>	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	45,02%	Eq. Patrimonial
<i>ZBCapital Luxembourg S.C.A SICAR</i>	2011	2011	Luxemburgo	Gestão de participações sociais	42,12%	Eq. Patrimonial
<i>Só Pésso Restauração e Hotelaria, SA</i>	2000	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1995	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investment SP, Z.o.o.</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Securities India</i>	2011	2011	Índia	Corretagem	73,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investment Holding, Limited</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	67,71%	Integral
<i>Execution Holding, Ltd</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	67,71%	Integral
<i>Esírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1995	1999	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI FIN, SGPS, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60,00%	Integral
<i>Polish Hotel Company, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Capital, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Management Company, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Investimentos, SA</i>	1998	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de Investimento	60,00%	Integral
<i>ZBCapital, SA</i>	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	45,00%	Eq. Patrimonial
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	60,00%	Integral
<i>Gespas Participações, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	60,00%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda.</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	65,00%	Integral
<i>Esírito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA</i>	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	72,32%	Integral
<i>R Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	60,00%	Integral
<i>R Invest Ltda.</i>	2001	2002	Brasil	Intermediação Financeira	60,00%	Integral
<i>R Consult Participações, Ltda.</i>	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	60,00%	Integral
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivos, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Apoio Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest-SGII, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de Investimentos Imobiliários	49,00% <sup>a)</sup>	Integral
<i>Fundo Esírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	36,87%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo FIM BES Moderado</i>	2004	2009	Brasil	Fundo de Investimento	63,67%	Integral
<i>Fundo BES Absolute Return</i>	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	44,99% <sup>a)</sup>	Integral
<b>BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Alemanha</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Bank Esírito Santo International, Ltd (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
<b>BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Banco Esírito Santo Cabo Verde, SA</i>	2010	2010	Cabo Verde	Banca	99,99%	Integral
<i>Moza Banco, SA</i>	2008	2010	Moçambique	Banca	25,10%	Eq. Patrimonial
<b>ESAF - Esírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)</b>	<b>1992</b>	<b>1992</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>89,99%</b>	<b>Integral</b>
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	69,99%	Integral
<i>Esírito Santo Internacional Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	69,81%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	69,99%	Integral
<i>Esírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	69,99%	Integral
<i>Capital Maia - Assessoria Financeira, SA</i>	1995	1995	Portugal	Gestão de fundos de investimento	60,99%	Integral
<i>Esírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1995	1995	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	44,10%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	69,99%	Integral
<i>ESAF - Esírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	69,99%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	65,99%	Integral

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)</b>	<b>2000</b>	<b>2000</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>Yunit-Serviços, SA</i>	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na Internet	33,33%	Eq. Patrimonial
<i>FCR Espírito Santo: Venturas Inovação e Internacionalização</i>	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	50,00%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo Bem Comum, FCR</i>	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	20,00%	Eq. Patrimonial
<i>Espírito Santo Contact Center: Gestão de Call Centers, SA (ESCC)</i>	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
<i>Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)</i>	1927	1993	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>60,09%</b>	<b>Integral</b>
<i>Atlantic Ventures Corporation</i>	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	60,09%	Integral
<i>Sousacamp, SGPS, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	23,30%	Eq. Patrimonial
<i>Global Active - SGPS, SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	26,64%	Eq. Patrimonial
<i>Outsystems, SA</i>	2007	2007	Portugal	Tecnologias de Informação	17,60% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Corevorka - Proj. Circuito Sist. Elect., SA</i>	2006	2006	Portugal	Tecnologias de Informação	24,05%	Eq. Patrimonial
<i>Multivave Photonics, SA</i>	2003	2006	Portugal	Tecnologias de Informação	12,47% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Bio-Genesis</i>	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	17,86% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>YDreams - Informática, SA</i>	2000	2009	Portugal	Tecnologias de Informação	15,67% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III</b>	<b>2009</b>	<b>2009</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>60,42%</b>	<b>Integral</b>
<i>Atlantic Ventures III Corporation</i>	2011	2011	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	60,42%	Integral
<i>Nutrigreen, SA</i>	2007	2008	Portugal	Prestação de serviços diversos	12,08% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Advance Clione Systems, SA</i>	2006	2006	Portugal	Tratamento/eliminação de resíduos inertes	19,33% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Watson Brown, HSM, Ltd</i>	1987	2008	Reino Unido	Reciclagem de borracha	16,66% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Domática, Electrónica e Informática, SA</i>	2002	2011	Portugal	Tecnologias de Informação	14,25% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<b>Fundo FCR PME / BES</b>	<b>1997</b>	<b>1997</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>55,07%</b>	<b>Integral</b>
<i>Mobile World - Comunicações, SA</i>	2009	2009	Portugal	Telecomunicações	26,88%	Eq. Patrimonial
<i>MMCI - Multimédia, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>TLC2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA</i>	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>Enkrott, SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	16,52% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Pailexpo - Imagem Empresarial, SA</i>	2009	2009	Portugal	Fabrico de mobiliário	27,26%	Eq. Patrimonial
<i>Rodi - Sinks &amp; Ideas, SA</i>	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	24,91% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<b>Espírito Santo Activos Financieros, SA</b>	<b>1988</b>	<b>2000</b>	<b>Espanha</b>	<b>Gestão de activos</b>	<b>95,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Espírito Santo Gestión, SA, SGIC</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
<i>Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	95,00%	Integral
<b>Espírito Santo Bank (ESBANK)</b>	<b>1963</b>	<b>2000</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Banca</b>	<b>99,99%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	Correagem	99,99%	Integral
<i>Tagide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	99,99%	Integral
<i>Espírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	99,99%	Integral
<i>ES Investment Advisors, Inc.</i>	2011	2011	Estados Unidos	Consultoria de investimentos	99,99%	Integral
<b>ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>71,66%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Concessions International Holding, BV</i>	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
<i>Empark - Aparcamientos y Servicios, SA</i>	1968	2004	Espanha	Exploração de parques estacionamento	15,92% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>ES Concessions Latam, BV</i>	2011	2011	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
<i>Concesionaria Autopiata Perote-Xaiapa, CV</i>	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	14,33% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Ascend Group, SGPS, SA</i>	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	28,66%	Eq. Patrimonial
<i>Auvisa - Autovía de los Villados, SA</i>	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	35,53% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial

- a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
- b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano de Constituição	Ano de aquisição	Sede	% Interesse económico	Método de consolidação
EIRLES THREE #140 Var. /2004 - 21/07/2014	2004	2004	Irlanda	100%	Integral
Lusitano SME No.1 plc <sup>(*)</sup>	2006	2006	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc <sup>(*)</sup>	2007	2007	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1, FTC <sup>(*)</sup>	2007	2011	Portugal	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc <sup>(*)</sup>	2008	2008	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage Finance No. 1 BV <sup>(*)</sup>	2010	2010	Holanda	100%	Integral
Lusitano Finance No. 3 <sup>(*)</sup>	2011	2011	Portugal	100%	Integral
IM BES Empresas 1 <sup>(*)</sup>	2011	2011	Espanha	100%	Integral

(\*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização (ver Nota 43)

Em 30 de Junho de 2012, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	231 383	572 182
Activos financeiros detidos para venda	-	306 380
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	4 116 387	5 828 664
Responsabilidades representadas por títulos	794 971	951 660

Durante os primeiros seis meses de 2012 as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo BES foram as seguintes:

- Empresas subsidiárias (ver Nota 54)

- ✦ Em Maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a deter a totalidade do capital desta empresa, pelo que a mesma passou a ser consolidada integralmente;

- Empresas associadas (ver Nota 32)

- ✦ Em Abril de 2012 a ES Capital adquiriu 42,99% da 2BCapital Luxembourg S.C.A SICAR pelo valor de 854 milhares de euros; em Maio de 2012 participou no aumento de capital, a que correspondeu um investimento de 15 619 milhares de euros;
- ✦ Em Junho de 2012, a ES Concessões transferiu as participações que detinha na SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, SA e Portvias - Portagem de Vias, SA para a Ascendi Group, SGPS, SA, tendo obtido uma menos-valia no valor de 296 milhares de euros.

Durante o primeiro semestre de 2012 e 2011, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012						Mais/ (menos vendas/ liquidações)
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros Investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
<b>Empresas subsidiárias</b>							
BES Vida (b)	225 000	-	225 000	-	-	-	( 89 586)
<b>Empresas associadas</b>	225 000	-	225 000	-	-	-	( 89 586)
Moza Banco	-	2 033	2 033	-	-	-	-
Empark	-	-	-	-	( 2 584)	( 2 584)	-
Portvitas	-	-	-	( 1 067)	-	( 1 067)	590
Scutvitas	-	-	-	( 49 783)	-	( 49 783)	( 886)
Ascendí Group	-	11 462	11 462	-	-	-	-
Coreworks	-	-	-	-	( 286)	( 286)	-
Sousacamp	-	-	-	-	( 3 700)	( 3 700)	-
Fin Soluza	-	-	-	( 1 219)	-	( 1 219)	( 6)
ZB Capital Luxembourg	854	15 619	16 473	-	-	-	-
Nova Flight	-	-	-	( 719)	-	( 719)	-
Sopratutto Cafés	-	-	-	( 1 334)	-	( 1 334)	50
Ydreams	-	204	204	-	( 711)	( 711)	-
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA (c)	-	-	-	-	( 31)	( 31)	-
	854	29 318	30 172	( 54 122)	( 7 292)	( 61 414)	( 252)
	<b>225 854</b>	<b>29 318</b>	<b>255 172</b>	<b>( 54 122)</b>	<b>( 7 292)</b>	<b>( 61 414)</b>	<b>( 89 838)</b>

(a) Aumentos / reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

(b) Empresa que passou a consolidar integralmente

(c) Empresa que deixou de integrar o perímetro de consolidação do Grupo, passando a ser registada na carteira de activos disponíveis para venda

(milhares de euros)

	30.06.2011						Mais/ (menos vendas/ liquidações)
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros Investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
<b>Empresas associadas</b>							
Moza Banco	8 018	1 782	9 800	-	-	-	-
Watson Brown	68	2 938	3 006	-	-	-	-
Esumédica	-	-	-	-	-	-	380
Ascendí Group	-	4 969	4 969	-	-	-	-
Global Active	-	87	87	-	-	-	-
	8 086	9 776	17 862	-	-	-	380
	<b>8 086</b>	<b>9 776</b>	<b>17 862</b>	-	-	-	<b>380</b>

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

## NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e foram preparadas de acordo com os princípios de

reconhecimento e mensuração dos IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de Junho de 2012. As demonstrações financeiras consolidadas intercalares agora apresentadas foram preparadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas intercalares referentes a 30 de Junho de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2011. Contudo, em Dezembro de 2011, o Grupo alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 53.

Conforme referido na Nota 1, o BES adquiriu em Maio de 2012, os restantes 50% do capital social da BES Vida e o controlo sobre a sua actividade, tendo esta entidade, desde então, passado a ser consolidada pelo método integral. Até 31 de Dezembro de 2011, a BES Vida era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial. Assim, para efeitos de análise comparativa, deverão ser considerados os impactos decorrentes da primeira consolidação da BES Vida, apresentados na Nota 54.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de Julho de 2012.

## 2.7. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os incrementos patrimoniais atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

### Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto

sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

#### Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

### Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

### Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o *IFRS 3 – Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

#### Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

#### Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

### Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

### 2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

### 2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

#### Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

#### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento

das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 34) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

#### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- \* Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

#### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### 2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

#### Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- \* a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- \* a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- \* a existência de credores privilegiados;
- \* a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- \* o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- \* o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## 2.6. Outros activos financeiros

### Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- \* Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- \* tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- \* são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- \* tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 27 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

#### \* Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

#### \* Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

#### Reconhecimento e mensuração inicial e do reconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são

reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

#### Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para

venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

#### Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou significativa no seu valor de mercado face ao custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida

de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

#### 2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

#### 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

### 2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

### 2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

### 2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.12. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objecto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Grupo tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) *Método de Mercado*

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) *Método do Rendimento*

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) *Método do Custo*

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

### 2.13. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### 2.14. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um

exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Locações financeiras

#### • Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### \* Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## 2.16. Benefícios aos empregados

### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao exercício de 2011. Em Dezembro de 2011, e conforme descrito na Nota 53, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e

perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados, numa base linear, durante o período de serviço necessário para que os benefícios se tornem adquiridos (*vesting period*). Na medida em que os benefícios estejam já adquiridos na data da introdução de, ou alterações a, um plano de benefícios definidos, os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados imediatamente.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Semestralmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

#### Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes

benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

#### *Premios de antiguidade*

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

#### *Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)*

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Accionistas de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

#### Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### 2.17 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

#### 2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

### 2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

## 2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

## 2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## 2.22. Reporte por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

## 2.23. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

#### 2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

#### 2.25. Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são objecto de amortização.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

#### 2.26. Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiros e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro (IFRS 4). Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

#### Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

#### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

#### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efectuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

#### Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

#### Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

#### Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

#### Provisão para compromissos de taxa ("Liability adequacy test")

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos cash flows futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

#### Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

### NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### 3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre dívidas

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

### 3.4. Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo goodwill, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

### 3.5. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

### 3.5. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### 3.7. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.8. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### 3.9. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados, (iii) provisão para sinistros, (iv) provisão para compromissos de taxa e (v) provisão para prémios não adquiridos. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor actual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários Market Consistent. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

#### NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo BES desenvolve a sua actividade centrada no sector financeiro direccionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação. As ligações históricas com o Brasil e África, a internacionalização das empresas nacionais e a emigração de portugueses para vários países do mundo tem merecido especial atenção do Grupo que conta já com uma estrutura internacional com uma contribuição relevante para a sua actividade e resultados.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o BES como principal unidade operacional – com uma rede de 648 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (25 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela, Luxemburgo, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 13 escritórios de representação – com o BES Investimento (banca de investimento), com o BES Angola (36 balcões), BES Açores (18 balcões), Banco BEST (11 balcões), Espírito Santo Bank, BES Oriente, Aman Bank, BES Cabo Verde, BES Vénétie, Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF), BES Seguros (ramo de seguros não vida) e BES Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Banca de Investimento; (4) Gestão de Activos; (5) Actividade de Seguros Vida; (6) Mercados e Participações Estratégicas; e (7) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas do BES que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade mais se identifica com um daqueles segmentos. Para além da avaliação individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa óptica de centro de investimento), há, a nível da Comissão Executiva, definições de estratégias, programas comerciais e avaliação de desempenho de cada segmento operacional.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua actividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a actividade e resultados que é objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

#### 4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

##### Banca Comercial Nacional

Este Segmento Operacional inclui toda a actividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

- a) **Retailo:** corresponde a toda a actividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, rede de agentes e canais electrónicos. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento à actividade dos Negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.
- b) **Empresas e Institucionais:** congrega a actividade do BES em Portugal com as Médias e Grandes Empresas, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 24 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municipais. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e nas unidades com vocação empresarial.
- c) **Private Banking:** agrega a actividade com clientes *private* integrando todos os produtos do activo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e produtos de seguros.

##### Banca Comercial Internacional

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja actividade bancária é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio de banca de investimento e de gestão de activos, o qual está integrado nos segmentos correspondentes.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos o BES Angola e as sucursais de Espanha, Londres, Nova Iorque, Cabo Verde, Luxemburgo e Venezuela do BES. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance*, *structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da execução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

### Banca de Investimento

Inclui essencialmente os activos, passivos, proveitos e custos das unidades operacionais que consolidam no BES Investimento o qual reúne a actividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro. Para além da actividade bancária tradicional com clientes, inclui os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos.

### Gestão de Activos

Segmento que agrega a actividade de *asset management* desenvolvida fundamentalmente pela subsidiária ESAF tanto em território nacional, como no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola e Luxemburgo) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além de prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

### Actividade de Seguros Vida

Este segmento de negócio abrange a actividade desenvolvida pela BES Vida, que comercializa seguros tradicionais, de capitalização, e PPR's dirigidos aos clientes do Grupo BES.

### Mercados e Participações Estratégicas

Neste segmento inclui-se a actividade de gestão financeira global do Grupo, designadamente os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais a todo o Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial e ainda a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados.

### Centro Corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

#### 4.7. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

##### Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

##### Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada *per se* atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

##### Estruturas do BES dedicadas ao Segmento

A actividade do BES abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada para os produtos não massa directamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custeio Baseado em Actividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afectação da totalidade do capital próprio do BES ao segmento de Mercados e participações estratégicas.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de

margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras; as decisões de natureza estratégica e/ou natureza excepcional são analisadas casuisticamente sendo os rendimentos e/ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respectiva actividade e resultados incluídos no segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

#### Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

#### Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados e Participações Estratégicas para o caso das associadas do BES. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

#### Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No BES estes activos encontram-se afectos ao segmento de Mercados e participações estratégicas; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

#### Impostos sobre lucros

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos e passivos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Mercados e participações estratégicas.

#### Activos por benefícios pós-emprego

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os impostos sobre lucros, sendo afectos ao segmento Mercados e participações estratégicas. Atendendo

a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

### Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o BES Angola e suas filiais, a BES África, o Aman Bank, o BES Oriente, o Espírito Santo Bank, o BES Cabo Verde, Espírito Santo Vénétie, Banco Delle Tre Venezie, Moza Banco, Ijar Leasing Argélie, as sucursais do BES em Londres, Espanha, Nova Iorque, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo e ainda as unidades localizadas no exterior do BES Investimento e da ESAF.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)										
Período de seis meses findo em										
30.06.2012										
	Retail	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Seguros	Intermediários e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	182 781	77 969	35 320	156 481	45 883	1 709	(30 101)	77 419	-	607 643
Outros proveitos operacionais	117 701	141 186	10 433	154 470	76 240	32 360	10 235	109 836	-	652 552
Proveitos operacionais totais	300 482	219 155	45 813	310 951	122 123	34 067	40 339	187 255	-	1 260 195
Custos operacionais	249 656	240 073	10 040	146 843	89 931	9 584	3 952	145 310	80 455	985 844
<i>Dos quais:</i>										
Provisões/imparidade	41 565	206 625	1 027	38 017	14 154	523	1 604	120 390	-	426 287
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	(6)	-	-	(2 461)	-	(2 527)
Resultado da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(89 586)	-	(89 586)
Resultados de associadas	-	-	-	300	687	-	-	6 295	-	7 282
<b>Resultado antes de impostos e minoritários</b>	<b>50 826</b>	<b>(20 918)</b>	<b>35 773</b>	<b>164 388</b>	<b>22 873</b>	<b>24 513</b>	<b>36 387</b>	<b>(41 592)</b>	<b>(80 455)</b>	<b>191 795</b>
Proveitos operacionais intersegmentos	4 611	15 556	6	249 032	(7 046)	(7 125)	(420)	(241 199)	-	13 425
<b>Total do Activo líquido</b>	<b>16 364 288</b>	<b>23 748 225</b>	<b>1 923 628</b>	<b>23 718 494</b>	<b>6 749 923</b>	<b>189 930</b>	<b>5 853 680</b>	<b>6 744 933</b>	-	<b>85 292 201</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>16 278 796</b>	<b>23 748 225</b>	<b>1 923 674</b>	<b>22 125 319</b>	<b>6 100 104</b>	<b>19 818</b>	<b>5 627 813</b>	<b>1 943 772</b>	-	<b>77 767 521</b>
Investimentos em associadas	-	-	-	-	84 720	-	-	512 543	-	597 263

(milhares de euros)										
Período de seis meses findo em										
30.06.2011										
	Retail	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Seguros	Intermediários e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	176 313	63 773	37 584	224 754	27 644	509	-	2 177	-	542 813
Outros proveitos operacionais	117 814	134 729	11 916	49 902	78 134	28 900	-	277 807	-	699 262
Proveitos operacionais totais	294 127	198 502	49 480	274 656	105 778	29 489	-	279 984	-	1 242 015
Custos operacionais	262 583	112 614	10 378	126 007	109 452	11 851	-	308 302	85 905	1 027 072
<i>Dos quais:</i>										
Provisões/imparidade	49 652	79 694	783	31 081	24 270	879	-	263 159	-	469 654
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	-	380	-	380
Resultados de associadas	-	-	-	105	2 393	-	-	10 384	-	12 877
<b>Resultado antes de impostos e minoritários</b>	<b>31 544</b>	<b>85 888</b>	<b>39 102</b>	<b>148 669</b>	<b>8 719</b>	<b>17 637</b>	-	<b>(17 554)</b>	<b>(85 805)</b>	<b>228 200</b>
Proveitos operacionais intersegmentos	452	16 644	8	(31 487)	(2 714)	(9 581)	-	78 786	-	32 288
<b>Total do Activo líquido *</b>	<b>17 092 934</b>	<b>22 910 839</b>	<b>2 341 794</b>	<b>18 890 876</b>	<b>6 578 612</b>	<b>173 869</b>	-	<b>12 248 448</b>	-	<b>80 237 372</b>
<b>Total do Passivo *</b>	<b>17 016 100</b>	<b>22 910 839</b>	<b>2 341 835</b>	<b>17 483 049</b>	<b>5 938 314</b>	<b>30 006</b>	-	<b>8 374 754</b>	-	<b>74 044 897</b>
Investimentos em associadas *	-	-	-	-	51 980	-	-	755 018	-	806 999

\* - Valores com referência a 31 de Dezembro de 2011

O reporte efectuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

	30.06.2012										
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	(52 736)	10 545	2 157	11 406	3 862	10 246	40 217	1 485	2 007	(3 732)	25 457
Activo líquido	59 956 661	5 013 036	595 295	6 278 237	1 804 416	2 711 561	7 625 309	189 980	281 368	836 338	85 292 201
Investimentos em activos tangíveis	3 454	727	-	261	46	257	16 699	77	2	8 219	29 742
Investimentos em activos intangíveis	287 932	1 352	-	388	125	667	47	269	-	4 193	294 973

	30.06.2011										
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	95 109	6 647	4 290	7 522	7 148	13 630	41 681	543	667	1 336	178 573
Activo líquido *	59 249 764	5 302 492	76 237	3 575 449	1 391 250	2 645 743	6 866 988	144 852	249 876	734 721	80 237 372
Investimentos em activos tangíveis *	20 802	3 204	-	267	203	1 163	59 682	720	409	19 307	105 757
Investimentos em activos intangíveis *	38 892	4 502	-	3 082	655	143	884	211	3	410	48 782

\* - Valores com referência a 31 de Dezembro de 2011

#### NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
<b>Juros e proveitos similares</b>		
Juros de crédito		
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 317 963	1 228 854
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	121 069	98 393
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	38 841	45 874
Juros de derivados para gestão de risco	283 698	191 366
Juros de activos detidos até à maturidade	259 720	326 292
Juros de passivos subordinados	31 522	50 730
Outros juros e proveitos similares	14 700	8 157
	<b>2 067 513</b>	<b>1 949 666</b>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	413 690	417 237
Juros de recursos de clientes	557 249	459 774
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	233 488	200 824
Juros de derivados para gestão de risco	213 949	276 459
Juros de passivos subordinados	34 782	47 110
Outros juros e custos similares	6 712	5 449
	<b>1 459 870</b>	<b>1 406 853</b>
	<b>607 643</b>	<b>542 813</b>

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 37 898 milhares de euros (30 de Junho de 2011: 20 585 milhares de euros) relativo a juro de crédito vencido (ver Nota 25).

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

#### NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	312 500	248 254
Por garantias prestadas	112 449	97 023
Por operações realizadas com títulos	32 350	41 033
Por compromissos perante terceiros	17 688	23 141
Outros rendimentos de serviços e comissões	50 849	43 397
	<b>525 836</b>	<b>452 848</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	39 947	41 084
Por operações realizadas com títulos	15 058	13 566
Por garantias recebidas	28 161	2 841
Outros encargos com serviços e comissões	8 730	10 695
	<b>91 896</b>	<b>68 186</b>
	<b>433 940</b>	<b>384 662</b>

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 27,4 milhões de euros relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações.

**NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2012			30.06.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	230 016	72 830	157 186	15 378	39 954	( 24 576)
De outros emissores	6 087	24 058	( 17 971)	11 485	3 834	7 651
Acções	25 749	38 414	( 12 665)	47 571	21 369	26 202
Outros títulos de rendimento variável	88	269	( 181)	315	493	( 178)
	<b>261 940</b>	<b>135 571</b>	<b>126 369</b>	<b>74 749</b>	<b>65 650</b>	<b>9 099</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	687 930	714 683	( 26 753)	1 018 514	1 133 068	( 114 554)
Contratos sobre taxas de juro	3 204 541	3 151 572	52 969	2 905 353	2 925 493	( 20 140)
Contratos sobre acções/índices	542 051	543 689	( 1 638)	1 230 410	1 231 580	( 1 170)
Contratos sobre créditos	378 071	407 822	( 29 751)	256 467	255 976	491
Outros	25 693	9 449	16 244	188 222	181 666	6 556
	<b>4 838 286</b>	<b>4 827 215</b>	<b>11 071</b>	<b>5 598 966</b>	<b>5 727 783</b>	<b>( 128 817)</b>
	<b>5 100 226</b>	<b>4 962 786</b>	<b>137 440</b>	<b>5 673 715</b>	<b>5 793 433</b>	<b>( 119 718)</b>
<b>Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	30 762	187	30 575	-	-	-
De outros emissores	16 210	18 514	( 2 304)	74 694	68 346	6 348
Acções	( 1 120)	4 017	( 5 137)	693	-	693
Outros títulos de rendimento variável	18 272	116 549	( 98 277)	84 656	177 115	( 92 459)
	<b>64 124</b>	<b>139 267</b>	<b>( 75 143)</b>	<b>160 043</b>	<b>245 461</b>	<b>( 85 418)</b>
Outros Activos financeiros <sup>(1)</sup>	14 950	15 598	( 648)	163 552	146 842	16 710
Passivos financeiros <sup>(1)</sup>	111 113	189 013	( 77 900)	256 544	210 165	46 379
	<b>190 187</b>	<b>343 878</b>	<b>( 153 691)</b>	<b>580 139</b>	<b>602 468</b>	<b>( 22 329)</b>
	<b>5 290 413</b>	<b>5 306 664</b>	<b>( 16 251)</b>	<b>6 253 854</b>	<b>6 395 901</b>	<b>( 142 047)</b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui um efeito positivo de 12,1 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (30 de Junho de 2011: efeito negativo de 21,6 milhões de euros).

## NOTA 8 - RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2012			30.06.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	255 763	22 333	233 430	5 134	1 188	3 946
De outros emissores	53 624	34 896	18 728	12 483	18 987	( 6 504)
Acções	37 001	200 308	( 163 307)	219 146	57 321	161 825
Outros títulos de rendimento variável	7 964	11 821	( 3 857)	9 537	334	9 203
	<b>354 352</b>	<b>269 358</b>	<b>84 994</b>	<b>246 300</b>	<b>77 830</b>	<b>168 470</b>

Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 82,9 milhões de acções da EDP e 113,0 milhões de acções da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 181,2 milhões de euros.

Durante o primeiro semestre de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado a totalidade da posição accionista no Banco Bradesco (81,6 milhões de acções) e transaccionou em bolsa 165,4 milhões de acções da EDP, tendo obtido no conjunto uma mais-valia de 176,7 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 48.

## NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2012			30.06.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	525 256	526 125	( 869)	1 085 379	1 055 232	30 147
	<b>525 256</b>	<b>526 125</b>	<b>( 869)</b>	<b>1 085 379</b>	<b>1 055 232</b>	<b>30 147</b>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

## NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Créditos a clientes	( 17 412)	( 57 629)
Activos não correntes detidos para venda	( 3 636)	( 3 056)
Outros	( 3 674)	14 474
	<b>( 24 722)</b>	<b>( 46 211)</b>

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 16,2 milhões de euros relativa à venda de 108,1 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de activos do Grupo – *deleverage* (30 de Junho de 2011: 53,8 milhões de euros).

## NOTA 11 – PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Prémios brutos emitidos	17 324	-
Prémios de resseguro cedido	( 588)	-
Prémios líquidos de resseguro	16 736	-
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	( 2)	-
Prémios líquidos de resseguro	16 734	-

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Anuidades	372	-
Tradicionais	9 898	-
Capitalização com participação nos resultados	7 054	-
	17 324	-

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definidos pelo IFRS 4, os contratos de seguros emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

#### NOTA 12 – CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Seguro directo		
Montantes pagos	( 81 854)	-
Variação da provisão para sinistros	5 009	-
	<u>( 76 845)</u>	-
Resseguro cedido		
Montantes pagos	321	-
Variação da provisão para sinistros	258	-
	<u>579</u>	-
	<u>( 76 266)</u>	-

#### NOTA 13 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das provisões técnicas líquidas de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Provisão matemática	58 151	-
Provisão para participação nos resultados	( 720)	-
Outras provisões técnicas	2 846	-
Provisões para resseguro	373	-
	<u>60 650</u>	-

#### NOTA 14 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
<b>Outros proveitos / (custos) de exploração</b>		
Serviços informáticos	3 220	3 402
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Notas 38 e 42)	99 737	147 694
Proveitos em operações de crédito	12 068	15 431
Serviços não recorrentes de consultoria	2 528	2 151
Impostos directos e indirectos	( 21 061)	( 24 254)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	( 4 717)	( 3 020)
Quotizações e donativos	( 4 390)	( 3 780)
Outros	( 13 618)	25 626
	<b>73 767</b>	<b>163 250</b>

Os impostos directos e indirectos incluem 14,0 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (30 de Junho de 2011: 15,2 milhões de euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 41).

Incluído em Outros, em 30 de Junho de 2012 encontra-se registado o proveito de 21,8 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte conforme explicado na Nota 16.

#### NOTA 15 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
<b>Vencimentos e salários</b>		
Remunerações	220 736	218 424
Prémios por antiguidade (ver Nota 16)	2 188	1 916
Encargos sociais obrigatórios	51 317	49 082
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 16)	4 307	10 820
Outros custos	12 964	9 483
	<b>291 512</b>	<b>289 725</b>

Incluído em outros custos a 30 de Junho de 2012 encontra-se o montante de 752 milhares de euros (30 de Junho de 2011: 1 577 milhares de euros) relativo ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF, conforme política contabilística descrita na Nota 2.16. O detalhe deste plano é analisado na Nota 16.

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	30.06.2012	30.06.2011
Colaboradores do BES	6 694	6 780
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	3 210	3 155
<b>Total colaboradores do Grupo</b>	<b>9 904</b>	<b>9 935</b>

#### NOTA 16 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

##### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção

e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduziu a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios

complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	2.25%	2.25%
Taxa de crescimento das pensões	1.00%	1.00%
Taxas de rendimento do fundo	5.50%	5.50%
Taxa de desconto	5.50%	5.50%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de Mortalidade		
Homens		TV 73/77 (ajustado)
Mulheres		TV 88/90
Métodos de valorização actuarial		<i>Project Unit Credit Method</i>

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	30.06.2012	31.12.2011
Activos	6 125	6 175
Reformados e sobreviventes	5 713	5 706
<b>TOTAL</b>	<b>11 838</b>	<b>11 881</b>

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
<b>Total de responsabilidades</b>	(1 094 845)	(1 077 864)
Pensionistas	( 396 936)	( 397 857)
Activos	( 697 909)	( 680 007)
<b>Coberturas</b>		
Saldo dos Fundos	<u>1 170 379</u>	<u>1 184 878</u>
<b>Activos líquidos em balanço (ver Nota 34)</b>	<u>75 534</u>	<u>107 014</u>
<b>Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<u>935 258</u>	<u>886 964</u>

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.16 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Responsabilidades no início do período</b>	<b>1 077 864</b>	<b>2 205 366</b>
Custo do serviço corrente	6 431	17 242
Custo dos juros	29 641	117 091
Contribuições dos participantes	1 585	3 267
(Ganhos) e perdas actuariais no período:		
- Alteração de pressupostos	-	( 201 792)
- (Ganhos) e perdas de experiência	5 681	( 110 266)
Pensões pagas pelo fundo	( 1 987)	( 112 555)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 853 839)
Custos com serviços passados negativos	( 21 813)	-
Diferenças cambiais e outros	( 2 557)	13 350
<b>Responsabilidades no final do período</b>	<b>1 094 845</b>	<b>1 077 864</b>

Durante o primeiro semestre de 2012, decorrente da alteração do Decreto Lei nº133/2012 que determina o método de cálculo do subsídio de morte, verificou-se uma redução do valor actual das responsabilidades associadas a este benefício (incluído no valor das responsabilidades com pensões de reforma) no montante de 21,8 milhões de euros. Considerando que esta redução de responsabilidades qualifica como um “custo com serviços passados negativo” e que as condições de aquisição do benefício estão cumpridas, uma vez que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço, o Grupo registou em

resultados, no primeiro semestre de 2012 o referido valor de 21,8 milhões de euros na rubrica outros resultados de exploração.

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos actuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 853,8 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante a pagar pelo Grupo ao Estado ascendeu a 961 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no segundo semestre de 2011 de 107,2 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 961 milhões de euros, cerca de 853,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 107,2 milhões de euros directamente pelo Grupo. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante a liquidar, tendo o remanescente sido pago no primeiro semestre de 2012.

A evolução do valor dos fundos de pensões no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses	Exercício findo em
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo dos fundos no início do exercício</b>	<b>1 184 878</b>	<b>2 206 313</b>
Rendimento real do fundo	( 10 876)	( 154 735)
Contribuições do Grupo	-	92 467
Contribuições dos empregados	1 585	3 267
Pensões pagas pelo fundo	( 1 987)	( 112 555)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 853 839) <sup>(1)</sup>
Diferenças cambiais e outros	( 3 221)	3 960
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>1 170 379</b>	<b>1 184 878</b>

<sup>(1)</sup> 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, tendo o remanescente sido reconhecido como um passivo no fundo nesse ano e liquidado no primeiro semestre de 2012.

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Acções	121 928	371 270
Obrigações	151 248	136 212
Imóveis	664 314	657 856
Outros	232 889	403 767
Valores a entregar à Segurança Social	-	( 384 227)
<b>Total</b>	<b>1 170 379</b>	<b>1 184 878</b>

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Acções	2 166	1 288
Obrigações	5 816	339
Imóveis	216 751	217 802
<b>Total</b>	<b>224 733</b>	<b>219 429</b>

Em 30 de Junho de 2012, as acções detidas pelos fundos de pensões incluem 1,8 milhões de acções do BES. O fundo detém unidades de participação do Fundo ES Ventures III, o qual integra o perímetro de consolidação do Grupo.

Durante o primeiro semestre de 2012 não houve qualquer transacção com o fundo de pensões (ver Nota 48). Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante.

A evolução dos desvios actuariais reconhecidos como dedução a outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Desvios actuariais no início do exercício</b>	<b>886 964</b>	<b>930 979</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	-	( 201 792)
- (Ganhos) e perdas de experiência	48 462	157 777
Outros	( 168)	-
<b>Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento Integral</b>	<b>935 258</b>	<b>886 964</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30.06.2012</b>	<b>30.06.2011</b>
Custo do serviço corrente	6 431	9 203
Custo dos Juros	29 641	57 230
Rendimento esperado do fundo	( 31 765)	( 55 613)
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>4 307</b>	<b>10 820</b>

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de seis meses findo em</b>	<b>Exercício findo em</b>
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>No início do período</b>	<b>107 014</b>	<b>947</b>
Custo do período	( 4 307)	( 21 025)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	( 48 462)	44 015
Contribuições efectuadas no período	-	92 467
Outros (a)	21 289	( 9 390)
<b>No final do período</b>	<b>75 534</b>	<b>107 014</b>

(a) Em 30 de Junho de 2012 inclui o proveito de 21,8 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>31.12.2008</b>
Responsabilidades	(1 094 845)	(1 077 864)	(2 205 366)	(2 125 202)	(2 064 874)
Saldo dos fundos	1 170 379	1 184 878	2 206 313	2 198 280	2 056 627
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>75 534</b>	<b>107 014</b>	<b>947</b>	<b>73 078</b>	<b>( 8 247)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	5 681	( 110 266)	25 201	51 583	23 310
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	42 641	268 043	66 895	( 90 994)	727 214

#### *Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)*

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e

uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverão ser pagos durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%.

As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PRVIF
Data Inicial de referência	12-04-2011
Data final de referência	31-03-2014
Número de acções atribuídas	2 250 000
Preço de exercício (euros)	3.47
Taxa de Juro	2,31%
Volatilidade	40,0%
Valor Inicial do plano (mil euros)	1 130

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado nos primeiros seis meses de 2012 um custo de 752 milhares de euros para remunerações variáveis (dos quais 172 milhares de euros respeitam à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo). Em 30 de Junho de 2011 tinha sido registado um custo de 1 577 milhares de euros.

#### *Prémio por antiguidade*

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de

invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 27 948 milhares de euros e 27 477 milhares de euros respectivamente (ver Nota 43). Os custos reconhecidos no primeiro semestre de 2012 com os prémios por antiguidade foram de 2 188 milhares de euros (30 de Junho de 2011: 1 916 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

#### NOTA 17 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Rendas e alugueres	35 833	35 253
Publicidade e publicações	17 395	16 841
Comunicações e expedição	23 090	23 681
Conservação e reparação	10 903	10 848
Deslocações e representação	14 767	16 711
Transporte de valores	4 162	4 255
Seguros	4 352	4 299
Serviços de informática	31 971	31 691
Trabalho independente	4 007	3 965
Mão de obra eventual	2 467	3 174
Sistema electrónico de pagamentos	6 271	6 446
Serviços judiciais, contencioso e notariado	8 698	8 755
Consultoria e auditoria	10 214	10 682
Água, energia e combustíveis	5 548	5 079
Material de consumo corrente	2 914	2 799
Outros custos	31 597	30 881
	<b>214 189</b>	<b>215 360</b>

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

**NOTA 18 - RESULTADOS POR ACÇÃO**
*Resultados por acção básicos*

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2012	30.06.2011
<b>Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco <sup>(1)</sup></b>	<b>26 078</b>	<b>135 009</b>
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	2 176 013	1 166 667
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	( 16 201)	( 171)
<b>Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)</b>	<b>2 159 812</b>	<b>1 166 496</b>
<b>Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BES (em euros)</b>	<b>0,01</b>	<b>0,12</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao resultado líquido do período ajustado do dividendo das acções preferenciais e da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

*Resultados por acção diluídos*

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

**NOTA 19 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Caixa	257 819	278 179
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	17 871	110 045
Outros bancos centrais	1 370 089	702 215
	1 387 960	812 260
	<b>1 645 779</b>	<b>1 090 439</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 17 871 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 110 045 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de Junho de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1% (31 de Dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de Junho de 2012 foi incluído no período de manutenção de 13 de Junho de 2012 a 10 de Julho de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 276,9 milhões de euros.

#### NOTA 20 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>		
Cheques a cobrar	138 250	153 662
Depósitos à ordem	88 017	58 384
	<b>226 267</b>	<b>212 046</b>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	463 755	198 751
Cheques a cobrar	5 123	4 466
Outras disponibilidades	28 002	165 550
	<b>496 880</b>	<b>368 767</b>
	<b>723 147</b>	<b>580 813</b>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

**NOTA 21 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 333 181	888 797
De outros emissores	267 235	286 843
Acções	30 512	41 268
Outros títulos de rendimento variável	573	727
	<u>1 631 501</u>	<u>1 217 635</u>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2 272 588	2 217 004
	<u>3 904 089</u>	<u>3 434 639</u>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2 166 338	2 124 388
Vendas a descoberto	468	865
	<u>2 166 806</u>	<u>2 125 253</u>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46.

Em 30 de Junho de 2012, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de actividade.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
<b>Derivados de negociação</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward						
- compras	1 506 668			1 460 151		
- vendas	1 551 486	22 933	17 687	1 458 214	27 672	13 605
Currency Swaps						
- compras	1 918 341			2 442 950		
- vendas	1 910 832	4 268	3 101	2 431 893	12 416	11 602
Currency Futures <sup>a)</sup>	296 500	-	-	58 503	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	153 517			168 995		
- vendas	147 115	43 355	33 002	162 074	28 497	26 259
Currency Options	3 077 744	52 418	53 523	3 578 304	90 389	90 729
	<b>10 562 203</b>	<b>122 974</b>	<b>107 313</b>	<b>11 761 084</b>	<b>158 974</b>	<b>142 195</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Forward Rate Agreements	400 000	160	-	380 000	1 047	1 982
Interest Rate Swaps	32 203 211	1 854 086	1 756 106	34 581 122	1 712 479	1 656 756
Swaption - Interest Rate Options	1 191 486	6 308	7 375	2 747 936	5 003	5 157
Interest Rate Caps & Floors	6 703 450	50 163	46 697	7 690 395	51 553	47 305
Interest Rate Futures <sup>a)</sup>	2 524 902	-	-	3 573 796	-	-
Interest Rate Options	1 896 407	8 043	13 320	1 893 560	25 473	31 714
	<b>44 919 456</b>	<b>1 918 760</b>	<b>1 823 498</b>	<b>50 866 809</b>	<b>1 795 555</b>	<b>1 742 914</b>
<b>Contratos sobre acções/índices</b>						
Equity / Index Swaps	674 983	59 374	45 569	843 911	50 453	51 122
Equity / Index Options	2 205 310	73 670	110 277	2 095 919	60 833	102 179
Equity / Index Futures <sup>a)</sup>	137 153	-	-	152 706	-	-
Future Options <sup>a)</sup>	24 166	-	-	32 089	-	-
	<b>3 041 612</b>	<b>133 044</b>	<b>155 846</b>	<b>3 124 625</b>	<b>111 286</b>	<b>153 301</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	3 063 776	97 810	79 681	3 559 588	151 189	85 978
<b>Total</b>	<b>61 587 047</b>	<b>2 272 588</b>	<b>2 166 338</b>	<b>69 312 106</b>	<b>2 217 004</b>	<b>2 124 388</b>

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem.

## NOTA 22 - OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	326 657	-
De outros emissores	1 156 864	127 731
Acções e Outros títulos de rendimento variável	1 710 180	1 836 258
	<b>3 193 701</b>	<b>1 963 989</b>

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O acréscimo significativo nesta rubrica, no primeiro semestre de 2012, decorre essencialmente da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de Maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

**NOTA 23 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	5 984 290	119 660	( 19 962)	-	6 083 988
De outros emissores	6 521 519	4 929	( 147 549)	( 17 473)	6 361 426
Acções	1 427 024	35 590	( 128 111)	( 146 408)	1 188 095
Outros títulos de rendimento variável	692 144	4 780	( 7 767)	( 24 355)	664 802
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	<b>14 624 977</b>	<b>164 959</b>	<b>( 303 389)</b>	<b>( 188 236)</b>	<b>14 298 311</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 813 456	666	( 124 908)	-	4 689 214
De outros emissores	5 634 799	34 146	( 154 615)	( 11 094)	5 503 236
Acções	1 195 790	41 200	( 184 153)	( 132 088)	920 749
Outros títulos de rendimento variável	393 790	4 057	( 3 080)	( 25 100)	369 667
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>12 037 835</b>	<b>80 069</b>	<b>( 466 756)</b>	<b>( 168 282)</b>	<b>11 482 866</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

O acréscimo significativo nesta rubrica, no primeiro semestre de 2012, decorre essencialmente da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de Maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

Em 30 de Junho de 2012, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de actividade.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos financeiros disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo Inicial	168 282	157 840	159 232
Dotações	21 459	17 529	47 044
Utilizações	( 4 044)	( 5 364)	( 45 999)
Reversões	( 863)	( 6 661)	( 121)
Diferenças de câmbio e outras	3 402	4 938	( 2 316)
<b>Saldo final</b>	<b>188 236</b>	<b>168 282</b>	<b>157 840</b>

As principais posições em acções, com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)

30.06.2012					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	469 139	-	( 99 842)	-	389 297
EDP- Energias de Portugal	166 445	-	( 10 149)	-	156 296
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	76 806	-	( 1 321)	-	75 485
	<b>732 390</b>	<b>-</b>	<b>( 111 312)</b>	<b>-</b>	<b>621 078</b>

(milhares de euros)

31.12.2011					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	603 298	-	( 151 041)	-	452 257
EDP- Energias de Portugal	200 664	-	( 24 077)	-	176 587
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	( 348)	7 482
	<b>806 338</b>	<b>5 454</b>	<b>( 175 118)</b>	<b>( 348)</b>	<b>636 326</b>

Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 82,9 milhões de acções da EDP e 113,0 milhões de acções da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 181,2 milhões de euros (ver Nota 8).

Durante o primeiro semestre de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado a totalidade da posição accionista no Banco Bradesco (81,6 milhões de acções) e transaccionou em bolsa 165,4 milhões de acções da EDP, tendo obtido no conjunto uma mais-valia de 176,7 milhões de euros.

## NOTA 24 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Aplicações em Instituições de crédito no país</b>		
Depósitos	136 456	94 925
Empréstimos	211 384	711 963
Aplicações de muito curto prazo	34 049	18 105
Outras aplicações	1 569	1 247
	<b>383 458</b>	<b>826 240</b>
<b>Aplicações em Instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	654 433	1 170 236
Aplicações de muito curto prazo	108 270	36 343
Empréstimos	801 654	777 027
Outras aplicações	136 922	472 949
	<b>1 701 279</b>	<b>2 456 555</b>
Perdas por Imparidade	( 297)	( 219)
	<b>2 084 440</b>	<b>3 282 576</b>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,86% (31 de Dezembro de 2011: 2,22%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 não havia aplicações no Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo Inicial	219	351	244
Dotações	1 109	160	246
Reversões	( 1 038)	( 329)	( 117)
Diferenças de câmbio e outras	7	37	( 22)
<b>Saldo final</b>	<b>297</b>	<b>219</b>	<b>351</b>

**NOTA 25 - CRÉDITO A CLIENTES**

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimos	13 396 504	13 717 319
Créditos em conta corrente	5 410 035	5 312 532
Locação financeira	2 773 496	2 937 632
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	495 683	512 259
<i>Factoring</i>	1 351 008	1 451 226
Descobertos	40 194	27 075
Outros créditos	352 436	370 395
A particulares		
Habitação	10 350 015	10 556 061
Consumo e outros	1 734 588	1 890 811
	<b>35 903 959</b>	<b>36 775 310</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	8 477 323	7 958 147
Créditos em conta corrente	2 160 770	2 105 017
Locação financeira	67 568	67 019
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	80 255	113 044
<i>Factoring</i>	20 263	23 036
Descobertos	532 873	525 849
Outros créditos	383 622	451 515
A particulares		
Habitação	962 761	956 733
Consumo e outros	677 932	689 507
	<b>13 363 567</b>	<b>12 889 867</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	217 176	142 390
De 3 meses a 1 ano	516 416	365 141
De 1 a 3 anos	704 786	680 178
Há mais de 3 anos	469 637	357 940
	<b>1 908 015</b>	<b>1 545 649</b>
	<b>51 175 541</b>	<b>51 210 826</b>
Perdas por imparidade	(2 434 698)	(2 167 444)
	<b>48 740 843</b>	<b>49 043 382</b>

Em 30 de Junho de 2012, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 4 116,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 5 828,7 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 1 e 49). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 38 e 49).

Em 30 de Junho de 2012, o crédito vivo inclui 5 688,2 milhões de euros de crédito à habitação afecto à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 38).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo Inicial	2 167 444	1 982 632	1 776 988
Dotações	445 044	438 909	456 507
Utilizações	( 46 203)	( 85 500)	( 73 078)
Reversões	( 93 043)	(143 719)	(151 081)
Efeito do desconto	( 37 898)	( 30 902)	( 20 585)
Diferenças de câmbio e outras	( 646)	6 024	( 6 119)
<b>Saldo final</b>	<b>2 434 698</b>	<b>2 167 444</b>	<b>1 982 632</b>

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)						
	30.06.2012						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	13 792 954	1 994 708	23 404 023	108 955	37 196 977	2 103 663	35 093 314
Crédito a particulares - Habitação	2 311 807	159 908	9 099 591	4 509	11 411 398	164 417	11 246 981
Crédito a particulares - Outro	558 123	159 775	2 009 043	6 843	2 567 166	166 618	2 400 548
<b>Total</b>	<b>16 662 884</b>	<b>2 314 391</b>	<b>34 512 657</b>	<b>120 307</b>	<b>51 175 541</b>	<b>2 434 698</b>	<b>48 740 843</b>

	(milhares de euros)						
	31.12.2011						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	13 552 504	1 776 056	23 337 543	77 781	36 890 047	1 853 837	35 036 210
Crédito a particulares - Habitação	2 181 624	146 301	9 423 673	12 718	11 605 297	159 019	11 446 278
Crédito a particulares - Outro	538 378	143 144	2 177 104	11 444	2 715 482	154 588	2 560 894
<b>Total</b>	<b>16 272 506</b>	<b>2 065 501</b>	<b>34 938 320</b>	<b>101 943</b>	<b>51 210 826</b>	<b>2 167 444</b>	<b>49 043 382</b>

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui, entre outros, créditos correntes com sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 30 dias e o crédito renegociado.

Em 30 de Junho de 2012 o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 206 314 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2011: 178 017 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O juro reconhecido na conta de exploração, no primeiro semestre de 2012, relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 432,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 759,0 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido.

#### NOTA 26 - INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	627 345	805 437
De outros emissores	712 884	768 061
	<b>1 340 229</b>	<b>1 573 498</b>
Perdas por Imparidade	( 30 048)	( 32 316)
	<b>1 310 181</b>	<b>1 541 182</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo Inicial	32 316	31 982	50 094
Dotações / (reversões)	( 1 802)	6 068	9 432
Utilizações	( 467)	( 5 587)	( 27 544)
Diferenças de câmbio e outras	1	( 147)	-
<b>Saldo final</b>	<b>30 048</b>	<b>32 316</b>	<b>31 982</b>

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46.

**NOTA 27 - DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO**

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	30.06.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
(milharas de euros)						
<b>Derivados para gestão do risco</b>						
Derivados para gestão do risco - activo	156 626	328 215	484 841	210 027	300 063	510 090
Derivados para gestão do risco - passivo	(51 017)	(133 317)	(184 334)	(82 208)	(156 425)	(238 633)
	<b>105 609</b>	<b>194 898</b>	<b>300 507</b>	<b>127 819</b>	<b>143 638</b>	<b>271 457</b>
<b>Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Crédito a clientes	23 234	-	23 234	23 839	-	23 839
	<b>23 234</b>	<b>-</b>	<b>23 234</b>	<b>23 839</b>	<b>-</b>	<b>23 839</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	(65 558)	-	(65 558)	(56 254)	-	(56 254)
Recursos de clientes	(820)	(26 716)	(27 536)	(838)	22 751	21 913
Responsabilidades representadas por títulos	(39 499)	146 264	106 765	(38 497)	154 072	115 575
	<b>(105 877)</b>	<b>121 548</b>	<b>15 671</b>	<b>(95 589)</b>	<b>177 623</b>	<b>82 034</b>
	<b>(82 643)</b>	<b>121 548</b>	<b>38 905</b>	<b>(71 750)</b>	<b>177 623</b>	<b>105 873</b>

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 30 de Junho de 2012, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num proveito de 0,2 milhões de euros (30 de Junho de 2011: proveito de 6,0 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 30 de Junho de 2012 a 214,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 203,0 milhões de euros).

**NOTA 28 - ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2012		31.12.2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	321 480	165 429	291 248	140 950
Imóveis	2 012 609	-	1 531 180	-
Equipamento e outras	2 324	-	2 203	-
Outras Imobilizações	3 501	-	3 501	-
	2 018 434	-	1 536 884	-
Perdas por Imparidade	(175 865)	-	(181 449)	-
	<b>1 842 569</b>	<b>-</b>	<b>1 355 435</b>	<b>-</b>
	<b>2 164 049</b>	<b>165 429</b>	<b>1 646 683</b>	<b>140 950</b>

Os activos e passivos não correntes detidos para venda incluem (i) os activos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis e equipamentos recebidos em dação por recuperação de créditos.

Em 30 de Junho de 2012 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 20 649 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 9 050 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
<b>Saldo Inicial</b>	181 449	141 204	89 825
Dotações / (Reversões)	20 209	58 767	64 295
Utilizações	(25 345)	(18 188)	(12 869)
Diferenças de câmbio e outras	( 448)	( 334)	( 47)
<b>Saldo final</b>	<b>175 865</b>	<b>181 449</b>	<b>141 204</b>

O movimento dos activos não correntes detidos para venda (excluindo os activos de subsidiárias adquiridas para revenda) durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	1 536 884	642 952
Alterações no perímetro de consolidação	32 058	-
Entradas	600 152	1 077 644
Vendas	( 150 399)	( 190 452)
Outros movimentos	( 261)	6 740
<b>Saldo final</b>	<b>2 018 434</b>	<b>1 536 884</b>

Na sequência das alienações ocorridas nos primeiros seis meses de 2012, o Grupo incorreu numa perda de 3 636 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 828 milhares de euros).

#### NOTA 29 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica propriedades de investimento durante o primeiro semestre de 2012 apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Saldo no início do período	-	-
Entradas no perímetro de consolidação <sup>a)</sup>	384 738	-
Benfeitorias	573	-
	385 311	-

<sup>a)</sup> Inclui 84 561 milhares de euros relativos à aquisição de controlo da BES Vida.

O saldo desta rubrica, no primeiro semestre de 2012, decorre da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de Maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao valor de mercado, determinado com base em avaliações realizadas por peritos independentes. A variação do seu valor de mercado é registada por contrapartida de Outros resultados de exploração, assim como as rendas provenientes do seu arrendamento.

**NOTA 30 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS**

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	472 582	445 236
Beneficlações em edifícios arrendados	229 895	240 603
Outros	697	842
	<b>703 174</b>	<b>686 681</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento Informático	303 017	292 982
Instalações Interiores	142 182	140 216
Mobiliário e material	129 681	128 340
Equipamento de segurança	41 665	38 043
Máquinas e ferramentas	34 919	35 597
Material de transporte	11 952	11 756
Outros	5 980	4 929
	<b>669 396</b>	<b>651 863</b>
<b>Outras Imobilizações</b>	628	643
	<b>1 373 198</b>	<b>1 339 187</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficlações em edifícios arrendados	131	1 422
Imóveis	311 377	318 160
Equipamento	4 712	6 643
Outros	92	260
	<b>316 312</b>	<b>326 485</b>
	<b>1 689 510</b>	<b>1 665 672</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 824 915)	( 813 994)
	<b>864 595</b>	<b>851 678</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras Imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>685 065</b>	<b>632 107</b>	<b>765</b>	<b>261 934</b>	<b>1 579 871</b>
Adições	4 913	6 801	-	35 365	47 079
Abates / vendas	( 1 299)	( 8 950)	-	-	( 10 249)
Transferências (a)	167	3 886	( 21)	( 6 989)	( 2 955)
Variação cambial e outros movimentos	( 4 981)	( 2 899)	( 17)	( 20 664)	( 28 561)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2011</b>	<b>683 865</b>	<b>630 947</b>	<b>727</b>	<b>269 646</b>	<b>1 585 185</b>
Adições	1 467	15 383	( 106)	41 934	58 678
Abates / vendas	( 3 381)	( 3 127)	-	( 4)	( 6 512)
Transferências (a)	( 335)	4 423	-	( 6 805)	( 2 717)
Variação cambial e outros movimentos	5 065	4 237	22	21 714	31 038
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>686 681</b>	<b>651 863</b>	<b>643</b>	<b>326 485</b>	<b>1 665 672</b>
Adições	2 745	16 064	-	10 933	29 742
Abates / vendas	( 18 304)	( 9 464)	( 17)	-	( 27 785)
Transferências (a)	21 638	1 595	-	( 28 712)	( 5 479)
Variação cambial e outros movimentos (b)	10 414	9 338	2	7 606	27 360
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	<b>703 174</b>	<b>669 396</b>	<b>628</b>	<b>316 312</b>	<b>1 689 510</b>
<b>Depreciações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>274 409</b>	<b>496 173</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	<b>770 834</b>
Depreciações do período	10 085	19 401	5	-	29 491
Abates / vendas	( 1 199)	( 8 874)	-	-	( 10 073)
Transferências (a)	( 729)	-	-	-	( 729)
Variação cambial e outros movimentos	( 827)	( 1 718)	( 45)	-	( 2 590)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2011</b>	<b>281 739</b>	<b>504 982</b>	<b>212</b>	<b>-</b>	<b>786 933</b>
Depreciações do período	11 148	21 086	4	-	32 238
Abates / vendas	( 3 372)	( 3 121)	-	-	( 6 493)
Transferências (a)	( 626)	( 48)	-	-	( 674)
Variação cambial e outros movimentos	( 240)	2 177	53	-	1 990
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>288 649</b>	<b>525 076</b>	<b>269</b>	<b>-</b>	<b>813 994</b>
Depreciações do período	10 943	20 034	6	-	30 983
Abates / vendas	( 17 673)	( 8 984)	-	-	( 26 657)
Transferências (a)	( 846)	( 362)	-	-	( 1 208)
Variação cambial e outros movimentos (b)	262	7 585	( 44)	-	7 803
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	<b>281 335</b>	<b>543 349</b>	<b>231</b>	<b>-</b>	<b>824 915</b>
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2012</b>	<b>421 839</b>	<b>126 047</b>	<b>397</b>	<b>316 312</b>	<b>864 595</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>398 032</b>	<b>126 787</b>	<b>374</b>	<b>326 485</b>	<b>851 678</b>
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2011</b>	<b>402 126</b>	<b>125 965</b>	<b>515</b>	<b>269 646</b>	<b>798 252</b>

(a) Respeitam a Imobilizado proveniente de baldios descontinuados que foram transferidos para Activos não correntes detidos para venda

(b) Inclui 8 743 milhares de euros de Imóveis, 7 919 milhares de euros de equipamento e 6 647 milhares de euros de amortizações acumuladas relativos à entrada no perímetro de consolidação da Bes Vida.

**NOTA 31 – ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Esta rubrica em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<i>Goodwill</i>	281 187	97 739
<i>Value In Force</i>	76 515	-
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	52 588	47 644
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	625 851	610 469
Outras	954	917
	<b>626 805</b>	<b>611 386</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>31 660</b>	<b>26 413</b>
	<b>1068 755</b>	<b>783 182</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(573 846)</b>	<b>(543 222)</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>(9 707)</b>	<b>(9 628)</b>
	<b>485 202</b>	<b>230 332</b>

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.14).

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Subsidiárias</b>		
BES Vida	201 517	-
ES Investment Holding <sup>(a)</sup>	49 125	47 449
ES Gestlon <sup>(b)</sup>	2 459	22 142
Aman Bank	16 046	16 046
Concordia	1 684	1 605
Outros	2 463	2 604
<b>Outras unidades geradoras de caixa</b>		
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	<b>281 187</b>	<b>97 739</b>
<b>Perdas por Imparidade</b>	<b>(9 707)</b>	<b>(9 628)</b>
	<b>271 480</b>	<b>88 111</b>

<sup>(a)</sup> Holding detentora do Execution Noble

<sup>(b)</sup> Em 31 de Dezembro de 2011 inclui 2 459 milhares de euros e 19 683 milhares de euros do Banco Inversión e Gestor, respectivamente, sociedades que foram incorporadas por fusão na ES Gestlon após a aquisição

O *goodwill* e o *value in Force* da BES Vida foram calculados com referência à data de aquisição de controlo em base provisória de acordo com o parágrafo 45 do IFRS 3 (ver Nota 54). Em 31 de Dezembro de 2011 esta entidade integrava as contas consolidadas do Grupo pelo método de equivalência patrimonial, com o respectivo *goodwill* registado conjuntamente com valor da participação (ver Nota 32).

No dia 7 de Outubro de 2011, o Banco Popular e o Banco Pastor anunciaram a intenção de dar início a um processo de fusão entre as duas entidades. Esta fusão e a consequente alteração de controlo do Banco Pastor, teve um impacto significativo na implementação do acordo de distribuição exclusivo estabelecido em 2010 entre este Banco e a ESAF (através da ES Gestion), o qual previa cláusulas de indemnização a favor do Grupo. Em Maio de 2012, a ESAF (através da ES Gestion) e o Banco Pastor assinaram a resolução do contrato de distribuição tendo o Banco Pastor pago uma compensação de 30 milhões de euros, determinada em função do contrato de distribuição. Tendo em consideração o impacto desta situação na actividade da ES Gestion e na implementação de uma estratégia em Espanha, o *goodwill* de 19,7 milhões de euros associado à Gespastor foi desreconhecido. O proveito líquido de cerca de 10,3 milhões foi reconhecido na rubrica de Outros resultados de exploração (ver Nota 14).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill e Value In Force</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras Imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>95 616</b>	<b>600 037</b>	<b>1 312</b>	<b>35 732</b>	<b>732 697</b>
Adições:					
Geradas Internamente	-	-	-	3 984	3 984
Adquiridas a terceiros	-	4 074	-	11 638	15 712
Abates / vendas	-	(336)	-	-	(336)
Transferências	-	16 381	-	(16 381)	-
Variação cambial e outros movimentos	(215)	(1 477)	(30)	126	(1 596)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2011</b>	<b>95 401</b>	<b>618 679</b>	<b>1 282</b>	<b>35 099</b>	<b>750 461</b>
Adições:					
Geradas Internamente	-	-	-	5 194	5 194
Adquiridas a terceiros	-	8 447	-	15 445	23 892
Abates / vendas	-	(24)	(409)	-	(433)
Transferências	-	28 707	-	(28 707)	-
Variação cambial e outros movimentos	2 338	2 304	44	(618)	4 068
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>97 739</b>	<b>658 113</b>	<b>917</b>	<b>26 413</b>	<b>783 182</b>
Adições:					
Geradas Internamente	-	-	-	3 633	3 633
Adquiridas a terceiros (a)	278 032	5 287	-	8 021	291 340
Abates / vendas	-	(1 411)	-	(104)	(1 515)
Transferências	-	6 333	-	(6 333)	-
Variação cambial e outros movimentos (b)	(18 069)	10 117	37	30	(7 885)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	<b>357 702</b>	<b>678 439</b>	<b>954</b>	<b>31 660</b>	<b>1068 755</b>
<b>Amortizações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	-	<b>496 211</b>	<b>1 149</b>	-	<b>497 360</b>
Amortizações do período	-	22 774	66	-	22 840
Abates / vendas	-	(9)	-	-	(9)
Variação cambial e outros movimentos	-	(532)	(33)	-	(565)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2011</b>	-	<b>518 444</b>	<b>1 182</b>	-	<b>519 626</b>
Amortizações do período	-	23 294	63	-	23 357
Abates / vendas	-	(48)	(409)	-	(457)
Variação cambial e outros movimentos	-	654	42	-	696
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	-	<b>542 344</b>	<b>878</b>	-	<b>543 222</b>
Amortizações do período	-	22 746	27	-	22 773
Abates / vendas	-	(1 310)	-	-	(1 310)
Variação cambial e outros movimentos	-	9 161	-	-	9 161
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	-	<b>572 941</b>	<b>905</b>	-	<b>573 846</b>
<b>Imparidade</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1 800</b>	-	-	-	<b>1 800</b>
Perdas por Imparidade	8 023	-	-	-	8 023
Variação cambial e outros movimentos	(7)	-	-	-	(7)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2011</b>	<b>9 816</b>	-	-	-	<b>9 816</b>
Variação cambial e outros movimentos	(188)	-	-	-	(188)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>9 628</b>	-	-	-	<b>9 628</b>
Variação cambial e outros movimentos	79	-	-	-	79
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	<b>9 707</b>	-	-	-	<b>9 707</b>
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2012</b>	<b>347 995</b>	<b>105 498</b>	<b>49</b>	<b>31 660</b>	<b>485 202</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>88 111</b>	<b>115 769</b>	<b>39</b>	<b>26 413</b>	<b>230 332</b>
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2011</b>	<b>85 585</b>	<b>100 235</b>	<b>100</b>	<b>35 099</b>	<b>221 019</b>

(a) Valor referente à aquisição de controlo da BES Vida (ver Nota 55)

(b) Inclui 19 683 milhares de euros referente ao desreconhecimento do goodwill da Gespastor

**NOTA 32 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS**

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
BES VIDA	-	5 658 880	-	5 601 926	-	56 764	-	196 481	-	6 402
ES VÉNÉTIE	1 512 907	1 636 829	1 242 787	1 471 545	169 120	165 284	41 279	26 664	2 920	6 151
LOCARENT	289 951	321 631	292 757	314 928	7 164	6 642	27 521	47 524	1 422	1 500
BES SEGUROS	15 743	121 164	82 034	111 531	23 709	19 653	32 199	31 856	2 250	926
ESEGURO	29 464	41 679	26 914	31 524	10 550	10 155	22 471	28 604	550	600
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	-	-	24 141	-	1 200
FUNDO ES IBERIA	14 006	14 252	1 077	266	12 925	13 956	21	162	( 125)	( 130)
SCI GEORGES MANDEL	11 007	11 292	36	11	10 972	11 281	482	479	301	300
BRB INTERNACIONAL	13 314	14 899	12 151	12 586	1 162	2 203	3 537	5 016	84	161
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	512 427	441 723	376 965	208 556	128 442	132 127	-	-	( 1 571)	( 1 172)
ASCENDI GROUP	4 040 000	3 945 239	3 626 000	3 561 239	408 000	284 000	82 000	64 806	7 400	16 899
EMPARK	654 626	722 657	718 264	626 661	126 444	146 896	44 849	84 052	( 2 116)	1 026
ALVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	232 266	245 201	200 010	214 556	22 278	22 615	3 706	5 591	19	554
UNICRE	3 0 478	307 656	168 057	194 012	15 419	113 644	216 355	112 656	3 621	5 139
MOZA BANCO	136 557	92 727	104 984	64 905	33 703	27 629	5 624	6 472	( 2 266)	1 181
RODI SINKS & IDEAS	45 103	45 211	22 978	24 196	22 125	31 015	6 939	16 719	625	902
SCUTVIAS	-	716 666	-	647 066	-	71 730	-	96 196	-	10 207

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

(milhares de euros)

	Custo da participação			Interesse económico			Valor de balanço			Resultados de associadas atribuível ao Grupo		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
BES VIDA a)	-	537 497	474 997	-	50,00%	50,00%	-	200 000	366 998	2 761	( 192 261)	2 629
ES VÉNÉTIE	42 292	42 292	42 292	42,69%	42,69%	42,69%	72 328	70 700	70 492	1 676	4 265	2 626
LOCARENT	2 967	2 967	2 967	50,00%	50,00%	50,00%	2 892	3 632	4 269	711	1 509	1 500
BES SEGUROS	3 749	3 749	3 749	25,00%	25,00%	25,00%	6 929	4 811	4 636	812	931	232
ESEGURO	9 624	9 624	9 624	44,00%	44,00%	44,00%	11 466	11 212	11 481	242	264	264
EUROP ASSISTANCE	-	-	1 147	-	-	23,00%	-	-	1 997	-	335	276
FUNDO ES IBERIA	5 708	6 708	6 708	38,67%	38,69%	38,69%	5 730	5 262	6 268	223	( 292)	291
SCI GEORGES MANDEL	2 401	2 401	2 401	22,80%	22,80%	22,80%	2 459	2 636	2 466	66	127	66
BRB INTERNACIONAL	10 659	10 659	10 659	25,00%	24,93%	24,93%	291	305	314	( 144)	92	170
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA b)	26 678	26 678	26 666	14,23%	14,23%	8,19%	27 058	26 626	30 660	( 101)	209	227
ASCENDI GROUP b)	179 722	168 310	165 210	26,66%	26,66%	16,26%	83 476	169 800	175 271	3 661	7 120	3 044
EMPARK b)	52 429	55 012	55 012	15,92%	15,92%	9,17%	52 076	54 661	54 027	( 991)	( 696)	-
ALVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	41 056	41 056	41 056	25,62%	25,62%	20,46%	37 366	28 204	41 147	24	( 1 51)	59
UNICRE b)	11 497	11 497	11 497	17,50%	17,50%	17,50%	20 166	19 922	19 627	625	( 520)	699
MOZA BANCO	11 633	9 800	9 800	26,10%	26,10%	25,10%	12 652	11 178	10 256	( 699)	149	296
RODI SINKS & IDEAS	1 240	1 240	1 240	24,81%	24,81%	24,81%	7 725	7 525	7 528	196	-	-
SCUTVIAS b)	-	50 669	50 669	-	15,93%	9,11%	-	50 669	50 669	-	-	-
Outras	129 956	130 103	112 728	-	-	-	124 507	129 616	109 404	( 2 269)	2 570	976
	<b>554 912</b>	<b>1 122 274</b>	<b>1 042 935</b>				<b>577 263</b>	<b>806 999</b>	<b>960 815</b>	<b>7 282</b>	<b>( 175 231)</b>	<b>12 877</b>

a) Em Maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a consolidar integralmente no Grupo BES (ver Nota 54)

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo Inicial</b>	806 999	961 908
Alienações	( 61 414)	( 2 021)
Aquisições e Investimentos adicionais (ver Nota 1)	30 172	98 191
Resultado de associadas	7 282	( 38 956)
Imparidade em associadas	-	( 136 275)
Reserva de justo valor de associadas (a)	41 030	( 58 128)
Dividendos recebidos	( 1 851)	( 4 193)
Alterações no perímetro de consolidação	( 243 790)	-
Diferenças de câmbio e outras	( 1 165)	( 13 527)
<b>Saldo final</b>	<b>577 263</b>	<b>806 999</b>

(a) Em 31 de Dezembro de 2011 corresponde essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida.

A linha “Alterações no perímetro de consolidação” evidencia a alteração do método de consolidação da BES Vida para integral decorrente da aquisição de controlo desta entidade por parte do Grupo (ver Nota 54).

Durante o exercício de 2011 foi registada uma imparidade no valor de 136 275 milhares de euros relativamente ao investimento do Grupo na BES Vida, a qual corresponde à diferença entre o valor de balanço desse investimento e a estimativa do seu valor recuperável. O valor recuperável da BES Vida, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foi determinado tendo por base o método *Appraisal Value*. Esta metodologia deriva do *Market Consistent Embedded Value* e do valor de mercado atribuível ao novo negócio. O *Market Consistent Embedded Value* é um método de avaliação específico da indústria seguradora do ramo vida para determinar o justo valor dos contratos actuais (contratos de seguro e de investimento) e está de acordo com os princípios gerais do método dos lucros futuros descontados.

### NOTA 33 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

	30.06.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2 736	-	2 736	-	-	-
Provisão matemática	1 785 378	( 363)	1 785 015	-	-	-
Provisão para sinistros	26 903	(1 515)	25 388	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	1 939	(1 219)	720	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-
	1 816 956	( 3 097)	1 813 859	-	-	-

O saldo desta rubrica, no primeiro semestre de 2012, decorre da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de Maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimentos (ver Nota 39).

O detalhe da provisão matemática apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Anuidades	15 060	-	15 060	-	-	-
Tradicionais	19 574	( 363)	19 211	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados	1 750 744	-	1 750 744	-	-	-
	1 785 378	( 363)	1 785 015	-	-	-

O detalhe da provisão para sinistros apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Anuidades	37	-	37	-	-	-
Tradicionais	16 512	( 1 515)	14 997	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados:	10 354	-	10 354	-	-	-
	26 903	( 1 515)	25 388	-	-	-

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 483 milhares de euros relativos a sinistros ocorridos até 30 de Junho de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

O movimento ocorrido na provisão para sinistros durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro	Resseguro cedido	Total
<b>Saldo no início do período</b>	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	31 912	( 1 257)	30 655	-	-	-
<b>Sinistros ocorridos</b>						
Do próprio ano	76 247	( 664)	75 583	-	-	-
De anos anteriores	598	85	683	-	-	-
<b>Montantes pagos</b>						
Do próprio ano	( 79 934)	-	( 79 934)	-	-	-
De anos anteriores	( 1 920)	321	( 1 599)	-	-	-
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>26 903</b>	<b>( 1 515)</b>	<b>25 388</b>	-	-	-

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido atribuídos ou incorporados na provisão matemática.

O movimento ocorrido na provisão para participação nos resultados durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	30.06.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do período	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	1 326	( 803)	523	-	-	-
Montantes pagos	( 107)	44	( 63)	-	-	-
Montantes estimados atribuíveis	720	( 460)	260	-	-	-
Saldo no fim do período	1 939	( 1 219)	720	-	-	-

A provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação das responsabilidades.

#### NOTA 34 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Contas caução	1 956 579	1 605 033
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	42 043	48 892
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	7 000	7 000
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	213 847	214 203
Sector público administrativo	151 321	136 749
Devedores por operações de seguros	8 564	-
Outros devedores diversos	374 944	414 827
	<u>2 754 298</u>	<u>2 426 704</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 83 986)	( 47 861)
	<u>2 670 312</u>	<u>2 378 843</u>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	10 239	11 122
Outros activos	90 498	84 700
	<u>100 737</u>	<u>95 822</u>
<b>Proveitos a receber</b>	40 152	52 718
<b>Despesas com custo diferido</b>	160 303	122 849
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	3 649	2 489
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	205 102	171 918
Outras operações a regularizar	468 193	99 202
	<u>676 944</u>	<u>273 609</u>
<b>Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver Nota 16)</b>	75 534	107 014
	<u>3 723 982</u>	<u>3 030 855</u>

Em 30 de Junho de 2012 os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (31 de Dezembro de 2011: 100 milhões de euros) e 91,3 milhões de euros a outras entidades no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo os quais se encontram provisionados em 38,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 95,8 milhões de euros, dos quais 31,3 milhões de euros estavam provisionados).

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2012, o montante de 66 118 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 66 199 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
<b>Saldo Inicial</b>	47 861	39 492	15 047
Dotações	38 411	9 861	29 304
Utilizações	( 116)	( 4)	( 2 912)
Reversões	( 3 777)	( 698)	( 1 950)
Outros	1 607	( 790)	3
<b>Saldo final</b>	<b>83 986</b>	<b>47 861</b>	<b>39 492</b>

**NOTA 35 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS**

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais</b>		
Depósitos	207 132	22 204
Outros recursos	13 490 000	8 764 000
	<b>13 697 132</b>	<b>8 786 204</b>
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>		
Mercado monetário Interbancário	70 562	21 650
Depósitos	587 934	1 205 859
	<b>658 496</b>	<b>1 227 509</b>
	<b>14 355 628</b>	<b>10 013 713</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Outros Recursos) no valor de 13 490 milhões de euros e 8 764 milhões de euros, respectivamente, encontrava-se colateralizado por activos financeiros do Grupo (ver Nota 46).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 523 milhões de euros de recursos do Banco Nacional de Angola (31 de Dezembro de 2011: 1 098 milhões de euros).

**NOTA 36 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>No país</b>		
Empréstimos	224	924
Mercado monetário interbancário	57 042	15 001
Depósitos	413 253	465 654
Recursos a muito curto prazo	442 801	251 045
Operações com acordo de recompra	166 658	170 850
Outros recursos	15 070	5 279
	<b>1 095 048</b>	<b>908 753</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	511 112	854 289
Empréstimos	2 229 711	2 206 392
Recursos a muito curto prazo	63 643	121 259
Operações com acordo de recompra	1 598 714	1 847 600
Outros recursos	268 862	301 067
	<b>4 672 042</b>	<b>5 330 607</b>
	<b>5 767 090</b>	<b>6 239 360</b>

**NOTA 37 - RECURSOS DE CLIENTES**

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	8 520 563	8 573 096
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	21 824 164	23 397 235
Outros	14 967	110 210
	<b>21 839 131</b>	<b>23 507 445</b>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	16 305	15 049
Outros	1 553 107	1 470 261
	<b>1 569 412</b>	<b>1 485 310</b>
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	382 620	267 801
Outros	453 036	372 510
	<b>835 656</b>	<b>640 311</b>
	<b>32 764 762</b>	<b>34 206 162</b>

**NOTA 38 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS**

As responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	9 636 766	9 735 468
Certificados de depósitos	773 488	644 103
Obrigações	1 370 381	3 282 524
Obrigações hipotecárias	864 403	933 732
Outras responsabilidades	2 970 125	3 856 821
	<b>15 615 163</b>	<b>18 452 648</b>

Em 30 de Junho de 2012, as obrigações emitidas pelo Grupo incluem 4 750 milhões de euros de obrigações garantidas pelo Estado Português, que se encontravam totalmente adquiridas pelo Grupo à data do Balanço (31 de Dezembro de 2011: 1 572 milhões de euros de obrigações emitidas).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizam 4 290 milhões de euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos Juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 3.375%	1 000 000	821 471	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3.375%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	750 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0.60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	3	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0.60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE 4.6%	40 000	42 929	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4.6%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias HIPOT, 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0.60%	Baa3
	<b>4 290 000</b>	<b>864 403</b>					

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 30 de Junho de 2012 a 5 688,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 25).

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>a)</sup>	Saldo em 30.06.2012
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	9 735 468	3 456 311	(1 639 979)	(1 960 468)	45 434	9 636 766
Certificados de depósitos	644 103	129 438 <sup>b)</sup>	-	-	( 53)	773 488
Obrigações	3 282 524	-	(1 741 626)	( 97 192)	( 73 325)	1 370 381
Obrigações hipotecárias	933 732	-	-	( 60 971)	( 8 358)	864 403
Outras responsabilidades	3 856 821	5 065 856	(5 687 305)	( 282 895)	17 648	2 970 125
	<b>18 452 648</b>	<b>8 651 605</b>	<b>(9 068 910)</b>	<b>(2 401 526)</b>	<b>( 18 654)</b>	<b>15 615 163</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

<sup>b)</sup> No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas no corrente exercício e até 30 de Junho de 2012, o Grupo reconheceu um ganho de 60,0 milhões de euros (1º semestre de 2011: 61,7 milhões de euros) (ver Notas 14 e 42).

O valor de balanço das emissões ocorridas no primeiro semestre de 2012, excluindo os certificados de depósitos, é como segue:

(milhares de euros)

30.06.2012

Entidade	Descrição	Moeda	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES - Sede	BES DUÉ FEV14	EUR	106 614	2014	Taxa fixa 6,5%
BES - Sede	BES 4 ANOS 7%	EUR	122 881	2016	Taxa Fixa 7%
BES - Sede	BES 6,9% 2024	EUR	64 726	2024	Taxa Fixa 6,9%
BESLD	EMTN Series 1	EUR	124 369	2014	Taxa fixa 6,5%
BESLD	EMTN Series 2	EUR	117 349	2016	Taxa fixa 7%
BESLD	EMTN Series 3	EUR	129 196	2022	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 4	EUR	44 390	2014	Taxa fixa 6,5%
BESLD	EMTN Series 5	EUR	38 338	2016	Taxa fixa 7%
BESLD	EMTN Series 6	EUR	167 699	2022	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 7	EUR	140 119	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 8	EUR	41 616	2015	Taxa fixa 6,75%
BESLD	EMTN Series 9	EUR	207 449	2015	Taxa fixa 6,75%
BESLD	EMTN Series 10	EUR	522 182	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 11	EUR	64 500	2015	Taxa fixa 6,75%
BESLD	EMTN Series 12	EUR	246 902	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 13	EUR	310 434	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 14	EUR	310 229	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 15	EUR	23 224	2014	Taxa fixa 5,5%
BESLUX	EMTN BES LUXEMBURGO	EUR	19 707	2017	Taxa fixa - 5,75%
BESLUX	EMTN BES LUXEMBURGO	USD	29 226	2022	Taxa fixa - 3%
GBESI	ESIP PT CROKLD DEC2013	a) EUR	15 260	2013	7,75% + PT CLN
GBESI	ESIP EWZ EQL JAN2015	a) EUR	957	2015	EWZ Linked
GBESI	ESIP CONVERTIBLE BME JUL12	a) EUR	2 140	2012	BME Linked
GBESI	BESI DBLE NO TOUCH EURUSD JUL12	a) EUR	1 019	2012	EUR/USD Linked
GBESI	ESIP FEB16 EMP NORDICAS EQL	a) EUR	1 875	2016	b)
GBESI	ESIP AUG2014 CABAZ MOEDAS 12-14	a) EUR	7 263	2014	c)
GBESI	ESIP CABAZMOEDA VS EUR FEB15 FXL	a) EUR	726	2015	c)
GBESI	ESIP EMPRES CHINESAS FEB2011 EQL	a) EUR	1 360	2017	d)
GBESI	ESIP EDP MAR2014 CLN 2	a) EUR	12 691	2014	6,9% + EDP CLN
GBESI	ESIP TWIN WIN EURUSD MAR2015	a) EUR	983	2015	EUR/USD Linked
GBESI	ESIP LUXURY GOODS LKD MAR2015	a) EUR	1 570	2015	e)
GBESI	ESIP PSI20 LKD MAR2015	a) EUR	3 290	2015	PSI20 Linked
GBESI	ESIP DUAL UPGRADE MAR2014	a) EUR	1 431	2014	f)
GBESI	ESIP DIG CFIN EURIBOR 3M MAR2015	a) EUR	1 797	2015	Digital EURIBOR 3M
GBESI	ESIP APR2019 RECOV BASKET LINKED	a) EUR	270	2019	g)
GBESI	BESI CLN REP PORTUGUESA OCT2014	a) EUR	7 616	2014	Republica portuguesa CLN
GBESI	ESIP BBVA LKD APR2013	a) EUR	2 396	2013	BBVA Linked
GBESI	ESIP APR2015 PSI20 LINKED	a) EUR	1 305	2015	PSI20 Linked
GBESI	ESIP APR2015 SX5E LINKED	a) EUR	2 345	2015	SX5E Linked
GBESI	ESIP APR2020 BES PROTECCAO LKD	a) EUR	72	2020	Inflation Linked
GBESI	ESIP BARCLAYS LKD APR2013	a) EUR	2 046	2013	Barclays Linked
GBESI	ESIP BBVA LINKED APR2013	a) EUR	592	2013	BBVA Linked
GBESI	ESIP PT 3YR CREDIT LKD JUN15	a) EUR	9 974	2015	7,75% + PT CLN
GBESI	ESIP BBVA LKD MAY2013	a) EUR	1 027	2013	BBVA Linked
GBESI	ESIP PT 3YR CREDIT LINKED JUN15	a) EUR	12 533	2015	7,75% + PT CLN
GBESI	ESIP SANTANDER II LKD MAY2015	a) EUR	903	2015	BSCB Linked
GBESI	BESI CAYMAN	USD	17 263	2013	Taxa fixa - 4%
GBESI	ESIP BES TECNOLOGIA JUN2015 EQL	a) EUR	4 765	2015	h)
GBESI	ESIP SANTANDER JUN2015	a) EUR	751	2015	BSCB Linked
GBESI	ESIP EXPOSICAO PETROLEO JUN2015	a) EUR	1 510	2015	Brent Linked
GBESI	ESIP BES EXPOS PETROLEO JUN15 EQL	a) EUR	2 149	2015	Brent Linked
GBESI	ESIP RECOV BSKT LINKED JUN2019	a) EUR	855	2019	i)
GBESI	ESIP EDP 3YR CREDIT LINKED JUN15	a) EUR	13 073	2015	6% + EDP CLN
ESPLC	BES0712_20E BESESPLC13/07/2012	EUR	150 393	2012	Taxa fixa 1,253%
ESPLC	BES0712_21E BESESPLC17/07/2012	EUR	130 323	2012	Taxa fixa 1,241%
ESPLC	BES0513_23E BESESPLC23/05/2013	EUR	29 556	2013	Taxa fixa 1,764%
ESPLC	BES0612_26E BESESPLC27/06/2012	EUR	127 107	2012	Taxa fixa 1,168%
ESPLC	BES0612_25E BESESPLC23/06/2012	EUR	123 108	2012	Taxa fixa 1,171%
ESPLC	BES0612_27E BESESPLC03/09/2012	EUR	26 027	2012	Taxa fixa 1,5%
ESPLC	BES0912_26E BESESPLC14/09/2012	EUR	15 036	2012	Taxa fixa 4,5%
ESPLC	BES0912_29E BESESPLC14/09/2012	EUR	120 046	2012	Taxa fixa 1,162%
ESPLC	BES0912_31E BESESPLC18/09/2012	EUR	250 188	2012	Taxa fixa 2,707%
ESPLC	BES0912_32E BESESPLC19/09/2012	EUR	250 169	2012	Taxa fixa 2,707%
ESPLC	BES0912_33E BESESPLC20/09/2012	EUR	160 031	2012	Taxa fixa 1,155%
ESPLC	BES0912_34E BESESPLC21/09/2012	EUR	140 022	2012	Taxa fixa 1,154%
BESESP	Pagaré	EUR	1 972	2012	Taxa fixa 4%
BESESP	Pagaré	EUR	902	2012	Taxa fixa 4%
BESESP	Pagaré	EUR	1 001	2012	Taxa fixa 3,88%
BESESP	Pagaré	EUR	100	2012	Taxa fixa 4,16%

a) emissões com derivados embutidos ou ao fair value option

b) Indexada a Cabaz de Ações BBVA, Repsol e Telefonica

c) Indexada a cabaz de ações Telefonica, Banco Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telekom.

d) Indexado a Cabaz de ações China Life Insurance Co, Petrochina Co e China Mobile LTD

e) Indexado a Cabaz de ações Anglo American, Cie Financiere Richemont, Porsche, Perno Ricard, LVMH Moët Hennessy.

f) Indexado a Cabaz de Ações FedEx, Macy's, Harley Davidson, Red Hat e Swiss RE

g) Indexado a Cabaz de ações Telefonica, BNP Paribas, Vodafone Group PLC e E.ON

h) Indexado a Cabaz de ações HTC, Panasonic e Samsung

i) Indexado a Cabaz de ações Telefonica, Repsol, Santander e France Telecom

**NOTA 39 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO**

O detalhe dos passivos relativos a contratos de investimento apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Contratos de taxa fixa	356 990	-
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1 487 182	-
	1 844 172	-

O saldo desta rubrica, no primeiro semestre de 2012, decorre da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de Maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

O movimento na rubrica de contratos de investimento de taxa fixa durante o primeiro semestre de 2012 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Saldo no início do período	-	-
Alteração no perímetro de consolidação	376 975	-
Novos contratos/ reforços	10 189	-
Benefícios pagos	( 31 850)	-
Juro técnico do exercício	1 676	-
Saldo no fim do período	356 990	-

O movimento na rubrica de contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro durante o primeiro semestre de 2012 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Saldo no início do período	-	-
Alteração no perímetro de consolidação	1 486 260	-
Novos contratos/ reforços	57 903	-
Benefícios pagos	( 60 162)	-
Varição nos passivos ao justo valor através de resultados	5 056	-
Resultado técnico	( 1 875)	-
Saldo no fim do período	1 487 182	-

**NOTA 40 - PROVISÕES**

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
<b>Saldo Inicial</b>	<b>190 450</b>	<b>206 667</b>	<b>214 706</b>
Reforços / (reposições)	678	( 1 214)	8 074
Utilizações	( 15 724)	( 21 161)	( 14 517)
Alteração no perímetro de consolidação	16 945	-	-
Diferenças de câmbio e outras	( 5 678)	6 158	( 1 596)
<b>Saldo final</b>	<b>186 671</b>	<b>190 450</b>	<b>206 667</b>

As provisões, cujo valor ascende a 186 671 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 190 450 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- \* Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 62,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- \* Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 30 de Junho de 2012 a cerca de 22,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- \* Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Grupo mantém provisões de 42,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 36,0 milhões de euros);
- \* Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 0,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11,8 milhões de euros);
- \* O valor remanescente, de 58,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 58,8 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

## NOTA 41 - IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social, e que consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 18 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respectivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de Dezembro de 2011 e a 30 de Junho de 2012. Assim, para o exercício e período em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas.

As declarações de autoliquidação do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros	103 446	111 815	(108 105)	(95 910)	( 4 659)	15 905
Imparidade de crédito a clientes	377 015	333 721	-	-	377 015	333 721
Outros activos tangíveis	279	285	(8 984)	(9 068)	(8 705)	(8 783)
Activos Intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(177 061)	(54 572)	(177 061)	(54 572)
Provisões	38 759	33 357	-	-	38 759	33 357
Pensões	273 851	290 190	(37 732)	(39 825)	236 119	250 325
Prémios de antiguidade	7 495	8 185	-	-	7 495	8 185
Débitos representados por títulos	-	204	(2 834)	-	(2 834)	204
Outros	11 121	7 645	(2 090)	(2 052)	9 031	5 593
Prejuízos fiscais reportáveis	54 678	17 587	-	-	54 678	17 587
<b>Imposto diferido activo/(passivo)</b>	<b>866 746</b>	<b>803 051</b>	<b>( 336 806)</b>	<b>( 201 427)</b>	<b>529 940</b>	<b>601 624</b>
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	( 201 270)	( 90 894)	201 270	90 894	-	-
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido</b>	<b>665 476</b>	<b>712 157</b>	<b>( 135 536)</b>	<b>( 110 533)</b>	<b>529 940</b>	<b>601 624</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo Inicial</b>	601 624	425 026
Reconhecido em resultados	( 56 624)	133 666
Reconhecido em reservas de Justo valor <sup>(1)</sup>	( 45 574)	74 738
Reconhecido em reservas - outro rendimento Integral	( 3 845)	( 15 551)
Reconhecido em outras reservas	-	( 29 189)
Entrada no perímetro de consolidação	30 962	-
Variação cambial e outros	3 397	12 934
<b>Saldo final (Activo / (Passivo))</b>	<b>529 940</b>	<b>601 624</b>

<sup>(1)</sup> Em 31 de Dezembro de 2011 o valor reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral inclui adicionalmente o imposto diferido reconhecido nas reservas de justo valor de empresas associadas no montante de 5 512 milhares de euros de custos.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e o exercício de 2011 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	30.06.2012		31.12.2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	( 24 300)	45 574	8 959	( 74 738)
Imparidade de crédito a clientes	( 43 294)	-	( 81 141)	-
Outros activos tangíveis	( 78)	-	( 456)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	118 644	3 845	( 17 523)	2 712
Provisões	( 4 746)	-	289	-
Pensões	5 124	-	( 22 680)	12 839
SAMS	-	-	202	-
Prémios de antiguidade	690	-	( 33)	-
Débitos representados por títulos	3 038	-	( 28 018)	-
Outros	259	-	4 830	1 083
Prejuízos fiscais reportáveis	1 287	-	1 905	28 106
<b>Imposto Diferido</b>	<b>56 624</b>	<b>49 419</b>	<b>( 133 666)</b>	<b>( 29 998)</b>
Impostos Correntes	44 899	( 2 630)	72 147	4 497
<b>Total do imposto reconhecido (provelto) / custo</b>	<b>101 523</b>	<b>46 789</b>	<b>( 61 519)</b>	<b>( 25 501)</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui um proveito de 58 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital (31 de Dezembro de 2011: ganho de 326 milhares de euros) e um proveito de 2 572 milhares de euros relativos a pensões de reforma (31 de Dezembro de 2011: custo de 254 milhares de euros). Em 31 de Dezembro de 2011, o imposto corrente reconhecido em reservas incluía ainda um custo de 4 570 milhares de euros relativo às derramas Municipal e Estadual sobre as mais-valias reconhecidas em reservas.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>191 795</b>		<b>( 57 723)</b>
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		( 13 958)		( 30 489)
<b>Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto</b>		<b>205 753</b>		<b>( 27 234)</b>
Taxa de imposto do BES	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		59 668		( 7 898)
Dividendos excluídos de tributação	(4,8)	( 9 854)	...	( 36 677)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(12,4)	( 25 571)	...	( 82 728)
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	25,6	52 733	...	58 886
Apropriação do <i>equity</i> de associadas	(1,0)	( 2 112)	(6,9)	1 879
Custos não dedutíveis	5,6	11 575	...	39 410
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	1,1	2 326	-	-
Efeito do cálculo do imposto corrente à taxa de 31,5%	4,8	9 776	-	-
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não havia sido constituído imposto diferido activo	(15,5)	( 31 947)	...	( 27 678)
Efeito das perdas não dedutíveis decorrentes da aquisição de subsidiárias	16,2	33 230		
Outros	0,8	1 699	24,6	( 6 713)
	<b>--</b>	<b>101 523</b>	<b>--</b>	<b>( 61 519)</b>

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 30 de Junho de 2012 o Grupo reconheceu como custo do semestre o valor de 14,0 milhões de euros (30 de Junho de 2011: 15,2 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos directos e indirectos (ver Nota 14).

#### NOTA 42 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Obrigações	762 825	815 019
Obrigações perpétuas	70 902	146 216
	<b>833 727</b>	<b>961 235</b>

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

		30.06.2012					
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	30 843	25 030	6.63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	95 767	24 000	4.50%	2015 a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 178	Euribor 3M + 1%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	1 683	1 989	1.30%	2013
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	21 339	1.30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	12 175	1.30%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	19 268	5.33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	2 943	5.50%	2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	22 618	Euribor 6M + 1.25%	2014
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	7 627	Euribor 3M + 1%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	572 771	Euribor 3M + 1%	2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 000	50 068	Euribor 3M + 1.05%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2011	8 174	8 641	Taxa fixa 10%	2021
BES Vida	Obrigações subordinadas	EUR	2002	45 000	23 207	Euribor + 2.20%	2022
BES Vida	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	45 000	21 872	Euribor + 2.50%	2012 a)
				<b>1 102 700</b>	<b>833 727</b>		

a) Data da *call option*

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>(a)</sup>	Saldo em 30.06.2012
Obrigações	815 019	-	-	( 80 343)	28 149	762 825
Obrigações perpétuas <sup>(b)</sup>	146 216	-	-	( 94 136)	18 822	70 902
	<b>961 235</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 174 479)</b>	<b>46 971</b>	<b>833 727</b>

<sup>a</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor, variação cambial e o montante de 45 079 milhares de euros resultantes da integração da BES Vida.

<sup>b</sup> Nas emissões foram considerados os valores correspondentes a recolocações de dívida anteriormente adquirida pelo Grupo.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 30 de junho de 2012, o Grupo reconheceu um ganho de 39,7 milhões de euros (30 de Junho de 2011: 86,0 milhões de euros) (ver Notas 14 e 38).

## NOTA 43 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	132 756	172 523
Contas caução	100 845	112 543
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	104 963	97 439
Credores por fornecimento de bens	29 526	50 306
Credores por contratos de <i>factoring</i>	4 348	2 770
Credores por operações de seguros	11 098	-
Outros credores	482 654	211 647
	<b>866 190</b>	<b>637 228</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios de antiguidade (ver Nota 16)	27 948	27 477
Outros custos a pagar	156 519	165 924
	<b>184 467</b>	<b>193 401</b>
<b>Receltas com proveito diferido</b>	<b>76 359</b>	<b>36 829</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	641 225	315 181
Operações cambiais a liquidar	27 945	23 947
Outras operações a regularizar	90 566	114 437
	<b>759 736</b>	<b>453 565</b>
	<b>1 886 752</b>	<b>1 321 023</b>

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

## NOTA 44 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACCÕES PRÓPRIAS E ACCÕES PREFERENCIAIS

### *Acções ordinárias*

Em 30 de junho de 2012, o capital social do Banco, no valor de 5 040,1 milhões de euros, encontrava-se representado por 4 017 928 471 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam (participações directas):

	% Capital	
	30.06.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,00%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	4,83%	4,83%
Silchester International Investors Limited	5,79%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	2,11%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. <sup>(2)</sup>	2,09%	2,09%
Outros	39,08%	41,51%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS, SA

Durante o mês de Maio de 2012 o Banco Espírito Santo procedeu a um aumento do capital social no valor de 1 009,9 milhões de euros, totalmente realizado por entradas em dinheiro pelo preço de 0,395 euros por acção, a que correspondeu a emissão de 2 556 688 387 novas acções ordinárias. As novas acções são fungíveis com as demais acções do Emitente e conferem aos seus titulares, os mesmos direitos que as demais acções existentes antes do aumento de capital. O aumento de capital não promoveu alterações relevantes na estrutura de accionistas de referência do BES.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance.

Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro, foram emitidas 294 573 418 novas acções ordinárias do BES a €1,80 por acção e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Acções BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	<i>Undated Subordinated Notes</i>	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	<i>Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A</i>	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
<b>TOTAL</b>		<b>€ 668 308 530</b>	<b>294 573 418</b>	<b>81 736</b>

O impacto desta operação nos Capitais próprios do Grupo apresenta-se como segue:

	(milhões de euros)
Capital	530
Prémios de emissão	( 4)
Acções preferenciais	( 197)
Outros Instrumentos de capital	( 240)
Outras reservas e resultados transitados	55
Resultado do exercício	38
Interesses que não controlam	( 46)
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>136</b>

#### *Acções preferenciais*

A BES Finance, subsidiária do Grupo BES, emitiu 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal. Durante o exercício de 2011 o Grupo adquiriu 388 milhares de acções preferenciais emitidas pela BES Finance, sendo que 197 milhares dessas acções foram adquiridas no âmbito da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários anteriormente referida. O Grupo registou uma mais-valia líquida de imposto no valor de 105,6 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Durante o primeiro semestre de 2012 o Grupo adquiriu 6 milhares de acções preferenciais, tendo registado uma mais valia líquida no valor de 7,2 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Em 30 de Junho de 2012 havia 193 milhares de acções preferenciais em circulação com um valor em balanço de 193 094 milhares de euros.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

#### *Prémios de emissão*

Em 30 de Junho de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 066 932 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

#### *Outros instrumentos de capital*

O Grupo emitiu no exercício de 2010, obrigações perpétuas subordinadas no montante global de 320 milhões de euros, com juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros e os emitidos pelo BESI, registados na rubrica de Interesses que não controlam, foram reduzidos em 46 269 milhares de euros.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelos respectivos emitentes. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

As características das emissões são as seguintes:

(milhares de euros)						
Emitente	Data de emissão	Moeda	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	Possibilidade de reembolso <sup>(2)</sup>
BES	Dez/10	EUR	26 243	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
BES	Dez/10	USD	3 226	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
			<b>29 469</b>			
BESI <sup>(1)</sup>	Out/10	EUR	3 681	8,50%	20/Abr e 20/Out	A partir de Out/15
			<b>33 150</b>			

<sup>(1)</sup> A emissão do BESI integra a rubrica de Interesses que não controlam do balanço (ver Nota 39)

<sup>(2)</sup> O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo efectuou pagamento de juros no montante de 1 409 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas.

### Acções próprias

Em 27 de Janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 acções próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 acções relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 e de acordo com a proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de acções próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de Março de 2011.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	Período de seis meses findo em		Exercício findo em	
	30.06.2012		31.12.2011	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
<b>Transacções no âmbito do PRVIF</b>				
Saldo no início do período/exercício	342 475	997	-	-
Acções adquiridas <sup>(1)</sup>	-	-	342 475	997
Acções alienadas <sup>(2)</sup>	67 184	( 196)	-	-
	<u>275 291</u>	<u>801</u>	<u>342 475</u>	<u>997</u>
<b>Outras Transacções</b>				
Saldo no início do período/exercício	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação <sup>(3)</sup>	68 333 226	43 515	-	-
Acções adquiridas	247 346	98	-	-
Acções alienadas	51 655 389	( 32 999)	-	-
	<u>16 925 183</u>	<u>10 614</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo no final do período/exercício	17 200 474	11 415	342 475	997

<sup>(1)</sup> Acções adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por acção em 2011

<sup>(2)</sup> Acções alienadas ao preço de 1,315 euros por acção no âmbito do PRVIF em Janeiro de 2012

<sup>(3)</sup> Respeita a acções do BES na carteira da BES Vida, na sequência da aquisição de controlo em Maio de 2012.

## NOTA 45 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados						Total
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios actuariais (Valor líquido de imposto)	Diferenças Cambiais (Valor líquido de imposto)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados		
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reportado)</b>	( 11 291)	1 711	( 9 580)	-	480	59 000	919 068	978 548	968 968	
Ajustação de política contabilística	-	-	-	( 670 882)	-	-	-	( 670 882)	( 670 882)	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	( 11 291)	1 711	( 9 580)	( 670 882)	480	59 000	919 068	307 666	298 086	
Mais valia com acções preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	35 124	35 124	35 124	
Desvios actuariais	-	-	-	( 36 986)	-	-	-	( 36 986)	( 36 986)	
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 8 210)	( 8 210)	( 8 210)	
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	( 25 657)	( 25 657)	( 25 657)	
Alterações de justo valor	( 451 006)	77 637	( 373 371)	-	-	-	-	-	( 373 371)	
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	( 20 141)	-	-	( 20 141)	( 20 141)	
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	26 000	383 900	409 900	409 900	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	( 11 130)	( 11 130)	( 11 130)	
<b>Saldo em 30 de Junho de 2011</b>	( 462 299)	79 348	( 382 951)	( 707 868)	( 19 661)	85 000	1 303 095	660 566	277 615	
Mais valia com acções preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	70 524	70 524	70 524	
Desvios actuariais	-	-	-	66 553	-	-	-	66 553	66 553	
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 7 268)	( 7 268)	( 7 268)	
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	( 6 601)	( 6 601)	( 6 601)	
Alterações de justo valor	( 53 528)	( 8 696)	( 62 224)	-	-	-	-	-	( 62 224)	
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	19 753	-	-	19 753	19 753	
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	46	46	46	
Compra e venda de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	3 630	
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	( 8 053)	( 8 053)	( 8 053)	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	( 46)	( 46)	( 46)	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	( 515 827)	70 652	( 445 175)	( 641 315)	92	85 000	1 361 868	805 645	360 470	
Mais valia com acções preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	7 206	7 206	7 206	
Desvios actuariais	-	-	-	( 48 277)	-	-	-	( 48 277)	( 48 277)	
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 1 406)	( 1 406)	( 1 406)	
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	( 10 996)	( 10 996)	( 10 996)	
Alterações de justo valor	371 612	( 58 070)	313 542	-	-	-	-	-	313 542	
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	6 338	-	-	6 338	6 338	
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	( 108 758)	( 108 758)	( 108 758)	
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	( 144 015)	12 582	( 131 433)	( 689 592)	6 430	85 000	1 247 911	649 749	518 316	

(a) - valor líquido de impostos

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	( 445 175)	( 9 580)
<b>Variação de justo valor</b>	365 414	( 631 097)
<b>Alienações do exercício</b>	( 84 994)	68 770
<b>Imparidade reconhecida no exercício</b>	20 596	57 791
<b>Aquisição de controlo em subsidiárias (a)</b>	70 796	-
<b>Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas</b>	( 58 070)	68 941
<b>Saldo no final do exercício</b>	( 131 433)	( 445 175)

(a) BES Vida

*Interesses que não controlam*

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	30.06.2012		31.12.2011	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES ANGOLA	452 580	58 239	382 073	116 448
BESI <sup>a)</sup>	3 681	-	3 731	-
AMAN BANK	38 195	2 777	34 145	( 2 978)
ES CONCESSÕES	31 896	( 2 437)	34 840	1 314
FCR VENTURES II	22 760	2 965	21 239	( 6 567)
BES Securities	5 870	( 19)	13 191	1 252
BES Investimento do Brasil	32 438	2 209	31 922	4 538
ESAF	12 596	783	12 640	2 318
BES AÇORES	17 468	533	16 909	2 075
Espirito Santo Investment Holding <sup>b)</sup>	6 901	( 2 000)	4 729	( 7 347)
BEST	16 494	1 504	14 117	2 679
FCR VENTURES III	13 972	( 449)	13 403	( 2 582)
OUTROS	7 852	710	5 508	1 404
	<b>662 703</b>	<b>64 815</b>	<b>588 447</b>	<b>112 554</b>

<sup>a)</sup> Corresponde ao valor da emissão de Outros Instrumentos de capital (ver Nota 38)

<sup>b)</sup> Holding do Grupo BESI que detém a participação de 65,42% no Execution Holdings, Limited

O movimento de interesses que não controlam em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 pode ser assim analisado:

	30.06.2012	31.12.2011
<b>Interesses que não controlam no início do período</b>	<b>588 447</b>	<b>538 701</b>
Alterações de perímetro de consolidação	4 797	( 44 052)
Aumentos/ (reduções) de capital de subsidiárias	3 443	33 950
Emissão/ (reembolso) de outros Instrumentos de capital	-	( 46 269)
Dividendos distribuídos	( 883)	( 4 170)
Variação da reserva de Justo valor	( 624)	46
Variação cambial e outros	2 708	( 2 313)
Resultado líquido do período	64 815	112 554
<b>Interesses que não controlam no final do período</b>	<b>662 703</b>	<b>588 447</b>

**NOTA 46 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS**

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Passivos contingentes</b>		
Garantias e avales prestados	8 240 647	8 376 006
Activos financeiros dados em garantia	19 621 017	12 874 708
Créditos documentários abertos	3 494 194	2 941 114
Outros	471 313	482 426
	<b>31 827 171</b>	<b>24 674 254</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	4 195 081	5 843 661
Compromissos Irrevogáveis	4 315 146	4 216 289
	<b>8 510 227</b>	<b>10 059 950</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- \* Activos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontravam utilizados 18 049 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11 123 milhões de euros);
- \* Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 18,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 19,4 milhões de euros);
- \* Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 80,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 65,1 milhões de euros);
- \* Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 221,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 1 213,5 milhões de euros).

Estes activos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Depósito e guarda de valores	48 919 990	57 749 398
Valores recebidos para cobrança	259 108	270 997
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	2 772 440	2 875 874
Outras responsabilidades por prestação de serviços	7 746 987	7 619 322
	<b>59 698 525</b>	<b>68 515 591</b>

**NOTA 47 - DESINTERMEDIAÇÃO**

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Fundos de Investimento mobiliário	4 724 301	4 633 217
Fundos de Investimento Imobiliário	1 111 166	1 202 987
Fundos de pensões	1 771 805	2 154 923
Bancasseguros <sup>(a)</sup>	88 546	3 478 338
Gestão de carteiras	936 927	877 812
Gestão discricionária	1 343 008	1 366 597
	<b>9 975 753</b>	<b>13 713 874</b>

<sup>(a)</sup> Com a primeira consolidação integral da BES Vida, os produtos de Bancasseguros Vida passaram a estar integrados no balanço do Grupo BES

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

## NOTA 48 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades associadas do Grupo BES	Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo EFIG
<p>Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, SA                      Polish Hotel Company, SP                      Polish Hotel Capital SP                      Polish Hotel Management Company, SP                      Hic - Centrais de Cogeração, SA                      Coorigest                      Synergy Industry and Technology, S.A.                      Salgar Investments                      SO PESO - Restauração e Hotelleria, SA                      28Capital, SA                      Espírito Santo (BERIA)                      Apolo Films SL                      Brb Internacional, S.A.                      Prosport, SA                      Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA                      YUNIT - Serviços, SA                      E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA                      Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização                      Fundo Bem Comum FCR                      Esiam - Espírito Santo International Asset Management, Ltd                      Société 45 Avenue Georges Mandel, SA                      BES, Companhia de Seguros, SA                      Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA                      Esegur - Empresa de Seguradora, SA                      Ascendi Group, SGPS, SA                      Empark Aparcamentos e Serviços SA                      Concessionaria Autopista Perote-Xalepa, CV                      Autovias De Los Vinados, SA                      MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA                      Portvias - Portagem de Vias, SA                      Soutvias - Autoestradas da Beira Interior, SA                      SOUSACAMP, SGPS, SA                      GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SGFS, SA                      QUTSYSTEMS, SA                      Coraworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA                      Multiveve Photonics, SA                      BIO-GENESIS                      YDreams - Informática, SA                      Nutrigreen, S.A.                      Advance Cidona Systems, SA                      WATSON BROWN HSM, Ltd                      Domélica, Electrónica e Informática, SA                      MMCI - Multimédia, SA                      Mobile World - Comunicações, SA                      Soprattutto Café, SA                      Enkrott SA                      Rodi Sinks &amp; Ideas, SA                      Palamp - Imagem Empresarial, SA                      Nova Figfort - Têxteis, Lda                      TLCL2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA                      BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA                      NANJUM, SA                      DAR LEASING ALGERIE                      Ascendi Pinhal Interior Estradas do Pinhal Interior, SA                      Ascendi Douro Estradas do Douro Interior, SA                      Unicare - Cartão Internacional de Crédito, SA                      MOZA BANCO</p>	<p>Group Credit Agricole                      Savo Bank                      The Atlantic Company ( Portugal ) - Turismo e Urbanização, SA                      Agrícola, S/A                      Atr - Actividades Turísticas e Representações, Lda                      Avaro Incorporated                      Beach Health Investments, Ltd                      Companhia Agricola Botucatu, SA                      Casas da Cidade - Residências Sénior, SA                      Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA                      Cimento - Empreendimentos Imobiliários, SA                      Cidadeplatina - Construção SA                      Clarendon Properties, Inc.                      Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda                      Club de Campo Villier Orlais, SA                      Clup Vip - Marketing de Acordeamentos, SA                      Clube Residencial de Boavista, SA                      Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape                      Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.                      Construcciones Sarrion, SL                      Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A                      E.S.B. Finance Ltd                      Esteico - Consultoria e Comunicação, SA                      E.S. Asset Administration, Ltd                      Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      ES Comercial Agricola, Lda                      Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      ES Holding Administração e Participações, S/A                      Espírito Santo Hotels, SGFS, SA                      Espírito Santo Industrial ( BVI ), SA                      Espírito Santo Indelabou Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      Espírito Santo Industrial, SA                      Espírito Santo Industrial ( Portugal ) - SGFS, SA                      Espírito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      Espírito Santo Itatiaia Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      ES Private Equity, Ltd                      Espírito Santo Property (Brasil) S/A                      Espírito Santo Services, SA                      Espírito Santo Tourism, Ltd                      Espírito Santo Tourism ( Europe ), SA                      Espírito Santo Venture Ltd                      Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      ES Viagens e Turismo, Lda                      Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA                      Escac - Consultoria, Administração e Empreendimento, Lda                      Escaper - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      ESDI Administração e Participações Ltda                      Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA                      Espírito Santo International (BVI), SA                      E.S. International Overseas, Ltd.                      Esim - Espírito Santo Imobiliário, SA                      E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.                      Espírito Santo Property SA                      Espírito Santo Property Holding, SA                      Espírito Santo Property España, S.L.                      Espart Madeira SGFS, Unipessoal, Lda                      Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, SGFS, SA                      Espírito Santo Resources, Ltd                      Espírito Santo Resources ( Portugal ), SA                      E.S. Resources Overseas, Ltd                      Espírito Santo Resources SA                      Estoril Inc                      Euroamerican Finance Corporation, Inc.                      Euroamerican Finance SA                      Euroatlantic, Inc.                      Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, SA                      Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA                      GES Finance Limited                      Gestimo - Espírito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, SA                      Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, SA                      Goggles Marine, Ltd                      Sociedade Agricola Golondrina, S/A                      HDC - Serviços de Turismo e Imobiliária, SA                      Herdade da Boia - Sociedade Agricola, SA                      Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA                      Hotels Tivoli, SA                      Hotelagos, SA                      Hospital Residencial do Mar, SA                      I.A.C. UK, Limited                      Inter-Atlântico, S/A                      Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA                      Intepca, SA                      Loté Dois - Empreendimentos Turísticos SA                      Luzboa, SA                      Luzboa Lim, SA                      Luzboa Dois, SA                      Luzboa Três, SA                      Luzboa Quatro, SA                      BEMS, SGFS, SA                      Margrimar - Mármore e Granitos, SA                      Marinoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, SA                      Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, SA                      Metel - Lobos Serralheria e Carpintaria, Lda                      Moldaberto - Sociedade de Betões, SA                      Mulger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA                      Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA                      Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA                      Novagast Assets Management, Ltd</p>
Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo EFIG	
<p>Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      Banque Privée Espírito Santo                      Banque Privée Espírito Santo Sucursal Portugal                      ES Bank (Panama), SA                      ES Bankers (Dubai), Limited                      Espírito Santo Financial ( Portugal ), SGFS, SA                      Espírito Santo Financial Group, SA                      EFIG Internacional, Ltd                      Esfil - Espírito Santo Financière, S.A. ( Luxemburgo )                      Espírito Santo International SA                      MANDEL PARTNERS                      Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.                      Clínica Parque dos Poetas, SA                      Cliria - Hospital Privado de Aveiro, SA                      ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.                      Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.                      Genomed, Diagnóstico de Medicina Molecular, SA                      HCI - Health Care International, Inc                      HME Gestão Hospitalar                      Hospital de Arrábida - Gaia, SA                      Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA                      Hospital da Luz, SA                      Hospiter - Hospitais Portugueses, SA                      Instituto de Radiologia Dr. Idálio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A                      RML - Residência Medicalizada de Loures, SGFS, SA                      Surgicare - Unidades de Saúde, SA                      Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA                      Key Space Investments LLC                      Malignon Courtege, SA                      Malignon Gestion, SA                      Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, SA                      Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      Société Antillaise de Gestion Financière, S.A. - SAGEFI                      Société Lyonnaise de Marchands de Biens                      Companhia de Seguros Tranquilidade, SA                      T - Vida, Companhia de Seguros, SA                      Seguros Logo, SA                      Advencicare - Gestão e Serviços de Saúde, SA                      Pastor Vida, S.A. de Seguros e Resseguros                      Esumédica - Fractação de Cuidados Médicos, SA                      Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA</p>	

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

Opca Angola, SA  
 Opca Moçambique, Lda  
 Opcastelecom - Infraestruturas de Comunicação, SA  
 OPWAY - Engenharia, SA  
 OPWAY Imobiliária, SA  
 OPWAY - SGPS, SA  
 Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.  
 Pavicentro - Pré-Fabricação, SA  
 Pavilis - Pré-Fabricação, SA  
 Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA  
 Pavitel, SARL  
 Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA  
 Plocon - Estudos e Projectos de Construção, Lda  
 Pójuca, SA  
 Pontave - Construções, SA  
 Agência Receptivo Praia do Forte, Lda  
 Praia do Forte Operadora de Turismo, Lda  
 Grupo Projectos y Servicios Sarrion, SA  
 Quinray Technologies Corp.  
 Quinta da Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, SA  
 Sociedade Agrícola Quinta D. Manuel I, SA  
 RecioGreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA  
 RecioGroup - Industrias de Reciclagem, SGPS, SA  
 Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda  
 RecioPneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda  
 Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA  
 Saramagos S/A Empreendimentos e Participações  
 Société Congolaise de Construction et Travaux Publics, SARL  
 Series - Serviços Imobiliários Espírito Santo, SA  
 Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA  
 Sintra Empreendimentos Imobiliários, Lda

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia  
 Soguest - Sociedade Imobiliária, SA  
 Solférias - Operadores Turísticos, Lda  
 Sopol - Concessões, SGPS, SA  
 Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.  
 Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comercio e Excursiones, SA  
 Suliglor - Imobiliária do Sul, SA  
 TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, SA  
 Agência de Viagens Tagus, S.A.  
 Construtora do Tamega Madeira SA  
 Construtora do Tamega Madeira SGPS SA  
 Terras de Bragança Participações, Lda  
 Timeantube Comércio e Serviços de Confeções, Lda  
 Tivoli Gate do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.  
 TOP A DMC Viagens, SA  
 Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA  
 Top Atlântico DMC, SA  
 Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA  
 Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, SA  
 Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA  
 Ushuaia - Gestão e Trading Internacional Limited  
 Sociedade Agrícola Turística e Imobiliária Yárzea Lagoa, SA  
 Viveiros de Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda  
 Sociedade de Administração de Bens-Pedra da Nau, S.A.  
 Ribeira do Marchante, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.  
 Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.  
 Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens, S.A.  
 Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bens Ares, S.A.  
 Sociedade de Silvicultura Monte do Azeiteiro, Lda  
 ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.  
 Oliva, Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	30.06.2012					31.12.2011				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveltos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveltos	Custos
<b>Empresas associadas</b>										
BES VIDA <sup>§1</sup>	-	-	-	18 843	966	1 355 845	293 741	-	25 805	1 875
BES VENÉTE	597 519	4 757	12 524	1 384	3	865 066	139 834	11 794	2 665	125
ASCENDI GROUP SGPS	235 800	23 953	47 630	9 825	15	188 129	8 337	29 358	16 025	7
LOCARENT	139 599	2 041	-	1 777	4 278	142 280	312	-	4 708	10 354
AENOR DOURO	271 888	1 624	11 000	5 289	1	247 956	1 898	12 000	11 202	18
NANIUM	37 852	3 831	18 368	280	-	42 044	2 752	18 387	971	-
EMPARK	49 896	-	4 650	1 668	237	40 080	-	-	2 675	-
SOUSACAMP	64	-	-	66	-	64	5	3 013	131	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	55 533	2 948	15 374	1 148	1	33 732	10 686	15 374	1 505	103
SCUTVIAS	7 659	-	6 868	84	-	8 640	-	6 868	2 967	-
PALEXPO	7 275	278	-	263	-	6 800	75	-	495	-
BES SEGUROS	16	17 010	-	3	13	23	12 578	-	119	11
ESEGUAR	6 313	24	2 169	478	70	2 620	219	2 197	922	142
ES CONTACT CENTER	2 349	-	43	57	376	2 196	-	43	114	961
UNICRE	9 706	23	-	4	-	1	10 008	-	-	260
OUTRAS	45 675	26 667	11 922	1 334	4 457	39 995	20 412	4 684	4 092	2 953
	<b>1 467 144</b>	<b>83 156</b>	<b>130 548</b>	<b>42 501</b>	<b>10 417</b>	<b>2 975 671</b>	<b>500 857</b>	<b>103 718</b>	<b>74 396</b>	<b>16 829</b>

<sup>§1</sup> A partir do mês de Maio a BES Vida passou a ser consolidada integralmente no Grupo BES

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da actividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

30.06.2012									
Activos									
	Aplicações e disponibilidades em instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ESF PORTUGAL	-	-	85 232	-	85 232	-	234	1 342	712
BESPAR	-	-	-	-	-	-	510	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	4	-	113	1 090	1 146	496	13	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	10	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	170 028	-	-	170 028	-	50	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	137 775	-	379	138 154	21 973	98 806	943	839
ES IRMÃOS	-	105 575	-	-	105 575	-	1	2 609	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	15 849	-	-	19	15 868	7 799	34 837	267	253
ES BANK PANAMA	330 828	-	-	-	330 828	-	59 067	5 522	34
ES SAUDE	-	20 462	31 326	112	51 900	26 366	10 543	316	1
OPWAY	-	13 410	-	2 686	16 096	49 452	4 182	442	-
T - VIDA	-	81 918	281 323	92	363 333	-	70 866	298	281
CONSTRUCCIONES SARRION	-	25 234	-	-	25 234	9 745	-	116	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	9	-	22	31	-	1 056	21	110
ESUMÉDICA	-	1 991	-	-	1 991	4	-	55	18
EUROP ASSISTANCE	-	11	-	16	27	33	4 744	29	1
OUTRAS	29 302	61 663	23 242	1 287	115 494	24 461	30 930	5 505	311
<b>TOTAL</b>	<b>376 952</b>	<b>618 080</b>	<b>421 143</b>	<b>4 728</b>	<b>1 420 903</b>	<b>140 981</b>	<b>366 388</b>	<b>18 520</b>	<b>2 560</b>

(milhares de euros)

31.12.2011									
Activos									
	Aplicações e disponibilidades em instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ESF PORTUGAL	-	-	78 810	-	78 810	-	451	1 385	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	1 046	5	-	57	1 108	1 150	460	23	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	3	426	167 727	21 155	102 166	1 173	1 308
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	1	5 242	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	40 550	-	-	19	40 569	7 874	27 059	523	364
ES BANK PANAMA	384 087	-	-	-	384 087	-	719	9 045	25
ES SAUDE	-	22 479	31 253	35	53 767	24 670	23 673	746	25
OPWAY	-	14 133	-	1 279	15 412	47 642	13 073	287	-
T - VIDA	-	85 983	275 778	183	361 944	-	96 250	200	28
CONSTRUCCIONES SARRION	-	25 800	-	-	25 800	10 765	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	23	24	-	901	56	224
ESUMÉDICA (a)	-	1 949	-	3	1 952	4	-	114	52
EUROP ASSISTANCE (b)	-	15	-	18	33	8	1 835	44	-
OUTRAS	26 558	47 330	3 737	1 061	78 686	22 293	30 390	6 671	602
<b>TOTAL</b>	<b>452 241</b>	<b>637 978</b>	<b>394 296</b>	<b>3 799</b>	<b>1 488 314</b>	<b>135 761</b>	<b>298 771</b>	<b>28 876</b>	<b>2 626</b>

Em 30 de Junho de 2012 o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão (considera-se pessoal chave da gestão o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria, os Directores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias) ascendia a 29 824 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 28 183 milhares de euros).

Em 30 de Junho de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 084 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a actos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (n.º 5 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal n.º 17/2011 que entrou em vigor em 21 de Agosto de 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- A membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daqueles membros, com excepção de operações de carácter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 85.º do RGICSF;

- Aos cônjuges e parentes em 1.º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indirecto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no n.º4 do art.º 85.º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indirecto prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica em créditos concedidos a partes relacionadas. Refira-se ainda que os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.5 — Crédito a clientes.

#### NOTA 49 - SECURITIZAÇÃO DE ACTIVOS

Em 30 de Junho de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante Inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	379 575	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	378 208	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	541 927	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	616 454	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	856 276	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	305 613	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	776 091	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	137 038 <sup>(1)</sup>	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 835 290	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 <sup>(2)</sup>	191 295	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	525 102	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	465 000	415 878	Crédito a pequenas e médias empresas

<sup>(1)</sup> Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1, FTC".

<sup>(2)</sup> Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie).

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram

desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 FTC e o Lusitano Mortgages No. 7 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES1 e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em Março de 2012. Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respectivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

#### NOTA 50 - JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

	30.06.2012		31.12.2011	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 645 779	1 645 779	1 090 439	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	723 147	723 147	580 813	580 813
Activos financeiros detidos para negociação	3 904 089	3 904 089	3 434 639	3 434 639
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 193 701	3 193 701	1 963 989	1 963 989
Activos financeiros disponíveis para venda	14 298 311	14 298 311	11 482 866	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	2 084 440	2 084 440	3 282 576	3 282 576
Crédito a clientes	48 740 843	45 316 199	49 043 382	45 864 208
Investimentos detidos até à maturidade	1 310 181	1 231 896	1 541 182	1 359 782
Derivados para gestão de risco (activo)	484 841	484 841	510 090	510 090
<b>Activos financeiros</b>	<b>76 385 332</b>	<b>72 882 403</b>	<b>72 929 976</b>	<b>69 569 402</b>
Recursos de bancos centrais	14 355 628	14 355 628	10 013 713	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	2 166 806	2 166 806	2 125 253	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	5 767 090	5 238 559	6 239 360	5 373 851
Recursos de clientes e outros empréstimos	32 764 762	32 764 762	34 206 162	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	15 615 163	14 007 721	18 452 648	15 788 713
Derivados para gestão de risco (passivo)	184 334	184 334	238 633	238 633
Contratos de investimento	1 844 172	1 740 874	-	-
Passivos subordinados	833 727	760 689	961 235	843 750
<b>Passivos financeiros</b>	<b>73 531 682</b>	<b>71 219 373</b>	<b>72 237 004</b>	<b>68 590 075</b>

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, foram valorizados de acordo com a metodologia descrita no Relatório e Contas de 31 de Dezembro de 2011.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Crédito a clientes*

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

*Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

*Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

O justo valor dos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

*Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

*Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

**NOTA 51 - GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE**

O Grupo está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

**Risco de crédito**

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	4 195 547	4 675 649
Activos financeiros detidos para negociação	3 873 004	3 392 644
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 483 521	127 731
Activos financeiros disponíveis para venda	12 445 414	10 192 450
Crédito a clientes	48 740 843	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	1 310 181	1 541 182
Derivados para gestão de risco	484 841	510 090
Outros activos	587 000	682 779
Garantias e avales prestados	8 240 647	8 376 006
Créditos documentários	3 494 194	2 941 114
Compromissos Irrevogáveis	4 315 146	4 216 289
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivativos de crédito	474 056	165 573
	<b>89 644 394</b>	<b>85 864 889</b>

A repartição por sectores de actividade em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012									
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	443 492	(22 571)	12 930	-	-	24 131	(1)	-	-	39 391
Indústrias Extractivas	302 332	(10 701)	2 679	12 006	-	12 039	(579)	-	-	30 811
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	983 144	(46 524)	30 072	1 281	-	45 067	(52)	-	-	107 099
Têxteis e Vestuário	333 004	(28 812)	1 498	-	-	31 961	(2 238)	-	-	12 945
Curteiras e Calçado	69 809	(6 430)	275	-	-	499	(489)	-	-	1 934
Madeira e Cortiça	161 570	(26 755)	935	4 113	-	7 223	(1 329)	-	-	7 661
Papel e Indústrias Gráficas	345 771	(7 801)	10 801	-	-	127 163	(7 032)	-	-	87 512
Refinação de Petróleo	32 370	(1 210)	3 627	398	-	14 646	-	-	-	4 744
Produtos Químicos e de Borracha	649 542	(13 007)	11 562	1 285	-	78 319	(13 343)	-	-	100 430
Produtos Minerais não Metálicos	411 947	(22 487)	428	-	-	73 836	(7 929)	-	-	23 987
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	861 944	(43 413)	17 121	824	-	7 589	-	-	-	143 254
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	279 234	(8 829)	2 548	-	-	81 836	(5 632)	-	-	161 197
Fabricação de Material de Transporte	291 496	(10 653)	794	11 842	-	21 542	(3 438)	-	-	30 793
Outras Indústrias Transformadoras	405 933	(24 969)	1 363	1 655	-	36 222	(8 498)	-	-	35 470
Electricidade, Gás e Água	1 468 778	(8 406)	147 274	27 409	-	637 465	-	-	-	158 358
Construção e Obras Públicas	5 322 662	(301 632)	404 221	57 005	-	150 301	(1 687)	-	-	2 429 985
Comércio por Grosso e a retalho	3 203 739	(272 591)	18 088	1 343	-	425 768	(15 529)	-	-	499 096
Turismo	1 567 867	(76 470)	19 134	41 727	-	18 186	(1 454)	-	-	99 964
Transportes e Comunicações	2 067 976	(91 648)	245 943	20 500	-	529 077	(8 915)	9 982	-	1 026 214
Actividades Financeiras	3 539 434	(179 181)	1 017 094	2 491 637	484 110	3 277 855	(35 734)	542 807	(18 877)	146 409
Actividades Imobiliárias	6 246 228	(352 646)	64 069	70 000	-	363 010	(3 037)	1 296	-	418 135
Serviços Prestados às Empresas	4 268 535	(262 289)	310 413	107 190	-	1 914 415	(32 564)	40 171	-	1 618 103
Administração e Serviços Públicos	1 043 381	(26 142)	1 350 588	326 657	-	6 083 988	-	627 345	-	231 880
Outras actividades de serviços colectivos	2 685 952	(248 988)	130 006	16 779	731	520 317	(39 741)	118 628	(11 171)	377 529
Crédito à Habitação	11 411 396	(166 488)	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	2 587 166	(180 555)	-	-	-	-	-	-	-	84 750
Outros	191 237	(4 504)	486	-	-	3 292	(4)	-	-	5 007
<b>TOTAL</b>	<b>51 175 541</b>	<b>(2 434 698)</b>	<b>3 904 089</b>	<b>3 193 701</b>	<b>484 841</b>	<b>14 486 547</b>	<b>(188 236)</b>	<b>1 340 229</b>	<b>(30 048)</b>	<b>8 240 647</b>

(milhares de euros)

	31.12.2011									
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	435 935	(17 077)	11 803	-	-	11 315	(3 087)	-	-	45 525
Indústrias Extractivas	215 006	(9 788)	3 869	-	-	1 027	(546)	-	-	19 408
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	909 823	(44 215)	11 537	-	-	22 286	(52)	-	-	93 689
Têxteis e Vestuário	315 807	(26 171)	1 906	-	-	20 103	(2 238)	-	-	15 482
Curteiras e Calçado	71 989	(5 842)	459	-	-	515	(499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	159 555	(24 975)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	340 269	(6 638)	5 272	-	-	123 364	(1 989)	-	-	69 423
Refinação de Petróleo	29 233	(1 191)	3 204	-	-	4 154	-	-	-	6 997
Produtos Químicos e de Borracha	631 525	(11 442)	11 156	-	-	56 770	(13 389)	-	-	95 474
Produtos Minerais não Metálicos	435 583	(18 446)	475	-	-	37 764	(7 548)	-	-	26 912
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	845 522	(35 765)	1 324	-	-	500	-	-	-	122 800
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	276 209	(7 037)	2 381	-	-	62 612	(7 113)	-	-	162 205
Fabricação de Material de Transporte	332 333	(14 200)	504	-	-	585	(1 08)	-	-	29 421
Outras Indústrias Transformadoras	379 173	(23 987)	2 350	-	-	35 792	(8 413)	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 607 225	(9 854)	92 584	-	-	526 959	(1 855)	-	-	626 046
Construção e Obras Públicas	4 694 380	(236 134)	344 306	56 000	-	153 446	(1 687)	-	-	2 566 951
Comércio por Grosso e a retalho	3 260 235	(297 343)	19 263	-	-	315 689	(15 203)	-	-	537 265
Turismo	1 571 254	(60 542)	17 522	-	-	2 874	(379)	-	-	96 906
Transportes e Comunicações	1 895 253	(85 982)	305 527	-	-	537 632	(8 915)	9 865	-	965 644
Actividades Financeiras	2 844 493	(141 620)	1 052 404	1 695 543	510 090	1 938 549	(25 239)	618 975	(21 392)	164 929
Actividades Imobiliárias	6 864 981	(304 001)	65 606	70 000	-	285 634	(1 776)	-	-	465 535
Serviços Prestados às Empresas	4 449 412	(217 966)	213 640	104 436	-	2 014 190	(29 923)	-	-	1 689 810
Administração e Serviços Públicos	1 062 576	(22 593)	889 770	-	-	4 689 214	-	805 437	-	244 887
Outras actividades de serviços colectivos	3 016 419	(264 537)	368 585	38 010	-	790 406	(35 392)	139 221	(10 923)	144 089
Crédito à Habitação	11 610 112	(160 473)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 715 462	(155 292)	-	-	-	-	-	-	-	91 311
Outros	239 010	(4 025)	8 380	-	-	18 196	(2 931)	-	-	2 001
<b>TOTAL</b>	<b>51 210 826</b>	<b>(2 167 444)</b>	<b>3 434 639</b>	<b>1 963 989</b>	<b>510 090</b>	<b>11 651 148</b>	<b>(168 282)</b>	<b>1 573 498</b>	<b>(32 316)</b>	<b>8 376 006</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a decomposição do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

		(milhões de euros)			
Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	30.06.2012		31.12.2011	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaaa-a-]	21	0,04%	77	0,15%
	[bbb+/-bbb-]	2 162	4,22%	2 535	4,95%
	[bb+bb-]	5 058	9,88%	4 697	9,17%
	[b+/-b-]	7 777	15,20%	8 601	16,80%
	ccc+	1 493	2,92%	1 806	3,53%
Modelos de Médias Empresas	8-9	634	1,24%	692	1,35%
	10-11	599	1,17%	656	1,28%
	12-13	801	1,57%	859	1,68%
	14-15	466	0,91%	576	1,12%
	16-17	547	1,07%	596	1,16%
	18-19	391	0,76%	575	1,12%
	20-21	333	0,65%	457	0,89%
	22-23	196	0,38%	345	0,67%
Modelos de Pequenas Empresas	24-25	1 415	2,76%	1 016	1,98%
	A	92	0,18%	91	0,18%
	B	305	0,60%	365	0,71%
	C	707	1,38%	878	1,71%
	D	364	0,71%	382	0,75%
	E	236	0,46%	216	0,42%
Modelos de Crédito Habitação	F	517	1,01%	515	1,01%
	01	1 088	2,13%	1 107	2,16%
	02	4 216	8,24%	4 259	8,32%
	03	1 590	3,11%	1 632	3,19%
	04	788	1,54%	814	1,59%
	05	556	1,09%	574	1,12%
	06	501	0,98%	510	1,00%
	07	690	1,35%	696	1,36%
Modelos de Particulares	08	1 088	2,13%	1 101	2,15%
	01	91	0,18%	101	0,20%
	02	66	0,13%	117	0,23%
	03	201	0,39%	156	0,30%
	04	351	0,69%	328	0,64%
	05	150	0,29%	208	0,41%
	06	190	0,37%	244	0,48%
	07	137	0,27%	168	0,33%
	08	130	0,25%	144	0,28%
	09	235	0,46%	232	0,45%
10	5	0,01%	3	0,01%	
Créditos sem <i>rating/scoring</i> Interno		14 989	29,28%	12 882	25,15%
<b>TOTAL</b>		<b>51 176</b>	<b>100,00%</b>	<b>51 211</b>	<b>100,00%</b>

### Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	30.06.2012	31.12.2011
Risco cambial	13 598	4 872
Risco taxa de juro	14 981	10 764
Acções e mercadorias	10 708	13 554
Volatilidade	7 531	14 291
Spread de Crédito	30 800	15 170
Efeito da diversificação	( 11 964)	( 11 132)
<b>Total</b>	<b>65 654</b>	<b>47 519</b>

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 65 654 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 47 519 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de repricing.

(milhares de euros)

	30.06.2012						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	4 595 984	530 305	3 780 079	35 542	200 177	34 663	15 219
Crédito a clientes	50 485 767	-	31 892 126	10 088 138	3 580 589	3 644 198	1 280 717
Títulos	20 608 790	6 519 929	7 532 373	908 883	583 967	1 589 072	3 474 567
Provisões Técnicas	3 098	3 098	-	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>43 204 578</b>	<b>11 032 563</b>	<b>4 364 733</b>	<b>5 267 933</b>	<b>4 770 503</b>
Recursos de outras Inst. de Crédito	20 051 744	-	18 125 518	923 703	233 911	458 264	310 348
Depósitos	32 077 635	-	20 246 371	2 976 748	4 115 329	4 724 437	14 750
Títulos emitidos	16 530 039	-	5 721 335	217 209	1 036 330	5 979 660	3 575 505
Contratos de investimento	1 797 023	1 445 953	-	351 070	-	-	-
Provisões Técnicas	1 788 114	12 562	8 516	443 452	-	889 097	434 487
<b>Total</b>			<b>44 101 740</b>	<b>4 912 182</b>	<b>5 385 570</b>	<b>12 051 458</b>	<b>4 335 090</b>
GAP de balanço (Activos - Passivos)			( 897 162)	6 120 381	(1 020 837)	(6 783 525)	435 413
Fora de Balanço			(6 322 130)	(1 787 200)	2 520 851	5 387 883	200 596
<b>GAP estrutural</b>			<b>(7 219 292)</b>	<b>4 333 181</b>	<b>1 500 014</b>	<b>(1 395 642)</b>	<b>636 009</b>

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	278 179	278 179	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	4 509 483	-	4 234 688	42 487	4 952	226 340	1 016
Crédito a clientes	49 095 349	-	33 287 221	10 443 084	2 274 857	1 797 421	1 292 766
Títulos	16 064 643	4 340 115	7 021 587	1 587 333	1 484 844	1 090 437	540 327
Fora de balanço	-	-	646 641	( 398 000)	( 12 000)	( 173 906)	( 62 735)
<b>Total</b>			<b>45 190 137</b>	<b>11 674 904</b>	<b>3 752 653</b>	<b>2 940 292</b>	<b>1 771 374</b>
Recursos de outras Inst. de Crédito	16 216 997	-	13 706 517	603 595	680 262	912 891	313 732
Depósitos	33 258 698	-	22 347 830	3 107 676	3 421 871	4 284 310	97 011
Repo's com clientes	318 266	-	267 801	50 465	-	-	-
Títulos Emitidos*	19 086 329	-	9 370 785	711 284	245 487	6 266 941	2 491 833
Acções Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço	-	-	6 457 360	1 339 590	(1 800 949)	(5 719 523)	( 276 478)
<b>Total</b>			<b>52 150 293</b>	<b>5 812 610</b>	<b>2 546 671</b>	<b>5 744 619</b>	<b>2 626 098</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>			<b>(6 960 156)</b>	<b>5 862 294</b>	<b>1 205 982</b>	<b>(2 804 327)</b>	<b>( 854 724)</b>

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	4 457 941	84 548	3,82%	5 413 930	170 403	3,15%
Crédito a clientes	50 472 932	1 319 175	5,27%	51 519 608	2 678 426	5,20%
Aplicações em títulos	14 503 993	444 341	6,18%	13 333 830	737 976	5,53%
Aplicações diferenciais	319 912	-	-	11 481	-	-
<b>Activos financeiros</b>	<b>69 754 778</b>	<b>1 848 064</b>	<b>5,35%</b>	<b>70 278 848</b>	<b>3 586 805</b>	<b>5,10%</b>
Recursos monetários	18 367 915	234 700	2,58%	16 511 041	460 256	2,79%
Recursos de clientes	34 352 927	557 249	3,27%	32 534 704	1 037 772	3,19%
Outros recursos	17 033 936	448 472	5,31%	21 233 104	907 186	4,27%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>69 754 778</b>	<b>1 240 421</b>	<b>3,59%</b>	<b>70 278 848</b>	<b>2 405 214</b>	<b>3,42%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>607 643</b>	<b>1,76%</b>		<b>1 181 591</b>	<b>1,68%</b>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		30.06.2012				31.12.2011			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DÓLAR DOS E.U.A.	717 017	( 505 375)	62 347	273 989	( 661 275)	835 766	41 845	216 336
GBP	LIBRA ESTERLINA	449 918	( 429 668)	( 484)	19 766	480 536	( 476 599)	( 80)	3 858
BRL	REAL DO BRASIL	205 749	( 192 476)	1 132	14 405	210 597	( 200 379)	16 357	26 575
DKK	COROA DINAMARQUESA	1 419	-	-	1 419	216	( 3 720)	-	( 3 504)
JPY	YENE JAPONÉS	20 613	( 21 205)	( 7 782)	( 8 374)	( 8 799)	17 400	( 10 271)	( 1 670)
CHF	FRANCO SUÍÇO	32 495	( 18 497)	( 20 361)	( 6 363)	53 075	( 48 646)	( 1 291)	3 138
SEK	COROA SUECA	10 302	( 8 446)	1	1 857	( 2 138)	1 305	182	( 651)
NOK	COROA NORUEGUESA	( 33 496)	39 768	( 1)	6 271	( 3 251)	1 030	( 54)	( 2 275)
CAD	DÓLAR CANADIANO	32 071	( 39 666)	536	( 7 059)	40 169	( 62 399)	456	( 21 774)
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 15 873)	13 842	322	( 1 709)	( 602)	( 715)	2 637	1 320
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	87 832	( 87 838)	1 708	1 702	98 577	( 101 357)	3 106	326
AOA	KWANZA DE ANGOLA	230 957	41	-	230 998	( 228 429)	-	-	( 228 429)
CZK	COROA CHECA	( 494)	584	-	90	3 804	302	( 2 247)	1 859
MXN	PESO MEXICANO	54 744	( 69 612)	543	( 14 325)	61 971	( 81 497)	3 215	( 16 311)
	OUTRAS	88 591	64 153	( 1 278)	151 466	( 6 276)	( 54 170)	80 319	19 673
		<b>1 881 845</b>	<b>( 1 254 395)</b>	<b>36 683</b>	<b>664 133</b>	<b>38 175</b>	<b>( 173 678)</b>	<b>134 174</b>	<b>( 1 329)</b>

Nota: activo / (passivo)

#### *Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro*

Em 30 de junho de 2012 e 30 de Dezembro de 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

		30.06.2012					
		Crédito a clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal		857 099	583 828	44 834	4 689 691	132 162	6 307 614
Espanha		91 758	3 570	( 86)	27 595	-	122 837
Grécia		-	-	-	-	-	-
Irlanda		-	-	( 675)	-	24 145	23 470
Itália		-	588	-	-	-	588
Hungria		-	-	-	-	-	-
		<b>948 857</b>	<b>587 986</b>	<b>44 073</b>	<b>4 717 286</b>	<b>156 307</b>	<b>6 454 509</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

31.12.2011

	Crédito a clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	876 702	123 852	69 714	2 820 649	-	3 890 917
Espanha	132 125	563	1 989	4 096	-	138 773
Grécia	-	-	( 265)	-	-	( 265)
Irlanda	-	-	( 1 069)	-	-	( 1 069)
Itália	-	-	( 2 865)	-	-	( 2 865)
Hungria	-	-	-	-	-	-
	<b>1 008 827</b>	<b>124 415</b>	<b>67 504</b>	<b>2 824 745</b>	<b>-</b>	<b>4 025 490</b>

<sup>(1)</sup>Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Excepto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivativos com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

30.06.2012

	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
Portugal	6 229 483	4 616 974	72 717	4 689 691	-	99 253
Maturidade até 1 ano	1 171 843	1 159 145	2	1 159 147	-	( 617)
Maturidade superior 1 ano	5 057 640	3 457 829	72 715	3 530 544	-	99 870
Espanha	28 522	26 929	666	27 595	-	80
Maturidade até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Maturidade superior 1 ano	28 522	26 929	666	27 595	-	80
	<b>6 258 005</b>	<b>4 643 903</b>	<b>73 383</b>	<b>4 717 286</b>	<b>-</b>	<b>99 333</b>
<b>Activos Financeiros de Negociação</b>						
Portugal	361 237	264 589	3 874	268 463	-	-
Espanha	2 640	2 575	7	2 582	-	-
	<b>363 877</b>	<b>267 164</b>	<b>3 881</b>	<b>271 045</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Activos Financeiros ao Justo Valor</b>						
Portugal	351 234	313 018	2 347	315 365	-	-
Espanha	1 029	987	1	988	-	-
Itália	600	588	-	588	-	-
	<b>352 863</b>	<b>314 593</b>	<b>2 348</b>	<b>316 941</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Investimentos até à Maturidade</b>						
Portugal	146 200	137 066	4 904	132 162	-	-
Irlanda	24 000	24 385	240	24 145	-	-
	<b>170 200</b>	<b>161 451</b>	<b>5 144</b>	<b>156 307</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>3 187 790</b>	<b>2 780 693</b>	<b>39 726</b>	<b>2 820 649</b>	-	( 124 406)
Maturidade até 1 ano	2 069 941	2 040 481	14 542	2 055 236	-	( 16 736)
Maturidade superior 1 ano	1 117 849	740 212	25 184	765 413	-	( 107 670)
<b>Espanha</b>	<b>4 036</b>	<b>4 027</b>	<b>69</b>	<b>4 096</b>	-	( 9)
Maturidade até 1 ano	4 014	4 004	68	4 072	-	( 4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	( 5)
	<b>3 191 826</b>	<b>2 784 720</b>	<b>39 795</b>	<b>2 824 745</b>	-	( 124 415)
<b>Activos Financeiros de Negociação</b>						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	568	563	-	563	-	-
	<b>126 776</b>	<b>121 021</b>	<b>3 394</b>	<b>124 415</b>	-	-

#### *Risco de liquidez*

O Risco de Liquidez, por definição, advém da incapacidade potencial de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A estratégia financeira do Grupo encontra-se devidamente desenvolvida nos Relatórios anuais de Gestão.

O primeiro semestre de 2012 ficou marcado pela adopção de medidas que conduziram a alguma estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A actuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1,5% para 1% no final do ano de 2011, realizou, entre Dez 11 e Fev 12, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos activos aceites como colateral em operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu (de 2% para 1%). Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do sector bancário; e
- A reestruturação da dívida grega, apesar de não ter dissipado por completo a crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro.

Contudo, a restringibilidade orçamental e o *deleverage* da actividade económica conduziram a uma nova desaceleração da economia europeia ao longo do 2º trimestre, tendo-se, também, assistido a novos

*downgrades* ao *rating* da República Portuguesa, com repercussão nos *ratings* dos bancos portugueses, incluindo os *ratings* atribuídos ao BES.

Neste contexto, o Grupo manteve accionadas ao longo do trimestre um conjunto de medidas de contingência que lhe permitiram financiar a sua actividade, colmatando assim a inacessibilidade aos mercados financeiros. As medidas implementadas dividem-se em três grandes grupos:

- Continuação da política de *deleverage* do balanço implementada a partir de meados de 2010;
- Aumento da base de depósitos de clientes reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento;
- Reforço dos activos elegíveis para desconto junto do BCE, de modo a garantir o acesso às operações de refinanciamento principais e de prazo alargado, as quais têm sido fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo.

Ao longo do primeiro semestre de 2012, o Grupo reembolsou cerca de 3,3 mil milhões de euros de dívida de médio e longo prazo nos mercados internacionais e registou uma redução dos depósitos de 1,4 mil milhões de euros devido ao vencimento programado de aplicações de empresas e institucionais, em resultado:

- a) Da utilização destes fundos nos processos de *deleverage* das próprias empresas; e
- b) De efeitos de diversificação provocados pelo agudizar dos factores de incerteza relativamente à Zona euro.

Para colmatar as necessidades de liquidez no 1º semestre, o Grupo aumentou a sua posição líquida devedora junto do Banco central Europeu em 5 mil milhões, tendo, simultaneamente, incrementado os seus activos elegíveis. O aumento dos activos elegíveis foi efectuado, por um lado, ao abrigo dos novos critérios de elegibilidade e, por outro, através da execução de duas novas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa, no montante total de 2 500 milhões de euros e com maturidade de 3 anos. Estas duas emissões permitiram aumentar os activos elegíveis para desconto junto do BCE em 2 500 milhões de euros, o que produziu um *cash equivalent* de 2,1 mil milhões de euros, perfazendo 64% da totalidade do montante de emissões de médio e longo prazo que maturou na primeira metade do ano.

Com o objectivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

	30.06.2012						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ACTIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	351	351	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito e Bancos Centrais	4 245	2 762	589	496	32	335	31
Crédito a clientes	45 001	643	1 581	1 462	2 004	2 322	36 988
Títulos	28 791	2 182	2 673	2 958	1 296	1 017	18 664
Provisões Técnicas	3	1	-	-	-	-	2
Outros activos líquidos	2 635	2 635	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 727	199	75	359	430	781	4 883
<b>Total</b>		<b>8 773</b>	<b>4 918</b>	<b>5 275</b>	<b>3 762</b>	<b>4 455</b>	<b>60 568</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	20 434	4 079	2 774	399	933	268	11 981
Depósitos de clientes	31 695	114	2 336	343	198	418	28 285
Títulos Emitidos	16 540	26	511	1 921	98	2 177	11 807
Contratos de investimento	1 797	21	13	19	43	175	1 525
Provisões Técnicas	1 788	21	7	25	27	47	1 661
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 155	2 154	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 214	212	189	498	570	850	7 895
<b>Total</b>		<b>6 627</b>	<b>5 830</b>	<b>3 205</b>	<b>1 869</b>	<b>3 935</b>	<b>63 154</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>		<b>2 146</b>	<b>( 912)</b>	<b>2 070</b>	<b>1 893</b>	<b>520</b>	
<b>GAP Acumulado</b>		<b>2 146</b>	<b>1 234</b>	<b>3 304</b>	<b>5 197</b>	<b>5 717</b>	

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ACTIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	436	436	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	4 510	2 368	823	1 037	42	8	232
Crédito a clientes	48 371	614	1 610	1 800	1 652	2 543	40 152
Títulos	19 307	536	1 727	2 193	727	474	13 650
Outros activos líquidos	3 779	3 779	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 141	217	175	535	856	475	3 883
<b>Total</b>		<b>7 950</b>	<b>4 335</b>	<b>5 565</b>	<b>3 277</b>	<b>3 500</b>	<b>57 917</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	16 535	3 642	2 319	2 457	583	462	7 072
Depósitos de clientes	33 259	85	1 065	1 987	531	1 067	28 524
Títulos Emitidos	19 124	30	2 774	2 944	555	209	12 612
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 683	1 683	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	12 221	282	292	754	939	539	9 415
<b>Total</b>		<b>5 722</b>	<b>6 450</b>	<b>8 142</b>	<b>2 608</b>	<b>2 277</b>	<b>57 623</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>		<b>2 228</b>	<b>( 2 115)</b>	<b>( 2 577)</b>	<b>669</b>	<b>1 223</b>	<b>294</b>
<b>GAP Acumulado</b>		<b>2 228</b>	<b>113</b>	<b>( 2 464)</b>	<b>( 1 795)</b>	<b>( 572)</b>	

No quadro seguinte apresenta-se a síntese das posições de liquidez, calculadas segundo as regras e perímetro de consolidação estabelecidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº13/2009):

(milhões de euros)

	30.06.2012	31.12.2011
<i>Mismatch</i> acumulado <sup>(1)</sup>	3 704	( 573)
<i>Buffer</i> de activos líquidos <sup>(2)</sup>	1 604	2 794
<b>Posição de liquidez</b>	<b>5 308</b>	<b>2 221</b>
Outros activos liquidificáveis	190	222
<b>Liquidez global</b>	<b>5 498</b>	<b>2 443</b>

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata. Concretizando, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Segundo as referidas regras, em 30 de Junho de 2012, a posição de liquidez global considerando outros títulos transformáveis em meios líquidos, era positiva em 5 498 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 2 443 milhões de euros).

De salientar que os valores acima apresentados, calculados no âmbito do reporte da Instrução nº13/2009 ao Banco de Portugal, não incluem a BES Vida, cuja actividade é regulada pelo Instituto de Seguros de Portugal, que estabelece limites de exposição para diversificação e dispersão prudencial.

Em 30 de Junho de 2012, a pool de activos elegíveis para o mercado de *repos* situava-se em 27,0 mil milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 18,9 mil milhões de euros). Deste montante, 22,6 mil milhões de euros eram elegíveis para operações junto do BCE (31 de Dezembro de 2011: 15,1 mil milhões de euros), dos quais se encontravam utilizados 18,0 mil milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11,1 mil milhões de euros).

De forma a tentar antecipar possíveis constrangimentos, o Grupo efectua cenários extremos de liquidez. É calculado um impacto a 3 meses, mas dependendo da severidade dos cenários, este período poderá variar. Os *cash-flows* de balanço e fora de balanço são sujeitos a cenários específicos e a cenários sistémicos para avaliar o impacto de eventos extremos, mas plausíveis, nas posições de liquidez. Os resultados destes cenários são depois comparados com o *buffer* de liquidez e com o plano de contingência para assegurar que o Grupo consegue gerar liquidez suficiente em caso de eventos extremos. Estes resultados servem também de *input* para a definição dos objectivos de posições de liquidez em risco, bem como para a definição do plano de contingência de liquidez do GBES. Este plano foi definido de forma a mitigar o impacto de uma crise de liquidez através da definição de mecanismos de detecção de crises, e de estratégias de resposta claras e decisivas a crises de liquidez.

#### *Risco operacional*

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

### *Risco específico da actividade seguradora (ramo vida)*

#### Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efectuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

#### Tarifação

O Grupo tem como objectivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos assumidos sinistros a pagar, despesas e custo do capital.

A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projecção realística de cash-flows e a posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Existem orientações e métricas definidas no Grupo que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efectuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value* é realizado uma vez por ano pelo Grupo e revisto por consultores externos.

#### Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento do Grupo é de natureza prudencial e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objectivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que o Grupo cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, o Grupo constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega activos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afectar os valores reportados para os activos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. A adequação da estimativa das responsabilidades da actividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor actual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

### Risco específico de seguro

#### Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez. O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro. O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projecção realística de cashflows – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

#### Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira do Grupo. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projecção realística de cash-flows – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
<b>Pianos de poupança reforma e produtos de capitalização</b>		
Até Dezembro de 1997 GKM 80 4%	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999 GKM 80 3,25%	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003 GKM 80 2,25% e 3%	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003 GKM 80 2,75%	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004 GKM 80 Fixadas por ano civil (*)	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<b>Seguros em caso de vida</b>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002 TV 73/77 4%	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003 TV 73/77 3%	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006 GKF 95 3%	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006 GKM - 3 anos 2%	GKM - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004 GKM 80 4%	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005 GKM 80 0% a 2%	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998 GKM 80 4%	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998 GKM 80 3%	GKM 80	3%

(\*) No ano de 2011 a taxa técnica foi de 2%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de embedded value e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usado no Grupo segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

Tábua de mortalidade	
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

#### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

O principal objectivo da gestão de capital no Grupo consiste em assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência do Concelho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – *IRB*) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – *TSA*).

Os elementos de capital do Grupo BES para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em Fundos Próprios de Base considerados como *Core Tier I*, Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como Core Tier I: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a “Goodwill” apurado, activos intangíveis, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como Core Tier I, esta categoria inclui as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano. Em 30 de Junho de 2012 apenas restavam por deduzir o montante de 77,3 milhões de euros.

Em Maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I não inferior a 9% em 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>	<b>6 171</b>	<b>6 040</b>
Aumento de capital (troca de híbridos por capital)	-	521
Aumento de capital	995	-
Instrumentos híbridos	( 19)	( 675)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de Justo valor)	( 33)	( 119)
Interesses que não controlam, excluindo híbridos	73	94
Goodwill	( 100)	139
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com Impacto prudencial	( 275)	144
Amortização do período transitório IFRS	( 6)	( 13)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	( 174)	202
Reservas de reavaliação com Impacto prudencial	55	( 164)
Outros efeitos	( 4)	2
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>6 683</b>	<b>6 171</b>

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	(milhões de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>A - Fundos Próprios</b>		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	6 092	5 106
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de Justo valor)	1 162	1 195
Interesses que não controlam	657	585
Activos Intangíveis	( 137)	( 142)
Desvios Actuariais com responsabilidades pós-emprego com Impacto prudencial	( 506)	( 215)
Goodwill	( 440)	( 340)
Reservas de Justo valor com Impacto prudencial	( 139)	( 194)
Período transitório IFRS	19	25
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I</b>	<b>( A1 ) 6 708</b>	<b>6 020</b>
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I	226	245
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 268)	( 94)
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I EBA</b>	<b>( C ) 6 319</b>	<b>-</b>
<b>Fundos Próprios de Base ( TIER I )</b>	<b>( A2 ) 6 666</b>	<b>6 171</b>
45% das Reservas de Justo valor Positivas	21	25
Dívida Subordinada elegível	745	923
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 268)	( 90)
<b>Fundos Próprios Complementares ( TIER II )</b>	<b>498</b>	<b>858</b>
<b>Deduções</b>	<b>( 62 )</b>	<b>( 59 )</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>( A3 ) 7 102</b>	<b>6 970</b>
<b>B- Activos de Risco</b>		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	58 081	59 705
Calculados de Acordo com o Aviso 6/2007 (Riscos de Mercado)	1 025	1 742
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	3 938	3 938
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	<b>( B ) 63 844</b>	<b>65 385</b>
<b>C- Ráctos Prudenciais</b>		
Rácio Core Tier I	( A1 / B )	10,5%
Rácio Core Tier I EBA	( A1 / B )	9,9%
Rácio Tier I	( A2 / B )	10,4%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>( A3 / B )</b>	<b>11,1%</b>

## NOTA 52 - COMPROMISSOS CONTRATUAIS

### *Operações de Securitização*

Ao longo do ano de 2011 e durante o primeiro semestre de 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efectuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de protecção de risco, nomeadamente pelo despoletar de substituições de contrapartes com notações de risco abaixo de níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou pelo desencadear de acções correctivas que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES actuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em Fevereiro de 2012, esta agência de *rating* fixou em Baa1 o *rating* máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em Dezembro de 2010 - Lusitano SME No.2 - perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de Março de 2012.

### *Obrigações Hipotecárias*

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

### *Contract Support Annex (CSA)*

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objectivo fornecer protecção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transacções de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

**NOTA 53 - ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

No final do exercício de 2011 o Grupo tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (Other comprehensive income – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Grupo no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Grupo reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital próprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Grupo a 1 de Janeiro de 2011 e 30 de Junho de 2011:

Balanço	(milhares de euros)					
	1 de Janeiro de 2011			30 de Junho de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	930 505	-	930 505	1 084 584	-	1 084 584
Disponibilidades em outras instituições de crédito	557 972	-	557 972	537 579	-	537 579
Activos financeiros detidos para negociação	3 942 061	-	3 942 061	3 007 360	-	3 007 360
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 424 331	-	1 424 331	1 063 434	-	1 063 434
Activos financeiros disponíveis para venda	11 774 881	-	11 774 881	10 924 881	-	10 924 881
Aplicações em instituições de crédito	4 245 436	-	4 245 436	3 438 948	-	3 438 948
Crédito a clientes	50 829 123	-	50 829 123	49 717 892	-	49 717 892
Investimentos detidos até à maturidade	2 458 800	-	2 458 800	2 252 043	-	2 252 043
Derivados para gestão de risco	447 304	-	447 304	329 048	-	329 048
Activos não correntes detidos para venda	574 550	-	574 550	637 413	-	637 413
Outros activos tangíveis	809 037	-	809 037	798 252	-	798 252
Activos intangíveis	233 537	-	233 537	221 019	-	221 019
Investimentos em associadas	961 908	-	961 908	960 815	-	960 815
Activos por impostos correntes	99 396	-	99 396	107 709	-	107 709
Activos por impostos diferidos	283 367	257 319	540 686	376 864	262 581	639 445
Outros activos	4 083 219	( 884 328)	3 198 891	4 704 202	( 903 452)	3 800 750
<b>Total de Activo</b>	<b>83 655 427</b>	<b>( 627 209)</b>	<b>83 028 218</b>	<b>80 162 043</b>	<b>( 640 871)</b>	<b>79 521 172</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	7 964 820	-	7 964 820	9 672 667	-	9 672 667
Passivos financeiros detidos para negociação	2 088 007	-	2 088 007	1 894 927	-	1 894 927
Recursos de outras instituições de crédito	6 380 592	-	6 380 592	5 961 051	-	5 961 051
Recursos de clientes	30 819 220	-	30 819 220	31 972 098	-	31 972 098
Responsabilidades representadas por títulos	24 109 939	-	24 109 939	19 907 433	-	19 907 433
Derivados para gestão de risco	228 944	-	228 944	230 041	-	230 041
Passivos não correntes detidos para venda	5 411	-	5 411	5 411	-	5 411
Provisões	214 706	-	214 706	206 667	-	206 667
Passivos por impostos correntes	25 324	-	25 324	24 872	-	24 872
Passivos por impostos diferidos	115 660	-	115 660	79 420	-	79 420
Passivos subordinados	2 291 833	-	2 291 833	1 577 559	-	1 577 559
Outros passivos	1 934 723	-	1 934 723	1 642 442	-	1 642 442
<b>Total de Passivo</b>	<b>76 179 179</b>	<b>-</b>	<b>76 179 179</b>	<b>73 174 588</b>	<b>-</b>	<b>73 174 588</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	3 500 000	-	3 500 000	3 500 000	-	3 500 000
Prémios de emissão	1 085 398	-	1 085 398	1 085 399	-	1 085 399
Outros instrumentos de capital	269 953	-	269 953	269 196	-	269 196
Acções próprias	-	-	-	( 997)	-	( 997)
Acções preferenciais	600 000	-	600 000	436 094	-	436 094
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	968 967	( 624 500)	344 467	939 102	( 661 487)	277 615
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	510 520	-	510 520	155 010	22 563	178 573
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>6 934 838</b>	<b>( 624 500)</b>	<b>6 310 338</b>	<b>6 404 804</b>	<b>( 638 924)</b>	<b>5 765 880</b>
Interesses que não controlam	541 410	( 2 709)	538 701	582 651	( 1 947)	580 704
<b>Total de Capital Próprio</b>	<b>7 476 248</b>	<b>( 627 209)</b>	<b>6 849 039</b>	<b>6 987 455</b>	<b>( 640 871)</b>	<b>6 346 584</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>83 655 427</b>	<b>( 627 209)</b>	<b>83 028 218</b>	<b>80 162 043</b>	<b>( 640 871)</b>	<b>79 521 172</b>

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	30 de Junho de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	1 949 666	-	1 949 666
Juros e custos similares	1 406 853	-	1 406 853
<b>Margem financeira</b>	<b>542 813</b>	-	<b>542 813</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	140 931	-	140 931
Rendimentos de serviços e comissões	452 848	-	452 848
Encargos com serviços e comissões	( 68 186)	-	( 68 186)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	( 142 047)	-	( 142 047)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	168 470	-	168 470
Resultados de reavaliação cambial	30 147	-	30 147
Resultados de alienação de outros activos	( 46 211)	-	( 46 211)
Outros resultados de exploração	163 250	-	163 250
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>1 242 015</b>	-	<b>1 242 015</b>
Custos com pessoal	312 342	( 22 617)	289 725
Gastos gerais administrativos	215 360	-	215 360
Depreciações e amortizações	52 331	-	52 331
Provisões líquidas de anulações	8 074	-	8 074
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	305 426	-	305 426
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	56 484	-	56 484
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	99 672	-	99 672
<b>Custos operacionais</b>	<b>1 049 689</b>	<b>( 22 617)</b>	<b>1 027 072</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	380	-	380
Resultados de associadas	12 877	-	12 877
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>205 583</b>	<b>22 617</b>	<b>228 200</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	63 989	-	63 989
Diferidos	( 70 372)	-	( 70 372)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>211 966</b>	<b>22 617</b>	<b>234 583</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>156 010</b>	<b>22 563</b>	<b>178 573</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>55 956</b>	<b>54</b>	<b>56 010</b>
	<b>211 966</b>	<b>22 617</b>	<b>234 583</b>

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral em 31 de Março de 2011 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Demonstração do Rendimento Integral	30 de Junho de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Resultado líquido do exercício</b>			
Atribuível aos accionistas do Banco	156 010	22 563	178 573
Atribuível aos interesses que não controlam	55 956	54	56 010
	<b>211 966</b>	<b>22 617</b>	<b>234 583</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
Benefícios de longo prazo	-	( 40 618)	( 40 618)
Diferenças de câmbio	( 46 613)	-	( 46 613)
Impostos diferidos	6 866	3 637	10 503
	( 39 747)	( 36 981)	( 76 728)
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	( 323 254)	-	( 323 254)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 121 547)	-	( 121 547)
Impostos diferidos	77 396	-	77 396
	( 367 405)	-	( 367 405)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>( 195 186)</b>	<b>( 14 364)</b>	<b>( 209 550)</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>( 237 502)</b>	<b>( 15 180)</b>	<b>( 252 682)</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>42 316</b>	<b>816</b>	<b>43 132</b>
	<b>( 195 186)</b>	<b>( 14 364)</b>	<b>( 209 550)</b>

## NOTA 54 – CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS OCORRIDAS NO PERÍODO

### **BES VIDA**

Até 30 de Abril de 2012, o BES detinha uma participação de 50% no capital social da BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“BES Vida”), uma companhia de seguros do ramo vida que distribui os seus produtos em Portugal e Espanha. O controlo sobre as actividades da BES Vida era exercido pelo Credit Agricole, S.A., detentor dos 50% remanescentes do respectivo capital social.

Conforme referido na Nota 1, em Maio de 2012 o BES adquiriu a participação de 50% detida pelo Credit Agricole, S.A. com o objectivo de potenciar a comercialização dos produtos oferecidos pela BES Vida.

Assim, após esta aquisição, o BES passou a deter a totalidade das acções representativas do capital social da BES Vida e a controlar as suas actividades operacionais e financeiras. Como tal, a participação na BES Vida, que previamente à referida aquisição qualificava como um investimento em associada e era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial, passou a qualificar como um investimento em subsidiária pelo que as respectivas demonstrações financeiras passaram a ser consolidadas pelo método integral a partir de Maio de 2012.

O investimento total adicional efectuado em 2012 ascendeu a cerca de 225 milhões de euros.

Esta transacção foi contabilizada de acordo com o disposto no parágrafo 42 do IFRS 3 relativo a concentrações de actividades empresariais alcançadas por etapas, o qual requer que numa aquisição de partes de capital da qual resulte a obtenção de controlo, qualquer participação anteriormente detida na adquirida, seja mensurada ao justo valor na data da aquisição e que o ganho ou perda daí decorrente seja reconhecido em resultados. Os montantes previamente registados na reserva de justo valor devem ser transferidos para resultados.

Adicionalmente e de acordo com o parágrafo 45 do IFRS 3, esta aquisição foi registada em base provisória, uma vez que a mesma ocorreu em Maio de 2012 e o Grupo está ainda em processo de quantificação do justo valor dos activos e passivos adquiridos. Este processo deverá estar concluído até 30 de Abril de 2013.

O balanço da BES Vida reportado a 1 de Maio de 2012 e utilizado para efeitos da primeira consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BES foi o seguinte:

	<b>Balanço da BES Vida 01.05.2012</b>
	<b>(milhares de euros)</b>
<b>Activo</b>	
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	198 648
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 759 100
Activos financeiros disponíveis para venda	1 917 328
Investimentos detidos até à maturidade	159 551
Activos tangíveis	93 864
Activos intangíveis	76 641
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 512
Activos por impostos	33 169
Outros activos	178 712
	<b>5 419 525</b>
<b>Passivo</b>	
Provisões técnicas	1 880 631
Contratos de investimento	3 053 344
Outros passivos financeiros	194 434
Passivos por impostos	2 342
Outros passivos	40 291
	<b>5 171 042</b>
<b>Capital próprio</b>	
Capital	50 000
Outras reservas e resultados transitados	198 483
	<b>248 483</b>
	<b>5 419 525</b>

O justo valor dos activos e passivos adquiridos inclui o montante de 76 515 milhares de euros, na rubrica de activos intangíveis, relativo ao value in force da carteira de seguros do ramo vida. Este activo será amortizado durante a vida remanescente dos contratos adquiridos.

O *goodwill* reconhecido na sequência da referida da aquisição ascende a cerca de 201 517 milhares de euros e explica-se como segue:

	%	milhares de euros
<i>Goodwill como o excesso de:</i>		
Montante pago		225 000
Justo valor, determinado na data da aquisição, da participação de 50% previamente detida na BES Vida		225 000
		<u>450 000</u>
<i>Sobre:</i>		
Justo valor dos activos e passivos adquiridos <sup>(1)</sup>	100	248 483
Goodwill determinado em base provisória		<u>201 517</u>

<sup>(1)</sup> mensurado em base provisória

O goodwill é atribuível à expectativa de crescimento do mercado em que a BES Vida opera.

O impacto nos resultados do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, resultante da mensuração da participação de 50% previamente detida na BES Vida, conforme requerido pelo parágrafo 42 do IFRS 3 pode ser analisado como segue:

	milhares de euros
Participação de 50% previamente detida na BES Vida:	
Justo valor	225 000
Valor contabilístico	243 790
	<u>          </u>
Perda resultante da mensuração ao justo valor da participação previamente detida na BES Vida	( 18 790)
Reconhecimento em resultados da reserva de justo valor da BES Vida apropriada pelo BES na consolidação até à data da aquisição	( 70 796)
	<u>          </u>
Perda decorrente da aquisição de controlo na BES Vida	<u>( 89 586)</u>

O impacto da consolidação da BES Vida nos resultados consolidados do Grupo BES a 30 de Junho de 2012 traduziu-se num prejuízo de 36,7 milhões de euros, decomposto como segue:

- mensuração da participação de 50% anteriormente detida pelo Grupo, conforme discriminado acima, no valor de -89,6 milhões de euros; efeito da eliminação de operações intragrupo no valor de de 35,5 milhões de euros, perfazendo um efeito total de -54,1 milhões de euros da primeira consolidação integral;
- apropriação pelo método do *equity* do resultado gerado pela BES Vida desde 1 de Janeiro a 30 de Abril de 2012, no valor de 2,8 milhões de euros;
- apropriação pelo método integral do resultado gerado pela BES Vida de 1 de Maio até 30 de Junho de 2012, líquido de ajustamentos de consolidação, no valor de 14,6 milhões de euros.

Caso a BES vida tivesse sido consolidada integralmente desde o dia 1 de Janeiro de 2012, o resultado do período seria superior em cerca de 2 761 milhares de euros.

## NOTA 55 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de Julho de 2012 o Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Espírito Santo convocou uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 28 de Agosto de 2012 para deliberar, nomeadamente, sobre a supressão do direito de preferência dos accionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social, nos termos do nº 2 do artigo 4.º do contrato de sociedade, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual accionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas no montante máximo de 550 milhões de euros.

Esta iniciativa surge na sequência do BES pretender proceder a uma emissão de obrigações não subordinadas com garantia pessoal do Estado Português ao abrigo do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro e na Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, conforme alterada pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro, no montante de até 550 milhões de euros, pelo prazo de 3 anos. Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, o eventual aumento de capital por conversão de crédito do Estado Português é considerado como aumento de capital em numerário.

Para assegurar o efectivo cumprimento do artigo 10.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, e no entendimento do Banco de Portugal, é imperativo suprimir o direito de preferência dos accionistas no eventual aumento de capital previsto decorrente de um eventual accionamento da referida garantia.

## ○ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

### BANCO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
		30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
			Reexpresso		Reexpresso
Juros e proveitos similares	4	759 838	724 365	1 587 623	1 404 116
Juros e custos similares	4	580 220	559 423	1 220 238	1 099 257
<b>Margem financeira</b>		<b>179 618</b>	<b>164 942</b>	<b>367 385</b>	<b>304 859</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	5	50 148	5 860	86 169	137 291
Rendimentos de serviços e comissões	6	161 819	161 864	322 644	301 422
Encargos com serviços e comissões	6	(55 142)	(35 703)	(105 022)	(74 989)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(44 583)	(161 984)	(48 218)	(192 484)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	192 894	(7 844)	215 261	32 669
Resultados de reavaliação cambial	9	(4 466)	(26 987)	(7 390)	2 344
Resultados de alienação de outros activos	10	(8 127)	(10 774)	(12 469)	(34 270)
Outros resultados de exploração	11	41 255	225 906	69 945	254 011
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>513 416</b>	<b>315 280</b>	<b>888 305</b>	<b>730 853</b>
Custos com pessoal	12	90 720	94 445	178 728	188 212
Gastos gerais administrativos	14	84 164	81 379	159 869	161 572
Depreciações e amortizações	26 e 27	21 326	21 022	42 527	42 510
Provisões líquidas de anulações	34	1 712	6 355	(23 877)	4 036
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	169 236	186 607	290 952	242 704
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20, 21 e 23	27 850	41 361	29 740	44 133
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 28 e 29	(33 480)	75 824	11 970	94 915
<b>Custos operacionais</b>		<b>361 528</b>	<b>506 993</b>	<b>689 909</b>	<b>778 082</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	28	-	(663)	-	(663)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>151 888</b>	<b>(192 376)</b>	<b>198 396</b>	<b>(47 892)</b>
<b>Impostos sobre o rendimento</b>					
Correntes	35	(10 710)	4 202	22 422	6 150
Diferidos	35	52 191	(44 684)	20 456	(37 055)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>110 407</b>	<b>(151 894)</b>	<b>155 518</b>	<b>(16 987)</b>
Resultados por acção básicos (em euros)	15	0,04	-0,14	0,07	-0,04
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	0,04	-0,14	0,07	-0,04

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
		30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>110 407</b>	<b>( 151 894)</b>	<b>155 518</b>	<b>( 16 987)</b>
<b>Outros movimentos</b>					
Activos financeiros disponíveis para venda					
Ganhos e perdas do período		250 400	( 169 818)	315 358	( 197 101)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período		( 164 356)	40 871	( 183 718)	1 987
Impostos diferidos		( 64 920)	53 843	( 38 311)	44 979
Benefícios de longo prazo		21 124	( 75 104)	93 329	( 150 135)
Pensões - regime transitório		( 48 599)	( 33 818)	( 48 599)	( 36 958)
Outros movimentos		( 2 696)	( 3 313)	( 5 385)	( 6 611)
		-	515	-	( 24)
		( 30 171)	( 111 720)	39 345	( 193 728)
<b>Total do rendimento integral do período</b>		<b>80 236</b>	<b>( 263 614)</b>	<b>194 863</b>	<b>( 210 715)</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**BALANÇO**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

	Notas	30.06.2012	31.12.2011
(milhares de euros)			
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	905 445	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	208 357	341 698
Activos financeiros detidos para negociação	18	1 968 947	1 783 039
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19	2 057 090	1 969 331
Activos financeiros disponíveis para venda	20	13 702 088	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	21	6 434 969	7 928 825
Crédito a clientes	22	39 105 280	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	23	763 287	830 077
Derivados para gestão de risco	24	447 482	487 923
Activos não correntes detidos para venda	25	1 067 709	767 742
Outros activos tangíveis	26	357 388	371 947
Activos intangíveis	27	111 919	118 242
Investimentos em subsidiárias e associadas	28	1 950 504	1 754 708
Activos por impostos correntes		571	1 872
Activos por impostos diferidos	35	757 740	799 538
Outros activos	29	3 293 291	3 059 174
<b>Total de Activo</b>		<b>73 132 067</b>	<b>74 086 641</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	30	13 483 066	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 671 848	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	31	8 975 915	11 139 698
Recursos de clientes	32	29 451 165	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	33	9 251 204	10 163 659
Passivos financeiros associados a activos transferidos		1 071 907	2 951 364
Derivados para gestão de risco	24	93 206	155 741
Provisões	34	545 455	581 105
Passivos por impostos correntes		10 938	15 080
Passivos por impostos diferidos	35	138 943	123 794
Passivos subordinados	36	799 330	896 185
Outros passivos	37	1 305 855	871 741
<b>Total de Passivo</b>		<b>66 798 832</b>	<b>68 915 159</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	38	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	38	1 059 036	1 076 522
Acções próprias	38	( 801)	( 997)
Outros instrumentos de capital	38	225 958	244 502
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	( 146 600)	( 45 688)
Resultado líquido do exercício		155 518	( 133 089)
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>6 333 235</b>	<b>5 171 482</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>73 132 067</b>	<b>74 086 641</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012, 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 30 DE JUNHO DE 2011**

milhares de reais

	Capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Outros instrumentos de Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados, transferidos e outro rendimento integral	Total	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresado)</b>	3.500.000	1.080.257	-	808.193	8.241	(127.597)	(119.150)	298.804	-	5.028.098
Outro rendimento integral	-	-	-	-	(150.135)	-	(150.135)	-	-	(150.135)
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(16.928)	(16.928)	(16.928)	-	-	(16.928)
Reservas de resultado	-	-	-	-	(6.611)	(6.611)	(6.611)	-	-	(6.611)
Reservas de resultado - regime transitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(24)	(24)	(24)	-	-	(24)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(43.593)	(43.593)	(16.387)	-	(16.387)
<b>Total de rendimento integral no período</b>	-	-	-	-	(150.135)	(43.593)	(193.728)	(16.987)	-	(210.715)
Constituição de reservas	-	-	-	(139.786)	-	151.804	151.804	(131.804)	-	(139.786)
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	34.732	34.732	-	-	34.732
Costos com aumento de capital - liquidação de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para outros instrumentos de capital (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação de ações próprias	-	-	(937)	-	-	(6.648)	(6.648)	-	-	(6.648)
Juros de outros instrumentos de capital (b)	-	-	-	-	-	(1.303)	(1.303)	-	-	(1.303)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	(737)	-	-	(737)	-	-	(737)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	1.303	1.303	-	-	1.303
<b>Saldo em 30 de Junho de 2011 (reexpresado)</b>	3.500.000	1.080.258	(937)	277.650	(141.895)	8.351	(133.543)	(16.987)	(15.938)	5.140.443
Outro rendimento integral	-	-	-	-	(17.802)	-	(17.802)	-	-	(17,802)
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(59.806)	(59.806)	(59,806)	-	-	(59,806)
Desvios acumulados	-	-	-	-	(6.380)	(6,380)	(6,380)	-	-	(6,380)
Perdas - regime transitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	24	24	(118,902)	-	(118,902)
<b>Total de rendimento integral no período</b>	-	-	-	-	(17,802)	24	(13,506)	(118,902)	-	(133,408)
Aumento de capital	338.232	3.286	-	(437,882)	-	54,673	54,673	-	-	338,232
- emissão de 294.573 ações ordinárias	338.232	3.286	-	(437,882)	-	54,673	54,673	-	-	338,232
- custos com aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	45	45	(45)	-	-
Costos com aumento de capital	-	-	-	-	-	16,260	16,260	-	-	16,260
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	(46,032)	-	-	-	-	-	(46,032)
Reservas de ações ordinárias (a)	-	-	-	-	(6,376)	(6,376)	(6,376)	-	-	(6,376)
Juros de outros instrumentos de capital (b)	-	-	-	-	(11,321)	(11,321)	(11,321)	-	-	(11,321)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(2,964)	(2,964)	-	-	(2,964)
Outros movimentos	-	-	-	757	-	-	757	-	-	757
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	4.030.232	1.076.522	(937)	244.802	(159.090)	114.008	(45,098)	(133,089)	(15,938)	5.171,682
Outro rendimento integral	-	-	-	-	93,329	-	93,329	-	-	93,329
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(48,599)	(48,599)	(48,599)	-	-	(48,599)
Desvios acumulados	-	-	-	-	(3,383)	(3,383)	(3,383)	-	-	(3,383)
Perdas - regime transitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	39,345	39,345	155,518	-	155,518
<b>Total de rendimento integral no período</b>	-	-	-	-	93,329	(51,984)	(39,345)	155,518	-	194,803
Aumento de capital	1.008.882	37,486	-	-	-	-	-	-	-	1.046,368
- emissão de 555.000 ações ordinárias	1.008.882	37,486	-	-	-	-	-	-	-	1.046,368
- custos com aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	(18,500)	-	(133,089)	(133,089)	-	-	(133,089)
Costos com aumento de capital	-	-	-	-	-	4,860	4,860	-	-	4,860
Variação de ações próprias	-	-	-	-	-	(3,428)	(3,428)	-	-	(3,428)
Juros de outros instrumentos de capital (b)	-	-	-	-	-	(12,874)	(12,874)	-	-	(12,874)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	2,062	2,062	-	-	2,062
Outros movimentos	-	-	-	(94)	-	-	(94)	-	-	(94)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	5.040.114	1.059.010	(801)	225.958	(66,367)	(80,233)	(146,600)	155,518	(15,938)	6.133,235

(a) Composição de ações de 0,20 reais as ações em circulação em 2011

(b) Com o prazo de validade pago, o valor de 0,20 reais as ações em circulação em 2011, para as emissões em 2011, e de 0,27 reais as ações em circulação em 2012, para as emissões em 2012, e de 0,27 reais as ações em circulação em 2012, para as emissões em 2012, e de 0,27 reais as ações em circulação em 2012, para as emissões em 2012.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011**

	Notas	30.06.2012	30.06.2011
(milhares de euros)			
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		1 629 757	1 391 310
Juros e custos pagos		(1 255 574)	(1 300 536)
Serviços e comissões recebidas		337 904	317 270
Serviços e comissões pagas		( 108 379)	( 80 486)
Recuperações de créditos		11 818	15 345
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 179 438)	( 458 408)
		<b>436 088</b>	<b>( 115 505)</b>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		4 295 394	2 866 773
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		( 255 254)	990 355
Aplicações em instituições de crédito		1 494 294	(1 160 621)
Recursos de instituições de crédito		(2 366 218)	( 728 487)
Crédito a clientes		(2 641 090)	476 672
Recursos de clientes e outros empréstimos		(1 763 649)	2 511 246
Derivados para gestão do risco		182 751	63 575
Outros activos e passivos operacionais		( 53 089)	( 355 408)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>( 670 773)</b>	<b>4 548 600</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 6 877)	( 2 215)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>( 677 650)</b>	<b>4 546 385</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		( 165 502)	( 11 900)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		6	-
Dividendos recebidos		86 169	137 291
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(39 967 989)	(20 004 394)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		40 888 593	18 843 663
Investimentos detidos até à maturidade		73 527	216 706
Compra de imobilizações		( 16 007)	( 18 973)
Venda de imobilizações		-	14
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>898 797</b>	<b>( 837 593)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		992 406	-
Recompra de outros instrumentos de capital		( 18 544)	( 105 071)
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		3 199 286	-
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(3 941 761)	(2 368 750)
Reembolso de passivos subordinados		( 83 883)	( 933 689)
Acções próprias		196	( 997)
Juros de outros instrumentos de capital		( 1 251)	( 6 048)
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	( 147 000)
Dividendos de outros instrumentos de capital		( 12 874)	( 15 938)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>133 575</b>	<b>(3 577 493)</b>
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>354 722</b>	<b>131 299</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>		<b>701 525</b>	<b>609 048</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		19 153	( 125 065)
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>354 722</b>	<b>131 299</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>		<b>1 075 400</b>	<b>615 282</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	16	168 857	151 878
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	736 588	364 511
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		( 38 402)	( 81 429)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	208 357	180 322
<b>Total</b>		<b>1 075 400</b>	<b>615 282</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

## Banco Espírito Santo, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais intercalares  
em 30 de Junho de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

### NOTA 1 - ACTIVIDADE

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 681 balcões (31 de Dezembro de 2011: 703), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 13 escritórios de representação no estrangeiro.

## NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findos em 30 de Junho de 2012 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de Junho de 2012. As demonstrações financeiras intercalares agora apresentadas foram preparadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras intercalares referentes a 30 de Junho de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2011. Contudo, em Dezembro de 2011 o Banco alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 46.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos

registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de Julho de 2012.

## 2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## 2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

### Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### Contabilidade de cobertura

#### • Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

#### • Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de

rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

#### ▪ Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

#### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### 2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

### Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- \* a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- \* a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- \* a existência de credores privilegiados;
- \* a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- \* o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- \* o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## 2.5. Outros activos financeiros

### Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

#### • Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

#### • Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

#### • Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

#### Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

#### Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

## Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

### 2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

### 2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

### 2.10. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à

execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (n.º 1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art. 114.º do RGICSF).

O Banco tem como objectivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

## 2.11. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### 2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

#### Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

#### Locações financeiras

##### • Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

##### • Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### 2.14. Benefícios aos empregados

#### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 46, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Os custos com serviços passados associados à introdução de um plano de benefício definido ou de alterações introduzidas nos planos existentes, são diferidos durante o período até que os mesmos se tornam de direito adquirido.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no

período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Semestralmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

#### Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social - SAMS - constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

#### Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

#### Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PVRIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Accionistas de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A

remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

#### Remunerações variáveis aos empregados (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração, são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### 2.15. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros

disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

#### 2.16. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

#### 2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo

valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

#### 2.18. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

#### 2.19. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## 2.20. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

## 2.21. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

## 2.22. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

## NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### 3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao valor de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

### 3.4. Investimentos detidos até a maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua conseqüente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### 3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### NOTA 4 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
<b>Juros e proveitos similares</b>		
Juros de crédito	886 216	836 034
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	49 963	28 717
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	127 575	109 875
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	270 683	146 598
Juros de investimentos detidos até à maturidade	10 813	21 956
Juros de derivados para gestão de risco	231 216	256 061
Outros juros e proveitos similares	11 157	4 875
	<b>1 587 623</b>	<b>1 404 116</b>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	285 083	248 524
Juros de recursos de clientes	455 594	348 067
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	255 925	239 250
Juros de derivados para gestão de risco	185 249	213 841
Juros de passivos subordinados	31 671	44 127
Outros juros e custos similares	6 716	5 448
	<b>1 220 238</b>	<b>1 099 257</b>
	<b>367 385</b>	<b>304 859</b>

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.17, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e

passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

#### NOTA 5 - RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30.06.2012</b>	<b>30.06.2011</b>
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	42 103	134 097
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	44 066	3 194
	<b>86 169</b>	<b>137 291</b>

#### NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30.06.2012</b>	<b>30.06.2011</b>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	162 898	162 075
Por garantias prestadas	102 852	83 986
Por operações realizadas com títulos	3 033	2 652
Por compromissos perante terceiros	17 724	23 223
Outros rendimentos de serviços e comissões	36 137	29 486
	<b>322 644</b>	<b>301 422</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	32 335	28 493
Por operações realizadas com títulos	4 272	5 095
Por garantias recebidas	65 390	31 453
Outros encargos com serviços e comissões	3 025	9 948
	<b>105 022</b>	<b>74 989</b>
	<b>217 622</b>	<b>226 433</b>

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 27,4 milhões de euros relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 33).

**NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2012			30.06.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	93 254	5 184	88 070	3 501	22 798	( 19 297)
De outros emissores	570	23 031	( 22 461)	3 177	1 427	1 750
Acções	4 307	4 573	( 266)	113	216	( 103)
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	182	449	( 267)
	<b>98 131</b>	<b>32 788</b>	<b>65 343</b>	<b>6 973</b>	<b>24 890</b>	<b>( 17 917)</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	198 791	212 312	( 13 521)	490 611	549 771	( 59 160)
Contratos sobre taxas de juro	2 134 483	2 091 649	42 834	1 838 854	1 925 901	( 87 047)
Contratos sobre acções/índices	341 365	346 800	( 5 435)	872 302	875 057	( 2 755)
Contratos sobre créditos	295 793	329 798	( 34 005)	223 251	219 225	4 026
Outros	6 908	8 853	( 1 945)	188 202	180 654	7 548
	<b>2 977 340</b>	<b>2 989 412</b>	<b>( 12 072)</b>	<b>3 613 220</b>	<b>3 750 608</b>	<b>( 137 388)</b>
	<b>3 075 471</b>	<b>3 022 200</b>	<b>53 271</b>	<b>3 620 193</b>	<b>3 775 498</b>	<b>( 155 305)</b>
<b>Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	28 189	-	28 189	-	-	-
De outros emissores	4 655	8 671	( 4 016)	56 712	51 141	5 571
Acções	225	1	224	693	-	693
Outros títulos de rendimento variável	15 124	82 740	( 67 616)	83 016	177 115	( 94 099)
	<b>48 193</b>	<b>91 412</b>	<b>( 43 219)</b>	<b>140 421</b>	<b>228 256</b>	<b>( 87 835)</b>
Outros Activos financeiros <sup>(1)</sup>	12 667	12 936	( 269)	16 664	27 918	( 11 254)
Passivos financeiros <sup>(1)</sup>	102 587	160 588	( 58 001)	237 888	175 978	61 910
	<b>163 447</b>	<b>264 936</b>	<b>( 101 489)</b>	<b>394 973</b>	<b>432 152</b>	<b>( 37 179)</b>
	<b>3 238 918</b>	<b>3 287 136</b>	<b>( 48 218)</b>	<b>4 015 166</b>	<b>4 207 650</b>	<b>( 192 484)</b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui um efeito positivo de 12,2 milhões de euros (30 de Junho de 2011: efeito negativo de 21,7 milhões de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

**NOTA 8 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2012			30.06.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	234 434	7 690	226 744	5 033	1 188	3 845
De outros emissores	8 756	17 009	( 8 253)	9 731	28 759	( 19 028)
Acções	6 583	7 550	( 967)	64 469	25 819	38 650
Outros títulos de rendimento variável	5 704	7 967	( 2 263)	9 536	334	9 202
	<b>255 477</b>	<b>40 216</b>	<b>215 261</b>	<b>88 769</b>	<b>56 100</b>	<b>32 669</b>

Durante os primeiros seis meses de 2012, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de acções da EDP tendo obtido uma menos-valia de 7,1 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

**NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVIAÇÃO CAMBIAL**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2012			30.06.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	407 678	415 068	( 7 390)	980 068	977 724	2 344
	<b>407 678</b>	<b>415 068</b>	<b>( 7 390)</b>	<b>980 068</b>	<b>977 724</b>	<b>2 344</b>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

**NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30.06.2012</b>	<b>30.06.2011</b>
Créditos a clientes	( 7 775)	( 39 683)
Activos não correntes detidos para venda	( 2 655)	( 3 011)
Outros	( 2 039)	8 424
	<b>( 12 469)</b>	<b>( 34 270)</b>

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 7,1 milhões de euros relativa à venda de 43,6 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de activos do Banco (*deleverage*) (30 de Junho de 2011: 34,1 milhões de euros).

**NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30.06.2012</b>	<b>30.06.2011</b>
<b>Outros proveitos / (custos) de exploração</b>		
Prestação de serviços diversos	5 688	6 389
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Banco (ver Notas 33 e 36)	91 952	258 642
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	11 818	15 345
Serviços não recorrentes de consultoria	2 528	-
Impostos directos e indirectos	( 15 433)	( 17 055)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	( 3 237)	( 2 336)
Quotizações e donativos	( 2 423)	( 2 513)
Outros	( 20 948)	( 4 461)
	<b>69 945</b>	<b>254 011</b>

Os impostos directos e indirectos incluem 13,3 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (30 de Junho de 2011: 14,4 milhões de Euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 35).

Incluído em Outros, em 30 de Junho de 2012 encontra-se registado o proveito de 21,6 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte conforme explicado na Nota 13.

**NOTA 12 - CUSTOS COM PESSOA:**

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Vencimentos e salários	133 088	138 827
Remunerações	131 075	137 110
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	2 013	1 717
Encargos sociais obrigatórios	34 747	35 173
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	3 609	9 645
Outros custos	7 284	4 567
	<b>178 728</b>	<b>188 212</b>

Incluído em outros custos encontra-se o valor de 752 milhares de euros de remunerações variáveis atribuídas no âmbito do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF (30 de Junho de 2011: 1 577 milhares de euros). O detalhe deste plano é analisado na Nota 13.

Em 30 de Junho de 2012, o número de colaboradores do Banco é de 6 694 (30 de Junho de 2011: 6 780).

**NOTA 13 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**
*Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 30 de Junho de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As

responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afectada à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como se segue:

	Pressupostos	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de Mortalidade		
Homens		TV 73/77 <small>(ajustada)</small>
Mulheres		TV 88/90
Métodos de valorização actuarial		<i>Project Unit Credit Method</i>

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	30.06.2012	31.12.2011
Activos	5 747	5 796
Reformados e sobreviventes	5 645	5 638
<b>TOTAL</b>	<b>11 392</b>	<b>11 434</b>

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
<b>Total das responsabilidades</b>	(1 039 699)	(1 025 439)
Pensionistas	( 392 254)	( 339 919)
Activos	( 647 445)	( 589 572)
<b>Coberturas</b>		
Saldo dos Fundos	<u>1 100 974</u>	<u>1 116 693</u>
<b>Activos líquidos em balanço (ver Nota 29)</b>	61 275	91 254
<b>Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</b>	945 769	897 170

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Responsabilidades no início do período</b>	1 025 439	2 139 468
Custo do serviço corrente	5 308	14 567
Custo dos juros	28 200	113 279
Contribuições dos participantes	1 565	3 062
(Ganhos) e perdas actuariais no período:		
- Alteração de pressupostos	-	( 182 374)
- (Ganhos) e perdas de experiência	( 5 354)	( 107 534)
Pensões/ benefícios pagos pelo fundo	( 1 987)	( 111 368)
Benefícios pagos pelo Banco	-	-
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 843 036)
Custos com serviços passados	( 21 622)	-
Diferenças cambiais e outros	8 150	( 625)
<b>Responsabilidades no final do período</b>	<u>1 039 699</u>	<u>1 025 439</u>

Durante o primeiro semestre de 2012, decorrente da alteração do Decreto Lei nº133/2012 que determina o método de cálculo do subsídio de morte, verificou-se uma redução do valor actual das responsabilidades associadas a este benefício (incluído no valor das responsabilidades com pensões de reforma) no montante de 21,6 milhões de euros. Considerando que esta redução de responsabilidades qualifica como um “custo com serviços passados negativo” e que as condições de aquisição do benefício estão cumpridas, uma vez que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço, o Banco registou em resultados, no primeiro semestre de 2012 o referido valor de 21,6 milhões de euros na rubrica outros resultados de exploração.

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, verificou-se uma

redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos actuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 843,0 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante a pagar pelo Banco ao Estado ascendeu a 948,8 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 105,7 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 948,8 milhões de euros, cerca de 843,0 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 105,7 milhões de euros directamente pelo Banco. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante do montante a liquidar, tendo o remanescente sido pago no primeiro semestre de 2012.

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo dos fundos no início do período</b>	1 116 693	2 139 598
Rendimento real do fundo	( 13 346)	( 148 049)
Contribuições do Banco	-	76 020
Contribuições dos empregados	1 565	3 062
Pensões pagas pelo fundo	( 1 987)	( 111 368)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 843 036) <sup>(1)</sup>
Diferenças cambiais e outros	( 1 951)	466
<b>Saldo dos fundos no final do período</b>	<b>1 100 974</b>	<b>1 116 693</b>

<sup>(1)</sup> 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, tendo o remanescente sido reconhecido como um passivo no fundo nesse ano e liquidado no primeiro semestre de 2012.

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Acções	98 181	350 187
Obrigações	121 949	113 853
Imóveis	664 314	657 856
Outros	216 530	374 163
Valores a entregar à Segurança Social	-	( 379 366)
<b>Total</b>	<b>1 100 974</b>	<b>1 116 693</b>

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Acções	966	-
Imóveis	210 413	211 458
<b>Total</b>	<b>211 379</b>	<b>211 458</b>

Em 30 de Junho de 2012, as acções detidas pelos fundos de pensões incluem 1,8 milhões de acções do BES.

Durante o primeiro semestre de 2012 não houve qualquer transacção com o fundo de pensões (ver Nota 41).

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Desvios actuariais diferidos no início do período</b>	<b>897 170</b>	<b>929 432</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	-	(182 374)
- (Ganhos) e perdas de experiência	48 599	150 270
Outros	-	(158)
<b>Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>945 769</b>	<b>897 170</b>

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2012	31.12.2011
Saldo no início do período	26 300	41 646
Amortização por reservas	(7 673)	(15 346)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>18 627</b>	<b>26 300</b>

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Custo do serviço corrente	5 308	14 567	7 778
Custo dos juros	28 200	113 279	56 654
Rendimento esperado do fundo	(29 899)	(109 755)	(54 787)
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>3 609</b>	<b>18 091</b>	<b>9 645</b>

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2012	31.12.2011
<b>No início do período</b>	117 554	41 776
Custo do exercício	( 3 609)	( 18 091)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	( 48 599)	32 265
Amortização do regime transitório (por reservas)	( 7 673)	( 15 346)
Contribuições pagas pelo Banco	-	76 020
Outros <sup>(a)</sup>	22 228	930
<b>No final do período</b>	<b>79 901</b>	<b>117 554</b>

(a) Em 30 de Junho de 2012 inclui o proveito de 21,6 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	30.06.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades	(1 039 699)	(1 025 439)	(2 139 468)	(2 065 493)	(2 008 215)
Saldo dos fundos	1 100 974	1 116 693	2 139 598	2 137 129	2 002 889
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>61 275</b>	<b>91 254</b>	<b>130</b>	<b>71 636</b>	<b>( 5 326)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	( 5 354)	( 107 534)	24 878	52 516	24 047
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	43 245	257 804	66 493	( 87 618)	712 145

#### *Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)*

Na sequência das recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, na Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 foi aprovada uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na NYSE Euronext

*Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PRVIF
Data inicial de referência	12-04-2011
Data final de referência	31-03-2014
Número de acções atribuídas	2 250 000
Preço de exercício (euros)	3,47
Taxa de Juro	2,31%
Volatilidade	40,0%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado nos primeiros seis meses de 2012 um custo de 752 milhares de euros para remunerações variáveis (dos quais 172 milhares de euros respeitam à amortização do prémio inicial das opções atribuídas). Em 30 de Junho de 2011 tinha sido registado um custo de 1 577 milhares de euros.

#### *Prémio por antiguidade*

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 30 de Junho de 2012, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 25 435 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 24 947 milhares de euros) (ver Nota 37). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 2 013 milhares de euros (30 de Junho de 2011: 1 717 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

**NOTA 14 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2012	30.06.2011
Rendas e alugueres	24 959	24 655
Publicidade e publicações	14 470	13 551
Comunicações e expedição	12 309	13 028
Conservação e reparação	8 352	8 549
Deslocações e representação	7 635	9 346
Água, energia e combustíveis	4 569	4 174
Transporte de valores	3 463	3 699
Material de consumo corrente	2 058	2 007
Serviços Informáticos	27 372	26 603
Mão-de-obra eventual	2 161	2 696
Trabalho independente	2 855	2 725
Sistema electrónico de pagamentos	6 018	6 224
Estudos e consultas	4 203	6 207
Judiciais, contencioso e notariado	8 062	7 910
Consultoria e auditoria	2 400	1 755
Segurança e vigilância	2 162	1 968
Outros custos	26 821	26 475
	<b>159 869</b>	<b>161 572</b>

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, formação, tratamento de valores e custos com serviços prestados pelo Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

**NOTA 15 - RESULTADOS POR ACÇÃO**
*Resultados por acção básicos*

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
<b>Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco <sup>(1)</sup></b>	<b>161 482</b>	<b>( 39 905)</b>	<b>( 44 810)</b>
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	2 176 013	1 187 255	1 166 667
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	( 16 201)	( 257)	( 171)
<b>Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)</b>	<b>2 159 812</b>	<b>1 186 998</b>	<b>1 166 496</b>
<b>Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)</b>	<b>0,07</b>	<b>-0,03</b>	<b>-0,04</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuível ao período (o qual é registado como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

### Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

### NOTA 16 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Caixa	168 857	202 699
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	14 017	108 744
Outros bancos centrais	722 571	169 928
	736 588	278 672
	<b>905 445</b>	<b>481 371</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 14 017 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 108 744 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de Junho de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1% (31 de Dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de Junho de 2012 foi incluído no período de manutenção de 13 de Junho de 2012 a 10 de Julho de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 275,1 milhões de euros.

**NOTA 17 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>		
Cheques a cobrar	37 436	141 122
Depósitos à ordem	87 024	135 818
	<u>124 460</u>	<u>276 940</u>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	83 377	64 758
Cheques a cobrar	520	-
	<u>83 897</u>	<u>64 758</u>
	<u>208 357</u>	<u>341 698</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

**NOTA 18 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

A 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	264 897	123 852
De outros emissores	5 602	6 037
Acções	7 268	12 248
	<u>277 767</u>	<u>142 137</u>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 691 180	1 640 902
	<u>1 968 947</u>	<u>1 783 039</u>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 671 848	1 605 217
	<u>1 671 848</u>	<u>1 605 217</u>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
<b>Derivados de negociação</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward						
- compras	873 885			762 472		
- vendas	883 153	14 642	16 447	759 373	16 715	13 609
Currency Swaps						
- compras	2 122 363	3 196	3 049	2 211 621	11 796	11 502
- vendas	2 119 426			2 200 959		
Currency Futures				474		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	140 728	37 733	17 129	181 919	38 131	25 975
- vendas	130 131			170 685		
Currency Options	2 309 410	49 516	51 925	2 515 101	85 600	83 836
	<b>8 579 096</b>	<b>105 087</b>	<b>88 550</b>	<b>8 802 604</b>	<b>152 242</b>	<b>134 922</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Forward Rate Agreements	400 000	160	-	380 000	1 047	1 982
Interest Rate Swaps	20 771 682	1 317 633	1 305 281	42 814 469	1 214 107	1 187 902
Swaption - Interest Rate Options	880 486	6 298	7 375	2 406 936	5 003	5 157
Interest Rate Caps & Floors	2 424 928	29 067	26 568	3 374 871	31 106	27 772
	<b>24 477 096</b>	<b>1 353 158</b>	<b>1 339 224</b>	<b>48 976 276</b>	<b>1 251 263</b>	<b>1 222 813</b>
<b>Contratos sobre acções/índices</b>						
Equity / Index Swaps	795 114	44 908	62 936	763 733	31 145	63 432
Equity / Index Options	2 778 423	79 018	109 379	2 642 705	63 510	101 413
Equity / Index Futures	2 584	-	-	10 016	-	-
Future Options	24 166	-	-	32 089	-	-
	<b>3 600 287</b>	<b>123 926</b>	<b>172 315</b>	<b>3 448 543</b>	<b>94 655</b>	<b>164 845</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	3 078 447	109 009	71 759	3 380 947	142 742	82 637
<b>Total</b>	<b>39 734 926</b>	<b>1 691 180</b>	<b>1 671 848</b>	<b>64 608 370</b>	<b>1 640 902</b>	<b>1 605 217</b>

#### NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	30.06.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	244 758	-
De outros emissores	124 899	178 140
Acções	216 011	229 718
Outros títulos	1 471 422	1 561 473
<b>Valor de balanço</b>	<b>2 057 090</b>	<b>1 969 331</b>

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

#### NOTA 26 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
(milhares de euros)					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 647 963	54 748	( 19 379)	-	3 683 332
De outros emissores	9 069 038	4 027	( 125 504)	( 15 090)	8 932 471
Acções	456 001	20 194	( 16 145)	( 108 188)	351 862
Outros títulos de rendimento variável	771 847	7 116	( 7 218)	( 37 322)	734 423
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	<b>13 944 849</b>	<b>86 085</b>	<b>( 168 246)</b>	<b>( 160 600)</b>	<b>13 702 088</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 905 936	9	( 123 705)	-	2 782 240
De outros emissores	10 794 469	34 518	( 145 738)	( 8 775)	10 674 474
Acções	297 698	25 740	( 10 004)	( 95 093)	218 341
Outros títulos de rendimento variável	619 980	8 776	( 3 083)	( 25 461)	600 212
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>14 618 083</b>	<b>69 043</b>	<b>( 282 530)</b>	<b>( 129 329)</b>	<b>14 275 267</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo inicial	129 329	119 982	120 278
Dotações	32 406	16 645	34 656
Utilizações	( 714)	( 5 364)	( 32 736)
Reversões	( 863)	( 5 661)	-
Diferenças de câmbio e outras	442	3 727	( 2 216)
<b>Saldo final</b>	<b>160 600</b>	<b>129 329</b>	<b>119 982</b>

As principais posições em acções, com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)

Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
		30.06.2012			
EDP - Energias de Portugal	59 681	-	( 7 489)	-	52 192
	59 681	-	( 7 489)	-	52 192

(milhares de euros)

Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
		31.12.2011			
EDP - Energias de Portugal	60 049	-	( 3 768)	-	56 281
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	( 348)	7 482
	62 425	5 454	( 3 768)	( 348)	63 763

Durante os primeiros seis meses de 2012 o Banco alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de acções da EDP, tendo registado uma menos-valia de cerca de 7,1 milhões de euros (ver Nota 8).

**NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Empréstimos	230 149	731 198
Depósitos	1 249 555	1 371 921
Aplicações de muito curto prazo	176 758	80 933
Outras aplicações	6 767	193
	<b>1 663 229</b>	<b>2 184 245</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	3 830 877	3 441 128
Aplicações de muito curto prazo	105 015	1 454 219
Empréstimos	796 752	812 388
Outras aplicações	39 180	37 035
	<b>4 771 824</b>	<b>5 744 770</b>
Perdas por imparidade	( 84)	( 190)
	<b>6 434 969</b>	<b>7 928 825</b>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,86% (31 de Dezembro de 2011: 2,22%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 não havia aplicações no Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo inicial	190	153	35
Dotações	1 086	353	178
Reversões	( 1 194)	( 329)	( 54)
Diferenças de câmbio e outras	2	13	( 6)
<b>Saldo final</b>	<b>84</b>	<b>190</b>	<b>153</b>

**NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES**

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5 426 642	5 337 896
Empréstimos	13 012 516	12 527 689
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	492 793	509 282
<i>Factoring</i>	1 351 836	1 451 226
Descobertos	40 476	27 021
Locação financeira	2 773 496	2 937 632
Outros créditos	266 441	308 582
A particulares		
Habitação	7 501 268	7 638 793
Consumo e outros	1 632 087	1 786 395
	<u>32 497 555</u>	<u>32 524 516</u>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	3 878 613	3 906 817
Créditos em conta corrente	1 098 720	1 035 795
Descobertos	54 777	38 981
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	56 295	99 780
Locação financeira	67 568	67 019
<i>Factoring</i>	20 263	23 036
Outros créditos	308 725	370 998
A particulares		
Habitação	768 576	775 521
Consumo e outros	394 034	406 703
	<u>6 647 571</u>	<u>6 724 650</u>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	197 578	127 030
De 3 meses a 1 ano	424 057	280 016
De 1 a 3 anos	654 989	640 436
Há mais de 3 anos	447 411	341 711
	<u>1 724 035</u>	<u>1 389 193</u>
	40 869 161	40 638 359
<b>Perdas por imparidade</b>	(1 763 881)	(1 522 472)
	<u>39 105 280</u>	<u>39 115 887</u>

Em 30 de Junho de 2012, o crédito vivo inclui 5 688,2 milhões de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 33).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo inicial	1 522 472	1 310 219	1 140 856
Dotações	325 155	325 987	322 603
Utilizações	( 45 016)	( 84 266)	( 71 874)
Reversões	( 34 095)	( 30 854)	( 80 023)
Diferenças de câmbio e outras	( 4 635)	1 386	( 1 343)
<b>Saldo final</b>	<b>1 763 881</b>	<b>1 522 472</b>	<b>1 310 219</b>

Em 30 de Junho de 2012 o crédito vivo inclui 206 035 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2011: 175 001 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

Adicionalmente, o Banco tem, em 30 de Junho de 2012, 420 878 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2011: 433 450 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 34).

#### NOTA 23 - INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	129 123	147 545
De outros emissores	663 855	714 491
	<b>792 978</b>	<b>862 036</b>
Perdas por imparidade	( 29 691)	( 31 959)
	<b>763 287</b>	<b>830 077</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo inicial	31 959	31 627	48 489
Dotações / Reversões	(1 803)	6 071	9 477
Utilizações	(467)	(5 587)	(26 341)
Diferenças de câmbio e outros	2	(152)	2
<b>Saldo final</b>	<b>29 691</b>	<b>31 959</b>	<b>31 627</b>

#### NOTA 24 - DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
<b>Derivados para gestão de risco</b>						
Derivados para gestão de risco - Activo	161 282	286 200	447 482	231 101	256 822	487 923
Derivados para gestão de risco - Passivo	(52 169)	(41 037)	(93 206)	(107 398)	(48 343)	(155 741)
	<b>109 113</b>	<b>245 163</b>	<b>354 276</b>	<b>123 703</b>	<b>208 479</b>	<b>332 182</b>
<b>Componente de justo valor dos Activos e Passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Crédito a clientes	17 576	-	17 576	17 798	-	17 798
	<b>17 576</b>	<b>-</b>	<b>17 576</b>	<b>17 798</b>	<b>-</b>	<b>17 798</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de instituições de crédito	(64 398)	118 146	53 748	(55 240)	108 756	53 516
Recursos de clientes	(920)	(26 184)	(27 004)	(838)	18 669	17 831
Débitos representados por títulos	(32 500)	(9 410)	(41 910)	(28 953)	(7 104)	(36 057)
	<b>(97 718)</b>	<b>82 552</b>	<b>(15 166)</b>	<b>(85 031)</b>	<b>120 321</b>	<b>35 290</b>
	<b>(80 142)</b>	<b>82 552</b>	<b>2 410</b>	<b>(67 233)</b>	<b>120 321</b>	<b>53 088</b>

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritas e os respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 30 de Junho de 2012, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num ganho de 0,3 milhões de euros (30 de junho de 2011: proveito de 7,1 milhões de euros), foi registada por

contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 30 de Junho de 2012 a 204,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 192,4 milhões de euros).

#### NOTA 25 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Activos tangíveis não correntes detidos para venda</b>		
Imóveis	1 214 798	934 176
Equipamento	2 324	2 203
Outras imobilizações	25 764	11 882
	<b>1 242 886</b>	<b>948 261</b>
Perdas por imparidade	( 175 177)	( 180 519)
	<b>1 067 709</b>	<b>767 742</b>

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 30 de Junho de 2012, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 20 469 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Banco registado uma perda por imparidade no valor de 9 050 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012
Saldo inicial	180 519	140 820	89 781
Dotações / (Reversões)	15 092	57 787	63 891
Utilizações	( 20 435)	( 18 090)	( 12 851)
Diferenças de câmbio e outras	1	2	( 1)
<b>Saldo final</b>	<b>175 177</b>	<b>180 519</b>	<b>140 820</b>

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante os primeiros seis meses de 2012 e o exercício de 2011 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	948 261	619 367
Entradas	444 444	511 681
Vendas	( 149 819)	( 189 527)
Outros movimentos	-	6 740
<b>Saldo final</b>	<b>1 242 886</b>	<b>948 261</b>

Na sequência das alienações ocorridas nos primeiros seis meses de 2012, o Banco incorreu numa perda de 2 655 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 719 milhares de euros).

#### NOTA 26 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	322 046	307 521
Beneficiações em edifícios arrendados	200 695	215 096
	<b>522 741</b>	<b>522 617</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	262 296	257 579
Instalações interiores	128 937	128 097
Mobiliário e material	110 864	109 016
Equipamento de segurança	33 586	33 566
Máquinas e ferramentas	29 434	30 678
Material de transporte	1 565	1 275
Outros	1 125	372
	<b>567 807</b>	<b>560 583</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	125	1 392
Imóveis	1	18 627
Equipamento	116	952
Outros	29	43
	<b>271</b>	<b>21 014</b>
	<b>1 090 819</b>	<b>1 104 214</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 733 431)	( 732 267)
	<b>357 388</b>	<b>371 947</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	526 004	551 934	4 089	1 082 027
Adições	297	3 804	4 079	8 180
Abates / vendas	( 193)	( 7 819)	-	( 8 012)
Transferências (a)	( 61)	3 705	( 6 612)	( 2 968)
Variação cambial	( 105)	( 372)	( 39)	( 516)
Saldo a 30 de Junho de 2011	525 942	551 252	1 517	1 078 711
Adições	359	9 389	23 154	32 902
Abates / vendas	( 3 111)	( 2 283)	-	( 5 394)
Transferências (a)	( 748)	1 738	( 3 694)	( 2 704)
Variação cambial	175	489	42	706
Outros movimentos	-	( 2)	( 5)	( 7)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	522 617	560 583	21 014	1 104 214
Adições	680	9 202	1 250	11 132
Abates / vendas	( 16 736)	( 3 037)	-	( 19 773)
Transferências (a)	16 093	940	( 22 503)	( 5 470)
Variação cambial	87	119	510	716
Saldo a 30 de Junho de 2012	522 741	567 807	271	1 090 819
<b>Depreciações</b>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	253 732	448 754	-	702 486
Amortizações do período	7 640	14 350	-	21 990
Abates / vendas	( 193)	( 7 805)	-	( 7 998)
Transferências (a)	( 729)	-	-	( 729)
Variação cambial	( 9)	( 187)	-	( 196)
Saldo a 30 de Junho de 2011	260 441	455 112	-	715 553
Amortizações do período	8 224	14 203	-	22 427
Abates / vendas	( 3 102)	( 2 257)	-	( 5 359)
Transferências (a)	( 626)	( 48)	-	( 674)
Variação cambial	23	297	-	320
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	264 960	467 307	-	732 267
Amortizações do período	8 141	13 825	-	21 966
Abates / vendas	( 16 736)	( 3 017)	-	( 19 753)
Transferências (a)	( 946)	( 262)	-	( 1 208)
Variação cambial	23	136	-	159
Saldo a 30 de Junho de 2012	255 442	477 989	-	733 431
Saldo a 30 de Junho de 2012	267 299	89 818	271	357 388
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	257 657	93 276	21 014	371 947
Saldo a 30 de Junho de 2011	265 501	96 140	1 517	363 158

(a) Respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda

**NOTA 27 - ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Esta rubrica a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	50 210	45 440
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	559 014	553 396
<b>Imobilizações em curso</b>	23 237	19 265
	<b>632 461</b>	<b>618 101</b>
<b>Amortização acumulada</b>	(520 542)	(499 859)
	<b>111 919</b>	<b>118 242</b>

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)		
	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizações em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	545 679	32 644	578 323
Adições:			
Geradas internamente	-	3 629	3 629
Adquiridas a terceiros	2 906	7 887	10 793
Transferências	15 617	( 15 617)	-
Outros movimentos	( 140)	133	( 7)
Saldo a 30 de Junho de 2011	564 062	28 676	592 738
Adições:			
Geradas internamente	-	4 931	4 931
Adquiridas a terceiros	7 517	12 305	19 822
Transferências	348	255	603
Variação cambial	140	( 133)	7
Outros movimentos	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	598 836	19 265	618 101
Adições:			
Geradas internamente	-	3 357	3 357
Adquiridas a terceiros	4 495	5 850	10 345
Transferências	5 235	( 5 235)	-
Variação cambial	658	-	658
Saldo a 30 de Junho de 2012	609 224	23 237	632 461
<b>Amortizações</b>			
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	458 133	-	458 133
Amortizações do período	20 520	-	20 520
Variação cambial	( 41)	-	( 41)
Saldo a 30 de Junho de 2011	478 612	-	478 612
Amortizações do período	21 102	-	21 102
Variação cambial	145	-	145
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	499 859	-	499 859
Amortizações do período	20 561	-	20 561
Variação cambial	122	-	122
Saldo a 30 de Junho de 2012	520 542	-	520 542
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2012</b>	<b>88 682</b>	<b>23 237</b>	<b>111 919</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>98 977</b>	<b>19 265</b>	<b>118 242</b>
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2011</b>	<b>85 450</b>	<b>28 676</b>	<b>114 126</b>

**NOTA 28 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS**

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

	30.06.2012				31.12.2011			
	Nº de ações	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de ações	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES	2 013 303	57,52%	5,00	9 653	2 013 303	57,52%	5,00	9 653
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	99,75%	99,41	21 341	199 500	99,75%	96,59	21 341
BES ANGOLA	8 856 548	51,94%	7,94	61 351	8 856 548	51,94%	7,72	61 351
BES-VIDA	50 000 000	100,00%	1,00	637 498	24 999 800	50,00%	1,00	474 998
BESI	45 253 800	100,00%	5,00	316 103	45 253 800	100,00%	5,00	316 103
BESNAC	1 000	100,00%	0,79	36	1 000	100,00%	0,77	36
BEST	20 181 680	32,03%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
AVISTAR	300 000 000	100,00%	1,00	300 000	300 000 000	100,00%	1,00	300 000
BIC INTERNATIONAL BANK	10 200 000	100,00%	1,00	224 197	10 200 000	100,00%	1,00	224 197
E.S. BANK	3 188 525	99,99%	3,97	71 027	3 188 525	99,99%	3,86	71 027
E.S. PLC	29 997	99,99%	5,00	38	29 997	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100,00%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	2 114 700	89,99%	5,00	60 389	2 114 900	90,00%	5,00	60 395
ESCLINC	100	100,00%	6 446,34	786	100	100,00%	6 272,47	786
ES CONCESSÕES	682 306	71,66%	5,00	20 602	682 306	71,66%	5,00	20 602
ESEGUR	242 000	44,00%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
ESGEST	20 000	100,00%	3,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,38	39	49 995	99,99%	0,41	39
LOCARENT	525 000	50,00%	5,00	2 967	525 000	50,00%	5,00	2 967
QUINTA DOS CÔNEGOS	599 400	81,00%	5,00	4 893	599 400	81,00%	5,00	4 893
PARSUNI	1	100,00%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,57%	152,45	2 401	15 750	22,57%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100,00%	25 000,00	365 025	1	100,00%	25 000,00	365 025
ES SERVICIOS	13 998	100,00%	0,39	1 057	13 998	100,00%	0,39	1 057
ESAF ESPANHA	975 000	50,00%	10,00	42 765	975 000	50,00%	10,00	42 765
ES VANGUARDA	500 000	100,00%	1,00	500	500 000	100,00%	1,00	500
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100,00%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
OBLOG	199 900	66,63%	5,00	-	199 900	66,63%	5,00	-
BES ÁFRICA	5 800 000	100,00%	5,00	29 000	5 200 000	100,00%	5,00	26 000
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	5 275	20,00%	5,00	8 926	5 275	20,00%	5,00	8 926
AMAN BANK	4 000 802	40,00%	5,00	40 269	4 000 802	40,00%	5,00	40 269
UNICRE-AM	350 029	17,50%	6,00	11 497	350 029	17,50%	6,00	11 497
IJAR	122 499	35,00%	8,00	12 362	122 499	35,00%	8,00	12 362
			<b>2 371 141</b>				<b>2 205 645</b>	
Perdas por imparidade			( 420 637)				( 450 937)	
			<b>1 950 504</b>				<b>1 754 708</b>	

No decorrer dos primeiros seis meses de 2012, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- Em Fevereiro de 2012, o Banco alienou 200 acções da ESAF ao BES Açores e ao BEST;
- Em Maio de 2012, o Banco adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a deter a totalidade do seu capital;
- Em Maio de 2012, o BES subscreveu a totalidade do aumento de capital realizado pela BES África, no valor de 3 000 milhares de euros.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo inicial	450 937	115 557	107 929
Dotações	-	338 339	8 023
Utilizações	-	( 2 958)	( 395)
Reversões	(30 300)	-	-
Outros	-	( 1)	-
<b>Saldo final</b>	<b>420 637</b>	<b>450 937</b>	<b>115 557</b>

### NOTA 29 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2011	31.12.2011
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	41 655	48 591
Contas caução	1 397 550	1 079 103
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	140 600	140 600
Sector público administrativo	148 868	134 925
Outros devedores diversos	1 323 887	1 357 265
	3 052 560	2 760 484
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 66 710)	( 38 258)
	<b>2 985 850</b>	<b>2 722 226</b>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	9 746	9 939
Outros activos	74 489	71 873
	<b>84 235</b>	<b>81 812</b>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>23 443</b>	<b>29 190</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>138 488</b>	<b>108 392</b>
<b>Pensões de reforma</b>	<b>61 275</b>	<b>117 554</b>
	<b>3 293 291</b>	<b>3 059 174</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 100 000 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A..

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Outros devedores diversos inclui 800 000 milhares de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA (31 de Dezembro de 2011: 800 000 milhares de euros).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 65 499 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 65 630 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Sector Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida activa remanescente do colaborador.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2011
Saldo inicial	38 258	28 511	5 513
Dotações	30 264	9 744	23 001
Reversões	( 3 086)	-	-
Outros	1 274	3	( 3)
<b>Saldo final</b>	<b>66 710</b>	<b>38 258</b>	<b>28 511</b>

#### NOTA 30 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais</b>		
Depósitos	85 340	22 018
Outros recursos	13 200 000	8 700 000
	<b>13 285 340</b>	<b>8 722 018</b>
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>		
Depósitos	197 726	510 184
	<b>197 726</b>	<b>510 184</b>
	<b>13 483 066</b>	<b>9 232 202</b>

Os outros recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, no valor de 13 200 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 8 700 milhões de euros), encontram-se colateralizados por activos financeiros do Banco (ver Nota 40).

**NOTA 31 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>No país</b>		
Depósitos	528 667	783 401
Recursos a muito curto prazo	622 811	251 043
Operações com acordo de recompra	166 658	170 440
Outros recursos	2 164	1 577
	<b>1 320 300</b>	<b>1 206 461</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	5 141 691	5 563 143
Empréstimos	1 557 240	1 591 609
Recursos a muito curto prazo	69 617	1 584 531
Operações com acordo de recompra	760 662	1 040 581
Outros recursos	126 405	153 373
	<b>7 655 615</b>	<b>9 933 237</b>
	<b>8 975 915</b>	<b>11 139 698</b>

**NOTA 32 - RECURSOS DE CLIENTES**

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	6 444 764	6 657 791
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	20 775 911	22 592 826
Outros	14 821	3 245
	<b>20 790 732</b>	<b>22 596 071</b>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	15 855	14 505
Outros	1 535 069	1 455 824
	<b>1 550 924</b>	<b>1 470 329</b>
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	297 531	138 442
Outros recursos	367 214	316 740
	<b>664 745</b>	<b>455 182</b>
	<b>29 451 165</b>	<b>31 179 373</b>

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Euro Medium Term Notes	6 416 248	5 566 664
Certificados de depósitos	773 488	641 205
Obrigações	876 856	2 702 875
Obrigações hipotecárias	864 403	933 732
Outras responsabilidades	320 209	319 183
	<b>9 251 204</b>	<b>10 163 659</b>

Em 30 de Junho de 2012, as obrigações emitidas pelo Banco incluem 4 750 milhões de euros de obrigações garantidas pelo Estado Português, que se encontravam totalmente adquiridas pelo Banco à data do Balanço (31 de Dezembro de 2011: 1 572 milhões de euros de obrigações emitidas).

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações emitidas pelo Banco incluem 1 572 milhões de euros de obrigações emitidas com a garantia do Estado Português.

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizaram 4 290 milhões de euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos Juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	821 471	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	750 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	3	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	42 929	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias HIPOT, 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem esta emissão, em 30 de Junho de 2012, ascende a 5 688,2 milhões de euros (ver Nota 22) (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros).

O movimento ocorrido durante os primeiros seis meses de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>a)</sup>	Saldo em 30.06.2012
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	5 566 664	3 063 028	(1 450 000)	( 767 516)	4 072	6 416 248
Certificados de depósitos	641 205	132 358 <sup>b)</sup>	-	-	( 75)	773 488
Obrigações	2 702 875	-	(1 721 839)	( 33 387)	( 70 793)	876 856
Obrigações hipotecárias	933 732	-	-	( 60 971)	( 8 358)	864 403
Outras responsabilidades	319 183	3 900	-	-	( 2 874)	320 209
	<b>10 163 659</b>	<b>3 199 286</b>	<b>(3 171 839)</b>	<b>( 861 874)</b>	<b>( 78 028)</b>	<b>9 251 204</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial

<sup>b)</sup> No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

As emissões ocorridas nos primeiros seis meses de 2012 são como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	30.06.2012		
			Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES - Sede	BES DUE FEV.14	EUR	108 614	2014	Taxa fixa 6,5%
BES - Sede	BES 4 ANOS 7%	EUR	122 881	2016	Taxa Fixa 7%
BES - Sede	BES 6,9% 2024	EUR	64 729	2024	Taxa Fixa 6,9%
BESLD	EMTN Series 1	EUR	134 399	2014	Taxa fixa 6,5%
BESLD	EMTN Series 2	EUR	117 549	2016	Taxa fixa 7%
BESLD	EMTN Series 3	EUR	129 196	2022	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 4	EUR	44 390	2014	Taxa fixa 6,5%
BESLD	EMTN Series 5	EUR	38 338	2016	Taxa fixa 7%
BESLD	EMTN Series 6	EUR	187 899	2022	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 7	EUR	140 119	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 8	EUR	41 960	2015	Taxa fixa 6,75%
BESLD	EMTN Series 9	EUR	207 449	2015	Taxa fixa 6,75%
BESLD	EMTN Series 10	EUR	522 182	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 11	EUR	64 500	2015	Taxa fixa 6,75%
BESLD	EMTN Series 12	EUR	252 480	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 13	EUR	310 434	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 14	EUR	310 229	2019	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 15	EUR	23 224	2014	Taxa fixa 5,5%
BESLUX	EMTN BES LUXEMBURGO	EUR	19 620	2017	Taxa fixa - 5,75%
BESLUX	EMTN BES LUXEMBURGO	USD	29 132	2022	Taxa fixa - 3%
BESESP	Pagaré	EUR	1 972	2012	Taxa fixa 4%
BESESP	Pagaré	EUR	902	2012	Taxa fixa 4%
BESESP	Pagaré	EUR	1 001	2012	Taxa fixa 3,88%
BESESP	Pagaré	EUR	100	2012	Taxa fixa 4,16%

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 30 de Junho de 2012, o Banco reconheceu um ganho de 52,3 milhões de euros (ver Notas 11 e 36) (30 de Junho de 2011: 48,3 milhões de euros).

**NOTA 34 – PROVISÕES**

A 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	<b>Provisão para riscos gerais de crédito</b>	<b>Outras provisões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>449 606</b>	<b>178 883</b>	<b>628 489</b>
Dotações / (reposições)	1 377	2 659	4 036
Utilizações	-	( 14 326)	( 14 326)
Diferenças de câmbio e outras	( 570)	( 83)	( 653)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2011</b>	<b>450 413</b>	<b>167 133</b>	<b>617 546</b>
Dotações / (reposições)	( 17 851)	( 5 276)	( 23 127)
Utilizações	-	( 14 292)	( 14 292)
Diferenças de câmbio e outras	888	90	978
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>433 450</b>	<b>147 655</b>	<b>581 105</b>
Dotações / (reposições)	( 13 372)	( 10 505)	( 23 877)
Utilizações	-	( 12 447)	( 12 447)
Diferenças de câmbio e outras	800	( 126)	674
<b>Saldo a 30 de Junho de 2012</b>	<b>420 878</b>	<b>124 577</b>	<b>545 455</b>

As Outras provisões, cujo valor ascende a 124,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 147,7 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- \* Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 62,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- \* Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 22,5 milhões de euros em 30 de Junho de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- \* Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 20,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 32,7 milhões de euros);
- \* Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 0,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11,8 milhões de euros);
- \* O valor remanescente, de cerca de 18,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 19,3 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da actividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

## NOTA 35 - IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social, e que consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 18 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respectivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à

Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de Dezembro de 2011 e a 30 de Junho de 2012. Assim, para o exercício e período em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do que, no contexto das demonstrações financeiras individuais, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros	69 888	104 639	( 38 734)	( 65 810)	31 154	38 829
Crédito a clientes	352 882	310 248	-	-	352 882	310 248
Outros activos tangíveis	-	-	( 8 984)	( 9 068)	( 8 984)	( 9 068)
Activos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	3 900	54 045	( 55 704)	( 9 353)	( 51 804)	44 692
Provisões	28 489	28 052	-	-	28 489	28 052
Pensões	270 101	284 741	( 36 956)	( 38 947)	233 145	245 794
Prémios de antiguidade	7 376	7 162	-	-	7 376	7 162
Prejuízos fiscais reportáveis	21 615	7 704	-	-	21 615	7 704
Outros	3 387	2 845	1 435	( 616)	4 822	2 229
<b>Activo/(passivo) por imposto diferido</b>	<b>757 740</b>	<b>799 538</b>	<b>( 138 943)</b>	<b>( 123 794)</b>	<b>618 797</b>	<b>675 744</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	675 744	505 970
Reconhecido em resultados	( 20 456)	147 534
Reconhecido em reservas de justo valor	( 38 311)	51 701
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	-	( 9 356)
Reconhecido em outras reservas	-	( 24 124)
Variação cambial e outros	1 820	4 019
<b>Saldo no final (Activo/(Passivo))</b>	<b>618 797</b>	<b>675 744</b>

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e de 31 de Dezembro de 2011 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	30.06.2012		31.12.2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
<b>Impostos Diferidos</b>				
Instrumentos financeiros	( 30 636)	38 311	( 9 060)	( 51 701)
Crédito a clientes	( 42 634)	-	( 78 371)	-
Outros activos tangíveis	( 84)	-	( 171)	-
Activos intangíveis	-	-	-	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	96 496	-	( 50 224)	-
Provisões	( 437)	-	763	-
Pensões	2 252	-	( 21 994)	5 374
Prémios de antiguidade	( 214)	-	659	-
Prejuízos fiscais reportáveis	( 3 798)	-	11 907	28 106
Outros	( 489)	-	( 1 043)	-
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>20 456</b>	<b>38 311</b>	<b>( 147 534)</b>	<b>( 18 221)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>22 422</b>	<b>( 2 630)</b>	<b>4 278</b>	<b>4 497</b>
<b>Total de imposto reconhecido</b>	<b>42 878</b>	<b>35 681</b>	<b>( 143 256)</b>	<b>( 13 724)</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui um proveito de 58 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital (31 de Dezembro de 2011: ganho de 326 milhares de euros) e um proveito de 2 572 milhares de euros relativos a pensões de reforma (31 de Dezembro de 2011: custo de 254 milhares de euros). Em 31 de Dezembro de 2011, o imposto corrente reconhecido em reservas incluía ainda um custo de 4 570 milhares de euros relativo às derramas Municipal e Estadual sobre as mais-valias reconhecidas em reservas.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	30.06.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>				
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		198 396		( 276 345)
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		( 13 258)		( 28 708)
		<b>211 654</b>		<b>( 247 637)</b>
Taxa de imposto	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		61 380		( 71 815)
Dividendos excluídos de tributação	(6,1)	( 12 170)	43,6	( 107 852)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-	-	3,6	( 8 825)
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	0,1	139	2,3	( 5 681)
Custos não dedutíveis	5,2	10 318	(32,3)	80 044
Efeito do cálculo do imposto corrente à taxa de 31,5%	4,6	9 776	-	-
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não havia sido constituído imposto diferido activo	(16,1)	( 31 947)	11,2	( 27 678)
Outros	2,7	5 382	0,6	( 1 449)
<b>Imposto do período</b>	<b>21,6</b>	<b>42 878</b>	<b>57,8</b>	<b>( 143 256)</b>

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário. A 30 de Junho de 2012, o Banco reconheceu como custo o valor de 13,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 28,7 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração - Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

#### NOTA 36 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Obrigações	717 579	718 363
Empréstimos	70 003	166 518
Obrigações perpétuas	11 748	11 304
	<b>799 330</b>	<b>896 185</b>

O movimento ocorrido durante os primeiros seis meses de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>(a)</sup>	Saldo em 30.06.2012
Obrigações	718 363	-	-	( 5 227)	4 443	717 579
Empréstimos	166 518	-	-	( 78 656)	( 17 859)	70 003
Obrigações perpétuas	11 304	-	-	-	444	11 748
	<b>896 185</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 83 883)</b>	<b>( 12 972)</b>	<b>799 330</b>

<sup>a1</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

Designação	Moeda	Data de emissão	30.06.2012		Taxa de juro actual	Maturidade
			Valor de emissão	Valor de balanço		
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2002	500 000	25 032	6,63%	2012 a)
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	500 000	24 798	4,51%	2015 a)
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 173	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	25 109	Euribor 6M + 1,25%	2014
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	41 550	7 598	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas Perpétuas	EUR	2005	15 000	11 748	Euribor 3M + 2,25%	2015 a)
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	638 450	626 163	Euribor 3M + 1%	2019
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 068	Euribor 3M + 1,05%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2011	8 174	8 641	10,00%	2021
			<b>1 798 174</b>	<b>799 330</b>		

a) data da call option

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 30 de Junho de 2012, o Banco reconheceu um ganho de 39,7 milhões de euros (30 de Junho de 2011: 210,3 milhões de euros).

#### NOTA 37 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 30 de Junho de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012	31.12.2011
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	116 331	159 422
Contas caução	99 289	111 874
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	25 311	45 712
Credores por operações sobre valores mobiliários	34 653	9 811
Outros credores	253 733	91 414
	<b>529 317</b>	<b>418 233</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	25 435	24 947
Outros custos a pagar	121 320	126 733
	<b>146 755</b>	<b>151 680</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	68 779	32 662
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	463 277	143 454
Operações cambiais a liquidar	21 043	23 603
Outras operações a regularizar	76 684	102 109
	<b>561 004</b>	<b>269 166</b>
	<b>1 305 855</b>	<b>871 741</b>

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

## NOTA 38 - CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E ACCÇÕES PRÓPRIAS

### *Accções ordinárias*

Em 30 de Junho de 2012, o capital social do Banco no valor de 5 040,1 milhões de euros encontrava-se representado por 4 017 928 471 de accções totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	30.06.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,00%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	4,83%	4,83%
Silchester International Investors Limited	5,79%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	2,11%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. <sup>(2)</sup>	2,09%	2,09%
Outros	39,08%	41,51%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS

Durante o mês de Maio de 2012 o Banco Espírito Santo procedeu a um aumento do capital social no valor de 1 009,9 milhões de euros, totalmente realizado por entradas em dinheiro, a que correspondeu a emissão de 2 556 688 387 novas accções ordinárias. As novas accções são fungíveis com as demais accções do BES e conferem aos seus titulares os mesmos direitos que as demais accções existentes antes do aumento de capital. O aumento de capital não promoveu alterações relevantes na estrutura de accionistas de referência do BES.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance.

Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro, foram emitidas 294 573 418 novas accções ordinárias do BES a €1,80 por accção e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Acções BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	<i>Undated Subordinated Notes</i>	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	<i>Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A</i>	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
<b>TOTAL</b>		<b>€ 668 308 530</b>	<b>294 573 418</b>	<b>81 736</b>

#### Prémios de emissão

Em 30 de Junho de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 059 036 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

#### Outros instrumentos de capital

No exercício de 2010 o Banco procedeu à emissão de obrigações perpétuas no valor de 270 milhões de euros, e de um empréstimo subordinado perpétuo no valor de 600 milhões de euros. Todas as emissões têm juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

Descrição	Data de emissão	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	(milhares de euros)
							Possibilidade de reembolso <sup>(1)</sup>
Obrigações perpétuas	Dez/10	EUR	176 497	26 243	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Obrigações perpétuas	Dez/10	USD	5 080	3 226	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Empréstimo perpétuo	Dez/10	EUR	600 000	196 489	5,58%	02/Jul <sup>(2)</sup>	A partir de Jul/14
			<b>781 577</b>	<b>225 958</b>			

<sup>(1)</sup> O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

<sup>(2)</sup> A partir de Julho de 2014 o juro será pago trimestralmente com base na aplicação da taxa Euribor a três meses, acrescida de 2,67%, sobre o montante utilizado.

Durante o primeiro semestre de 2012 o Banco adquiriu 18,5 milhões de euros do empréstimo subordinado, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto de 4 860 milhares de euros reconhecida em Outras reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros.

Durante os seis primeiros meses de 2012, o Banco efectuou pagamento de juros no montante de 1 251 milhares de euros relativos às obrigações perpétuas.

Estas emissões são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco. Face às suas características são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

### *Acções próprias*

Em 27 de Janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 acções próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 acções relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 e de acordo com a proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de acções próprias aprovada em Assembleia Geral de 30 de Março de 2011.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	Período de seis meses findo em		Exercício findo em	
	30.06.2012		31.12.2011	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
<b>Transacções no âmbito do PRVIF</b>				
Saldo no início do período/exercício	342 475	997	-	-
Acções adquiridas <sup>(1)</sup>	-	-	342 475	997
Acções alienadas <sup>(2)</sup>	67 184	( 196)	-	-
<b>Saldo no final do período/exercício</b>	<b>275 291</b>	<b>801</b>	<b>342 475</b>	<b>997</b>

<sup>(1)</sup> Acções adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por acção em 2011

<sup>(2)</sup> Acções alienadas ao preço de 1,315 euros por acção no âmbito do PRVIF em Janeiro de 2012

### NOTA 39 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

#### *Reserva legal*

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios actuariais (valor líquido de impostos)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	2 588	5 653	8 241	( 672 289)	59 000	485 892	( 127 397)
Alterações de justo valor	( 195 114)	44 979	( 150 135)	-	-	34 715	34 715
Compra de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	26 000	125 804	151 804
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	( 6 048)	( 6 048)
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	( 36 958)	-	-	( 36 958)
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	( 6 611)	( 6 611)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	( 1 154)	( 1 154)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30 de Junho de 2011</b>	( 192 526)	50 632	( 141 894)	( 709 247)	85 000	632 598	8 351
Alterações de justo valor	( 24 524)	6 722	( 17 802)	-	-	70 933	70 933
Compra de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - Troca de Instrumentos de Capital	-	-	-	59 866	-	-	59 866
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	45	45
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	( 6 580)	( 6 580)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	( 6 376)	( 6 376)
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 11 351)	( 11 351)
Dividendos de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 980)	( 980)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	( 217 050)	57 354	( 159 696)	( 649 381)	85 000	678 389	114 008
Alterações de justo valor	131 639	( 38 310)	93 329	-	-	-	-
Compra de Outros Instrumentos de capital (a)	-	-	-	( 48 599)	-	4 860	( 48 599)
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	( 133 089)	( 133 089)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	( 1 251)	( 1 251)
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 12 874)	( 12 874)
Dividendos de Outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 5 385)	( 5 385)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	( 23)	-	2 120	2 097
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	( 85 411)	19 044	( 66 367)	( 698 003)	85 000	532 770	( 80 233)

(a) Valor líquido de imposto

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>	( 159 696)	8 241
<b>Variação de justo valor</b>	315 359	( 249 044)
<b>Alienações do período</b>	( 215 261)	( 16 234)
<b>Imparidade reconhecida no período</b>	31 542	45 640
<b>Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (ver nota 35)</b>	( 38 311)	51 701
<b>Saldo no final do período</b>	( 66 367)	( 159 696)

**NOTA 40 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS**

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Passivos contingentes</b>		
Garantias e avales prestados	14 520 694	15 691 225
Activos financeiros dados em garantia	19 047 318	12 493 786
Créditos documentários abertos	3 154 016	2 635 186
Outros	364 296	356 919
	<b><u>37 086 324</u></b>	<b><u>31 177 116</u></b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	6 377 133	7 988 988
Compromissos irrevogáveis	4 124 457	3 957 908
	<b><u>10 501 590</u></b>	<b><u>11 946 896</u></b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- \* Activos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontram utilizados 17 730 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11 057 milhões de euros);
- \* Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 16,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 17,0 milhões de euros);
- \* Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 79,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 64,0 milhões de euros);
- \* Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 1 222 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 1 214 milhões de euros).

Estes activos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Depósito e guarda de valores	50 754 029	50 661 185
Valores recebidos para cobrança	258 870	270 695
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	6 752 306	8 867 304
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 355 384	3 461 155
	<b>61 120 589</b>	<b>63 260 339</b>

**NOTA 41 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	30.06.2012					31.12.2011				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
<b>Empresas subsidiárias</b>										
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	539	-	-	2.457	-	510	-	-	5.648
ES CONCESSÕES	190.626	33	-	7.727	-	178.959	54	-	-	-
ES ACE 2	-	213	-	654	2.823	-	312	51.847	12.248	-
ESAF	-	69.971	4.035	5.588	651	-	-	-	1.317	5.744
ESAF ESPANHA	355	44.550	-	2.223	184	-	28.294	4.035	15.674	526
ES SERVICIOS	52.055	144	-	681	1.350	383	25.838	-	5.028	365
ESGEST	-	148	-	-	-	35.225	138	-	806	3.203
ESINF	-	1.176	-	-	-	-	522	-	-	976
BESNAC	-	-	-	-	2.148	-	963	-	-	5.017
BESI	1.319.072	167.127	27.974	12.216	4.649	1.415.457	268.564	11.350	23.005	11.226
BES GMBH	-	101.240	1.114.853	-	28	-	20	1.095.572	5.068	20
BES ORIENTE	17	147.809	-	1	3.265	-	-	-	-	-
BES FINANCE	-	-	-	-	-	53	112.316	-	-	3.372
ES PLC	548.297	3.767.735	9.783.394	13.043	124.748	244.545	4.487.408	9.689.587	110.401	334.766
ES BANK	259.410	1.046.584	1.219.500	1.375	8.220	183.410	1.804.179	2.619.857	2.628	3.428
ES TECH VENTURES	20.028	8.049	-	-	-	20.041	-	-	-	-
ES REPRESENTAÇÕES	44.543	130	-	63	-	44.263	5.960	-	-	-
ESCLINC	-	-	-	-	6	-	28	-	1.785	-
BEST	9.602	-	-	-	773	-	-	-	-	32
BES AÇORES	-	177.024	1.604	116	2.814	-	-	-	-	1.350
BES ANGLA	129.212	41.921	900	2.185	69	13.181	268.097	-	615	4.042
BES ANGOLA	2.583.585	29.896	-	74.764	69	167.648	25.776	-	1.591	332
QUINTA DOS CONEGOS	1.025	-	-	-	-	2.189.164	36.512	-	111.000	74
BIBL	1.013.612	526.741	3.371.913	14.399	52.864	2.020.965	1.462.933	2.981.714	32.831	102.313
FCR PME	-	3.059	-	-	33	-	3.094	-	-	63
FIQ VENTURES II	11.994	7.517	-	607	8	21.321	8	-	1.427	-
SPE-LMS	-	-	-	2.272	296	189.514	-	-	4.331	1.019
SPE-LM7	1.358.909	-	-	9.262	212	1.404.012	-	-	-	81
FT LPFI	144.963	10.219	-	2.072	-	153.051	9.070	-	24.169	-
PRAÇA DO MARQUES	2.120	1.127	-	-	720	2.120	1.490	-	8.746	-
PARSUNI	17	2	-	-	-	-	-	-	-	1.440
SPE-SMEI	6.820	-	-	793	-	17	-	-	-	-
AVISTAR	800.000	180.807	-	36	2.683	7.844	-	-	560	-
FCR_BES_GROWTH	-	681	-	-	-	800.000	194.192	-	282	7.078
FCR_VENTURES_III	20.474	488	-	710	-	-	626	-	-	-
AMAN BANK	-	42.383	-	132	-	22.398	13	-	1.428	-
OBLOG	-	995	-	-	1	1.469	3.092	-	-	-
BES ÁFRICA	-	672	-	-	1	-	1.175	-	-	-
BANCO DE CABO VERDE	7	57.951	1.191	-	-	-	508	-	32	-
BES VIDA a)	1.752.026	813.772	-	3.311	6.438	-	13.420	-	-	-
ES VANGUARDA	-	164	-	-	3	-	-	-	-	-
CLNs	-	-	-	310	2.077	51.635	100.000	-	1.621	9.590
	<b>10.455.619</b>	<b>7.251.107</b>	<b>16.025.444</b>	<b>155.522</b>	<b>220.271</b>	<b>9.167.892</b>	<b>8.855.612</b>	<b>16.463.962</b>	<b>366.633</b>	<b>502.174</b>
<b>Empresas associadas</b>										
BES VIDA a)	-	-	-	18.843	966	1.355.199	263.447	-	23.796	1.797
ES VENÉTIE	597.519	4.727	12.524	1.198	3	865.066	139.804	11.794	2.626	125
LOCARENT	139.567	2.041	-	1.725	3.568	142.261	312	-	4.608	8.764
BES SEGUROS	10	12.699	-	-	13	3	6.471	-	-	11
ESEGU	5.974	24	2.169	65	-	2.308	219	2.197	119	-
ES CONTACT CENTER	2.141	-	43	57	-	1.988	-	43	114	-
EMPARK	39.638	-	-	1.076	-	40.080	-	-	2.499	-
SOLUSACAMP	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-
ASCENDI GROUP SGPS	235.534	23.953	47.630	5.773	15	168.034	8.337	29.358	6.634	7
NANIUM	37.852	3.831	10.368	280	-	42.044	2.752	18.387	971	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	55.533	2.948	15.374	1.028	1	33.732	10.686	15.374	1.505	103
AENOR DOURO	271.887	1.624	11.000	5.172	1	247.956	1.698	12.000	11.202	18
SCUTVIAS	7.659	-	6.688	76	-	8.154	-	6.958	218	-
PALEXPO	7.275	278	-	263	-	6.800	-	-	495	-
UNICRE	9.708	21	-	4	-	1	10.003	-	-	280
OUTRAS	33.395	26.612	4.262	772	149	37.871	20.412	4.684	1.243	80
	<b>1.443.690</b>	<b>78.758</b>	<b>118.238</b>	<b>36.332</b>	<b>4.716</b>	<b>2.971.497</b>	<b>466.421</b>	<b>100.705</b>	<b>57.031</b>	<b>11.185</b>

a) Até 30 de Abril de 2012 a BES Vida foi consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

30.06.2012									
	Activos				Garantias	Passivos	Proveltos	Custos	
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros					
ES IRMÃOS	-	105 575	-	-	-	-	-	2 609	-
ESPIRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	170 028	-	-	-	-	50	-	-
ES SAUDE	-	20 462	31 143	-	51 605	26 366	10 543	215	1
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	4	-	113	1 090	1 148	496	13	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	9	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPIRITO SANTO	773	-	-	-	773	7 340	24 493	-	49
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	137 775	-	-	137 775	21 973	98 776	346	300
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	510	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	234	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OPWAY	-	13 410	-	-	13 410	49 452	4 182	314	-
T - VIDA	-	81 918	281 323	-	363 241	-	70 704	197	280
CONSTRUCCIONES SARRION	-	20 648	-	-	20 648	820	-	-	-
ESPIRITO SANTO RESOURCES	-	9	-	-	9	-	1 056	-	-
ESFG	-	-	-	-	-	-	50 050	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	11	-	-	11	33	4 744	-	1
ESUMÉDICA	-	1 991	-	-	1 991	4	-	55	-
OUTRAS	-	53 003	20 620	-	73 623	24 461	30 742	851	113
<b>TOTAL</b>	<b>1 746</b>	<b>604 834</b>	<b>333 086</b>	<b>113</b>	<b>939 779</b>	<b>131 597</b>	<b>355 656</b>	<b>4 600</b>	<b>778</b>

(milhares de euros)

31.12.2011									
	Activos				Garantias	Passivos	Proveltos	Custos	
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros					
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	-	5 242	-
ESPIRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
ES SAUDE	-	22 479	31 143	-	53 622	24 870	23 873	398	25
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	5	-	57	1 035	1 150	460	23	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPIRITO SANTO	25 588	-	-	-	25 588	7 874	16 744	-	56
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	-	-	167 298	21 155	101 811	58	232
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	729	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	449	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OPWAY	-	14 133	-	-	14 133	47 642	13 073	282	-
T - VIDA	-	85 981	275 778	-	361 759	-	96 105	48	25
CONSTRUCCIONES SARRION	-	21 111	-	-	21 111	820	-	-	-
ESPIRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	-	1	-	901	-	7
ESFG	-	-	-	-	-	-	23	-	-
EUROP ASSISTANCE (b)	-	15	-	-	15	8	1 835	-	-
ESUMÉDICA (a)	-	1 949	-	-	1 949	4	-	109	-
OUTRAS	-	38 448	1 125	-	39 574	22 293	30 213	888	180
<b>TOTAL</b>	<b>26 561</b>	<b>624 405</b>	<b>308 047</b>	<b>57</b>	<b>959 070</b>	<b>125 816</b>	<b>287 103</b>	<b>7 048</b>	<b>525</b>

Em 30 de Junho de 2012 o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 15 955 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 16 117 milhares de euros).

Em 30 de Junho de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4084 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a actos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (n.º 5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal n.º 17/2011 que entrou em vigor em 21 de Agosto 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daqueles membros, com excepção de operações de carácter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 85.º do RGICSF;

- aos cônjuges e parentes em 1.º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por qualquer daqueles pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indirecto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no n.º 4 do art.º 85.º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indirecto prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BES cumprem com todas as referidas exigências.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco. Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. Refira-se ainda que os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.4 — Crédito concedido.

#### NOTA 42 - SECURITIZAÇÃO DE ACTIVOS

A 30 de Junho de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo BES:

(milhares de euros)

Emissão	Data de Início	Montante Inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	379 575	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	378 208	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	541 927	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	616 454	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	656 276	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	305 613	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	776 091	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	137 038 <sup>(1)</sup>	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 835 290	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 <sup>(2)</sup>	191 295	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	525 102	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	415 878	Crédito a pequenas e médias empresas

<sup>(1)</sup> Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1, FTC"

<sup>(2)</sup> Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie)

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES1 e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em Março de 2012 (ver Nota 46). Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respectivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

#### NOTA 43 - JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2012		31.12.2011	
	Total Valor de Balanço	Justo Valor	Total Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e disponibilidades bancos centrais	905 445	905 445	481 371	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	208 357	208 357	341 698	341 698
Activos financeiros detidos para negociação	1 968 947	1 968 947	1 783 039	1 783 039
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 057 090	2 057 090	1 969 331	1 969 331
Activos financeiros disponíveis para venda	13 702 088	13 702 088	14 275 267	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	6 434 969	6 434 969	7 928 825	7 928 825
Crédito a clientes	39 105 280	36 505 069	39 115 887	36 690 979
Investimentos detidos até à maturidade	763 287	608 141	830 077	665 999
Derivados para gestão do risco	447 482	447 482	487 923	487 923
<b>Activos financeiros</b>	<b>65 592 945</b>	<b>62 837 588</b>	<b>67 213 418</b>	<b>64 624 432</b>
Recursos de bancos centrais	13 483 066	13 483 066	9 232 202	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	1 671 848	1 671 848	1 605 217	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	8 975 915	8 447 384	11 139 698	10 274 189
Recursos de clientes e outros empréstimos	29 451 165	29 451 165	31 179 373	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	9 251 204	8 646 594	10 163 659	9 031 891
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 071 907	1 071 907	2 951 364	2 951 364
Derivados para gestão do risco	93 206	93 206	155 741	155 741
Passivos subordinados	799 330	742 064	896 185	780 242
<b>Passivos financeiros</b>	<b>64 797 641</b>	<b>63 607 234</b>	<b>67 323 439</b>	<b>65 210 219</b>

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco foram valorizados de acordo com a metodologia descrita no Relatório e contas de 31 de Dezembro de 2011.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Crédito a clientes*

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

*Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

*Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

*Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

**NOTA 44 - GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE**

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

**Risco de crédito**

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários (empréstimos, garantias e outros passivos contingentes) e em produtos de negociação (Swaps, Forwards e Opções – risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	7 379 914	8 549 195
Activos financeiros detidos para negociação	1 961 679	1 770 793
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	369 657	178 140
Activos financeiros disponíveis para venda	12 615 803	13 456 714
Crédito a clientes	39 105 280	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	763 287	830 077
Derivados para gestão de risco	447 482	487 923
Outros activos	1 462 875	1 563 688
Garantias e avals prestados	14 520 694	15 691 225
Créditos documentários	3 154 016	2 635 186
Compromissos irrevogáveis	4 124 457	3 957 908
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	240 442	136 540
	<b>86 145 586</b>	<b>88 373 276</b>

A repartição por sectores de actividade, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012									
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados		
	Valor bruto	Imparidade <sup>3)</sup>	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	420 447	( 18 668)	12 051	-	-	19 138	( 7 733)	-	-	39 365
Indústrias Extractivas	275 282	( 7 835)	1 223	-	-	964	( 579)	-	-	27 802
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	625 204	( 42 959)	8 633	-	-	32 792	( 1 52)	-	-	101 261
Têxteis e Vestuário	327 240	( 26 194)	1 421	-	-	27 188	( 2 238)	-	-	12 466
Curtes e Calçado	68 881	( 6 373)	275	-	-	499	( 499)	-	-	1 934
Madeira e Cortiça	156 898	( 25 255)	935	-	-	1 329	( 1 329)	-	-	7 661
Papel e Indústrias Gráficas	272 021	( 7 184)	5 658	-	-	112 233	( 2 033)	-	-	86 050
Refinação de Petróleo	32 370	( 210)	3 627	-	-	-	-	-	-	4 744
Produtos Químicos e de Borracha	426 620	( 10 508)	11 132	-	-	60 066	( 11 116)	-	-	91 418
Produtos Minerais não Metálicos	319 579	( 18 520)	426	-	-	68 217	( 7 507)	-	-	23 930
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	689 395	( 37 943)	1 011	-	-	5 934	-	-	-	139 748
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	176 667	( 8 591)	2 548	-	-	66 668	( 2 077)	-	-	139 467
Fabricação de Material de Transporte	450 730	( 10 384)	481	-	-	3 888	( 3 429)	-	-	26 606
Outras Indústrias Transformadoras	262 977	( 24 630)	1 322	-	-	6 609	( 6 284)	-	-	35 462
Electricidade, Gás e Água	899 949	( 7 554)	67 907	-	-	374 412	-	-	-	419 396
Construção e Obras Públicas	3 698 576	( 296 285)	150 681	56 000	-	119 993	( 1 687)	-	-	2 288 049
Comércio por Grosso e a retalho	2 643 591	( 217 362)	13 471	-	-	418 454	( 15 529)	-	-	493 811
Turismo	1 459 682	( 70 313)	7 318	-	-	3 501	( 379)	-	-	95 790
Transportes e Comunicações	1 660 564	( 79 620)	114 046	-	-	481 801	-	9 982	-	1 014 394
Actividades Financeiras	3 414 845	( 197 122)	1 066 768	1 596 331	446 750	6 243 056	( 44 853)	535 242	( 18 520)	6 824 287
Actividades Imobiliárias	4 619 534	( 289 562)	45 693	70 000	-	320 073	( 1 839)	-	-	389 595
Serviços Prestados às Empresas	3 911 109	( 197 123)	158 208	90 001	-	1 370 721	( 17 717)	-	-	1 573 255
Administração e Serviços Públicos	954 963	( 22 252)	265 774	244 758	-	3 683 332	-	129 123	-	229 427
Outras actividades de serviços colectivos	2 221 327	( 245 317)	27 250	-	732	439 630	( 33 716)	118 631	( 11 171)	365 609
Crédito à Habitação	8 349 567	( 145 829)	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	2 139 957	( 164 463)	-	-	-	-	-	-	-	84 511
Outros	191 156	( 4 503)	486	-	-	3 290	( 4)	-	-	4 627
<b>TOTAL</b>	<b>40 869 161</b>	<b>( 2 184 759)</b>	<b>1 968 947</b>	<b>2 057 090</b>	<b>447 482</b>	<b>13 862 688</b>	<b>( 160 600)</b>	<b>792 978</b>	<b>( 29 691)</b>	<b>14 520 694</b>

<sup>3)</sup> Inclui provisão para imparidade no valor de 1 763 681 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 420 878 milhares de euros (ver Nota 34)

(milhares de euros)

	31.12.2011									
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados		
	Valor bruto	Imparidade <sup>3)</sup>	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	419 649	( 16 128)	11 111	-	-	11 315	( 3 087)	-	-	45 505
Indústrias Extractivas	186 523	( 7 110)	1 645	-	-	1 027	( 546)	-	-	18 586
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	770 235	( 42 938)	10 918	-	-	22 286	( 52)	-	-	93 096
Têxteis e Vestuário	310 403	( 27 562)	1 906	-	-	20 103	( 2 238)	-	-	14 992
Curtes e Calçado	70 265	( 5 699)	459	-	-	515	( 499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	155 022	( 23 635)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	307 717	( 5 877)	4 929	-	-	116 078	( 1 989)	-	-	87 922
Refinação de Petróleo	29 233	( 191)	2 679	-	-	-	-	-	-	4 620
Produtos Químicos e de Borracha	446 121	( 9 381)	11 156	-	-	47 255	( 10 856)	-	-	95 245
Produtos Minerais não Metálicos	334 045	( 17 835)	475	-	-	33 370	( 7 458)	-	-	26 855
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	686 995	( 34 820)	1 308	-	-	-	-	-	-	119 266
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	184 633	( 6 812)	2 381	-	-	50 455	( 2 077)	-	-	139 011
Fabricação de Material de Transporte	480 550	( 14 074)	504	-	-	576	( 99)	-	-	29 429
Outras Indústrias Transformadoras	260 658	( 23 458)	1 665	-	-	11 843	( 6 199)	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 019 353	( 7 930)	58 564	-	-	391 041	-	-	-	471 915
Construção e Obras Públicas	3 741 305	( 228 610)	127 220	56 000	-	152 583	( 1 687)	-	-	2 388 812
Comércio por Grosso e a retalho	2 754 598	( 204 951)	16 642	-	-	301 816	( 15 203)	-	-	531 202
Turismo	1 466 097	( 53 515)	8 435	-	-	643	( 379)	-	-	95 728
Transportes e Comunicações	1 557 424	( 76 457)	106 876	-	-	512 370	-	9 865	-	1 020 237
Actividades Financeiras	2 449 804	( 191 370)	1 060 726	1 715 319	487 923	7 597 840	( 29 917)	578 045	( 21 036)	7 880 243
Actividades Imobiliárias	4 905 677	( 266 888)	45 987	70 000	-	267 815	( 1 776)	-	-	446 987
Serviços Prestados às Empresas	3 952 567	( 155 244)	124 071	90 002	-	1 456 342	( 16 537)	-	-	1 685 040
Administração e Serviços Públicos	979 723	( 20 459)	124 825	-	-	2 782 240	-	147 545	-	242 513
Outras actividades de serviços colectivos	2 120 494	( 223 700)	52 264	38 010	-	607 512	( 25 797)	126 581	( 10 923)	106 387
Crédito à Habitação	8 493 281	( 137 861)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 318 535	( 149 445)	-	-	-	-	-	-	-	90 911
Outros	237 452	( 3 972)	5 481	-	-	18 199	( 2 933)	-	-	1 437
<b>TOTAL</b>	<b>40 638 359</b>	<b>( 1 955 922)</b>	<b>1 783 039</b>	<b>1 969 331</b>	<b>487 923</b>	<b>14 404 596</b>	<b>( 129 329)</b>	<b>862 036</b>	<b>( 31 959)</b>	<b>15 691 225</b>

<sup>3)</sup> Inclui provisão para imparidade no valor de 1 522 472 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 433 450 milhares de euros (ver Nota 34)

### Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções e de mercadorias.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	30.06.2012	31.12.2011
Risco cambial	15 387	4 263
Risco taxa de juro	14 052	3 768
Acções e Mercadorias	8 302	13 124
Volatilidade	2 614	7 321
Spread de Crédito	28 318	13 600
Efeito da diversificação	( 10 795)	( 7 522)
<b>Total</b>	<b>57 878</b>	<b>34 554</b>

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 58 milhões de euros para as suas posições de negociação (31 de Dezembro de 2011: cerca de 35 milhões de euros).

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

As medidas de risco da taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos sobre a situação líquida e o resultado financeiro de variações das taxas de juro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do BES cifrou-se em 85 milhões de euros em 30 de Junho de 2012, que compara com 531 milhões de euros no final de 2011.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e o exercício findo 31 de Dezembro de 2011, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	30.06.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	7 665 130	173 478	4,56%	9 114 100	317 826	3,49%
Crédito a clientes	40 346 045	886 216	4,43%	41 617 026	1 783 165	4,28%
Aplicações em títulos	14 686 896	335 962	4,61%	13 966 897	459 791	3,29%
Aplicações diferenciais	1 322 150	-	-	442 410	-	-
<b>Activos financeiros</b>	<b>64 020 222</b>	<b>1 395 656</b>	<b>4,40%</b>	<b>65 140 433</b>	<b>2 560 782</b>	<b>3,93%</b>
Recursos monetários	22 164 797	255 925	2,33%	22 045 650	513 729	2,33%
Recursos de clientes	30 406 159	455 594	3,02%	28 201 594	821 014	2,91%
Outros recursos	11 449 266	316 754	5,58%	14 893 189	572 101	3,84%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>64 020 222</b>	<b>1 028 273</b>	<b>3,24%</b>	<b>65 140 433</b>	<b>1 906 844</b>	<b>2,93%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>367 383</b>	<b>1,16%</b>		<b>653 938</b>	<b>1,00%</b>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2012				31.12.2011			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	815 887	( 509 854)	61 156	367 189	( 885 277)	909 868	15 846	40 437
GBP LIBRA ESTERLINA	313 450	( 333 587)	( 484)	( 20 621)	391 069	( 402 883)	( 80)	( 11 894)
BRL REAL BRASILEIRO	37 613	( 62 712)	229	( 24 870)	38 061	( 64 429)	11 687	( 14 681)
DKK COROA DINAMARQUESA	120	-	-	120	133	( 3 720)	-	( 3 587)
JPY IENE JAPONÊS	20 536	( 21 205)	( 7 756)	( 8 425)	( 8 666)	17 400	( 10 271)	( 1 537)
CHF FRANCO SUICO	22 751	( 18 497)	( 10 380)	( 6 126)	47 521	( 47 674)	3 228	3 075
SEK COROA SUECA	7 547	( 8 446)	( 333)	( 1 232)	( 2 269)	1 305	182	( 782)
NOK COROA NORUEGUESA	( 37 737)	39 768	( 335)	1 696	( 3 261)	1 030	( 54)	( 2 285)
CAD DOLAR CANADIANO	25 973	( 34 244)	10 458	2 187	35 766	( 53 078)	19 793	2 481
ZAR RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 15 890)	13 842	322	( 1 726)	( 1 137)	( 715)	2 637	785
AUD DOLAR AUSTRALIANO	87 505	( 87 838)	1 708	1 375	98 265	( 101 357)	3 106	14
CZK COROA CHECA	( 512)	566	-	54	3 785	302	( 2 247)	1 840
MXN PESO MEXICANO	70 724	( 69 308)	-	1 416	77 485	( 80 520)	3 215	180
OUTROS	119 146	71 207	( 1 373)	188 980	108 595	( 54 178)	80 297	134 714
	<b>1 467 113</b>	<b>( 1 020 308)</b>	<b>53 212</b>	<b>500 017</b>	<b>( 99 930)</b>	<b>121 351</b>	<b>127 339</b>	<b>148 760</b>

**Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro**

Em 30 de Junho de 2012 a exposição do Banco a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

30.06.2012					
	Crédito sobre clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	805 500	509 655	46 257	3 655 803	5 017 215
Espanha	91 758	-	( 86)	3 431	95 103
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-
	<b>897 258</b>	<b>509 655</b>	<b>46 172</b>	<b>3 659 234</b>	<b>5 112 319</b>

<sup>(1)</sup>Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

31.12.2011					
	Crédito sobre clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	820 000	123 852	67 428	2 771 298	3 782 578
Espanha	-	-	1 989	3 598	5 587
Grécia	-	-	( 265)	-	( 265)
Irlanda	-	-	-	-	-
Itália	-	-	( 2 865)	-	( 2 865)
Hungria	-	-	-	-	-
	<b>820 000</b>	<b>123 852</b>	<b>66 287</b>	<b>2 774 896</b>	<b>3 785 035</b>

<sup>(1)</sup>Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado. O Crédito a clientes encontra-se registado ao custo amortizado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda e de Activos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)

30.06.2012						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
Portugal	4 636 171	3 602 860	52 943	3 655 803	-	35 677
Maturidade até 1 ano	1 169 460	1 156 785	-	1 156 785	-	( 648)
Maturidade superior 1 ano	3 466 711	2 446 075	52 943	2 499 018	-	36 325
Espanha	3 522	3 384	47	3 431	-	( 306)
Maturidade até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Maturidade superior 1 ano	3 522	3 384	47	3 431	-	( 306)
	<b>4 639 693</b>	<b>3 606 244</b>	<b>52 990</b>	<b>3 659 234</b>	<b>-</b>	<b>35 371</b>
<b>Activos Financeiros de Negociação e ao justo valor</b>						
Portugal	624 953	504 597	5 058	509 655	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	<b>624 953</b>	<b>504 597</b>	<b>5 058</b>	<b>509 655</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
Portugal	3 136 700	2 731 807	39 491	2 771 298	-	( 123 213)
Maturidade até 1 ano	2 023 946	1 995 177	14 477	2 009 654	-	( 16 600)
Maturidade superior 1 ano	1 112 754	736 630	25 014	761 644	-	( 106 613)
Espanha	3 536	3 531	67	3 598	-	( 9)
Maturidade até 1 ano	3 514	3 508	66	3 574	-	( 4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	( 5)
	<b>3 140 236</b>	<b>2 735 338</b>	<b>39 558</b>	<b>2 774 896</b>	<b>-</b>	<b>( 123 222)</b>
<b>Activos Financeiros de Negociação e ao justo valor</b>						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	<b>126 208</b>	<b>120 458</b>	<b>3 394</b>	<b>123 852</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Risco de liquidez

O Risco de Liquidez, por definição, advém da incapacidade potencial de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A estratégia financeira do Grupo encontra-se devidamente desenvolvida nos Relatórios anuais de Gestão.

O primeiro semestre de 2012 ficou marcado pela adopção de medidas que conduziram a alguma estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A actuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1,5% para 1% no final do ano de 2011, realizou, entre Dez 11 e Fev 12, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos activos aceites como colateral em

operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu (de 2% para 1%). Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do sector bancário; e

- A reestruturação da dívida grega, apesar de não ter dissipado por completo a crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro.

Contudo, a restritividade orçamental e o *deleverage* da actividade económica conduziram a uma nova desaceleração da economia europeia ao longo do 2º trimestre, tendo-se, também, assistido a novos *downgrades* ao *rating* da República Portuguesa, com repercussão nos *ratings* dos bancos portugueses, incluindo os *ratings* atribuídos ao BES.

Neste contexto, o Banco manteve accionadas ao longo do trimestre um conjunto de medidas de contingência que lhe permitiram financiar a sua actividade, colmatando assim a inacessibilidade aos mercados financeiros. As medidas implementadas dividem-se em três grandes grupos:

- Continuação da política de *deleverage* do balanço implementada a partir de meados de 2010;
- Aumento da base de depósitos de clientes reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento;
- Reforço dos activos elegíveis para desconto junto do BCE, de modo a garantir o acesso às operações de refinanciamento principais e de prazo alargado, as quais têm sido fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo.

Para colmatar as necessidades de liquidez no 1º semestre, o BES aumentou a sua posição líquida devedora junto do Banco central Europeu em 5 mil milhões, tendo, simultaneamente, incrementado os seus activos elegíveis. O aumento dos activos elegíveis foi efectuado, por um lado, ao abrigo dos novos critérios de elegibilidade e, por outro, através da execução de duas novas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa, no montante total de 2 500 milhões de euros e com maturidade de 3 anos.

Com o objectivo de avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

No quadro seguinte apresenta-se a síntese das posições de liquidez, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (instrução nº 13/2009):

	(milhões de euros)	
	30.06.2012	31.12.2011
<i>Mismatch</i> acumulado <sup>(1)</sup>	6 457	1 683
<i>Buffer</i> de activos líquidos (2)	363	1 877
<b>Posição de liquidez</b>	<b>6 820</b>	<b>3 560</b>
Outros activos liquidificáveis	190	222
<b>Liquidez global</b>	<b>7 010</b>	<b>3 782</b>

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano.

Em 30 de Junho de 2012 a posição de liquidez era positiva em 7 010 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: positiva em 3 782 milhões de euros).

#### *Risco operacional*

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

#### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

Os principais objectivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Banco foi autorizado a utilizar, com efeitos em 30 de Junho de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – *IRB*) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – *TSA*).

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como *Core Tier I*: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a activos intangíveis, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor e, quando aplicável, os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano.

Em Maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I não inferior a 9% em 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>	<b>5 395</b>	<b>5 331</b>
Aumento de capital, líquido de despesas de emissão	995	521
Instrumentos híbridos	( 19)	( 623)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	90	( 127)
Variação dos desvios actuariais de benefícios pós-emprego fora do corredor	( 281)	170
Amortização do período transitório dos IFRS	( 6)	( 11)
Dedução de participações em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 203)	138
Activos intangíveis	6	2
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	( 9)	( 5)
Outros efeitos	( 2)	( 1)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>5 966</b>	<b>5 395</b>

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

		30.06.2012	31.12.2011
(milhões de euros)			
<b>A - Fundos Próprios</b>			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias		6 093	5 100
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)		618	528
Activos Intangíveis		( 112)	( 118)
Desvíos Actuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		( 526)	( 245)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial		( 19)	( 10)
Periodo transitório IFRS		17	23
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I</b>	<b>( A1 )</b>	<b>6 071</b>	<b>5 278</b>
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I		226	245
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		( 331)	( 128)
<b>Fundos Próprios de Base (TIER I)</b>	<b>( A2 )</b>	<b>5 966</b>	<b>5 395</b>
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas		12	16
Dívida Subordinada elegível		781	867
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		( 331)	( 104)
<b>Fundos Próprios Complementares (TIER II)</b>		<b>462</b>	<b>779</b>
Deduções		( 120)	( 110)
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>( A3 )</b>	<b>6 308</b>	<b>6 064</b>
<b>B- Activos de Risco Equivalentes</b>			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		51 618	56 324
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		1 132	682
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		2 099	2 306
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	<b>( B )</b>	<b>54 849</b>	<b>59 312</b>
<b>C- Rácios Prudenciais</b>			
Rácio Core Tier 1	( A1 / B )	11,1%	8,9%
Rácio Tier 1	( A2 / B )	10,9%	9,1%
Rácio de Solvabilidade	( A3 / B )	11,5%	10,2%

#### NOTA 45 - COMPROMISSOS CONTRATUAIS

##### Operações de Securitização

Ao longo do ano de 2011 e durante o primeiro semestre de 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efectuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de protecção de risco, nomeadamente pelo despoletar de substituições de contrapartes com notações de risco abaixo de níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou pelo desencadear de acções correctivas que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES actuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em

operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em Fevereiro de 2012, esta agência de *rating* fixou em Baa1 o *rating* máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em Dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2 – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de Março de 2012.

#### *Obrigações Hipotecárias*

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

#### *Contract Support Annex (CSA)*

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objectivo fornecer protecção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transacções de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

#### NOTA 46 – ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No final do exercício de 2011 o Banco tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (Other comprehensive income – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Banco no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde

é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Banco reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital próprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Banco a 1 de Janeiro de 2011 e 30 de Junho de 2011:

(milhares de euros)

Balanço	1 de Janeiro de 2011			30 de Junho de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	488 677	-	488 677	516 389	-	516 389
Disponibilidades em outras instituições de crédito	262 986	-	262 986	180 322	-	180 322
Activos financeiros detidos para negociação	2 077 134	-	2 077 134	1 272 255	-	1 272 255
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 780 171	-	1 780 171	1 116 057	-	1 116 057
Activos financeiros disponíveis para venda	12 094 262	-	12 094 262	12 433 607	-	12 433 607
Aplicações em instituições de crédito	8 472 098	-	8 472 098	8 429 377	-	8 429 377
Crédito a clientes	41 095 813	-	41 095 813	40 565 921	-	40 565 921
Investimentos detidos até à maturidade	1 669 268	-	1 669 268	1 454 450	-	1 454 450
Derivados para gestão de risco	499 544	-	499 544	295 957	-	295 957
Activos não correntes detidos para venda	529 586	-	529 586	591 075	-	591 075
Outros activos tangíveis	379 541	-	379 541	363 158	-	363 158
Activos intangíveis	120 190	-	120 190	114 126	-	114 126
Investimentos em associadas	1 776 600	-	1 776 600	1 780 477	-	1 780 477
Activos por impostos correntes	77 669	-	77 669	76 720	-	76 720
Activos por impostos diferidos	403 621	257 143	660 764	454 491	263 394	717 885
Outros activos	4 236 713	( 886 625)	3 350 088	4 934 388	( 854 808)	4 079 580
<b>Total de Activo</b>	<b>75 963 873</b>	<b>( 629 482)</b>	<b>75 334 391</b>	<b>74 578 770</b>	<b>( 591 414)</b>	<b>73 987 356</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	7 391 791	-	7 391 791	8 997 436	-	8 997 436
Passivos financeiros detidos para negociação	1 658 661	-	1 658 661	1 505 771	-	1 505 771
Recursos de outras instituições de crédito	13 565 577	-	13 565 577	12 823 688	-	12 823 688
Recursos de clientes	26 591 014	-	26 591 014	29 118 786	-	29 118 786
Responsabilidades representadas por títulos	14 054 753	-	14 054 753	11 419 082	-	11 419 082
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 043 754	-	2 043 754	1 888 569	-	1 888 569
Derivados para gestão de risco	277 407	-	277 407	190 015	-	190 015
Provisões	628 489	-	628 489	617 546	-	617 546
Passivos por impostos correntes	2 871	-	2 871	5 857	-	5 857
Passivos por impostos diferidos	154 794	-	154 794	137 152	-	137 152
Passivos subordinados	2 504 508	-	2 504 508	1 487 102	-	1 487 102
Outros passivos	832 674	-	832 674	602 658	53 252	655 910
<b>Total de Passivo</b>	<b>69 706 293</b>	<b>-</b>	<b>69 706 293</b>	<b>68 793 662</b>	<b>53 252</b>	<b>68 846 914</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	3 500 000	-	3 500 000	3 500 000	-	3 500 000
Prémios de emissão	1 080 257	-	1 080 257	1 080 258	-	1 080 258
Outros instrumentos de capital	868 193	-	868 193	727 650	-	727 650
Acções próprias	-	-	-	( 997)	-	( 997)
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	552 133	( 629 482)	( 76 349)	532 897	( 666 441)	( 133 544)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	255 997	-	255 997	( 38 762)	21 775	( 16 987)
Dividendos antecipados	-	-	-	( 15 938)	-	( 15 938)
<b>Total de Capital Próprio</b>	<b>6 257 580</b>	<b>( 629 482)</b>	<b>5 628 098</b>	<b>5 785 108</b>	<b>( 644 666)</b>	<b>5 140 442</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>75 963 873</b>	<b>( 629 482)</b>	<b>75 334 391</b>	<b>74 578 770</b>	<b>( 591 414)</b>	<b>73 987 356</b>

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	30 de Junho de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	1 404 116	-	1 404 116
Juros e custos similares	1 099 257	-	1 099 257
<b>Margem financeira</b>	<b>304 859</b>	-	<b>304 859</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	137 291	-	137 291
Rendimentos de serviços e comissões	301 422	-	301 422
Encargos com serviços e comissões	( 74 989)	-	( 74 989)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(192 484)	-	(192 484)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32 669	-	32 669
Resultados de reavaliação cambial	2 344	-	2 344
Resultados de alienação de outros activos	( 34 270)	-	( 34 270)
Outros resultados de exploração	254 011	-	254 011
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>730 853</b>	-	<b>730 853</b>
Custos com pessoal	209 987	( 21 775)	188 212
Gastos gerais administrativos	161 572	-	161 572
Depreciações e amortizações	42 510	-	42 510
Provisões líquidas de anulações	4 036	-	4 036
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	242 704	-	242 704
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	44 133	-	44 133
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	94 915	-	94 915
<b>Custos operacionais</b>	<b>799 857</b>	<b>( 21 775)</b>	<b>778 082</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	( 663)	-	( 663)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>( 69 667)</b>	<b>21 775</b>	<b>( 47 892)</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	6 150	-	6 150
Diferidos	( 37 055)	-	( 37 055)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>( 38 762)</b>	<b>21 775</b>	<b>( 16 987)</b>

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral em 30 de Junho de 2011 podem ser analisados como segue:

Demonstração do Rendimento Integral	30 de Junho de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>( 38 762)</b>	<b>21 775</b>	<b>( 16 987)</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
Benefícios de longo prazo	-	-	-
Pensões - regime transitório	( 3 298)	-	( 3 298)
Diferenças de câmbio	( 539)	-	( 539)
	<b>( 3 837)</b>	-	<b>( 3 837)</b>
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	( 27 283)	-	( 27 283)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 38 884)	-	( 38 884)
Impostos diferidos	( 8 864)	-	( 8 864)
	<b>( 75 031)</b>	-	<b>( 75 031)</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>( 117 630)</b>	<b>21 775</b>	<b>( 95 855)</b>

## NOTA 47 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de Julho de 2012 o Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Espírito Santo convocou uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 28 de Agosto de 2012 para deliberar, nomeadamente, sobre a supressão do direito de preferência dos accionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social, nos termos do nº 2 do artigo 4.º do contrato de sociedade, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual accionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas no montante máximo de 550 milhões de euros.

Esta iniciativa surge na sequência do BES pretender proceder a uma emissão de obrigações não subordinadas com garantia pessoal do Estado Português ao abrigo do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro e na Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, conforme alterada pela Portaria n.º 946/2010, de 22 de Setembro, no montante de até 550 milhões de euros, pelo prazo de 3 anos. Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, o eventual aumento de capital por conversão de crédito do Estado Português é considerado como aumento de capital em numerário.

Para assegurar o efectivo cumprimento do artigo 10.º da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, e no entendimento do Banco de Portugal, é imperativo suprimir o direito de preferência dos accionistas no eventual aumento de capital previsto decorrente de um eventual accionamento da referida garantia.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telephone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## **RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA**

### **INTRODUÇÃO**

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (“CVM”), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, do Banco Espírito Santo, S.A., (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 85.292.201 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 6.861.977 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 25.457 milhares de euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira consolidada adicional, são as que constam dos registos contabilísticos consolidados.

### **RESPONSABILIDADES**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
  - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
  - a apresentação da informação financeira consolidada;
  - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

## PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 10 de Agosto de 2012



---

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

Representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC N.º 1131)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telephone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## **RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL**

### **INTRODUÇÃO**

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ("CVM"), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, do Banco Espírito Santo, S.A., (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 73.132.067 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.333.235 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 155.518 milhares de euros), nas Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### **RESPONSABILIDADES**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação do IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's") e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

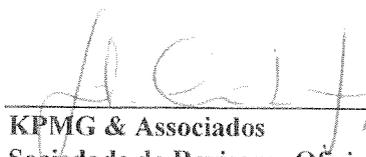
## ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
    - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
    - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
    - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
    - a apresentação da informação financeira;
    - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
  - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

## PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 10 de Agosto de 2012



---

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)

Representada por

Silvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC N.º 1131)

